

CULTURA
E PRODUÇÃO
DAS DIFERENÇAS:

*estereótipos e
preconceito*

NO BRASIL, ESPANHA E PORTUGAL



organizadores

ELZA MARIA TECHIO
MARCUS EUGÊNIO OLIVEIRA LIMA

O conjunto de mudanças culturais e econômicas afeta o modo como são vividas hoje as relações sociais, e introduz nelas as ambiguidades e contradições próprias da pós-modernidade, colocando em toda sua evidência o problema da diferença social e cultural. Faz-se, portanto, urgente analisar as condições objetivas e subjetivas que permitem, em plena pós-modernidade, o aumento dos processos de discriminação e exclusão social. Este é o fascinante tema deste livro.

Leoncio Camino



TECHNOPOLITIK

ISBN 978-85-62313-05-9



9 786562 313059

CULTURA
E PRODUÇÃO
DAS DIFERENÇAS:

*estereótipos e
preconceito*

NO BRASIL, ESPANHA E PORTUGAL

CULTURA
E PRODUÇÃO
DAS DIFERENÇAS:

*estereótipos e
preconceito*

NO BRASIL, ESPANHA E PORTUGAL



organizadores

ELZA MARIA TECHIO
MARCUS EUGÊNIO OLIVEIRA LIMA



BRASÍLIA
2011

Conselho Editorial

Ana Lúcia Galinkin – Universidade de Brasília

Ana Raquel Rosa Torres – Universidade Federal da Paraíba

Claudiene Santos – Universidade Federal de Sergipe

Marco Antônio Sperb Leite – Universidade Federal de Goiás

Maria Alves Toledo Bruns – Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto

Maria Lúcia Montes – Universidade de São Paulo – São Paulo, Capital

Maria das Graças Torres da Paz – Universidade de Brasília

Vani Rezende – Universidade Católica de Uberlândia

Projeto Gráfico e Editoração: Ars Ventura Imagem & Comunicação

Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal / Elza Maria Techio, Marcus Eugênio Oliveira Lima (organizadores). – Brasília : Technopolitik, 2011. 412 p. : il.; 23 cm.

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-885-62313-05-9

1. Cultura. 2. Preconceito. 3. Grupos Minoritários. 4. Discriminação Racial. 5. Relações entre Grupos. I. Techio, Elza Maria (org.). II. Lima, Marcus Eugênio Oliveira (org.).

CDU 301.151

TechnoPolitik Editora

SCS Quadra 01, Bloco B, loja 23- sobreloja.

CEP 70308-900 Brasília. D.F.

Tel.: 61 8407-8262

Contato: editor@technopolitik.com

SUMÁRIO

7 **PREFÁCIO**
Leoncio Camino

15 **INTRODUÇÃO**
Elza Maria Techio
Marcus Eugênio Lima

PARTE I: A CULTURA E AS IMAGENS DOS GRUPOS

21 **Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais**
Elza Maria Techio

77 **Estereótipos, automatismos, controle e a identificação
de armas e ferramentas em diferentes contextos:
resultados preliminares**
Marcos Emanuel Pereira
Gilcimar Dantas
Marcus Vinicius Alves

107 **Los Estereotipos y su Contenido en España**
Guillermo B. Willis
Rosa Rodríguez-Bailón
Miguel Moya

137 **Concepções sobre o próprio e outro grupo: Um estudo sobre
estereótipos em crianças índias, mulatas, negras e brancas**
Dalila Xavier de França

173 **Estereotipos de la inmigración en España: influencia
de los agentes de socialización de masas**
José Luis González-Castro
Silvia Ubillos

PARTE II: O CAMPO DAS RELAÇÕES E ATITUDES

217 Da diferença à indiferença: Racismo contra Índios,
Negros e Ciganos no Brasil
Marcus Eugênio Oliveira Lima

247 Preconceito e Discriminação contra Minorias Sexuais:
O Caso da Homofobia
Elder Cerqueira-Santos
Eros DeSouza

275 Contato, Sentimentos Intergrupais, Identidade
Social, Preconceito e Dívidas Históricas:
O Caso dos Indígenas em Goiás.
Ana Raquel Rosas Torres
Thalita Vargas Leite Martignoni
Thiago Morais Oliveira

311 Aculturación, Identidad étnica y afrontamiento
de la inmigración: el caso de España
Nekane Basabe
Magdalena Bobowik

363 A Legitimação da Discriminação em Diferentes
Contextos Normativos
Cícero Roberto Pereira
Jorge Vala

407 AUTORES E BIOGRAFIAS

PREFÁCIO

Leoncio Camino

Recebi com muita alegria o convite para apresentar o livro “Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal”, de meus jovens colegas Elza Maria Techio e Marcus Eugênio Oliveira Lima, não só pelo grande respeito intelectual e profunda amizade que dedico a ambos profissionais, mas principalmente porque este texto possui qualidades muito importantes para o desenvolvimento da Psicologia Social em nosso meio.

A primeira qualidade é tratar de um grave problema de nosso tempo que as vezes não fica tão aparente.. De fato parece que vivemos em um continuo progresso. Observa-se hoje um grande desenvolvimento econômico e tecnológico do capitalismo no mundo inteiro, mas por outro lado, constata-se junto a esse desenvolvimento, que as diferenças na distribuição das riquezas produzidas são cada vez maiores. Para entender as formas atuais dos processos de exclusão social devemos, portanto, analisar o contexto contemporâneo onde se desenvolvem. E este contexto é dominado pela globalização, que deve ser entendida como um conjunto de processos que se estruturam em níveis diferentes (cultural, econômico, social, etc.) e independentes entre si, embora fortemente interrelacionados.

Atualmente, a formação de novos blocos econômicos e o processo de globalização financeira, ao mesmo tempo em que traduzem o desenvolvimento econômico e tecnológico do capitalismo aumentam as diferenças já existentes entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e entre ricos e pobres no interior dos diversos países, como constatado pelas próprias análises e estatísticas governamentais e por diversos estudos

acadêmicos. Certamente o conjunto de mudanças culturais e econômicas afeta o modo como são vividas hoje as relações sociais e introduz nelas as ambigüidades e contradições próprias da pós-modernidade colocando em toda sua evidência o problema da diferença social e cultural. Faz-se, portanto, urgente analisar as condições objetivas e subjetivas que permitem, em plena pós-modernidade, o aumento dos processos de discriminação e exclusão social. Este é o fascinante tema deste livro.

Assim, no que concernem as diferentes formas de diferenças sociais: raça e/ou etnia, orientação sexual, religião, etc. constata-se que nas sociedades modernas, embora os atos explícitos de discriminação estejam publicamente proibidos por lei, diversas formas de discriminação continuam a se desenvolver. Na verdade, o que está ocorrendo neste período de intenso progresso e globalização da economia é uma situação paradoxal. Por um lado, vive-se a época do “politicamente correto”, em que são publicamente aceitas normas de racionalidade, como a de evitar idéias preconcebidas, e de promoção da justiça, como a de que todos devem ser tratados igualmente. Por outro lado, as estatísticas oficiais e as notícias de jornais mostram que de fato os processos de discriminação parecem estar se desenvolvendo com força.

Assim no que se refere a economia, constata-se que está aumentado a pobreza objetiva tanto dos países em desenvolvimento quanto dos industrializados. A diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimentos continua a aumentar. Nos próprios países industrializados observa-se um aumento da pobreza em número de indivíduos e em número de grupos sociais.

Já no que concernem as diferenças raciais e étnicas, constata-se que nas sociedades modernas, embora os atos explícitos de discriminação racial e/ou étnica estejam publicamente proibidos por lei, a discriminação em função da cor da pele continua a se desenvolver. Observa-se, por

exemplo, que na maioria dos países onde se deu colonização e escravidão, continuam a aumentar as diferenças socioeconômicas entre as pessoas de cor branca, descendentes dos colonizadores e as pessoas de outras cores descendentes das povoações originais e/ou dos escravos trazidos na colonização. Já nos países desenvolvidos que foram colonizadores, criam-se dificuldades para a entrada de trabalhadores estrangeiros não brancos. Em ambas as situações são constatadas violências e até assassinatos contra pessoas de cor ou de origem étnica diferente.

Com relação às minorias sexuais, os avanços na tolerância têm sido menores. Constata-se que nos últimos 20 anos menos de 100 nações estudaram formas de descriminalizar as relações entre pessoas do mesmo sexo e ainda menos nações estudaram formas concretas de legalizar essas relações. Assim enquanto em certos países a Constituição assegura um conjunto de direitos aos homossexuais, noutros as praticas homoeróticas são punidas severamente. Mesmo em certos países onde a discriminação por orientação sexual é proibida, constatam-se numerosos crimes por homofobia, como lamentavelmente é o caso no Brasil.

É neste sentido, que reiteramos a urgência de se analisar as condições objetivas e subjetivas que permitem e muitas vezes fomentam os processos de discriminação e exclusão social na atualidade. Esta situação paradoxal faz surgir no âmbito das relações sociais novas formas de preconceito que dão o novo tom da discriminação nas sociedades modernas. Talvez as mudanças ocorram só na forma de expressão e no conteúdo dos diversos preconceitos e não na diminuição destes nem dos processos de discriminação. Coloca-se, portanto, para as Ciências Humanas e particularmente para a Psicologia Social, a necessidade não só de construir explicações válidas sobre a discriminação e o preconceito, mas de colaborar na elaboração de políticas de erradicação destes fenômenos, se queremos ter um mundo onde os Direitos Humanos tenham vigência plena.

Mas de fato, no século XX, a Psicologia Social no Brasil, com a honrosa exceção do machismo, praticamente não tinha dedicado atenção a outras formas de preconceito: racismo; xenofobia, homofobia etc. Assim enquanto a partir dos anos 50 do século passado, as ciências sociais abordavam com muita frequência este tema, no que se refere concretamente a Psicologia Social poucos trabalhos eram dedicados ao preconceito. Só no final do Século XX começam a serem publicados artigos e livros sobre o preconceito no Brasil na perspectiva da Psicologia Social

A omissão da Psicologia, no Brasil, no que concerne a discriminação pela orientação sexual foi ainda mais evidente. Na primeira metade da década de 1980, por exemplo, diversas entidades científicas condenaram publicamente a discriminação à homossexualidade. Entre estas destacam-se, em 1981, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); em 1982, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA); e em 1984, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Lamentavelmente, àquela altura, não tivemos registro de qualquer pronunciamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP) ou de outra instituição científica ligada à Psicologia, sobre este assunto. Ainda que se estudasse, sobretudo numa perspectiva da psicologia dinâmica, a homossexualidade como processo psicológico, pouco ou nada se tratava da homofobia como um processo de psicopatologia social.

Podemos considerar como um marco nesta atitude o fato do CFP ter promulgado, em 1999, a Resolução N° 001 que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a questão da Orientação Sexual”. Sucintamente, a Resolução 001, considerando que a homossexualidade não é doença nem distúrbio nem perversão, resolve que os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das

homossexualidades. A partir do século XXI iniciam-se no Brasil numerosos estudos e publicações sobre o preconceito contra os homossexuais.

Merece destaque o fato de que muitos dos autores dos capítulos que compõem este livro se contam entre os autores que na última década vêm dedicando seus esforços ao estudo das novas e sutis formas que o preconceito esta tomando em nossa cultura ocidental.

A segunda qualidade desta compilação de textos é precisamente a variedade de abordagens teóricas e metodológicas que tem sido reunida. Venho defendendo há muito tempo que os fenômenos psicossociais são na verdade muito complexos e devem ser estudados desde as mais variadas perspectivas. Esta convicção é tão forte que desde 2008 criamos na ANPEPP com vários outros colegas um grupo de trabalho que se intitula “A Psicologia Social e sua complexidade teórica e metodológica: Abordagens integrativas”. Este livro analisa os problemas das diferenças sociais nessa perspectiva.

Assim os trabalhos expõem desde estudos sobre processos automáticos de preconceito, a processos de estereotipia, representações sociais e construção de crenças inferiorizadoras das diferenças. Especificamente, na primeira parte do livro, dedicada aos estereótipos, estes são entendidos e investigados sob vários aportes, desde como possibilidades explicativas de relações intergrupais internacionais, até como elementos automáticos de associações mentais implícitas. Analisa-se o conteúdo dos estereótipos na Espanha ou sua influência na construção das imagens via mídia contra os imigrantes. São analisados os estereótipos em adultos e em crianças em países e culturas diferentes. De igual forma, o preconceito e o racismo são analisados na segunda parte do livro. O espectro de abordagens é igualmente amplo e diverso. Há estudos sobre representações sociais sobre índios, negros e ciganos no Brasil, outros que abordam a aculturação dos imigrantes na Espanha, ou ainda

modelos explicativos do racismo em Portugal. Essa diversidade de aportes é o que torna esse livro efetivamente psicossocial, pois permite ao leitor comparar as formas de expressão de estereótipos e preconceitos contra grupos diversos num mesmo lugar ou em lugares diferentes, ou ainda, contra um mesmo grupo em locais e contextos distintos.

De fato, estereótipos e preconceitos são fenômenos muito complexos, pois incluem, de maneira interligada, mas não mecânica, processos subjetivos, individuais e processos objetivos, institucionais. Machismo, racismo, homofobia, etc., são tecidos sociais que se sustentam em instituições e práticas sociais que nos moldam, mas que somos capazes de intervir e mudar.

Isto é o que faz com que os estudos apresentados neste livro sejam muito importantes; pois acreditamos que a construção das crenças sobre o que é o ser humano ocorre na arena dos conflitos sociais. De modo que, nos parece evidente que as definições das ciências constituem um dos marcos simbólicos e ideológicos dos conflitos sociais. Assim as ciências, ao tratarem dos conflitos e das desigualdades sociais, se transformam, de alguma maneira, na arena simbólica onde se procedem as lutas sociais. O que estamos querendo afirmar é que os debates entre as teorias psicológicas sobre a natureza do ser humano não se resolvem exclusivamente através da epistemologia ou da metodologia empregada pelas diversas teorias, pois o debate científico se dá no interior de um debate mais amplo que acontece na sociedade. Acreditamos que este livro traz uma colaboração importante a este debate.

INTRODUÇÃO

Elza Maria Techio
Marcus Eugênio Lima

A proposta de elaborar o presente livro surgiu das discussões ocorridas no âmbito da psicologia social entre vários pesquisadores vinculados, de forma direta ou indireta, ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe. Tais pesquisadores sentiram a necessidade de integrar em um livro uma série de estudos que vinham sendo realizados por diversos psicólogos sociais nos mais variados contextos culturais e sociais, acerca de estereótipos, preconceito, discriminação e racismo.

O livro versa sobre a relação existente entre os processos psicossociais e a cultura e suas implicações nas dinâmicas interpessoais e intergrupais. Ainda que os capítulos apresentem variadas perspectivas teóricas e metodológicas, todas as análises destacam a importância da cultura, dos valores e das crenças na construção e manifestação das mais variadas formas de preconceitos e imagens intergrupais. Neste sentido, os autores discutem e interpretam, à luz das teorias psicossociais, as relações entre cultura, estereótipos, preconceitos, discriminação e racismo, como formas de produção da diferença no Brasil, na Espanha e em Portugal.

O livro se estrutura em duas partes. A primeira parte faz referência aos aspectos relacionados à cultura e às diferentes imagens produzidas socialmente pelas diversas categorias sociais expressadas, fundamentalmente, a partir dos estereótipos. A segunda parte é dedicada ao estudo das relações e atitudes intergrupais. Nela são discutidos os aspectos relacionados aos fenômenos do preconceito e das discriminações sociais e raciais.

Especificamente no primeiro capítulo Elza Maria Techio analisa os estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. Tendo como base a teoria das relações intergrupais a autora parte da ideia de que os processos cognitivos, em especial os estereótipos, cumprem um importante papel nessas relações. Neste capítulo são abordados conceitos, funções, conteúdos e importância dos estereótipos nos processos de aproximação e evitação de contato entre grupos regionais. Parte-se do pressuposto de que os estereótipos são importantes preditores e justificadores das ações intergrupais. O objeto da análise da autora são as imagens (estereótipos) que se tem de diferentes grupos regionais (norte/nordeste e sul) em dois países (Brasil e Espanha), e avalia como essas imagens influenciam e justificam os comportamentos e expectativas de cidadãos desses dois países.

No capítulo 2, Marcos Emanuel Pereira, Gilcimar Dantas e Marcus Vinicius Alves discutem questões relacionadas à possibilidade dos processos automáticos e controlados interagirem e afetarem de forma diferenciada as representações, o julgamento social e as condutas sociais. Utilizando o paradigma de pesquisa do priming e da latência de resposta, os autores desenvolvem estudos experimentais sobre a ativação automática e aplicação dos estereótipos na identificação de armas e objetos neutros associados com pessoas brancas e negras.

Os estereótipos e seu conteúdo na Espanha são o tema trabalhado por Guillermo B. Willis, Rosa Rodríguez-Bailón e Miguel Moya no capítulo 3. Os estereótipos, entendidos como conjunto de crenças compartilhadas acerca dos atributos pessoais dos membros de um grupo desempenham uma série de funções: ajudam a explicar a realidade social, justificar as ações dirigidas aos membros de grupos, estruturam e mantêm as identidades sociais, mas também podem fomentar as desigualdades sociais. Os autores, adotando o modelo explicativo do conteúdo dos estereótipos de Susan Fiske e colaboradores, consideram que os estereótipos incluem uma mescla de

traços de competência e sociabilidade e são, portanto, ambivalentes; estes também derivam de condições estruturais específicas e causam diferentes emoções e comportamentos em relação aos membros dos grupos estereotipados. Os autores examinam o conteúdo dos estereótipos sobre grupos em distintas regiões espanholas, bem como os estereótipos que os espanhóis e os andaluzes têm de si mesmos.

No capítulo 4, Dalila Xavier de França analisa os estereótipos de crianças brancas, mulatas, negras e indígenas sergipanas e se a participação em programas de valorização da identidade dos grupos têm efeito sobre os estereótipos atribuídos ao próprio e ao outro grupo. A autora considera que as atribuições estereotípicas cumprem função de naturalizar as assimetrias de poder entre as categorias sociais e são apreendidas desde muito cedo pelas crianças no processo de socialização. As análises apresentadas descrevem estereótipos e autoestereótipos dos três grupos e os discute à luz das teorias da socialização das atitudes interétnicas.

José Luís González Castro e Silvia Ubillos apresentam no capítulo 5 uma análise da influência dos agentes de socialização de massa nos estereótipos dos imigrantes na Espanha. Os autores abordam a definição e estudos dos estereótipos acerca dos imigrantes, destacando que os estereótipos são, em essência, formas de organizar, por meio da simplificação e racionalização, o mundo social em categorias de fácil compreensão. Neste capítulo enfatiza-se a escola e os meios de comunicação como fontes importantes no desenvolvimento e difusão dos estereótipos, analisando quais são as imagens estereotipadas e as notícias mais recorrentes nos últimos anos sobre os imigrantes na Espanha.

No capítulo 6, iniciando a segunda parte do livro, Marcus Eugênio Oliveira Lima analisa as relações entre as distâncias físicas e simbólicas entre grupos sociais num cenário de interesses que tensiona as representações sociais dos grupos. O autor apresenta resultados de dois estudos feitos em

Sergipe sobre as representações sociais de índios, negros e ciganos nos quais se constata desde um racismo que inclui o outro para em seguida excluí-lo até um racismo que sequer inclui o outro num universo representacional ou simbólico.

O preconceito e a discriminação contra minorias sexuais, em especial o caso da homofobia, é tema de debate do capítulo 7, de Elder Cerqueira-Santos e Eros DeSouza. Os autores apresentam alguns resultados de pesquisas e reflexões teóricas acerca do preconceito e discriminação contra as minorias sexuais: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros no Brasil, a partir de entrevistas realizadas com participantes de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Aracaju.

No capítulo 8 Ana Raquel Rosas Torres, Thalita Martignoni e Thiago Morais Oliveira abordam o preconceito de jovens não indígenas contra as culturas indígenas no estado de Goiás. Neste texto analisam-se os aspectos vinculados aos sentimentos intergrupais de culpa e vergonha coletiva, identidade nacional, contato entre indígenas e não indígenas, bem como o preconceito contra os povos indígenas.

Nekane Basabe e Magdalena Bobowik, no capítulo 9, apresentam questões relacionadas ao estudo da aculturação de imigrantes na Espanha. Para tanto, revisam a perspectiva psicossocial da aculturação baseada no modelo de Berry (2001), trazem alguns resultados relevantes de estudos realizados na Espanha sobre as estratégias de aculturação e seu papel na adaptação psicológica e o ajuste sociocultural. As autoras, partindo da ideia de que as estratégias de enfrentamento cumprem um papel mediador na relação entre a discriminação percebida e adaptação psicológica e social, apresentam os resultados de um estudo sobre o estigma da imigração na Espanha.

Finalmente, Cícero Roberto Pereira e Jorge Vala analisam, no capítulo 10, a persistência da discriminação objetiva contra grupos minoritários nas sociedades formalmente democráticas. Os autores apresentam estudos

que estruturam o Modelo da Discriminação Justificada (MDJ), sugerindo a possibilidade de as pessoas dissimularem a natureza preconceituosa da discriminação mediante o uso de argumentos percebidos como razões justas e legítimas para discriminar.

Cabe agora agradecer às pessoas e instituições que tornaram este livro possível. Aos pesquisadores de diferentes universidades brasileiras (Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal da Paraíba), espanholas (Universidad del País Vasco, Universidad de Burgos e Universidad de Granada), portuguesa (ICS-UL) e norte americana (State University of Illinois). Agradecemos ainda ao programa de recém-doutores PRODOC-CAPES, que através da Bolsa concedida a Elza Maria Techio, permitiu esta publicação.

Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais

Elza Maria Techio

Os estudos que tratam dos processos de preconceito e discriminação social têm recebido na atualidade uma atenção reforçada das várias áreas, seja da psicologia social, da antropologia, da sociologia, da política, entre outras. Várias são as publicações acerca desses temas. Ainda que as produções acadêmicas tenham aumentado, assim como a compreensão e explicação dos fenômenos, poucas mudanças são observadas em concreto quanto às atitudes por parte da população. Seguem-se observando diversas formas de expressão de discriminação, na maioria das vezes mais sutil ou encoberta; entretanto continuam sendo uma forma de agressão e violência que traz consequências negativas, tanto ao nível social como pessoal, aos que padecem esse tipo de ação.

Com o intuito de melhor apreender tais processos, neste capítulo analisaremos as características relacionadas às relações intergrupais, assim como os vários fenômenos a elas relacionados. Em primeiro lugar nos deteremos nos aspectos cognitivos, especificamente nos estereótipos regionais, que fazem referência às imagens que os grupos têm sobre si mesmos e sobre os outros grupos regionais. Em um segundo momento, centraremos nossa atenção nos processos de preconceito, entendido como uma atitude positiva (aproximação e cooperação) ou negativa (evitação) direcionada aos grupos, e, finalmente, na discriminação, componente comportamental, entendido como uma conduta desfavorável na presença do grupo, no caso de uma atitude ou preconceito negativo (Páez, 2004). Assim, o

presente capítulo versará sobre os estereótipos e sobre a expressão do preconceito frente aos diversos grupos regionais, em particular duas regiões – norte/nordeste e sul-, comparando dois países - Brasil e Espanha.

Relações intergrupais e seus aspectos cognitivos: estereótipos e preconceito

As atitudes ou condutas intergrupais ocorrem quando as relações estabelecidas entre indivíduos se produzem a partir de suas inserções sociais, e não por suas características individuais. As atitudes intergrupais fundamentam-se em três componentes: o *cognitivo* faz referência aos estereótipos, entendidos como crenças acerca das características específicas que possuem determinadas categorias sociais e que podem também referir-se a crenças gerais simbólicas; o *afetivo* faz referência às sensações e emoções sentidas e expressadas ante uma categoria social; e o componente *conativo ou disposicional*, que são comportamentos executados ao interagir com os membros das distintas categorias sociais (Esses, Haddock & Zanna, 1993). Além desses componentes, outros podem ser acrescentados, tais como: características socioculturais, os valores sociais e culturais (Techio, 2007).

Função e conteúdo dos estereótipos

À luz da teoria das relações intergrupais, parte-se da ideia de que os estereótipos respondem a um princípio sistemático de generalização; que são fenômenos humanos duradouros, aparentemente automáticos na sua ativação; socialmente pragmáticos; de difícil mudança, por seu caráter consensual e rígido; até certo ponto controláveis individualmente e sensíveis à

influência da estrutura social (Fiske, 1998; Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002; Jost, Kivetz, Rubini, Guermandi & Mosso, 2005; Jost, Banaji & Nosek, 2004).

Os estereótipos, entendidos como estruturas cognitivas ou esquemas, são conhecimentos organizados, crenças e expectativas acerca dos grupos humanos (Fiske & Taylor, 1984; Niemann, Jennings, Rozelle, Baxter & Sullivan, 1994). Crenças socialmente compartilhadas, aparentemente estruturadas e generalizadas na mente de uma pessoa sobre uma categoria social. Por serem crenças sociais, em sua maioria, ignoram a variabilidade dos membros que compõem um grupo, são características descritivas, atribuídas ou associadas às pessoas devido a sua pertença categorial (Oakes, Haslam & Turner, 1994; Gardner, 1994).

Lippmann (1922), primeiro teórico a estruturar uma definição contemporânea dos estereótipos e suas funções psicossociais, defende que os estereótipos são “retratos na mente”, representações simplificadas da realidade que dão significado às condutas. Na psicologia social, muitas são as teorias que tentam entender e explicar os estereótipos, suas funções e conteúdo. De forma esquemática, é possível classificar as diferentes concepções em seis dimensões, seguindo Rodríguez-Bailón (2000) e Huici (2003):

1. Os estereótipos podem ser entendidos como processos *errôneos versus normais*: enquanto processos errôneos são generalizações defeituosas e rígidas do mundo social, não coincidem com a realidade e são utilizadas para justificar as condutas intergrupais. Tais teorias costumam estar vinculadas a uma sobregeneralização relacionada ao conceito de etnocentrismo [representação sobrevalorizada do próprio grupo em detrimento e hostilidade em relação ao outro grupo (Katz & Braly, 1993)]. Por outro lado, encontram-se as teorias que defendem que os estereótipos são processos cognitivos normais que servem para simplificar a realidade social,

permitindo ir além das informações disponíveis. Neste caso, os estereótipos estariam vinculados ao processo de categorização que distinguiria o “endo” do exogrupo, portanto, são formas adaptativas e úteis (Oakes & Turner, 1990; Fiske, 1998);

2. *Representações individuais versus representações coletivas*: os estereótipos concebidos como representações ou crenças individuais estariam fundamentados nas ideias que as representações sociais significadas na mente dos indivíduos seriam construídas a partir da personalidade, enquanto os estereótipos entendidos como representações socialmente compartilhadas fariam referência às características comuns que classificam os membros de um determinado grupo, sociedade ou cultura. Seriam acordos ou consensos sobre os traços atribuídos a uma categoria (Stangor & Schaller, 1996);
3. Os estereótipos enquanto processos que *diferenciam versus caracterizam os grupos*: de um lado estão as teorias que defendem a ideia de que os estereótipos são traços bem marcados que distinguem os grupos sociais (diferenciação intercategórica) (Gardner, 1994) e de outro estão as teorias que argumentam que os estereótipos são traços centrais que caracterizam e acentuam a semelhança entre os membros de um grupo social (assimilação intracategórica) (Haslam & Turner, 1992; Marques & Páez, 2000). Segundo a teoria da autocategorização (Oakes & Turner, 1990), quando se fala de traços diferenciadores ou caracterizadores deve-se levar em consideração os grupos de comparação, precisando desta forma os atributos que claramente diferenciam e os que caracterizam um grupo;

4. Estereótipos como *representações cognitivas individualizadas (exemplares) versus representações categoriais*: os estereótipos entendidos como representações cognitivas individualizadas seriam abstrações de certas informações individuais, organizadas coerentemente com o objetivo de construir uma imagem global de uma categoria social (as informações acerca de um grupo são organizadas em termos de indivíduos ou pessoas). Já os estereótipos entendidos como representações categoriais fazem alusão às informações abstratas organizadas segundo os atributos ou as características gerais do grupo, seriam informações abstratas acerca das categorias sociais. Nas representações cognitivas individuais observa-se uma maior familiaridade com os membros do grupo e, nas representações categoriais uma menor familiaridade (Rothbart, 1981, *apud* Marques & Páez, 2000);

5. Os estereótipos concebidos como *processos automáticos versus controlados*: por um lado encontram-se as teorias que defendem que devido à necessidade de simplificar a realidade, seja por economia ou por limitada capacidade cognitiva, os estereótipos são construídos e ativados automaticamente sem a necessidade de muitos recursos cognitivos (Devine, 1989), enquanto outras teorias advogam que os estereótipos dependem necessariamente de certos recursos cognitivos como a memória, emoções, esquemas cognitivos, motivações, etc. (Oakes, Reynolds, Haslam & Turner, 1999), ou até mesmo da ausência de um contra-estereótipo (Blair & Banaji, *apud* Spencer, Fein, Wolfe, Fong & Dunn, 1998), sendo portanto controlados;

6. Os estereótipos podem ser entendidos como *conteúdo versus processo*: as teorias que enfatizam os “conteúdos” analisam os aspectos descritivos e avaliativos dos estereótipos, bem como as propriedades de uma categoria social (Peabody, 1970), já as teorias que analisam os “processos” se preocupam em entender como um estereótipo se forma, sua origem, processo e uso (Hoffman & Hurst, 1990; Oakes, Haslam & Turner, 1994; Rodríguez-Bailón, 2000; Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002).

Ainda que várias teorias tentem explicar os processos de estereotipia, é a teoria das relações intergrupais (Tajfel, 1982) a que dará um salto importante nas explicações quanto à origem, desenvolvimento e aplicação destes processos. Neste marco teórico, os estereótipos são concebidos como um produto normal dos processos cognitivos de categorização entre dois ou mais grupos, levando as pessoas a diferenciarem indivíduos pertencentes a diferentes grupos, simplificando ou exagerando as características de um grupo, bem como servindo para justificar e racionalizar as condutas intergrupais. É no quadro da teoria da identidade social que os estereótipos assumem uma função justificadora. Tajfel e Turner (1979) sugerem que os estereótipos são formados com o objetivo de concretizar a representação positiva do endogrupo, distinguindo-o dos exogrupos, principalmente quando existe qualquer tipo de ameaça, seja real ou simbólica. Nesta mesma linha de raciocínio, a teoria da justificação do sistema social vai mais longe e define os estereótipos como um processo ideológico que serve para justificar o *status quo* e as diferenças sociais, reforçando e legitimizando a ordem social (Jost, Kivetz, Rubini, Guermendi & Mosso, 2005). As pessoas querem acreditar que o sistema social é justo e legítimo e estão dispostas a sacrificar seus benefícios ou os do grupo para apoiar essa crença (Jiménez, 2007).

Os estereótipos entendidos como esquemas cognitivos são responsáveis pelo processamento de informação, e mesmo com poucas informações sobre determinada categoria dá-se início a um processo dedutivo, exagerando-se as expectativas. Dependendo do tipo de estereótipo saliente é possível prever e esperar determinadas ações. Por exemplo, se possuímos a informação de que uma mulher é dominante, competente e não tradicional podemos conjecturar que seria uma “*feminista*” ou uma “*executiva*”, no entanto, se a informação que dispomos é de uma mulher simpática, dependente e tradicional, podemos presumir que seria uma “*dona de casa*”.

Além das expectativas, os julgamentos sociais também se veem afetados pelos estereótipos. Por exemplo, no processo de percepção os atributos estereotípicos quase que automaticamente são associados a esquemas guardados na memória, e a partir desses esquemas se fazem inferências que vão além das informações disponíveis. Tende-se a ativar mais rapidamente os estereótipos que são relevantes e consistentes com os esquemas cognitivos arquivados na memória. Segundo a hipótese da avareza cognitiva, na teoria da cognição social, durante o processamento de informações os detalhes e informações irrelevantes são desconsiderados, assim como as pessoas em particular, recordando-se a coletividade ou categoria (Fiske & Taylor, 1991; Niemann e cols., 1994; Fiske, 1998).

De fato, os estereótipos têm um grande impacto nas atitudes e ações das pessoas, e em situações de interação intergrupar pode-se aludir que conhecendo o conteúdo dos estereótipos é possível antecipar a avaliação das características grupais. Utilizando os princípios da teoria da identidade social, os juízos estereotípicos somente poderão ser entendidos em sua plenitude se levarmos em consideração o contexto no qual são produzidos. Neste sentido, os estereótipos estariam fundamentados em três processos centrais: a categorização social, a identidade social e a comparação social (Tajfel, 1982).

Tradicionalmente, os estereótipos foram entendidos como generalizações consensuais e homogêneas dos atributos de uma categoria social (Fiske, 1998), de forma que os exogrupos seriam percebidos como mais homogêneos e menos diferenciados, e o endogrupo como mais heterogêneo nos traços de personalidade, interesse, valores, ideologia, etc. (Mullen & Hu, 1989 *apud* Marques & Páez, 2000). O efeito da maior homogeneidade exogrupal se daria em parte a uma menor familiaridade e contato com os membros desses grupos. Estudos têm questionado o princípio da homogeneidade e sobregeneralização categorial, assim como a simplificação da realidade ou da economia cognitiva (Bello & Pérez, 1998). De fato, nem sempre se julga o endogrupo como mais heterogêneo e o exogrupo como mais homogêneo (Marques & Páez, 2000).

Em determinadas situações encontra-se uma representação mais homogênea do endogrupo. Tal efeito ocorre devido à saliência da comparação social e à relevância das dimensões de comparação e da percepção de competição social (Judd & Park, 1988); a diferenciação social funciona como uma estratégia para manter uma identidade social positiva, assim como a coesão interna ajudaria a manter a identidade social positiva (Simon & Hamilton, 1994; Boldry, Gaertner & Quinn, 2007).

De fato, os estereótipos baseados nas relações intergrupais claramente articulam os processos psicológicos (cognições e motivações) e sociais ao concebê-los como crenças acerca dos grupos, criadas e compartilhadas interna e externamente ao grupo em diferentes culturas (Huici, 2003).

O Processo de estereotipia

Os estereótipos, concebidos como um conhecimento categorial, ajudam a entender o processamento de informações sociais. Utilizando

os conceitos da cognição social, três aspectos são importantes para a compreensão dos processos de estereotipia: a atenção, a codificação e a recuperação.

A atenção está vinculada às informações que observamos e sendo esta seletiva, tendemos a fixar mais atenção em algumas características e não em outras; além disso, determinados conhecimentos prévios podem direcionar nossa atenção a determinadas características. Estudo realizado por Cohen (1977, *apud* Moya, 1999), apresentava a um grupo de sujeitos um filme de uma mulher que realizava diversas atividades em sua casa (limpar, arrumar, tomar café, etc.). A um grupo foi dito que a mulher era camareira e a outro que era bibliotecária. Depois de certo tempo foi solicitado aos sujeitos que recordassem o que haviam visto no filme. Os sujeitos que receberam a informação prévia de que a mulher era uma camareira recordavam que enquanto ela tomava café da manhã, lia uma revista de fofocas; já os que acreditavam que a mulher era uma bibliotecária recordavam que na estante havia um livro de Nietzsche. Os resultados encontrados nesse estudo sugerem que se presta mais atenção e se recordam ações e detalhes que são congruentes com as informações previamente recebidas.

No processo de codificação, interpretação e armazenamento na memória das informações sociais, os estereótipos servem de guias na interpretação, além de determinarem se as características ou informações são consistentes ou inconsistentes com os esquemas mentais. Na codificação, as expectativas são de fundamental importância. Um bom exemplo da influência das dimensões sociais relacionadas aos valores na codificação e interpretação das informações recebidas é o clássico estudo de Bruner e Goodman (1947), sobre a estimativa do tamanho de moedas e círculos de cartão do mesmo tamanho. Seus resultados revelam que as crianças de nível socioeconômico baixo avaliaram as moedas de maior valor como

maiores do que eram realmente; este efeito não se produziu quando avaliavam os cartões, e nem com as crianças de nível econômico mais alto.

Na recuperação, processo que resgata da memória as informações arquivadas, os estereótipos intervêm no processo reconstrutivo, facilitando o acesso às informações consistentes com os esquemas (Baron & Byrne, 1998; Bello, 2000). Estudos realizados por Zinder e Uranowitz (1978, *apud* Moya, 1999), os sujeitos liam a biografia de “Betty K” explicando a trajetória de sua vida desde seus primeiros anos de vida até a universidade, sem mencionar sua orientação sexual. Depois de alguns minutos, tempo destinado à formação de impressão da protagonista, os investigadores informavam, para um grupo, que a mesma era lésbica e para outro não informavam nada. Introduzida a informação sobre a orientação sexual, foi solicitado aos participantes que recordassem o relato. O grupo que recebeu a informação adicional que “Betty” era lésbica cometia mais erros ao recordar itens relacionados à homossexualidade, informação não existente no relato. Os resultados encontrados sugerem que as lembranças não são reproduções fidedignas.

Segundo a cognição social, os esquemas mentais (estereótipos) contêm informações acerca de situações e acontecimentos adquiridas por meio de nossas experiências sociais. Uma vez formados, orientam-nos no entendimento das pessoas e acontecimentos, interferem nas informações sociais que captamos, armazenamos e posteriormente recuperamos. Caso tenhamos armazenado na memória o esquema que as pessoas gordinhas são sociáveis e divertidas, ao interagirmos com uma pessoa com estas características, possivelmente apresentaremos uma atitude mais positiva; caso tenhamos um esquema de que os negros são agressivos e violentos, possivelmente apresentaremos ações intergrupais evitativas.

Bello (2000) destaca que o processo de lembrança é seletivo e os materiais recordados serão enviesados na direção dos estereótipos

ativados e salientes. As pessoas arquivam uma série de informações sobre os grupos, porém recuperam unicamente as informações pertinentes em determinado contexto social ou por motivações pessoais.

Temos arquivadas em nossa mente uma série de representações mentais, e somente algumas serão ativadas e utilizadas para identificar, interpretar e responder a um estímulo social (Moya, 1999). No processo de percepção da realidade destaca-se a importância da ativação de uma representação ou outra, por exemplo, a ativação do esquema de branco e negro influencia a interpretação de um evento: diante de uma imagem de duas crianças em que uma empurra a outra, as pessoas a quem havia sido antecipado o esquema de negro (criança que empurra), avaliavam este como mais agressivo que as pessoas em que se havia antecipado o esquema de branco, dado que, frequentemente, se associa ao grupo social de negros o estereótipo de agressividade (Duncan, 1976 *apud* Moya, 1999). A ativação de uma representação ou outra dependerá de três fatores: *acessibilidade* - maior facilidade de ativação, uso recente, frequência e característica da própria informação; *aplicabilidade* - relação observada entre as características do conhecimento arquivado e as características observadas no estímulo social; e *saliência* - em determinadas situações certos estímulos recebem mais atenção ou estão em maior evidência.

Funções dos estereótipos

Uma das perguntas mais frequentes entre os pesquisadores que estudam os estereótipos é: para que servem? Que funções têm? Vários são os estudos que tentam responder a esta pergunta, e dentre eles podemos destacar os realizados por Tajfel (1981). Tajfel foi um dos primeiros teóricos a realizar análises sistemáticas sobre as funções dos estereótipos, além

de criticar o viés individualista presente em muitos estudos da psicologia cognitiva; também introduziu as funções sociais no marco das relações interpessoais (Huici, 2003). Tajfel (1981) faz uma distinção entre as funções individuais, cognitivas e motivacionais presentes nas teorias do processamento de informações das funções sociais.

Funções individuais dos estereótipos

Entre as diversas funções individuais dos estereótipos, Tajfel destaca o papel da economia cognitiva, que nos ajuda a ordenar, categorizar e estruturar a percepção da realidade (categorização), acentuando as diferenças intercategoriais e as semelhanças intracategoriais (De Cremer, 2001).

Estudos têm confirmado o postulado da economia cognitiva, sustentando que a função principal dos estereótipos seria o de conservar os recursos mentais, já que são frequentemente juízos automáticos e incontrolláveis, que servem para simplificar a realidade social e diminuir o esforço no processamento do pensamento (Devine, 1989; Fiske & Taylor, 1991; Stangor & Lange, 1994). Por outro lado, encontramos estudos que têm questionado o postulado que os estereótipos simplificam a realidade (Bello, 2000).

Para Tajfel (1981), os estereótipos além de desempenharem o papel de categorização, apresentam a função de defender os *valores individuais*. Dentro da estrutura dos valores, a maioria dos estereótipos apresenta um conteúdo valorativo, principalmente os relacionados à autoimagem e estes, por sua vez, são utilizados para manter e acentuar uma autoimagem positiva (Hogg & Abrams, 1988). Em síntese, os estereótipos são úteis, uma vez que fazem com que a pessoa se sinta melhor acerca de si mesma e menos ameaçada, ou seja, cumpre a função de proteção do “eu” (De Cremer, 2001).

Cabe destacar que em determinados contextos sociais algumas categorias possuem mais importância que outras. Por exemplo, na sociedade brasileira a categoria dos ciganos e seus rituais culturais e religiosos não têm carga valorativa forte, porque é uma categoria social mais ou menos neutra, enquanto que para os espanhóis a categoria de ciganos apresenta certa importância, já que é uma categoria carregada de valores e ajuda na diferenciação entre os espanhóis e os ciganos. Sendo assim, os estereótipos, em nível individual, além de simplificarem, ordenarem e estruturarem a percepção, ajudam na manutenção da autoimagem positiva. Para alguns autores, a função de manter uma autoimagem positiva não é meramente individual, é também uma função social, já que o indivíduo, além de se sentir satisfeito consigo mesmo, sente a necessidade de se sentir satisfeito com os outros (Crocker & Luhtanen, 1990, Rodríguez-Bailón, 2000).

Função social e cultural dos estereótipos

Para além das funções individuais, a teoria das relações intergrupais (Tajfel, 1981) destaca três funções sociais e culturais que desempenham os estereótipos: explicação e busca da causalidade dos eventos, justificação social e diferenciação social.

Explicação e busca da causalidade social: utilizam-se os estereótipos para explicar os acontecimentos ou eventos sociais que se caracterizam pela complexidade e caráter negativo. Por exemplo, em situações de crise econômica tende-se a explicar sua existência atribuindo a responsabilidade a alguma categoria social minoritária, e os estereótipos associados a elas. Além disso, os estereótipos servem para justificar ações cometidas contra os exogrupos, eliminando a possibilidade de contato, exagerando os aspectos negativos e os efeitos prejudiciais das categorias

negativas para o endogrupo (Huici, 2003). Em resumo, os estereótipos servem para explicar a ordem social. Por exemplo, devido à sua personalidade afetiva e maternal, cabe às mulheres cuidar das crianças, dos velhos e doentes, porque é de sua natureza (Paéz, 2004).

Diferenciação social: os estereótipos ajudam as pessoas a identificar seu próprio grupo sociocultural. Sendo assim, cumprem a função de diferenciar positivamente os membros do endogrupo, principalmente em situações de ameaça ao *status quo*, reforçando os aspectos positivos, preservando os que os distinguem positivamente do outro grupo em certas características relevantes para a autoestima e, em um determinado contexto social, mantendo uma visão positiva do endogrupo (Tajfel, 1981; Páez, 2004). A função dos estereótipos seria, portanto, a de manter uma identidade positiva endogrupal a partir da sobrevalorização dos traços positivos do endogrupo e minimizando os negativos, quando comparados com os traços atribuídos ao exogrupo. Podemos utilizar como exemplo os estereótipos sociais de que os homens são ativos, agressivos e fortes, enquanto que as mulheres são suaves e afetuosas, os nordestinos sociáveis e os sulistas competentes (Techio, 2007).

Justificação social: Tajfel destaca que o sistema de valores que apoia a divisão social, que explica e justifica as ações dirigidas aos grupos estereotipados, é reforçado pelo processo de categorização. Por exemplo, paga-se menos às mulheres porque estariam menos motivadas para o trabalho, e por acreditarem que exercem funções consideradas inferiores (cuidar das crianças, velhos e doentes) (Páez, 2004; Jost & Kay, 2005).

Jost e Hamilton (2005), Jost e Kay (2005) têm sugerido que os estereótipos e a discriminação social não são simplesmente reflexos das atitudes grupais, como havia proposto Tajfel (1981); eles vão além e propõem uma explicação que inclui o sistema social, em seu conjunto. Neste sentido, os estereótipos servem de justificação ou racionalização das ações

direcionadas aos exogrupos, de forma a manter o *status quo*, mediante o apoio à ideologia dominante.

A teoria da justificação do sistema destaca três tendências ou motivos de justificação que podem ser observados, ainda que em muitas situações os estereótipos negativos estejam em contradição com os membros dos grupos em situação de desvantagem.

O primeiro motivo faz alusão à *justificação do eu*, que descreve a necessidade ou motivação individual para desenvolver e manter uma autoimagem positiva e uma sensação válida, justificável e legítima do indivíduo (Jost, Banaji & Nosek, 2004; Tajfel, 1981). Estudos têm demonstrado que a estereotipia e a discriminação aumentam quando o indivíduo sente que sua autoestima está sendo ameaçada (Fein & Spencer, 1997; Oakes & Turner, 1980; Stephan e cols., 2002), sugerindo que os estereótipos têm a função de defender o ego (Katz & Braly, 1933).

O segundo motivo faz menção à *justificação do grupo*, descrito como o desejo de desenvolver e manter uma imagem favorável do grupo de pertença, e defender e justificar ações praticadas pelos membros do próprio grupo. Aqui os estereótipos, além de facilitar a atribuição de causalidade, são entendidos como um justificador das ações perpetradas aos outros grupos, e também servem para aumentar a diferenciação grupal positiva do próprio grupo e negativa do outro grupo (Tajfel, 1981).

O terceiro motivo faz referência à *justificação do sistema social*, necessidade social e psicológica de que o *status quo* seja percebido como legítimo, justo, natural, desejável e inevitável. Aqui os estereótipos são entendidos como justificador do sistema social existente, e sua função é racionalizar o *status quo* sem levar em consideração a posição que ocupa o indivíduo e o grupo no sistema social, ou seja, justificar a exploração de um grupo sobre o outro, de forma que pareça legítimo e natural (Jost & Banaji, 1994). Para Jost, Banaji e Nosek (2004) as avaliações sociais e os

estereótipos servem para manter o sistema ideológico, justificando, racionalizando e legitimando as desigualdades sociais, econômicas e políticas, atribuindo aos membros de distintos grupos sociais vantagens e desvantagens, compensando as forças e debilidades (Glick & Fiske, 2001; Sidanius & Pratto, 1999; Kay & Jost, 2003).

Em suma, os estereótipos servem para justificar a exploração de um grupo sobre o outro, de forma que pareça natural e legítima, e além disso, a estereotipia é concebida como um processo coletivo que conecta as relações sociais e de poder em uma sociedade, em um determinado contexto sócio-histórico (Rodríguez-Bailón, 2000). Desta forma, os grupos dominantes são estereotipados por eles mesmos e pelos outros grupos, dominados, de forma que seu êxito fique justificado e explicado, e o fracasso dos dominados como merecido e justificado. Os estereótipos estariam, portanto, associados ao conceito de falsa consciência, fazendo o vínculo psicológico para a justificação e manutenção do sistema social (Huici, 2003; Jost, Baniji & Nosek, 2004).

Segundo a teoria da justificação do sistema, o conteúdo dos estereótipos somente poderá ser modificado quando se produzem mudanças no sistema de relações entre os grupos e na ordem social. Cabe destacar que nem sempre os estereótipos dos grupos dominantes são positivos e nem os do grupo dominado negativos, porém independente da conotação, estão sempre a serviço da manutenção do sistema e *status quo* (Huici, 2003; Rodríguez-Bailón, 2000; Jost & Kay, 2005).

Conteúdo dos estereótipos

Os estereótipos concebidos como crenças ou representações cognitivas simplificadas da realidade, que dão significado às ações intergrupais,

frequentemente incorporam muitos tipos de características, fazem referência a aparência física, interesses, metas, papéis sociais e profissionais. Entretanto, os estereótipos vão além de como são vistos e atuam nos grupos, fazem alusão a como são os grupos sociais, que traços de personalidade compartilham seus membros, assim como que tipo de emoções e sentimentos ativam nos demais (Smith & Mackie, 1997). Os atributos que caracterizam um grupo podem ser positivos ou negativos, serem precisos ou incertos e muitas vezes exagerados na diferenciação entre os grupos.

Uma série de estudos, além de analisar o processo dos estereótipos, também tem se preocupado em examinar o conteúdo dos estereótipos de diferentes categorias sociais (Katz & Braly, 1933; Peabody, 1968, 1970; Glick & Fiske, 2001; Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002; Jost & Kay, 2005).

O estudo clássico sobre o conteúdo dos estereótipos, realizado por Katz e Braly (1933), com estudantes da Universidade de Princeton, solicitava aos mesmos que construíssem uma lista de adjetivos ou atributos típicos de algumas categorias sociais (alemães, italianos, negros, irlandeses, judeus, norte americanos, chineses, japoneses e turcos). Em um segundo momento do estudo, com uma lista de 84 características construídas a partir dos traços atribuídos anteriormente, solicitava-se a outro grupo de alunos que escolhessem cinco dos traços que melhor caracterizassem cada grupo em questão. Ao final, os autores escolheram 12 traços mais frequentemente atribuídos aos grupos: aos norte-americanos brancos se lhes atribuíam traços do tipo trabalhador, inteligente e materialista, aos norte-americanos negros traços do tipo supersticiosos, desocupados, bons de música, e aos alemães, traços do tipo científicos, trabalhadores e insensíveis (Katz & Braly, 1933; Páez, 2004).

Apesar da importância desse estudo, várias críticas foram formuladas, principalmente no que se refere ao método utilizado, a lista de atributos. As críticas centram-se, fundamentalmente, na limitação que supõe o uso das listas tanto na linguagem como na generalização, uma vez que

se excluem certos atributos que normalmente caracterizam os grupos. Do mesmo modo, defendia-se que os atributos incorporados à lista estavam enviesados, uma vez que faziam parte do discurso de estudantes universitários, em sua maioria homens brancos e de classe social média.

Além disso, as listas de atributos ajudavam a controlar o processo de estereotipia (que se supõe automático, involuntário e espontâneo), uma vez que o sujeito poderia reconhecer se um traço se encaixava no esquema mental sobre determinado grupo (Niemann e cols., 1994). Portanto, os resultados dos estereótipos grupais obtidos a partir de uma lista de adjetivos deixam a dúvida se os mesmos são oriundos das palavras utilizadas ou de um conteúdo esquemático dos estereótipos.

Com o objetivo de ultrapassar as críticas anteriormente mencionadas às listas de adjetivos, bem como buscar alternativas para o estudo do conteúdo dos estereótipos, Niemann e cols. (1994) realizaram dois estudos utilizando o método de associação livre das palavras. Esses estudos confirmam que a associação livre é um método válido, ademais ser sensível ao momento, para detectar a similaridade entre as características intracategoriais e as diferenças intercategoriais. Por exemplo: a categoria social “afro-americano”, de maneira geral, foi caracterizada como sendo um grupo que fala alto, hostil, atlético e composto por pessoas de pele escura. Ao analisar as diferenças apontadas entre homens e mulheres afro-americanos, verificaram diferenciações entre os traços atribuídos aos homens e mulheres afro-americanos. Aos homens lhes atribuíam traços do tipo musculosos e criminosos, enquanto que para as mulheres traços do tipo amigável, agradável e sociável (Niemann e cols., 1994).

Estes autores também pretendiam analisar se com o método de associação livre os estereótipos seriam mais esquemáticos (encadeados) que quando se utilizava a lista de adjetivos. De fato, as respostas obtidas mediante o método de associação livre demonstram que os sujeitos

empregavam mais informações esquemáticas que nas respostas estruturadas (listas de atributos). Os resultados assinalam que o método de associação livre provoca respostas mais esquemáticas e automáticas que na condição de lista de atributos, mas os resultados não dão evidências de que o método de livre associação é melhor que o das listas de atributos.

Os estudos acerca do conteúdo dos estereótipos também têm sugerido certa constância e estabilidade dos traços ao longo do tempo (Glick & Fiske, 1999a; Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002; Cuddy, Fiske, Kwan & et al, 2009; Páez, 2004). Algumas categorias sociais, como os velhos e os deficientes, são vítimas de estereótipos relacionados à incapacidade, à inutilidade, porém sociáveis; os europeus como capazes, competentes e frios, quando comparados com os latinos; as donas de casa como dóceis, inofensivas e sociáveis; os ricos de frios, cruéis e competentes. Ainda que se confirme certa estabilidade do conteúdo estereotípico, observam-se mudanças em determinados traços grupais, dependendo das dinâmicas socioculturais, como foi o caso dos estereótipos dos alemães e japoneses depois da II Guerra Mundial (Leyens, Yzerbit & Schadron, 1994), na Espanha com os estereótipos regionais, principalmente no caso dos vascos, que passaram a serem percebidos de forma mais negativa ante o aumento das atividades nacionalistas e anti-institucionais, mediante atentados e ameaças (Javaloy, Bechini & Cornejo, 1990; Sangrador, 1996; Páez, 2004).

Como descrito anteriormente, um dos princípios básicos do conteúdo dos estereótipos é a identificação de uma dimensão comum que represente ou diferencie as categorias sociais. Na perspectiva clássica do estudo do conteúdo dos estereótipos, os atributos que classificavam o próprio grupo estavam compostos, em sua maioria, por traços positivos; já os traços que classificavam os exogrupos apresentavam aspectos negativos, que serviam de indicadores para as condutas intergrupais de preconceito e discriminação (Snyder & Miene, 1994). Na atualidade, devido às pressões

sociais e lutas pela igualdade e pelos direitos humanos, o caráter negativo atribuído ao conteúdo dos estereótipos do exogrupo tem diminuído e, de fato, se tem observado, além das características negativas, a presença de características positivas (Smith & Mackie, 1997; Páez, 2004).

Os primeiros trabalhos acerca do conteúdo dos estereótipos, realizados por Allport (1954), já sugeriam seu caráter sistemático e ambivalente. Alguns adjetivos positivos, associados a determinadas categorias, poderiam apresentar características contraditórias. Por exemplo, os judeus foram percebidos como competentes ainda que orgulhosos e ambiciosos (frios), os negros como incompetentes ainda que sensuais e sociáveis (calorosos). Segundo Allport (1954), ainda que os estereótipos apresentem certa conotação positiva, o conteúdo aparentemente positivo pode ser desvirtuado e levar a ações preconceituosas.

Asch, em 1946, em seus experimentos sobre a formação de impressão, fez referência à importância dos traços de sociabilidade e competência para as atitudes intergrupais. Ele observou que variando um dos adjetivos utilizados para descrever uma pessoa (fria ou calorosa), era suficiente para alterar a formação de impressão. Destarte, a descrição de uma pessoa como competente, porém fria, ou competente e sociável, adaptava a percepção das pessoas com ou sem poder.

A orientação dominante nos estudos recentes, fundamentados nos achados de Allport (1954) e Asch (1946), tem centrado a classificação do conteúdo dos estereótipos basicamente em duas dimensões: a) competência e instrumentalidade, que se associam às variáveis de poder, *status* e riqueza, e b) sociabilidade, expressividade e afetividade (Fiske, Xu, Cuddy & Glick, 1999; Páez, 2004). De fato, se reduzirmos o conteúdo dos estereótipos a estas duas dimensões (sociabilidade e competência), atributos subjetivos, aparentemente positivos, dependendo do grupo e contexto a eles associados podem ser funcionalmente pouco favoráveis.

Ao mesmo tempo, o *status* e a competência são características importantes para determinar o conteúdo dos estereótipos.

Uma série de estudos tem sido desenvolvida com a finalidade de analisar a centralidade da sociabilidade e competência na percepção dos outros grupos, e sua relação com *status* e poder (Fiske e colaboradores, 1998, 2002). Estudos realizados por Betancor, Rodríguez, Rodríguez, Leyens e Quiles (2005) confirmam a hipótese de que a atribuição de sociabilidade e competência depende do *status* grupal, esquema aplicável tanto ao próprio grupo como ao outro grupo.

Segundo essa teoria os grupos de baixo *status* são caracterizados com traços estereotípicos de baixa competência e alta sociabilidade e os grupos de alto *status* com traços de alta competência e baixa sociabilidade. Na mesma linha, os trabalhos de Rodríguez-Bailón (2000) revelam a influência do poder na formação de impressão e juízos sociais. Seus estudos revelam que o estereótipo de competência é apreciado como um traço mais importante que a sociabilidade nas pessoas que ocupam cargos de chefia. Também constatou que as pessoas poderosas se autopercebiam como mais sociáveis e menos competentes (Puertas, Rodríguez-Bailón & Moya, 2002).

Fiske, Xu, Cuddy e Glick (1999) sugerem que o conteúdo dos estereótipos se produz à luz das relações socioestruturais entre os grupos, quer dizer, surge da interação entre o *status* grupal e sua interdependência estrutural, baseando-se nas relações intergrupais de competitividade ou de cooperação. Esta teoria defende que o *status* grupal prediz a competência, e a interdependência prediz a sociabilidade. Assim sendo, cobiçam-se e respeitam-se os grupos de alto *status* (ricos) por sua competência, porém não gostamos deles, e os grupos de baixo *status* (dona de casa), por sua incompetência não os respeitamos, porém despertam sentimentos positivos e se é condescendente com eles. Portanto, os grupos dominados cumprem o papel que os grupos dominantes desejam que

eles cumpram, criando uma relação intergrupar de cooperação, ainda que baseada na exploração. Ao mesmo tempo sugere que os exogrupos podem ser estruturados em dois tipos: os incompetentes, porém sociáveis, e os competentes, entretanto pouco sociáveis, que também indicam que os grupos tenderiam a ser altos em uma dimensão e baixos em outra, dificilmente altos ou baixos nas duas dimensões.

De fato, esta teoria sugere que os estereótipos são ambivalentes. São positivos em uma dimensão e negativos em outra (competente e sociável), ambivalência que se reflete nas atitudes intergrupais. Sendo assim, os grupos estereotipados como competentes e sociáveis produziram atitudes de aproximação vinculadas ao sentimento de inveja, desejo de possuir ou gozar dos mesmos benefícios; já os grupos estereotipados como incompetentes, porém sociáveis, produziram atitudes ou um preconceito do tipo paternalista.

Esta terminologia pode ser utilizada para aludir a características que diferenciam homens e mulheres. Socialmente mantém-se a crença de que os homens tendem a manifestar características de autoafirmação, independência, controle e domínio, além de uma menor implicação em atividade de cunho interpessoal, e a crença de que as mulheres são dependentes, emocionais e que se envolvem mais em atividades interpessoais baseadas na harmonia (Arias, 2004). Mantém-se, a nível transcultural, a crença de que os homens são mais instrumentais e as mulheres mais afetivas ou sociáveis (Cuddy e cols., 2009).

Conteúdo dos estereótipos regionais

Esta mesma terminologia pode ser utilizada para investigar os estereótipos regionais, que se referem a uma visão positiva ou negativa

generalizada sobre determinada região geográfica. As pesquisas sobre os estereótipos regionais buscam saber como são percebidos os grupos regionais e as nações. Estudos realizados por Peabody (1985), com uma amostra de estudantes de diversos países (ingleses, alemães, franceses, italianos, australianos e finlandeses), constataram forte diferenciação entre os traços estereotípicos atribuídos às diversas nações. Os alemães foram estereotipados como persistentes, rígidos, assertivos, ativos, enérgicos e seguros; os italianos como relaxados, vagos, superficiais e amorosos e os ingleses como autocontrolados, sérios, prudentes, frios e assertivos. Estudos realizados por Koomer e Bähler (1996) encontraram resultados similares, assim como a tendência ao favoritismo endogrupal, maior atribuição de traços positivos ao endogrupo, em comparação com as outras nações, e uma forte concordância entre a percepção do autoestereótipo e do heteroestereótipo.

Utilizando o modelo do conteúdo dos estereótipos proposto por Fiske, Cuddy, Glick e Xu (2002), os grupos regionais e nacionais podem ser classificados segundo o grau de sociabilidade e competência (instrumentalidade). Em um estudo transcultural realizado em dez países, Cuddy e colaboradores (2009) encontraram que Alemanha, Inglaterra, França, Áustria, Nova Zelândia, Luxemburgo, Suíça, Dinamarca e Finlândia foram classificados como mais competentes que sociáveis, enquanto que Portugal, Grécia, Itália e Espanha foram classificadas como sendo mais sociáveis que competentes. Estes resultados indicam que as dimensões de sociabilidade (amigo-inimigo) e competência (capaz-incapaz) podem ser consideradas categorias universais, embora não devamos esquecer as diferenças culturais encontradas nos diversos países. Por exemplo, em culturas coletivistas (China) enfatizam-se com maior intensidade a harmonia social sobre a autonomia individual, e diferenciam-se mais fortemente os grupos na dimensão de sociabilidade

que as culturas individualistas (Estados Unidos da América). Por outro lado, as sociedades individualistas enfatizam mais a autonomia que a harmonia interpessoal, e minimizam a influência da dimensão de competência (Fiske, 1998; Triandis, 1995).

Estudos realizados na Espanha acerca dos estereótipos regionais (Ovejero, 1991; Sangrador, 1996; Fuertes, 1986; Javaloy, Bechini & Cornejo, 1990; Zlobina, 2004) constataram que os grupos regionais são claramente estereotipados, e de forma diferenciada. Também verificaram alterações no conteúdo ao longo dos anos, derivadas das mudanças sociopolíticas. Os andaluzes são descritos como expressivos (alegres, abertos, carinhosos, sensuais e exagerados) e menos instrumentais ou competentes (menor poder, riqueza e *status*). Os vascos foram percebidos como mais instrumentais (trabalhadores, individualistas e fortes) e menos expressivos (rudes). Na atualidade, aos vascos tem-se acrescentado os traços de separatistas e extremistas, que se associam às mudanças políticas e ideológicas. Os catalães são descritos como tacanhos, trabalhadores, individualistas, empreendedores e práticos. Os galegos como desconfiados e trabalhadores, e os de castilha como sérios, conservadores, honrados, sóbrios e tranquilos (Sangrador, 1996; Zlobina, 2004). Também foi encontrada alta concordância entre os traços auto e heteroatribuídos entre os andaluzes, os galegos e os de castilha. Os catalães apresentaram alguma concordância, e os vascos menores níveis de concordância.

Outros estudos têm destacado a importância do clima na construção dos estereótipos regionais (Pennebaker, Rimé & Blankenship, 1996). Segundo essa teoria, as pessoas provenientes de regiões onde o clima é mais quente, devido à maior sociabilidade, interação e riqueza estimular, seriam mais sensíveis às emoções, à dor e ao prazer, destarte emocionalmente mais expressivos. Enquanto as pessoas provenientes de regiões

mais frias, ao manterem menor contato social e menor riqueza estimular, seriam emocionalmente menos expressivas.

Modelo explicativo da atribuição dos estereótipos e suas implicações nas ações intergrupais

Fiske e colaboradores (2002, 2009), propõem um modelo de conteúdo dos estereótipos baseado no postulado de que o conteúdo dos estereótipos é ambivalente e estruturado em função de duas dimensões primárias: a) competência e sociabilidade, que combinam entre si e produzem diferentes tipos de atitudes ou preconceito. De acordo com este modelo, altos valores em sociabilidade e baixos em competência produziram o preconceito do tipo paternalista (por exemplo, atitudes em relação às mulheres) e b) altos valores em competência e baixos em sociabilidade desenvolveriam um tipo de preconceito baseado no desejo ou sentimento de obter os mesmos benefícios que desfruta tal grupo (inveja); tais sentimentos desencadeiam atitudes de evitação (preconceito observado em relação aos judeus e asiáticos). Portanto, no caso dos grupos subordinados considerados não competitivos, o estereótipo de sociabilidade se associaria aos traços de incompetência, o que justificaria e perpetraria a superioridade de alguns grupos mediante as crenças ideológicas justificadoras do sistema.

Nesse modelo, os estereótipos, em conjunto com as emoções, ocupariam um papel importante e serviriam de mediadores das atitudes e ações intergrupais. Para Cuddy, Fiske e Glick (2007), as emoções de maior impacto nas atitudes intergrupais são as de compaixão, inveja, admiração e desprezo, que se diferenciam em função da combinação das quatro dimensões estereotípicas (sociabilidade, competência, alto e

baixo *status*), de modo tal que o alto *status* se associaria à dimensão de competência, e a competição à baixa sociabilidade.

Sendo assim, as diferentes dimensões estereótípicas despertariam diferentes tipos de atitudes, mediadas por diferentes emoções. Grupos sociais que apresentam o estereótipo de baixa competência e alta sociabilidade seriam percebidos como incapazes e pouco ameaçantes. Em presença de grupos caracterizados como sociáveis e pouco competentes, a atitude intergrupar seria de proteção. Como ilustração desse tipo de atitude pode-se utilizar o papel secundário que ocupa a mulher em nossa sociedade. As mulheres socialmente classificadas como pertencentes aos grupos subordinados ou de baixo *status* são ao mesmo tempo estereotipadas como sociáveis e pouco competentes. Estas crenças, socialmente compartilhadas, servem para manter os privilégios dos grupos dominantes (homens). Enquanto os grupos de alto *status*, classificados como competentes e pouco sociáveis (homens), ajudariam a justificar o sistema social, bem como reforçar o sentimento de ressentimento em relação aos grupos dominantes (Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002; Jost, Banaji & Nosek, 2004).

Pode-se comparar o preconceito paternalista ao racismo ambivalente proposto por Katz e Hass (1988). O racismo ambivalente apresenta, por um lado, uma atitude racista onde os negros são percebidos como incompetentes e preguiçosos e, por outro lado, uma atitude antirracista de que os negros estão em desvantagem e necessitam ser ajudados. O mesmo ocorre no sexismo ambivalente, no qual as mulheres são percebidas como incompetentes, porém amáveis, despertando sentimentos ambivalentes de falta de respeito, por sua condição de inferioridade, devido aos seus fracassos, e ao mesmo tempo, sentimentos de ternura, compaixão, simpatia e defesa dos seus direitos, devido à sua atitude de cooperação ou sociabilidade.

Os grupos estereotipados como altos em competência e baixos em sociabilidade despertam uma atitude ou preconceito vinculado ao sentimento de inveja. Os grupos que possuem estas características são reconhecidos como competentes (bons) embora as interações sociais não sejam tão positivas (pouco sociáveis). Aqui poderíamos incluir o sexismo hostil direcionado ao grupo de mulheres não tradicionais (feministas, lésbicas, etc.), o antissemitismo, crença na existência de uma conspiração econômica dos judeus, estereotipados como competentes, contudo egoístas (pouco sociáveis), os asiáticos percebidos como competentes, ambiciosos, trabalhadores e pouco sociáveis (Cuddy, Fiske & Glick, 2007).

Enquanto o primeiro grupo (alta sociabilidade e baixa competência) não representa uma ameaça, o segundo (alta competência e baixa sociabilidade) a representa. Neste sentido, os exogrupos de êxito que apresentam alta competência e baixa sociabilidade, de fato, representam uma ameaça ao endogrupo como consequência de sua competência e seu êxito, o que desperta sentimentos de inveja. Neste caso, o estereótipo de baixa sociabilidade serve de justificção para o distanciamento social desses grupos. De fato, a função dos estereótipos e das atitudes paternalistas e de inveja é a de justificar e manter o *status quo*, assim como defender a posição socioeconômica que ocupam os grupos sociais, mantendo, portanto, a dominância social (Jost, Banaji & Nosek, 2004).

Os exogrupos também podem ser classificados utilizando os outros dois extremos: a) os grupos de baixo *status*, que são estereotipados como pouco sociáveis e pouco competentes. Estes produziriam emoções negativas e seriam percebidos como *parasitas*. Estes grupos seriam classificados como oportunistas e exploradores e, por isso, seriam excluídos socialmente por seu aspecto altamente negativo (antissocial) e por sua suposta incapacidade (pouco competentes). Do mesmo modo, podemos encontrar os exogrupos classificados como: b) sociáveis e

competentes: nesta dimensão encontraríamos os grupos de referência, como o endogrupo e os grupos aliados. Ainda que estes grupos sejam estereotipados como competentes, não representam uma ameaça porque não rivalizam com o endogrupo, são aliados e, ao mesmo tempo, são sociáveis, de forma que provocam atitudes de admiração e aproximação (Cuddy, Fiske & Glick, 2007).

O modelo do conteúdo dos estereótipos destaca a relevância do *status* do grupo na estrutura social. Os estereótipos, oriundos das relações entre grupos de alto e baixo *status*, levam-nos a supor que os grupos classificados como competentes e poderosos são também de alto *status*, e os grupos classificados como menos competentes, menos poderosos são os de baixo *status* ou subordinados. Estudos têm confirmado o modelo explicativo das atitudes intergrupais. O conteúdo dos estereótipos parece ser sistemático e se correlaciona com a estrutura social; a percepção do *status* e a competição predizem a percepção de competência e sociabilidade (Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002; Fiske, Xu, Cuddy & Glick, 1999; Cuddy, Fiske, Kwan e cols., 2009).

Como vimos, um conjunto de estudos foi realizado para entender e explicar o processo, o conteúdo e a função dos estereótipos. A partir deles argumenta-se que muitas são as variáveis que influenciam na construção e na manutenção dos estereótipos, tais como conflito, *status*, poder, legitimidade, identidade e valores sociais.

Tendo por pressuposto a teoria das relações intergrupais, e utilizando o modelo explicativo dos estereótipos de Fiske e colaboradores (2002, 2009), o presente estudo tem por objetivo analisar a estrutura, o conteúdo e a função dos estereótipos de dois grupos regionais (norte/nordeste e sul), em dois países (Brasil e Espanha), bem como a implicação que a estrutura estereotípica apresenta nas relações intergrupais de aproximação ou de evitação de contato.

Utilizando o modelo explicativo dos estereótipos de Fiske e colaboradores (2002, 2009) espera-se que:

- a. As regiões se diferenciarão no que se refere às dimensões estereotípicas de competência, sociabilidade, competitividade e *status*;
- b. Os grupos regionais apresentarão estereótipos mistos de competência e sociabilidade (se alto em um, baixo em outro);
- c. Regiões consideradas de baixo *status* e menor desenvolvimento socioeconômico serão percebidas como mais sociáveis e pouco competentes;
- d. Regiões consideradas de alto *status* e maior desenvolvimento socioeconômico serão percebidas como pouco sociáveis e competentes;
- e. Espera-se encontrar certo consenso quanto à percepção estereotípica auto como heteropercebida;
- f. Espera-se que grupos regionais estereotipados como pouco competentes, de baixo *status* e competitivos ativem atitudes intergrupais negativas de evitação, afastamento e de agressão;
- g. Grupos regionais estereotipados como sociáveis e de alto *status* despertem atitudes intergrupais de aproximação e cooperação.

Participaram deste estudo 755 estudantes universitários dos cursos de ciências humanas de dois países (Brasil e Espanha), de duas regiões (nordeste e sul do Brasil e, na Espanha, norte e sul). Tomaram parte do estudo 374 estudantes espanhóis, 62% do norte (Universidad del País Vasco) e 38% do sul (Universidad de Granada), em sua maioria mulheres (67%), com idades compreendidas entre 17 e 58 anos (média = 24.4, *DP* = 8.4 anos). A amostra brasileira estava composta por 381 estudantes, 51.2% do nordeste (Universidade Federal da Paraíba e Universidade Tiradentes), 48.8% do sul (Universidade de Joinville e Universidade

Federal de Santa Catarina), em sua maioria mulheres (83.3%), com idades compreendidas entre 17 e 58 anos (média = 21.9, DP = 5.06 anos).

Utilizou-se nesse estudo um questionário, respondido individualmente em salas de aulas, composto pelas seguintes medidas:

- a. dimensões estereotípicas de Fiske e colaboradores (2002). Escala tipo Likert de cinco pontos (1, “nada em absoluto”, a 5, “extremadamente”), composta por 14 itens, subdividida em quatro subescalas. A dimensão estereotípica de Competência está composta por quatro itens, tais como: “*quão competentes são os habitantes da região (norte/nordeste/sul?)*”. Sociabilidade, também composta por quatro itens, tais como: “*quão simpáticos são os habitantes da região (norte/nordeste/sul?)*”. As dimensões de Status e Competitividade estão compostas por três itens, tais como: Status: “*que nível de prestígio ocupa a região (norte/nordeste/sul) no Brasil ou Espanha*”; Competitividade: “*quanto dos recursos destinados aos habitantes da região (norte/nordeste/sul) são retirados dos recursos de outras regiões*”. O índice de confiabilidade, mensurado nas subescalas, pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 01: Índice de confiabilidade das escalas de estereótipos

Estereótipos	Espanha (α)	Brasil (α)
Competência	.74	.84
Sociabilidade	.82	.88
Status	.68	.83
Competitividade	.74	.77

- b. Escala de preconceito sutil e flagrante de Pettigrew e Meertens (1995), adaptada por Rueda e Navas (1996), que está composta

por vinte itens, subdividida em duas subescalas de dez itens cada. Escala tipo Likert, de cinco pontos (1, “completamente em desacordo”, a 5, “completamente em acordo”). A escala de preconceito flagrante está composta por itens de ameaça e evitação de contato “*as pessoas do norte/sul ocupam postos de trabalho que deveriam ser ocupados pelas pessoas do norte/sul*”. A escala de preconceito sutil, por itens que fazem referência a percepção de ameaça aos valores tradicionais, diferenças culturais e preconceito afetivo “*penso que as pessoas do norte/sul são muito diferentes das pessoas do norte/sul, em suas idéias e valores sexuais ou em suas práticas sexuais*”. O índice de confiabilidade da escala de preconceito sutil foi de $\alpha.73$ (Es) e $\alpha.65$ (Br), e preconceito flagrante $\alpha.82$ (Es) e $\alpha.75$ (Br);

- c. *Percepção de ameaça*, medida a partir de três tipos de ameaça: realista (econômica), “*as pessoas do norte/sul percebem que seus recursos e desenvolvimento econômico estão ameaçados pelo norte/sul*”, simbólica (valores e crenças), “*as pessoas no norte/sul percebem que seus valores e crenças estão sendo ameaçados pelos valores e crenças do norte/sul*”, e ameaça a liberdade e direitos, “*as pessoas do norte/sul percebem que a liberdade e direitos de seu grupo estão sendo ameaçados pelo norte/sul e seus habitantes*”;
- d. *Aproximação social* foi avaliada mediante duas perguntas: a) uma relacionada à similaridade grupal, “*em que medida os habitantes do norte/sul são parecidos*”, e b) cooperação: “*em que medida o norte/sul devem cooperar para obter um desenvolvimento conjunto*”;

- e. *Proteção endogrupal*, mensurada a partir de duas perguntas: a) distância social: em que medida “o norte/sul deve proteger-se, distanciar-se social e politicamente do exogrupo”; b) ação agressiva: em que medida “o norte/sul deve atuar agressivamente contra o norte/sul, defendendo seus direitos ativamente”.

As medidas de percepção de ameaça, aproximação e proteção grupal foram mensuradas a partir de uma escala tipo Likert, de nove pontos (1, “fortemente em desacordo”, a 9, “fortemente de acordo”). As análises dos dados foram trabalhadas estatisticamente mediante o programa SPSS for Windows, versão 14.0.

Segundo a teoria de Fiske e colaboradores (2002), os grupos sociais diferenciar-se-iam nas dimensões estereotípicas de sociabilidade, competitividade, *status* e competência. Com a finalidade de analisar como se estruturam as dimensões estereotípicas segundo os grupos regionais, realizou-se uma MANOVA 2 X 2 comparando os grupos regionais de pertença (norte e sul (Espanha)/nordeste e sul (Brasil)), e grupo regional a ser avaliado (norte e sul (Espanha)/nordeste e sul (Brasil)). As análises multivariadas, tal como esperávamos, confirmaram que as regiões se diferenciam entre si, significativamente, nas quatro dimensões estereotípicas, tanto no Brasil como na Espanha.

No que se refere à dimensão estereotípica de *competência*, na amostra espanhola constatou-se um efeito principal significativo em função do grupo regional avaliado ($F(1, 349) = 52,82; p < .001$), conferindo maior competência aos nortenhos em comparação com os sulistas ($M=3.64$ vs. $M=3.20$). Além disso, observou-se um efeito de interação entre região de pertença e região avaliada ($F(1, 349)=28.76; p < .001$), de forma que os nortenhos se autoavaliaram como mais competentes que os sulistas, ainda que os sulistas tenham se autopercebido, ligeiramente, como mais competentes

que os nortenhos. Não se observou diferenças significativas em relação à região de pertença ($F(1,349)=1.92; p>.10$) (Figura 1).

Na amostra brasileira observou-se um efeito principal significativo no grupo regional avaliado, ($F(1, 337)=74.247; p<.001$), de forma que se confere maior competência aos sulistas em comparação com os nordestinos ($M=3.83$ vs. $M=3.13$). Também se constatou um efeito de interação significativo entre região de pertença e região avaliada, ($F(1, 337)=11.22; p<.001$), em que os sulistas se autoperceberam como mais competentes e os nordestinos, ainda que se autoavaliassem como mais competentes do que foram avaliados pelos sulistas, avaliaram os sulistas com sendo mais competentes que eles mesmos. Não se observou efeito principal significativo em relação à região de pertença ($F(1,337)=.249; p>.10$) (Figura 1).

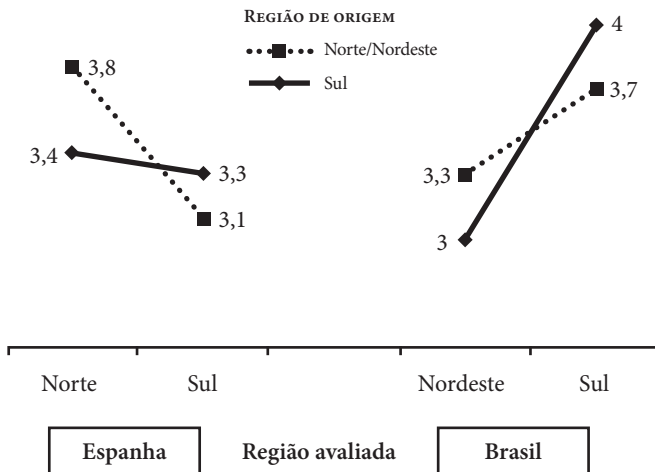


Figura 1: Médias da percepção do estereótipo de *competência* em função da região de pertença e região avaliada no Brasil e Espanha.

Em relação à percepção do estereótipo de *sociabilidade*, na amostra espanhola, observou-se um efeito principal significativo segundo a região avaliada, $F(1, 349)=168.56$; $p<.000$), sendo os sulistas avaliados como mais sociáveis que os nortenhos ($M=4.03$ frente $M=3.10$), e um efeito principal significativo em região de pertença ($F(1, 349)=10.150$; $p<.000$). Desta forma, os nortenhos outorgam pontuações de sociabilidade mais altas que os sulistas ($M=3.68$ frente a $M=3.45$). Também se constatou um efeito de interação significativo entre região de pertença e região avaliada ($F(1, 349)=82.468$; $p<.000$), de forma que os nortenhos são avaliados como menos sociáveis tanto pelos sulistas como pelos nortenhos, abaixo de sua autoavaliação, e se autoavaliaram como mais sociáveis do que foram avaliados pelos nortenhos (ver Figura 2).

Na amostra brasileira observou-se um efeito principal significativo em relação ao grupo avaliado, ($F(1, 337)=74.25$; $p<.001$). Em geral, os nordestinos foram avaliados como mais sociáveis quando comparados com os sulistas ($M=4.07$ frente a $M=3.26$). Observou-se um efeito de interação significativo entre grupo regional de pertença e região avaliada ($F(1, 337)=20.993$; $p<.001$), em que os nordestinos foram avaliados como mais sociáveis tanto pelos sulistas como pelos próprios nordestinos. Assim mesmo, os nordestinos são os que se autoatribuem níveis mais altos de sociabilidade e menores níveis de sociabilidade aos sulistas, ou seja, são os nordestinos os que fazem maior diferenciação entre as regiões no estereótipo de sociabilidade. Os sulistas, ainda que avaliem os nordestinos como mais sociáveis, fazem menor diferenciação porque se autopercebem como mais sociáveis do que são percebidos pelos nordestinos. Não se observou efeito principal significativo em relação à região de pertença ($M= 3.59$ (nordeste) frente a $M= 3.75$ (sul); $F(1, 337)=3.36$; $p> .10$) (ver Figura 2).

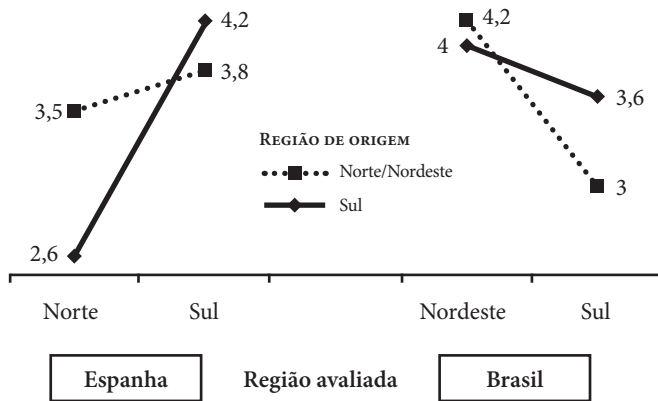


Figura 2: Médias da percepção do estereótipo de *sociabilidade* em função da região de pertença e região avaliada no Brasil e Espanha.

Analisando os resultados referentes ao estereótipo de alto e baixo *status*, na amostra espanhola comprovou-se um efeito principal significativo no grupo avaliado ($F(1, 349)=109.836; p<.000$). Em geral, os sulistas foram avaliados como sendo o grupo regional de menor *status* em comparação com os nortenhos ($M=2.89$ frente a $M=3.61$). Encontrou-se um efeito principal significativo em região de pertença ($F(1, 349)=5.980; p<.01$), em que os nortenhos fazem atribuições mais genéricas de *status* que os sulistas ($M=3.33$ frente a $M=3.12$). Também observou-se um efeito de interação significativo entre região de pertença e região avaliada ($F(1, 349)=9.496; p<.01$), em que os nortenhos são avaliados tanto pelos sulistas como por eles mesmos como o grupo regional de maior *status*, sendo a média de autoavaliação, no caso dos nortenhos, significativamente superior à autoavaliação dos sulistas e superior à que os sulistas se autoatribuem (ver Figura 3).

Analisando os resultados brasileiros no que dizem respeito ao estereótipo de *status*, constatou-se um efeito principal significativo em relação à região avaliada ($F(1,337)=52.168$; $p<.001$). Em geral, o nordeste foi estereotipado como o grupo regional que apresenta menor *status*, uma vez que tanto os nordestinos como os sulistas atribuem menor *status* ao nordeste; em contrapartida, os sulistas foram percebidos como sendo o grupo regional de maior *status* ($M= 2.56$ frente a $M= 4.03$). No entanto, não se observou efeito principal significativo em região de pertença ($M=3.34$ (nordeste) frente a $M=3.24$ (sul); $F(1, 337)=2.123$; $p>.10$), nem efeito de interação significativo entre região de pertença e região avaliada ($F(1,337)=.529$, $p>.10$) (ver Figura 3).

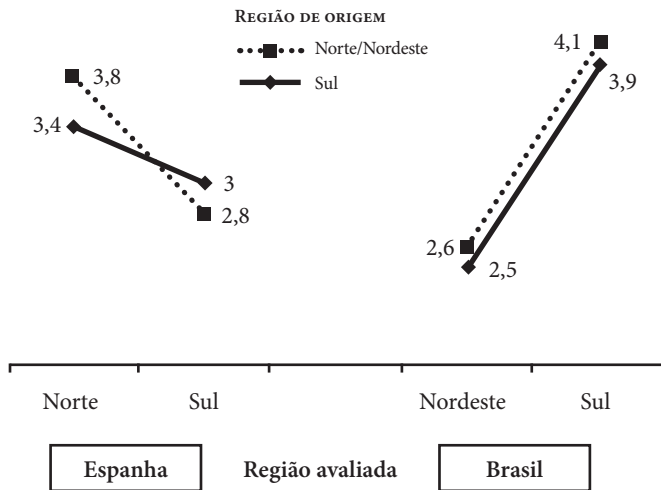


Figura 3: Médias da percepção do estereótipo de *status* em função da região de pertença e região avaliada no Brasil e Espanha.

Finalmente, analisando a dimensão estereotípica de *competitividade*, os dados espanhóis revelam um efeito principal significativo em relação ao grupo regional avaliado ($F(1, 349)=14.875$; $p < .001$), sendo os nortenhos avaliados como mais competitivos que os sulistas ($M=2.80$ vs. $M=2.49$). Constatou-se, também, um efeito principal significativo no que se refere à região de pertença ($F(1, 349)=5.501$; $p < .05$), uma vez que os nortenhos atribuíram pontuações mais moderadas e os sulistas pontuações mais extremas ($M=2.55$ frente a $M=2.74$). Do mesmo modo, observou-se um efeito de interação significativo entre região de pertença e região avaliada ($F(1, 349)=46.308$; $p < .000$), em que tanto os sulistas como os nortenhos conferiram maior competitividade ao exogrupo que ao próprio grupo, ainda que os sulistas avaliassem os nortenhos acima da média recebida na avaliação dos nortenhos. Os sulistas perceberam os nortenhos como sendo muito mais competitivos; o mesmo efeito, porém inverso, foi observado na avaliação dos nortenhos em relação aos sulistas (ver Figura 4).

Considerando a amostra brasileira, na dimensão estereotípica de *competitividade*, observou-se um efeito principal significativo no que se refere à região avaliada ($F(1, 337)=74,247$; $p < .001$), de forma que os sulistas são avaliados como mais competitivos, em comparação com os nordestinos ($M=2.98$ frente a $M=2.33$). Observou-se um efeito principal significativo em região de pertença ($F(1, 337)=13.255$; $p < .001$), em que os nordestinos atribuíram maiores médias de competitividade que os sulistas ($M=2.82$ frente a $M=2.49$). Um efeito de interação significativo entre região de pertença e região avaliada ($F(1, 337)=17.904$; $p < .001$), em que os nordestinos se autoperceberam como menos competitivos e perceberam os sulistas como muito mais competitivos. Por outro lado, os sulistas se autoavaliaram e avaliaram os nordestinos de forma similar em relação a competitividade (ver Figura 4).

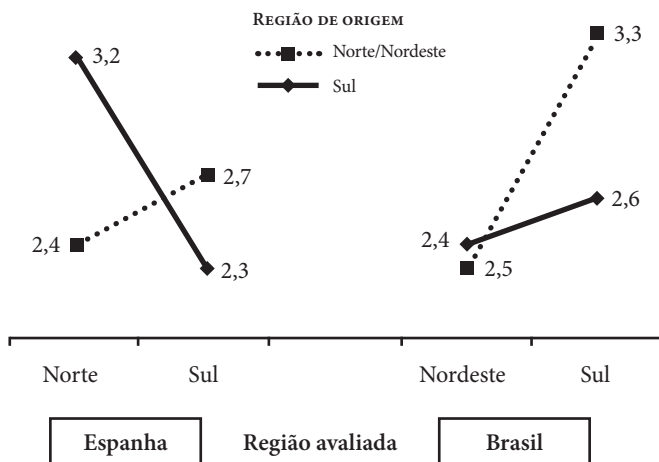


Figura 4: Médias da percepção do estereótipo de *competitividade* em função da região de pertença e região avaliada no Brasil e Espanha.

Os resultados sugerem que as pessoas, em geral, mantêm uma representação estereotípica dos grupos regionais, mais ou menos estruturada e compartilhada socialmente, de forma que o grupo regional de maior desenvolvimento socioeconômico fosse caracterizado como mais competente, mais competitivo, de maior *status* e menos sociável. Enquanto que o grupo regional de menor desenvolvimento socioeconômico fosse estereotipado como sendo mais sociável, menos competente, menos competitivo e de menor *status*. Os resultados confirmam a hipótese de Fiske e colaboradores (1999, 2002), em que os grupos regionais se diferenciariam em função das dimensões estereotípicas, e que os grupos avaliados “altos”, em uma dimensão, seriam avaliados “baixos”, em outra, bem como o fato que o estereótipo de competência presumiria alto *status* e alta sociabilidade presumiria baixa competitividade.

Os resultados apresentados apontam, ainda, para a existência de uma estrutura estereotípica consensual das regiões tanto na Espanha como no Brasil. Os estereótipos de maior competência e *status* foram atribuídos às regiões de maior desenvolvimento, e a sociabilidade às regiões de menor desenvolvimento socioeconômico. Além disso, cada grupo, se bem aceitava seus déficits, os atenuava, quer dizer, ocorreu simultaneamente um consenso e um favoritismo endogrupal. Ambos os grupos opinavam que o exogrupo era mais competitivo, ainda que essa percepção fosse mais acentuada no caso do sul da Espanha.

No caso da amostra brasileira foi possível constatar que foram os membros da região menos desenvolvida (nordeste) os que marcaram maiores diferenciações intergrupais estereotípicas, principalmente na dimensão de sociabilidade. Dimensão esta de fundamental importância para tal região, uma vez que a diferencia de forma positiva da região sul; ao mesmo tempo em que se imputava ao sul o estereótipo de maior competitividade – dimensão relevante na cultura do individualismo, visto que supõe uma característica pouco valorizada e fortemente atribuída ao exogrupo. Este estereótipo poderia expressar uma carga negativa de forma que diferenciaria os grupos regionais. Observou-se, portanto, na região menos desenvolvida, um evidente comportamento de favoritismo endogrupal, ao ressaltar o traço positivo do próprio grupo (sociabilidade) e o traço negativo (competitividade) do outro grupo. Os dados também sugerem que sujeitos oriundos das regiões mais desenvolvidas, especialmente nas dimensões de sociabilidade e competitividade, não fazem diferenciações claras entre os grupos regionais, minimizando, portanto, sua saliência e importância.

Desde a perspectiva da teoria dos conflitos intergrupais (Sherif e cols., 1961), tem-se ressaltado que os estereótipos, assim como a percepção de ameaça, são variáveis importantes na determinação das ações

intergrupais. O que nos faz supor que os estereótipos de alta competitividade se associariam a avaliações negativas do exogrupo, e por ende, a tendência para ações negativas relacionadas à evitação de contato e ações agressivas (Stephan e cols., 2002), enquanto que os estereótipos de sociabilidade se associariam à baixa percepção de ameaça e a condutas de aproximação e cooperação intergrupual. Já os grupos percebidos como competentes e de alto *status* estariam associados a avaliações positivas, ações de aproximação e contato intergrupual. Entretanto, os exogrupos percebidos como de alto *status* e competitivos poderiam associar-se a ações de evitação de contato, quando associados à percepção de ameaça (Fiske e cols., 2002).

Com o objetivo de avaliar a relação existente entre os estereótipos regionais, percepção de ameaça e ações intergrupais, realizou-se uma série de análises correlacionais.

Na amostra espanhola pode-se constatar que a percepção de alta *sociabilidade exogrupal* se associava a uma baixa percepção de ameaça (simbólica, real e liberdade), baixa defesa mediante o uso de ações agressivas e violentas como estratégia de proteção grupal, alta percepção de similaridade intergrupual, baixa defesa, bem como baixa expressão de preconceito sutil e manifesto.

A percepção de que o exogrupo ostenta um estereótipo de *alto status* associava-se de forma positiva com a percepção de ameaça econômica, com a ideia de que os grupos regionais são similares e que devem cooperar para obter um desenvolvimento conjunto, bem como associava-se negativamente com a opinião de que o endogrupo deve proteger-se, distanciar-se social e politicamente do exogrupo e com baixa expressão de preconceito sutil e manifesto.

Uma visão *competitiva* do exogrupo regional associou-se positivamente à percepção de ameaça real, simbólica e a ameaça à liberdade

e aos direitos, a baixa percepção de similaridades entre os grupos regionais, alta defesa mediante o uso de ações agressivas e violentas, distanciamento social e político como instrumentos de proteção dos direitos grupais, assim mesmo com expressão do preconceito sutil e manifesto.

Ao analisar as intercorrelações entre o estereótipo de *competência* e percepção de ameaça não foram encontradas associações significativas. Entretanto, foram observadas associações significativas e positivas entre competência e percepção de similaridade e de cooperação intergrupar para obter um desenvolvimento conjunto, bem como associações negativas de defesa mediante distanciamento social e político, uso de ações violentas e agressivas e baixa expressão do preconceito sutil e manifesto (ver Tabela 2).

Tabela 2: Correlações entre estereótipos, percepção de ameaça e ações intergrupais em uma amostra espanhola.

	Sociabilidade	Status	Competitividade	Competência
Ameaça:				
- econômica	-.314**	.181**	.380**	.081
- liberdade e direitos	-.265**	.076	.314**	-.038
- valores e crenças	-.160*	-.059	.207**	-.117
Similaridade	.261**	.202**	-.173**	.250**
Cooperação	-.030	.356**	-.038	.240**
Proteção, distância social	-.027	-.151*	.213**	-.284**
Ação agressiva	-.130*	-.046	.288**	-.215**
Preconceito sutil	-.278**	-.228**	.151*	-.339**
Preconceito manifesto	-.226**	-.134*	.230**	-.305**

N=179-189. * $p < .05$; ** $p < .01$

No caso da amostra brasileira foram observados resultados similares aos encontrados na amostra espanhola. A percepção de *sociabilidade* associou-se de forma negativa à percepção de ameaça real, simbólica e ameaça à liberdade e aos direitos do endogrupo; igualmente averiguou-se que a sociabilidade relaciona-se negativamente a ações de defesa e proteção intergruppal mediante o afastamento sociopolítico, e uso de ações agressivas e baixa expressão do preconceito sutil e manifesto.

A percepção de que o exogrupo regional assume uma posição de *alto status* associava-se positivamente à percepção de ameaça (real, simbólica, e liberdade e direitos), ainda que se defendessem estratégias de cooperação intergruppal, mesmo assim, mantinha-se a crença de que o endogrupo deveria proteger-se, afastar-se social e politicamente do exogrupo, o que justificaria o uso de ações agressivas como instrumento de defesa e proteção dos interesses do endogrupo regional.

Uma visão de que o exogrupo regional é *competitivo* associava-se positivamente à percepção de ameaça real, simbólica e ameaça a liberdade e direitos, bem como com a baixa percepção de similaridade intergruppal, maior defesa e proteção endogrupal mediante o afastamento sociopolítico, o que justifica o uso de ações agressivas e maior expressão do preconceito sutil e manifesto.

O estereótipo de *competência* agregava-se positivamente à percepção de ameaça grupal (real, simbólica e liberdade), bem como à percepção de que os grupos regionais são similares, que devem cooperar para um desenvolvimento conjunto, ao mesmo tempo em que se defende o uso de ações agressivas como forma de proteção ao endogrupo (ver Tabela 3).

Em síntese, os resultados comprovam que a percepção de alta competência ou instrumentalidade exogrupal reforça a tendência à cooperação e à similaridade intergruppal, ainda que não influencie a percepção de ameaça, no caso da amostra espanhola. Estes resultados sugerem

Tabela 3: Correlações entre estereótipos, percepção de ameaça e ações intergrupais em uma amostra brasileira

	Sociabilidade	Status	Competitividade	Competência
Ameaça:				
- econômica	-.340**	.563**	.620**	.321**
- liberdade e direitos	-.299**	.446**	.463**	.258**
- valores e crenças	-.352**	.350**	.436**	.150*
Similaridade	.207**	.041	-.125*	.135*
Cooperação	.116	.139*	-.038	.211**
Proteção, distância social	-.224**	.230**	.272**	-.002
Ação agressiva	-.191**	.338**	.403**	.134*
Preconceito sutil	-.432**	-.127	.198*	-.163
Preconceito manifesto	-.509**	.010	.190*	-.179

*N=71-174. ** $p < .01$; * $p < .05$*

que a dimensão de instrumentalidade reforça a colaboração intergrupar, independente de sua combinação com a sociabilidade. No caso da amostra brasileira, o exogrupo avaliado como competente representa uma ameaça real e simbólica ao endogrupo. No entanto, por suas características de competência, defendem-se condutas de aproximação social mediante a percepção da similaridade e da cooperação entre os grupos, ainda que se justifique o uso de ações agressivas em situações nas quais o endogrupo perceba que os interesses endogrupais estejam ameaçados. Estes resultados sugerem que o estereótipo de alta competência ou instrumentalidade, no caso do Brasil, apresenta certa ambiguidade, se bem reforça, por um lado, as atitudes de aproximação, por outro, estimula o afastamento sociopolítico.

Considerando os grupos avaliados como sociáveis, socialmente são percebidos como pouco ameaçantes, o que estimularia atitudes intergrupais de aproximação, similaridade e, coerentemente, baixa justificção do uso de ações agressivas e expressão de preconceito. Em definitivo, o estereótipo de sociabilidade diminui a percepção de ameaça, a hostilidade e reforça a similaridade, ainda que não a cooperação intergrupar, que depende muito mais da instrumentalidade e do *status* do grupo.

O estereótipo de alto *status* do exogrupo reforça a percepção de que este representa, principalmente, uma ameaça real (econômica). No que se refere às ações intergrupais relacionadas à percepção de alto *status* exogrupal, observam-se diferenciações quando comparamos os resultados obtidos entre os países envolvidos na pesquisa. No caso da amostra espanhola, constata-se a defesa de ações de cooperação intergrupar para um desenvolvimento conjunto, percepção de similaridade regional, aproximação sociopolítica e baixa expressão de preconceito. Neste caso, o *status* exogrupal joga um papel ambivalente, já que, por um lado, diminui as tendências defensivas e, por outro, aumenta a percepção de ameaça. Já no caso da amostra brasileira, de forma similar ao estereótipo de competência, os exogrupos de alto *status* desencadeiam atitudes de cooperação, no entanto, defendem o uso de estratégia de proteção, necessidade de um distanciamento sociopolítico e ações agressivas, uma vez que o exogrupo representa uma ameaça.

Finalmente, o estereótipo exogrupal de alta competitividade vincula uma clara percepção de ameaça real e simbólica. Além disso, por sua competitividade ou “conflitualidade”, observa-se uma clara diferenciação intergrupar, não similaridade e cooperação intergrupar para um desenvolvimento conjunto, o que justificaria o uso de estratégias de defesa e proteção endogrupal, mediante distanciamento sociopolítico, uso de ações agressivas e expressão do preconceito. Em definitivo, a

representação de um grupo social como competitivo é claramente negativa, o que estimula o conflito intergrupai.

Em síntese, os resultados confirmam de maneira significativa os efeitos negativos do estereótipo de competitividade sobre a cooperação intergrupai, ao mesmo tempo em que ratificam os efeitos positivos da sociabilidade na percepção de similaridade e diminuição das tendências hostis. Não obstante, é a percepção de alta competência, e, em menor medida, o alto *status*, o que reforça um sentido de identidade comum e cooperação.

Os resultados confirmam os efeitos positivos e negativos que representam os estereótipos nas relações intergrupais de aproximação e afastamento. A competitividade do exogrupo se associa a uma clara percepção de ameaça e conflito intergrupai (efeito negativo do estereótipo), enquanto a sociabilidade se associa a uma clara diminuição da ameaça e do conflito (efeitos positivos do estereótipo) (Fiske e cols., 2002; Stephan e cols., 2002). São os estereótipos de alta competência, de alta sociabilidade e baixa competitividade os que reforçam a cooperação entre os grupos regionais.

De modo geral, o presente capítulo pretendia investigar, desde a perspectiva das relações intergrupais, a estrutura estereotípica dos grupos regionais, analisando o conteúdo, as funções e as implicações dos estereótipos nas relações entre os grupos regionais.

Dois tipos de análises foram realizadas, uma análise intracultural das diferenças e representações internas que cada país expressa em relação a seus grupos regionais (norte/nordeste e sul) e, em segundo lugar, utilizando os princípios da psicologia cultural, analisamos a importância das diferenças culturais para a construção e conservação de determinadas representações que afetam de forma direta e indireta as ações intergrupais (Fiske e cols., 1999).

No que se refere à configuração ou estrutura dos estereótipos regionais, segundo Fiske e colaboradores (1999, 2002, 2009), duas das dimensões estereotípicas (competência e sociabilidade) são percebidas como essenciais para a avaliação dos diferentes grupos regionais. Para estes autores, os estereótipos vinculados ao *status* grupal (recursos e posição que o grupo ocupa na estrutura social) dariam lugar a determinadas ações e atitudes intergrupais de aproximação ou evitação.

Considerando estes elementos, os dados sustentam que o alto *status* grupal se associa positivamente ao estereótipo de competência e à ação de aproximação intergrupar. Além disso, defendia-se que as regiões com maior desenvolvimento socioeconômico (norte-Es e sul-Br) seriam avaliadas como mais competentes e apresentariam maior *status*, quer dizer, maior habilidade ou instrumentalidade. Ao mesmo tempo, defendia-se que a sociabilidade, amabilidade ou afetividade se vincularia negativamente aos estereótipos de competição e alto *status*, e positivamente às ações de cooperação e aproximação intergrupar. Igualmente, sugeria-se que a região de menor desenvolvimento socioeconômico (Sul-Es e nordeste-Br) seria avaliada como menos competente, de menor *status* e mais sociável, ou seja, menos instrumentais (Cuddy, Fiske & Glick, 2007). Enquanto que os grupos avaliados negativamente em sociabilidade, *status* e competência atuariam condutas intergrupais de evitação e rechaço.

Os resultados, de fato, assinalam na direção de uma representação estereotípica consensuada dos grupos regionais nos distintos contextos culturais. No caso da Espanha, país que apresenta características culturais individualistas (ênfase em uma representação social da pessoa independente) (Smith & Bond, 1998), a região de maior desenvolvimento socioeconômico (norte-País Vasco) foi avaliada como mais competente, de maior *status* e menos sociável. A região de menor desenvolvimento socioeconômico (sul-Andalusia) foi percebida como mais sociável,

menos competente e de menor *status*. No Brasil, país que apresenta características culturais coletivistas (ênfase na relação de parentesco, na conformidade e na harmonia) (Smith & Bond, 1998), observaram-se resultados similares. A região de maior desenvolvimento socioeconômico (sul) foi percebida como mais competente, mais competitiva, de maior *status* e menos sociável, e a região de menor desenvolvimento socioeconômico (nordeste) foi avaliada como mais sociável, menos competente, menos competitiva e de menor *status*. Sugere-se, portanto, a existência de um consenso sobre os estereótipos. Regiões mais desenvolvidas são avaliadas como mais instrumentais e as menos desenvolvidas como mais sociais. Agora, somente na amostra brasileira a maior competitividade regional se associou ao *status* do grupo regional. Estes resultados demonstram que o conteúdo dos estereótipos propostos por Fiske e cols. (2002) são constantes em diversas culturas e podem ser utilizados como indicadores das condutas intergrupais (Cuddy e cols, 2009).

Também pretendíamos averiguar de que forma os estereótipos se relacionavam com percepção de ameaça e atitudes intergrupais de aproximação ou de evitação de contato com os membros do exogrupo regional. Havíamos proposto que as atitudes intergrupais negativas e a percepção de ameaça seriam influenciadas pelos estereótipos negativos (baixa sociabilidade, baixa competência, baixo *status* e alta competitividade); e as atitudes intergrupais positivas pela baixa percepção de ameaça, e estereótipos positivos (alta sociabilidade, alto *status*, baixa competitividade).

De fato, fica confirmado que as atitudes intergrupais positivas se vinculam a uma avaliação positiva e não ameaçante do exogrupo e as atitudes intergrupais negativas a uma visão negativa e ameaçante, conclusões coerentes com a teoria de Fiske e cols. (2002), Stephan e cols. (2002) e Cuddy e cols., (2009).

REFERÊNCIAS

- Allport, G.W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading: Addison Wesley.
- Asch, S.E. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41, 1231-1240.
- Baron, R.A. & Byrne, D. (1998). La Cognición Social: pensando en los demás y el mundo social. Em Baron, R.A & Byrne, D. *Psicología Social* (pp. 83-127). Madrid: Prentice Hall.
- Bello, D.M. (2000). El efecto de la variabilidad del contenido categorial en la codificación y recuperación de información estereotípica. *Psicothema*, 12 (2), 279-284.
- Bello, D.M. & Pérez, A.R. (1998). Estereotipos y variabilidad categorial: Contraste entre modelos de representaciones. *Psicothema*, 10 (3), 697-707.
- Betancor, V., Rodríguez, A., Rodríguez, R., Leyens, J.F. & Quiles, M.N. (2005). El efecto del estatus en la atribución de las dimensiones estereotípicas de sociabilidad y competencia. *Psicothema*, 17 (2), 297-302.
- Boldry, J.G., Gaertener, L. & Quinn, J. (2007). Measuring the Measures: A Meta-Analytic Investigation of the Measures of Outgroup Homogeneity. *Group Process & Intergroup Relations*, 10(2), 157-178.
- Bruner, J.S. & Goodman, C.C. (1947). Value and need as organizing factor in perception. *Journal of Social Psychology*, 27, 203-208.
- Crocker, J. & Luhtanen, R. (1990). Collective self-esteem and ingroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 60-67.
- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., Kwan, V. S. Y., Glick, P, Demoulin, S., Leyens, J. Ph., Bond, M. H. e cols. (2009). Is the stereotype content model

- culture-bound? A cross-cultural comparison reveals systematic similarities and differences. *British Journal of Social Psychology*, 48, 1-33.
- Cuddy, A.J.C., Fiske, S. & Glick, P. (2007). The Bias Map: Behaviors from intergroup affect and Stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92(4), 631-648.
- De Cremer, D. (2001). Perceptions of group homogeneity as a function of social comparison: The mediating role of group identity. *Current Psychology*, 20(2), 138-146.
- Devine, P.G. (1989). Stereotypes and Prejudice: The automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18.
- Esses, V.M., Haddock, G. & Zanna, M.P. (1993). Values, Stereotypes, and emotions as determinants of intergroup attitudes. Em D.M. Mackie & D.L. Hamilton (Eds.), *Affect, cognition, and stereotyping: Interactive processes of group perceptions* (pp. 137-165). San Diego, CA: Academic Press.
- Fein, S. & Spencer, S. J. (1997). Prejudice as self-image maintenance: Affirming the self through derogating others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 31-44.
- Fiske, S.T. (1998). Stereotyping, prejudice and discrimination. Em D.T. Gilbert., S.T. Fiske & G. Lindezey (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (4^a Ed., pp. 357-411). New York: McGraw-Hill.
- Fiske, S.T. & Taylor, S.E. (1984). *Social cognition*. Reading: Addison-Wesley.
- Fiske, S.T. & Taylor, S.E. (1991). *Social cognition* (2 ed). New York: McGraw-Hill.
- Fiske, S.T., Cuddy, A.J.C., Glick, P. & Xu, J. (2002). A model of (often Mixed) Stereotype Content: Competence and Warmth Respectively follow from perceived status and Competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 878-902.
- Fiske, S.T., Xu, J., Cuddy, A.J.C. & Glick, P. (1999). (Dis)respecting versus (Dis)liking: Status and Interdependence Predict Ambivalent

- Stereotypes of Competence and Warmth. *Journal of Social Issue*, 55(3), 473-489.
- Fuertes, F.C. (1986). Estereotipos regionales de los madrileños. *Papeles del Psicólogo*, 25, 1-4.
- Gardner, R.C. (1994). Stereotypes as consensual beliefs. Em M.P Zanna & J.M. Olson, *The Psychology of prejudice: The Ontario Symposium* (vol 7, pp. 1-31). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Gardner, R.C. (1994). Stereotypes as consensual beliefs. Em M.P Zanna & J.M. Olson, *The Psychology of prejudice: The Ontario Symposium* (vol 7, pp. 1-31). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Glick, P. & Fiske, S.T. (1999a). Sexism Em W.B. Swann, Jr., J.H. Langlois & L.A. Gilbert (Eds.), *Sexism and stereotypes in modern society. The gender science of Janet Taylor Spence* (pp. 193-222). Washington: American Psychological Association.
- Glick, P. & Fiske, S.T. (2001). An Ambivalent Aliance. Hostile and Benevolent Sexism as Complementary Justification for Gender Inequality. *American Psychologist*, 56(2), 109-118.
- Haslam, S.A. & Turner, J.C. (1992). Context-dependent variation in social stereotyping II: The relationship between frame of reference, self-categorization and accentuation. *European Journal of Social Psychology*, 22, 251-277.
- Hoffman, C. & Hurst, N. (1990). Gender stereotypes: Perception or rationalization?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 197-208.
- Hogg, M.A. & Abrams, D. (1988). *Social Identifications: A social psychology of intergroup relations and group processes*. Londres: Routledge.
- Huici, C. (2003). Estereotipos. Em J. F. Morales (Eds), *Psicología Social* (2ª Ed, pp. 87-98). Madrid: McGraw-Hill.
- Javaloy, F., Bechini, A. & Cornejo, J.M. (1990). *España vista desde Cataluña. Estereotipos étnicos en una comunidad plural*. Barcelona: PPU.

- Jiménez, A.G. (2007). Estereótipos. Em J.F. Morales., M.C. Moya., E. Gaviria. & I. Cuadrado (Coord), *Psicología Social* (3ª ed, pp. 213-241). Madrid: McGraw-Hill.
- Jost, J.T. & Banaji, M.R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Jost, J.T. & Hamilton, D.L. (2005). Stereotypes in our culture. Em J. Dovidio., P. Glick & L. Rudman (Eds.), *On the Nature of Prejudice: Fifty years after Allport* (pp. 208-224). Oxford: Blackwell.
- Jost, J.T. & Kay, A.C. (2005). Exposure to Benevolent Sexism and Complementary Gender Stereotypes: Consequences for Specific and Diffuse Forms of System Justification. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88(3), 498-509.
- Jost, J.T., Banaji, M.R. & Nosek, B.A. (2004). A decade of system justification theory: Accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Political Psychology*, 25, 881-919.
- Jost, J.T., Kivetz, Y., Rubini, M., Guermandi, G. & Mosso, C. (2005). System-Justifying Functions of Complementary Regional and Ethnic Stereotypes: Cross-National Evidence. *Social Justice Research*, 8(3), 305-333.
- Judd, C.M. & Park, B. (1988). Out-group homogeneity: Judgments of variability at the individual and group levels. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 778-788.
- Katz, D. & Braly, K.N. (1933). Verbal stereotypes and racial prejudice. *Journal of abnormal and Social Psychology*, 133, 280-290.
- Katz, I. & Hass, R.G. (1988). Racial ambivalence and American Value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structure. *Journal of personality and Social Psychology*, 55, 893-905.

- Kay, A.C. & Jost, J.T. (2003). Complementary Justice: Effects of “Poor but Happy” and “Poor but Honest” Stereotype Exemplars on System Justification and Implicit Activation of the Justice Motive. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85 (5), 823-837.
- Koomer, W. & Bähler, M. (1996). National stereotypes: common representations and ingroup favouritism. *European Journal of Social Psychology*, 26, 325-331.
- Leyens, J.P., Yzerbit, V. & Schadron, G. (1994). *Stereotypes and social cognition*. London: Sage.
- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. New York: Harcourt Brace.
- Marques, J. & Páez, D. (2000). Processos cognitivos e estereótipos sociais. Em J. Vala & M.B. Monteiro, *Psicologia social* (pp. 333-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Moya, M. (1999). Cognición social. Em J.F. Morales (Coord), *Psicología Social* (2ª Ed) (pp. 63-78). Madrid: McGrawHill.
- Niemann, Y.F., Jennings, L., Rozelle, R.M., Baxter, J.C. & Sullivan, E. (1994). Use of Free Responses and Cluster Analysis to Determine Stereotypes of Eight Groups. *Society for Personality and Social Psychology*, 20(4), 379-390.
- Oakes, P.J. & Turner, J.C. (1980). Social categorization and intergroup behaviour: Does minimal intergroup discrimination make social identity more positive?. *European Journal of Social Psychology*, 10, 295-301.
- Oakes, P.J. & Turner, J.C. (1990). Is limited information-processing capacity the cause of social stereotyping? *European Review of Social Psychology*, 1, 111-135.
- Oakes, P.J., Haslam, S.A. & Turner, J.C. (1994). *Stereotypes and social reality*. Oxford: Blackwell.
- Oakes, P.J., Reynolds, K.J., Haslam, S.A. & Turner, J.C. (1999). Part of life's rich tapestry: Stereotyping and the politics of intergroup

- relations. Em S. Thye., E.J. Lawler., M.W. Macy & H.A. Walker (Eds), *Advances in group processes* (vol. 16, pp. 125-160). Stamford, Connecticut: JAI Press.
- Ovejero, A. (1991). Estereotipos raciales/nacionales de los universitarios 30 años después. *Revista de Psicología General y Aplicada*, 44(4), 485-493.
- Páez, D. (2004). Relaciones entre grupos, estereotipos y prejuicio. Em D. Páez., I. Fernández., S. Ubillos & E. Zubieta (Coord). *Psicología Social, Cultura y Educación* (pp. 752-769). Madrid: Pearson Prentice Hall.
- Peabody, D. (1968). Group judgments in the Philippines: evaluative and descriptive aspects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 10(3), 290-300.
- Peabody, D. (1970). Evaluative and descriptive aspects in personality perception: a reappraisal. *Journal of Personality and Social Psychology*, 16(4), 639-646.
- Peabody, D. (1985). *National Characteristics*. Cambridge, U.K: Cambridge University Press.
- Peabody, D. (1995). *Carratteristiche Psicologiche nazionali*. Napoli: Idelson.
- Pennebaker, J., Rimé, B. & Blankenship, V. (1996). Stereotypes of emotional expressiveness of northerners and southerners: A cross-cultural test of Montesquieu's hypotheses. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(2), 372-380.
- Pettigrew, T.F. & Meertens, R.W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 203-226.
- Puertas, S., Rodríguez-Bailón, R. & Moya, M. (2002). Procesamiento automático y medición implícita de los estereotipos relacionados con el poder. *Revista de Psicología Social*, 17(1), 69-84.

- Rodríguez-Bailón, R. (2000). *Factores socio-estructurales en la formación de impresiones. Efectos del poder y su legitimidad en la estereotipia y los juicios sociales*. Tese Doutoral. Universidad de Granada.
- Rueda, J.F. & Navas, M. (1996). Hacia una evaluación de las nuevas formas del prejuicio racial: las actitudes sutiles del racismo. *Revista de Psicología Social*, 11(2), 131-149.
- Sangrador, J.L. (1996). *Identidades, actitudes y estereotipos en España de las Autonomías*. Madrid: CIS.
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R. & Sherif, C.W. (1961). *Intergroup cooperation and conflict: The Robber's Cave experiment*. Norman, OK: University of Oklahoma Press.
- Sidanius, J. & Pratto, F. (1999). *Social Dominance: An Intergroup Theory of Social Hierarchy and Oppression*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Simon, B. & Hamilton, D. L. (1994). Self-stereotyping and social context: The effects of relative in-group size and in-group status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 699-711.
- Smith, E.R. & Mackie, D.M (1997). *Psicología Social*. Madrid: Editorial Médica Panamericana.
- Smith, P.B. & Bond., M.H. (1998). *Social psychology across cultures* (2ª Ed). Hemel Hempstead, UK: Prentice Hall.
- Snyder, M. & Miene, P. (1994). On the Functions of stereotypes and Prejudice. Em M.P Zanna & J.M. Olson, *The Psychology of prejudice: The Ontario Symposium* (vol 7, pp. 33-54). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Spencer, S.J., Fein, S., Wolfe, C.T., Fong, C. & Dunn, M.A. (1998). Automatic activation of stereotypes: the role of self-image threat. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24(11), 1139-1153.

- Stangor, C. & Lange, J. (1994). Mental representations of social groups: Advances in understanding stereotypes and stereotyping. *Advances in Experimental Social Psychology*, 26, 357-416.
- Stangor, C. & Schaller, M. (1996). Stereotypes as individual and collective representations. Em C.N. Macrae., C. Stangor & M. Hewstone, *Stereotypes and Stereotyping* (pp. 3-37). New York: Guildford Press.
- Stephan, W.D., Boniecki, K.A., Ybarra, O., Bettencourt, A., Ervin, K.S., Jackson, L.A., McNatt, P.S. & Renfro, C.L. (2002). The Role of Threats in the Racial Attitudes of Blacks and Whites. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(9), 1242-1254.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1982). *Social identity and Intergroup relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. & Turner, J. (1979). An Integrative Theory of Intergroup Conflict. Em Austin W.G & Worchel, S. (Eds.). *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 33-47). Monterey: CA: Brooks/Cole.
- Techio, E.M (2007). *Relaciones intergrupales entre regiones: Emociones y procesos cognitivos em Brasil y España*. Tese Doutoral. Universidad Del Pais Vasco.
- Triandis, H.C. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder: Westview Press.
- Zlobina, A. (2004). La teoría de los valores de S. Schwartz. Em D. Páez., I. Fernández., S. Ubillos & E. Zubieta (Coord), *Psicología Social, Cultura y Educación* (pp. 752-769). Madrid: Pearson Prentice Hall.

Estereótipos, automatismos, controle e a identificação de armas e ferramentas em diferentes contextos: resultados preliminares

Marcos Emanuel Pereira

Gilcimar Dantas

Marcus Vinicius Alves

Fevereiro de 1999: abordado por uma patrulha, um imigrante, talvez por não dominar inteiramente a língua do país que o acolhe, desobedece a ordem de ficar parado e vasculha nervosamente os bolsos, buscando retirar a carteira e mostrar um documento de identidade aos agentes que o abordam. Ao tentar tirar a mão do bolso, ouve-se um grito, “arma!” e vários tiros disparados pelos quatro policiais derrubam o alvo.

Julho de 2010: durante a incursão de uma força policial em uma comunidade, um agente policial, incapaz de diferenciar uma furadeira elétrica de uma arma, dispara um tiro em um morador local. O tiro acerta o alvo.

Outubro de 2010: um homem lança uma pedra contra a vidraça do edifício-sede de uma emissora de televisão. Chamados, agentes de uma força policial se lançam no encalço do suspeito. Um *cameraman* da emissora, acreditando identificar o suspeito, aponta-o, acenando com um aparelho de telefone celular para os policiais, tentando denunciar a identidade do suspeito. Um policial confunde o celular com uma arma e atira no câmara. Nenhum tiro acerta o alvo.

O que os eventos acima citados possuem em comum, além do fato de terem se tornado notícia de jornal e de serem capaz de evidenciar as diferenças no uso de força letal entre diferentes forças policiais? Eles demonstram que o controle nem sempre está presente nas ações humanas. Ademais, evidenciam que em situações nas quais o efeito das pressões contextuais, das emoções e a necessidade de se tomar decisões em um período de tempo muito curto se comungam, a probabilidade de ocorrência de erros de julgamentos se amplia consideravelmente. Eventos desta natureza também contribuem para tornar mais forte a crença de que estes erros, quando nada, são justificados. O que torna justificável, no entanto, um erro que ceifa a vida de um ser humano? Quão comuns são esses erros e quantas vidas a mais serão jogadas ao léu se eles continuarem a ocorrer?

Acreditamos que a psicologia social contemporânea tenha condições de contribuir com o entendimento das questões acima referidas e, mais do que isso, possa ajudar a reduzir consideravelmente a manifestação desse erro e, em consequência, evitar que outras vidas humanas venham a ser desperdiçadas. Acreditamos que estes benefícios sejam possíveis desde que ocorra uma considerável mudança no entendimento de como esta questão tem sido, até aqui, abordada. Atualmente, predomina a crença de que devemos e podemos controlar os nossos erros. Esta crença se assenta no entendimento de que, mediante um esforço razoável, é possível reduzir os erros de julgamento. Presume-se, por exemplo, que agentes policiais possam ser treinados e se tornarem aptos a controlar a ansiedade, que sejam capazes de inibir o efeito dos estereótipos e dos preconceitos, e que tenham condições de identificar armas de forma muito rápida, diferenciando-as dos demais objetos com os quais se deparam. Ao duvidarmos desta tese, defendemos que qualquer programa de intervenção ou treinamento mais consistente deve se fundamentar não

no princípio de controle dos automatismos e, sim, no desenvolvimento de estratégias destinadas à automatização do controle. Isto nos compele a afirmar que automatismos e controle continuarão a agir de forma concomitante, e que as técnicas de intervenção devem considerar não apenas os meios para ampliar os efeitos do pensamento intencional, como também de automatizar a forma pela qual o pensamento controlado se relaciona com os automatismos.

Automatismos, controle e psicologia social

Evidências em áreas de conhecimento tão distintas quanto as neurociências, a psicologia cognitiva e a cognição social, têm demonstrado que as ações humanas são determinadas pela atuação concomitante de dois grandes sistemas. Um deles, biologicamente mais antigo, responsabiliza-se pela expressão dos comportamentos mais automáticos, enquanto um segundo sistema, de resposta mais lenta, destina-se a gerenciar as ações mais controladas e mais sujeitas à intencionalidade do agente. Convencionou-se denominar ao primeiro deles sistema 1, enquanto o segundo é referido, claro, como sistema 2. As diferenças no escopo de atuação destes sistemas são apresentadas no Quadro 1.

A distinção conceitual entre os dois processos descritos no Quadro 1 encontrou eco em muitas áreas de pesquisa da psicologia social e, talvez, os campos especializados de estudos dos estereótipos e dos preconceitos sejam duas áreas que mais tenham se beneficiado dos desenvolvimentos teóricos, conceituais e metodológicos daí advindos. Devine (1989), por exemplo, concebe os preconceitos como hábitos, péssimos hábitos. E como todo péssimo hábito, o seu impacto pode ser controlado pela ação deliberada daquele que o expressa. Assinale-se,

Quadro 1: Características do sistema 1 e o do sistema 2

Características	Sistema 1	Sistema 2
Quantidade de esforço intencional	Exigem pouco ou nenhum esforço intencional	Exigem esforço intencional
Grau de consciência	Geralmente ocorrem fora do conhecimento consciente	Exigem conhecimento consciente
Surgimento do sistema	Surgimento anterior ao sistema 2, devido às pressões evolutivas	Surgimento posterior ao sistema 1, com o desenvolvimento das capacidades conscientes
Uso dos recursos de atenção	Consumem recursos de atenção insignificantes	Consumem muitos recursos de atenção
Tipo de processamento	Realizados pelo processamento paralelo	Realizados serialmente
Velocidade de processamento	Relativamente rápidos	Execução consome relativamente mais tempo que os processos automáticos do Sistema 1
Nível de processamento	Níveis relativamente baixos de processamento cognitivo	Níveis relativamente altos de processamento cognitivo (exigindo análise ou síntese)
Tipos de limiar de processamento	Processamento de estímulo subliminar	Processamento de estímulo supraliminar
Erros de processamento	Poucos erros	Muitos erros
Evitabilidade	Inevitáveis (sempre acontecem quando um estímulo apropriado for apresentado, mesmo se o estímulo estiver fora do campo de atenção)	Evitáveis
Carga de trabalho	Não reduzem a capacidade de realizar outras tarefas	Reduzem a capacidade de realizar outras tarefas
Novidade relativa das tarefas	Tarefas conhecidas ou altamente praticadas, com características muito estáveis	Tarefas novas ou tarefas com muitos aspectos variáveis
Dificuldades das tarefas	Em geral, tarefas relativamente fáceis	Tarefas geralmente difíceis
Eficiência em tarefas rotineiras	Muito eficientes	Pouco eficientes
Flexibilidade	Difíceis de modificar, uma vez aprendidos	Podem ser usados de forma flexível, sob diferentes circunstâncias
Tipos de memórias relacionadas	Memória não declarativa (procedural, <i>priming</i> e de condicionamento)	Memória declarativa e memória operacional

Fontes: Baars, 1999; Devine & Sharp, 2009; Eysenck & Keane, 2007; Sternberg, 2008

no entanto, que a identificação dos preconceitos como hábitos a serem desaprendidos está associada à eclosão de um sistema de valores, no qual a expressão dos estereótipos pode ser considerada uma ação antinormativa ou, pelo menos, depende da entrada em vigor de um sistema de normas no qual a expressão aberta e explícita dos preconceitos deixa de ser considerada um comportamento aceitável. Este movimento se inicia com a Declaração Universal dos Direitos do ser humano, ganha força com as leis antissegregacionistas dos anos 1950 e se consolida com os movimentos pelas liberdades civis dos anos 1960 (Duckit, 1992), nos Estados Unidos da América do Norte. Apenas neste contexto se torna permitido considerar a expressão dos estereótipos algo indesejável, a manifestação de atitudes preconceituosas como uma ação sujeita a recriações sociais e a discriminação algo a receber sanções legais.

Como, neste mundo de declarações sobre a igualdade, de leis, normas e críticas dos costumes, os estereótipos e os preconceitos persistem e ganham novos espaços de expressão? Quão enraizados nas relações sociais os preconceitos e as distintas formas de exclusão social se encontram, perguntava-se Gordon Allport, no final dos anos 1950. A resposta para essa questão dependia de reconhecer em que medida a manifestação dos estereótipos e preconceitos era inevitável, e em que medida seria possível evitar o impacto do pensamento categórico (Allport, 1962; Tajfel & Turner, 1979; Hamilton, Strossner & Driscoll, 1994; Macrae & Bodenhausen, 2000). Importava, à época, com base na diferenciação entre os conceitos de automatismos e controle, identificar de que forma processos psicológicos, que se desenrolavam em domínios alheios à consciência, exerciam efeitos consideráveis na expressão das crenças estereotipadas e das atitudes preconceituosas. Esta questão, por sua vez, deve ser interpretada à luz da aceitação da crença de que o mero reconhecimento de que se está a julgar de forma estereotipada, ou

preconceituosa, é insuficiente para inibir a expressão dos estereótipos e preconceitos. Esta tese, por sua vez, sustenta-se na distinção entre duas modalidades de crenças, as culturalmente determinadas, ou seja, aquelas que são transmitidas e aprendidas desde muito cedo, em particular no âmbito das relações que se manifestam no ambiente familiar e escolar, contrapondo-se às crenças pessoais, acolhidas em uma etapa mais avançada da socialização, e que se impõem graças ao efeito de estratégias sistemáticas de reflexão conduzida por alguém que acredita ser possível suprimir as crenças culturalmente compartilhadas, substituindo-as por crenças pessoais igualitárias. O modelo dissociacionista (Devine, 1989) é um exemplo representativo deste modo de pensamento, ao conceber que os estereótipos e as atitudes preconceituosas impõem os seus efeitos, ainda que a pessoa não tenha consciência de estar sendo preconceituosa e nem que endosse explicitamente as crenças estereotipadas.

Se, afinal, hábitos arraigados podem ser substituídos por outros mais saudáveis, então passa a ser razoável admitir que o fortalecimento do controle sobre o próprio sistema normativo é algo viável, bem como se torna plausível sustentar a hipótese de que mediante o esforço voluntário, e a adoção de valores igualitários, é possível enfrentar os impulsos e hábitos arraigados que podem acarretar manifestação de atitudes preconceituosas. Essa operação, no entanto, imporia certo fortalecimento do controle sobre o sistema normativo, o que seria possível desde que fossem respeitadas três condições: a) a pessoa deveria se sentir motivada a não responder de forma enviesada; 2) ter consciência de que uma crença estereotipada foi ativada e 3) contar com os recursos cognitivos que lhe permita inibir os efeitos das respostas automáticas, substituindo-as por respostas intencionais não-preconceituosas.

Nos anos 1990, à luz da popularização dos modelos de processamento dual, a discussão acerca do impacto do raciocínio categórico

ocupa uma posição central no estudo dos estereótipos e preconceitos, particularmente em decorrência da distinção conceitual que se estabelece entre as noções de ativação condicional e incondicional das categorias (Gilbert & Hixon, 1991). Em geral, os estudos inspirados pelo modelo do *priming* semântico oferecem suporte ao entendimento de que a presença de um alvo seria suficiente para a ativação do raciocínio categórico. Se vários estudos deixam claro quão poderoso é o impacto dos processos automáticos sobre a vida mental, outros, entretanto, rejeitam claramente a hipótese da inevitabilidade da ativação das categorias, encarregando-se de defender a tese de que a ativação das categorias é um processo condicional e depende da conjugação de uma série de pistas e disparadores presentes no ambiente social físico e social.

Em meados dos anos 1990 dava-se por assentado que a dicotomia entre automatismos e controle, tal como expressa nas primeiras formulações da teoria do processamento dual, não se justificava e, de forma concomitante, iniciou-se a formulação de modelos teóricos capazes de contemplar a possibilidade dos processos automáticos e controlados interagirem e afetaram de forma diferenciada as representações, o julgamento social e as condutas sociais. Wegner e Bargh (1998) expõem no capítulo destinado à revisão dos estudos dos automatismos e do controle, elaborado para a última edição do *Handbook of Social Psychology*, um conjunto de relações possíveis entre os dois processos, e concluem que não se justificava tratar as relações entre eles como uma mera relação de oposição. Efeitos como a multitarefa, em que os processos automáticos e controlados atuam simultaneamente, a delegação, em que um processo automático dispara um controlado, e a intrusão, em que um processo controlado se sobrepõe e inibe um processo automático, tornam clara a complexa teia de relações entre os componentes automáticos e controlados do processamento da informação.

Ganham impulso, nessa época, as pesquisas destinadas a demonstrar as condições que poderiam dificultar ou facilitar a expressão do pensamento automático, ou seja, identificar os fatores que poderiam tornar mais ou menos fácil a expressão das crenças estereotipadas e das atitudes preconceituosas. Reconhece-se, inicialmente, que o processamento automático encontra-se diretamente associado à possibilidade de tratar o alvo do julgamento de forma desindividualizada, ou seja, formulam-se teses que se assentam de forma clara na associação entre a categorização social e os processos automáticos. Se a categorização social ocorre em um contexto apropriado, particularmente quando se identifica alguma congruência entre o contexto em que a ação se desencadeia e as características da categoria social ativada, torna mais fácil ainda a expressão do pensamento categórico. Ademais, ao se admitir certa homogeneidade entre os membros da categoria social alvo do julgamento e, em particular, se for identificada alguma similaridade entre o indivíduo alvo do julgamento e a representação prototípica da categoria social ao qual ele se encontra associado, a probabilidade de expressão do julgamento automático tornar-se mais acentuada. Por fim, tanto se admite a importância da motivação, ou seja, o quanto a pessoa se engaja em evitar o efeito do raciocínio categórico desempenha um papel nada desprezível, quanto se reconhece que podem ser identificadas diferenças no perfil das pessoas no que tange à adoção, em maior ou menor intensidade, do raciocínio categórico (Devine & Sharp, 2009).

Ao mesmo tempo em que são identificados os fatores que contribuem para a manifestação do pensamento automático, o interesse entre os pesquisadores também se inclina para a identificação dos mecanismos inibitórios dos automatismos, ou seja, para a busca dos elementos que, em última instância, ajudariam a reduzir os estereótipos e os preconceitos. A preocupação central passa ser a de identificar a forma pela qual poder-se-ia evitar processar a categoria social de modo estereotipado,

isto é, de forma automática. Estratégias como a evitação, na qual se procura impedir de se pensar na categoria de forma estereotipada, forçar a pensar em contraexemplos a cada vez que uma representação estereotipada aflorar à consciência, ou ainda condicionar, via treinamento, as representações do grupo alvo, associando-as com gestos e posturas mais favoráveis, surgem como alternativas, embora se reconheça que tais estratégias raramente se mostram eficientes na inibição do raciocínio categórico. Esta dificuldade em controlar o pensamento categórico evidencia que a redução dos estereótipos e preconceitos dificilmente decorre da pura e simples inibição dos automatismos e, em consequência, da sua posterior substituição pelos processos controlados, tal como era postulado nas primeiras formulações da teoria do processamento dual.

Uma nova possibilidade de relação entre estes dois modelos de processamento da informação social se assenta no entendimento de que é possível automatizar a ação do executor central, ou seja, na admissão de que é possível automatizar o controle. Estratégias tão diversas como a individuação, a tentativa de corrigir o potencial danoso dos vieses de julgamento, a supressão de representações estereotipadas mediante o uso de distratores, a adoção de estratégias de avaliação a partir da perspectiva do outro e a inibição lateral, ou seja, privilegiar outras possibilidades de categorização que não aquela disparada automaticamente, passam a receber um bom respaldo empírico e, mais do que isso, passam a oferecer evidências de que pouco adianta o percebedor lutar intencionalmente para afastar uma representação da consciência a cada vez que reconhece estar frente ao raciocínio categórico. A estratégia de controlar os automatismos deixa de ocupar uma posição privilegiada que ostentava como recurso decisivo para o processo de redução dos estereótipos e preconceitos, passando-se a pensar na formulação de estratégias distintas, que em última instância, se destinam a automatizar o controle.

Estereótipos, tiros e alvos

Estas questões acerca do automatismo e do controle não suscitam apenas problemas teóricos e conceituais (Pereira, 2002). Trata-se de uma questão que a cada dia vem se tornando objeto de interesse para um público mais amplo, especialmente quando se torna claro que muitas vezes ações disparadas de forma automática, e sem controle, podem proporcionar resultados trágicos. As notícias apresentadas na epígrafe deste capítulo não deixam dúvidas que o assunto cada vez desperta mais atenção, especialmente porque eventos semelhantes aos previamente relatados são mais comuns do que se imagina e acarretam preocupações entre os estudiosos, as autoridades policiais e o grande público.

O assunto, como não poderia deixar de ser, também passa a ser objeto de interesse dos psicólogos sociais, donde o surgimento de um programa de pesquisa destinado a avaliar em que medida é possível automatizar o controle e até que ponto os automatismos podem continuar a agir de forma alheia ao controle consciente. Estas pesquisas se originaram no reconhecimento de que fenômenos desta natureza, além de colocarem em evidência as complexas relações entre os processos automáticos e os controlados, também ajudam a entender porque os agentes policiais que cometeram esses erros de julgamento continuam a acreditar que agiram corretamente e, mais do que isso, porque eles quase sempre recebem suporte das suas corporações, que muito rapidamente tornam públicas manifestações em defesa da ação do agente policial, ao reconhecer que a decisão de atirar foi a mais apropriada nas circunstâncias extremadas em que os eventos ocorreram.

O paradigma da identificação/desidentificação de armas se constituiu no procedimento experimental adotado com mais frequência para o estudo destes fenômenos. Payne (2001), fundamentando-se no modelo do processo dissociativo (Jacoby, 2001), ofereceu evidências a respeito

das complexas relações entre automatismos e controle e postulou um modelo teórico, no qual se supõe que qualquer medida de tempo de reação envolve a contribuição dos processos automáticos e dos controlados. Adicionalmente, mediante o uso de artifícios metodológicos relativamente simples, também conseguiu obter medidas separadas tanto do efeito do processamento automático (respostas estereotipadas) quanto do controlado (respostas apropriadas).

O paradigma de pesquisa se fundamenta na suposição de que se o participante do estudo associar a resposta “arma” com o *priming* de uma face negra, a ação será congruente com as tendências automáticas, ou seja, os processos automáticos e controlados agirão em uníssono; se, no entanto, a resposta for incongruente, ou seja, se o participante responder “utensílio” quando a uma face negra se segue uma arma, os processos automáticos e controlados estarão numa relação de oposição. Para avaliar a acurácia da resposta entre os estímulos congruentes (face negra – arma) e incongruente (face negra - utensílio), Payne recorre a procedimentos adotados no campo da pesquisa sobre a memória explícita e implícita, o que permitiria obter a estimativa dos impactos, em separado, dos processos automáticos e controlados.

No caso de uma resposta congruente, ou seja, no contexto em que existem crenças estereotipadas que associam homens negros e violência, ao se defrontar com um suspeito negro com uma arma, o policial se encontra frente a uma condição congruente e tanto a correta identificação da arma (um processo controlado), quanto os estereótipos que associam negros e armas (um processo automático), o levam a identificar o objeto como uma arma. Assim, denominando-se C ao controle, pode-se afirmar que a probabilidade de realizar uma associação automática entre o suspeito e a arma quando o controle falha pode ser expresso por $A(1 - C)$, sendo possível definir uma resposta congruente de acordo com a fórmula

$$\text{Resposta congruente} = C + A (1 - C) \quad (1)$$

Se o suspeito se encontra com outro objeto que não uma arma, o policial se depara com uma situação de incongruência e a probabilidade de ocorrência de uma resposta incorreta, ou seja, a de que a associação automática favoreça a expressão da resposta arma, pode ser calculada mediante a aplicação da fórmula

$$\text{Resposta Incongruente} = A (1 - C) \quad (2)$$

A partir destas duas equações é possível, de acordo com Payne, obter estimativas separadas para o efeito dos componentes automáticos e controlados dos estereótipos. As respostas controladas podem ser estimadas mediante o cálculo das diferenças entre as respostas para a identificação das armas nas tentativas congruentes e incongruentes, de acordo com a fórmula

$$C = \text{Respostas Congruentes} - \text{Respostas incongruentes} \quad (3)$$

Finalmente, conhecendo a fórmula de cálculo das respostas controladas, a estimativa das respostas automáticas pode ser calculada pela fórmula

$$A = \text{Respostas incongruentes} / (1-C) \quad (4)$$

Com base neste procedimento, Payne tornou possível evidenciar o impacto dos vieses raciais na identificação de armas, e ofereceu os procedimentos experimentais que permitiram mensurar de forma independente e dissociada a contribuição dos processos automáticos e controlados na expressão dos estereótipos raciais (Payne, 2001).

Identificação e desidentificação de armas: um paradigma experimental para o estudo da influência dos processos automáticos e controlados na expressão dos estereótipos e preconceitos

O objetivo central do estudo relatado no presente capítulo foi submeter a teste empírico algumas hipóteses derivadas do paradigma da identificação/desidentificação de armas. Os objetivos específicos podem ser assim enunciados:

- a. avaliar se a apresentação de faces de etnias diferentes como *priming* interfere na identificação de armas e objetos confundidores;
- b. avaliar se a apresentação de faces masculinas e femininas como *priming* interfere na identificação de armas e objetos confundidores;
- c. identificar o impacto da interação entre a cor da pele e o sexo das fotografias das faces apresentadas como *priming* interfere na identificação de armas e objetos confundidores;
- d. avaliar o efeito do sexo do participante na identificação de armas e ferramentas;
- e. avaliar o efeito do contexto nas tarefas de julgamento anteriormente descritas

O método adotado para conduzir a pesquisa perfila-se entre os denominados métodos indiretos ou não-obstrutivos de estudo dos estereótipos sociais (Fazio & Olson, 2003). Trata-se de um estudo experimental, conduzido com amostras de estudantes, de moradores de uma comunidade popular e com agentes de presídio, com a finalidade de testar hipóteses associadas ao paradigma experimental da identificação/desidentificação de armas.

Em linhas gerais, a pesquisa procurou testar se a apresentação do *priming* com a fotografia de faces de homens ou mulheres, negras ou

brancas, interfere na velocidade e na acurácia da identificação de armas, quando comparadas com a identificação de algumas ferramentas, cujo formato guarda alguma semelhança com uma arma.

Uma vez que o universo masculino apresenta uma maior familiaridade com armas e demais objetos submetidos a teste (furadeiras, chaves de fenda, etc.) procuramos controlar o efeito do gênero na expressão dos resultados. Desta forma, o desenho de pesquisa pode ser expresso de acordo com o modelo $3 \times 2 \times 2 \times 2 \times 2$, onde os fatores contexto (estudantes universitários, moradores de um bairro popular da cidade do Salvador e agentes penitenciários) e sexo do participante (masculino ou feminino) são intergrupos e os demais, a cor da raça da face apresentada como *priming* (branca ou negra), o gênero da face (masculina ou feminina) e o último fator, o tipo de objeto a ser identificado (armas ou ferramentas), são intrassujeitos. O tempo de resposta e a acurácia na identificação dos objetos representam as variáveis dependentes do presente experimento.

A nossa hipótese central foi a de que as respostas produzidas após a apresentação do *priming* da face de indivíduos negros e de homens proporcionariam uma maior quantidade de erros de identificação e demandaria um menor tempo de resposta quando da identificação de armas do que na identificação das ferramentas. Esta hipótese central pode ser desdobrada nas seguintes hipóteses auxiliares:

1. quando precedido pelo *priming* de uma face negra, ocorrerá uma maior quantidade de erros de identificação do objeto armas;
2. quando precedido pelo *priming* de uma face negra, observar-se-á um menor tempo de resposta na identificação do objeto armas;
3. quando precedido pelo *priming* de uma face masculina, ocorrerá uma maior quantidade de erros de identificação do objeto armas;

4. quando precedido pelo *priming* de uma face masculina, identificar-se-á um menor tempo de resposta na identificação do objeto armas; e
5. os participantes do sexo masculino, independente do tipo de *priming*, cometerão menos erros de identificação dos objetos do que as participantes do sexo feminino; e
6. os participantes do sexo masculino, independente do tipo de *priming*, apresentarão um menor tempo de resposta na identificação dos objetos do que as participantes do sexo feminino.

Participantes

Os participantes do estudo foram oriundos de três contextos distintos. Os estudantes universitários representam cerca de 54,9% da amostra, o que corresponde a 50 homens e 41 mulheres. Adicionalmente, participaram nove homens e 22 mulheres, oriundos do bairro de uma comunidade, um bairro popular da cidade do Salvador e, por fim, 44 agentes penitenciários, sendo 22 do sexo masculino e o mesmo número do sexo feminino.

Instrumentos

Uma vez que a coleta de dados dependia da apresentação dos estímulos por um período de tempo muito rápido, e demandava a mensuração das respostas com uma acurácia na casa dos centésimos de segundos, foi necessário elaborar um aplicativo computacional destinado a automatizar os procedimentos de apresentação dos estímulos e de registro das respostas. Este aplicativo foi elaborado com a linguagem de *script*

Openscript, implementada no sistema de autoria *Toolbook Instructor*, versão 5.01.

Foram utilizadas 16 imagens, duas de faces masculinas negras, duas de faces masculinas brancas, duas de faces femininas negras, duas de faces femininas brancas, quatro de armas e quatro de ferramentas. A dimensão de cada imagem era de 586 por 292 *pixels* e todas possuíam a profundidade de cores de 32 bits. A associação destas imagens e a sua posterior apresentação foi implementada por um procedimento de aleatorização, de forma que cada associação entre faces e objetos foi apresentada quatro vezes.



Figura 1: exemplos de imagens de faces, ferramentas e armas usadas no experimento

As respostas dos participantes se davam mediante o pressionamento da tecla 1, caso o objeto a ser identificado fosse uma arma, ou a tecla 2, se fosse uma ferramenta. Para cada tentativa eram registrados dois valores, o grau de acurácia na identificação do objeto, registrado como 0 (erro) ou 1 (acerto), e o tempo de resposta, registrado numa resolução de centésimos de segundos. Ao final da coleta todos os dados registrados foram transformados em um arquivo de dados no formato

txt e analisados, após os procedimentos de correção e normalização, em um software de análises estatísticas.

Preparação e limpeza da base de dados

O procedimento de normalização se restringiu a eliminar os registros dos tempos de respostas inferiores a 100 ms e superiores a um segundo, o que permitiu realizar os ajustes de curtose e assimetria em todos os registros da base de dados. Como foram 64 tentativas para cada um dos participantes, o número reduzido de registros excluídos não obrigou a exclusão de nenhum dos participantes do estudo.

Procedimentos

O *script* do experimento encontra-se reproduzido no diagrama apresentado na Figura 2. Na tela de instruções eram oferecidas as informações necessárias para o participante iniciar o experimento. Uma vez que a coleta de dados foi realizada por computador, o procedimento foi o mais formalizado possível e em nada dependia das instruções fornecidas pelo experimentador.

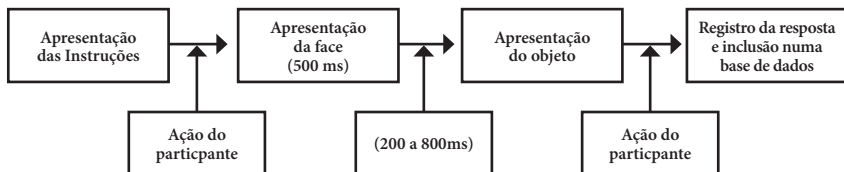


Figura 2: Diagrama do procedimento experimental

Para iniciar o experimento o participante fazia a leitura das instruções e pressionava a barra de espaço, para começar a sessão experimental. Esta ação levava a outra tela, inicialmente em branco, e após 200 ms era apresentada a imagem da face, que permanecia na tela por 300 ms, seguindo-se a apresentação de uma máscara (uma imagem completamente branca, do mesmo tamanho e com a mesma resolução que a imagem da face), que permanecia na tela por um período de tempo entre 200 e 800 ms. Na sequência, era apresentada a imagem do objeto a ser identificado, uma arma ou uma ferramenta, à qual o participante respondia pressionando a tecla 1 ou 2. Inicialmente era conduzido um treinamento constituído por 16 tentativas, destinado a familiarizar o participante com o aplicativo computacional e com a tarefa experimental, passando-se ao experimento propriamente dito, caso o participante atingisse 70% de acurácia na identificação dos objetos durante a etapa de treinamento. O experimento em si envolvia a apresentação de outras 64 tentativas. Ao final do experimento, informava-se ao participante o objetivo do estudo, bem como agradecia-se sua participação.

Resultados e discussão

Para testar o impacto do contexto na acurácia, conduzimos uma série de análises de variância (ANOVAs) para medidas repetidas, na qual o contexto e o *priming* de faces brancas e negras eram as variáveis independentes. A nossa suposição central era que, em todos os contextos, a associação entre as faces negras e a expressão da violência favoreceria a manifestação de erros de julgamentos, sendo esperados mais erros quando o julgamento fosse precedido por uma face negra do que quando

antecipado por uma face branca. Mediante a inspeção do gráfico a) apresentado na Figura 3, fica claro que não foram identificadas diferenças entre as amostras ($F(2,163) = 1,236$, $p = ,293$), nem entre os tipos de *priming*, tal como mensurado pelo traço de Pillai ($F(1, 163) = ,503$, $p = ,479$). Os resultados sugerem, portanto, que o grau de acurácia independe do contexto, bem como da etnia da face apresentada, e alcançam valores sempre acima de 80% de acertos. Como estes resultados se referem ao impacto do contexto e da etnia da face na avaliação conjunta dos dois tipos de objetos, conduzimos três testes *t* de medidas repetidas, um para cada contexto, no sentido de identificar as diferenças suscitadas pela etnia na identificação das armas. Não foram identificados efeitos da etnia na avaliação das armas entre os estudantes (face branca = 0,862; face negra = 0,860; $t(90) = 0,416$, $p = ,678$) e entre os moradores da comunidade (face branca = 0,801; face negra = 0,805; $t(30) = 0,428$, $p = ,672$). No entanto, entre os agentes penitenciários identificou-se uma maior proporção de erros quando a arma era precedida pela apresentação de um *priming* com uma face negra (face branca = 0,885; face negra = 0,878; $t(43) = 2,364$, $p < .05$).

A segunda hipótese se refere ao impacto do contexto e do *priming* no tempo de resposta. Conforme observado na Figura 3b), ficam claras as diferenças nos tempos de resposta dos participantes dos três contextos ($F(2,163) = 13,95$, $p < .001$). A análise *post hoc*, conduzida com o Tukey, evidencia que os estudantes respondem em menos tempo que os moradores da comunidade e os agentes penitenciários, cujos tempos de resposta não diferem entre si. Ao contrário do postulado pela hipótese, a *priming* da face negra não interferiu no tempo de resposta ou, ao menos, não foram identificadas diferenças no tempo de resposta quando a avaliação foi antecipada pela apresentação de faces negras ou brancas. Para avaliar o efeito da etnia no tempo de resposta conduzimos um teste *t* para medidas repetidas, para os participantes de cada um dos contextos. Neste

caso, não foram identificados efeitos da etnia na avaliação das armas entre os estudantes (face branca = 464,8; face negra = 466,4; $t(90) = 0,653, p = ,515$), entre os moradores da comunidade (face branca = 548,1; face negra = 549,2; $t(30) = 0,287, p = ,776$) ou entre os agentes penitenciários (face branca = 595,3 ; face negra = 595,3; $t(43) = 0,013, p = ,998$).

A terceira hipótese se refere ao impacto conjunto do contexto e da ativação do *priming* de faces de sexo diferentes, supondo-se que o *priming* de uma face masculina acarretaria mais erros que o julgamento que o de uma face feminina. É notável a semelhança entre os gráficos a) e c) apresentados na Figura 3, o que indica, uma vez mais, as ausências de influência do contexto ($F(2,163) = 1,236, p = .293$) e do gênero da face apresentada como *priming* ($F(1, 163) = 2,649, p = .106$) na acurácia das respostas. O teste da hipótese demandou a condução de três testes *t* de medidas repetidas, um para cada contexto, com a finalidade de comparar a acurácia na avaliação das armas quando precedidas pela fotografia de uma face masculina ou feminina. Não foram identificadas diferenças no gênero da face apresentada como *priming* entre os estudantes (face masculina = 0,877 face feminina = 0,872; $t(90) = 1,572, p = .119$), entre os moradores da comunidade (face masculina = 0,824; face feminina = 0,817; $t(30) = 1,276, p = .212$). Chama a atenção que entre os agentes penitenciários, as médias na acurácia foram exatamente iguais (média = 0.882).

A quarta hipótese se refere à influência do sexo da fotografia, representada na face como *priming*, no tempo de resposta. O mesmo padrão identificado na avaliação do impacto da fotografia da face de etnias diferentes se repetiu, ou seja, o gráfico d) demonstra de forma nítida as diferenças no padrão de resposta dos participantes dos três contextos ($F(2,163) = 13,94, p < .001$), ao mesmo tempo em que evidencia a ausência de qualquer influência do sexo apresentado na fotografia da face. No caso específico da influência do contexto, a análise *post hoc*

conduzida com o Tukey evidencia, uma vez mais, que os estudantes respondem em menos tempo que os moradores da comunidade e os agentes penitenciários, cujos tempos de resposta uma vez mais não apresentam diferenças estatisticamente significativas entre si. Adotando o mesmo procedimento utilizado no teste das hipóteses anteriores, fica claro que a apresentação prévia de faces masculina ou feminina não proporcionou alterações significativas nos tempos de respostas na avaliação das armas, em nenhum dos três contextos (estudantes (face masculina = 464,5 face feminina = 466,7; $t(90) = 0,968$, $p = .336$); moradores da comunidade (face masculina = 547,3 face feminina = 549,8; $t(30) = 0,523$, $p = .605$); agentes penitenciários (face masculina = 593,4 face feminina = 597,3; $t(43) = 1,090$, $p = .282$)).

As hipóteses cinco e seis do nosso estudo se referem à influência das características do participante, no caso, o efeito do sexo. A hipótese se assenta na suposição de que uma maior familiaridade dos participantes do sexo masculino com o universo das armas e com os tipos de utensílios incluídos no experimento suscitará entre os homens menor quantidade de erros de identificação dos objetos, bem como menor tempo de reação, quando comparados com as respostas das participantes do sexo feminino.

No caso da quinta hipótese, os resultados não indicam qualquer influência do contexto ($F(2,160) = 1,369$, $p = .257$), do sexo do participante ($F(1,160) = 1,038$, $p = .310$), assim como nenhuma interação entre o contexto e o tipo de objeto julgado ($F(2,160) = 1,033$, $p = .358$). A inspeção do gráfico e) evidencia, entretanto, uma diferença nítida no nível de acurácia entre os participantes do sexo masculino alocados à condição moradores, que apresentaram um índice de acertos bem inferior aos estudantes e agentes de presídio, sendo inclusive inferior às mulheres alocadas a todas as condições experimentais.

Enfim, a sexta e última hipótese de trabalho se refere ao tempo de resposta. A análise do gráfico encontrado em f) evidencia com clareza a presença de dois efeitos principais, o do contexto ($F(2,160) = 13,282$, $p < .001$), onde uma vez mais os resultados dos estudantes diferem daqueles apresentados pelos moradores e pelos agentes penitenciários, e do sexo ($F(1,160) = 8,239$, $p < .05$), que indica um tempo de resposta significativamente menor entre os homens quando comparados com as participantes do sexo feminino. Não se identificou, no entanto, nenhum efeito de interação entre o contexto e o sexo do participante ($F(2,160) = ,389$, $p = .679$).

O estudo original de Payne (2001) relatou as evidências sobre a identificação e desidentificação de armas em dois experimentos. A diferença fundamental entre esses dois experimentos residia no fato de que no primeiro o participante dispunha do tempo que considerasse necessário para pressionar a tecla de resposta, enquanto o segundo limitava este tempo a 500 ms. A imposição dos limites temporais proporcionou, como esperado, redução significativa na proporção de acertos no segundo experimento.

O estudo aqui relatado implementou um procedimento que não impôs limites ao tempo de resposta. Ao contrário do estudo original, bem como de estudos que adotaram paradigmas experimentais relativamente semelhantes (Correl, Park, Judd & Wittenbrink, 2002; Greenwald, Oakes & Hoffman, 2002), nos quais uma face negra suscitava maior quantidade de erros na identificação das armas e uma face branca na identificação das ferramentas, os nossos dados permitiram identificar diferenças estatísticas nos resultados apenas dos participantes que exerciam a ocupação de agentes penitenciários. Assinale-se, no entanto, que mesmo nesse caso a proporção de erros dos agentes penitenciários não diferiu significativamente quando comparada com os participantes oriundos de outros contextos. Conforme assinala Payne (2006), uma vez que os

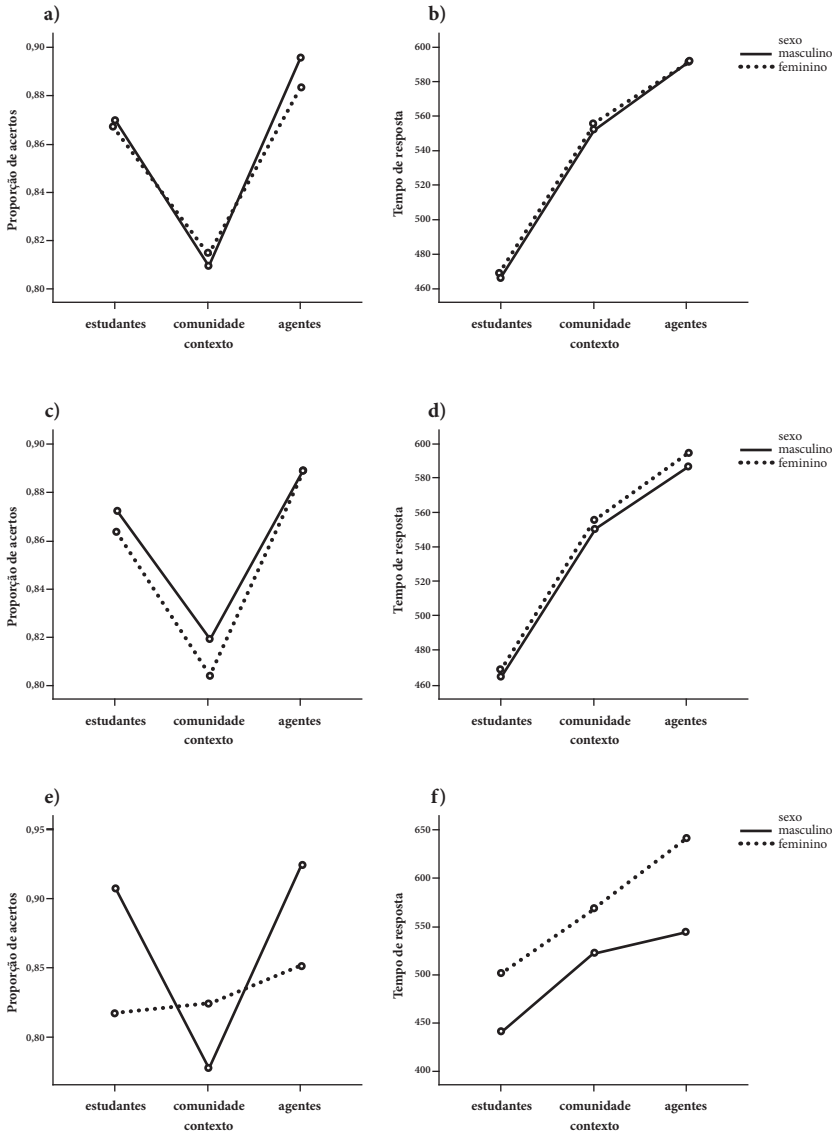


Figura 3: gráfico com o nível de acurácia e tempo de resposta, por contexto

dados obtidos no contexto norte-americano podem ser explicados pela associação estereotipada entre negros e violência, os nossos resultados podem indicar, entre outras coisas, que a associação estereotípica entre etnia negra e a violência, ou ao menos entre uma face negra e o objeto arma, não se encontra sedimentada em nosso país ou, quando nada, não parece ser tão marcante para produzir mudanças no julgamento ou no tempo de reação. Provavelmente os nexos associativos entre a categoria social negro e o atributo estereotípico desempenhe um importante papel na manifestação dos vieses de julgamento, embora não se tenha identificado até o momento estudos que permitam afirmar conclusivamente se este efeito se deve aos conteúdos que se difundem numa rede semântica, ou se ele é influenciado pelas reações emocionais suscitadas pelo sistema 1 em resposta às ameaças que se apresentam na situação em que os eventos se manifestam (Correl, Urlan & Ito, 2006).

Em relação ao tempo de reação, fica claro que os estudantes foram mais rápidos no tempo de resposta, que demandaram em média entre um e dois centésimos de segundos a menos para realizar o mesmo julgamento. A hipótese mais provável para este resultado é a da familiaridade com o uso da tecnologia da informação, o que proporcionaria uma maior velocidade na resposta. É importante assinalar que a maior rapidez na resposta dos estudantes não se refletiu em uma maior proporção de erros, pois esta foi bastante semelhante entre esta categoria de participantes e a dos agentes penitenciários. Análises adicionais, conduzidas com o teste de correlação de Pearson, não permitiram identificar, nos três contextos, qualquer associação entre a proporção de acertos e o tempo de resposta. Assinale-se, todavia, que esses resultados podem refletir tanto maior familiaridade com o uso de computadores e um maior conforto em realizar atividades mediadas pela tecnologia da informação, quanto podem sugerir maior cuidado na decisão de identificar as armas por parte dos agentes penitenciários.

Os resultados também deixaram claras as diferenças entre homens e mulheres no tempo de resposta, e apontam uma tendência entre os homens de apresentarem maior acurácia na identificação de armas e ferramentas do que as mulheres, exceto, conforme observado anteriormente, entre os moradores da comunidade. Cabe, neste caso, uma pergunta, que a nossa pesquisa não se encontra ainda em condições de responder: o que fez com que participantes do sexo masculino que vivem neste contexto tivessem cometido mais erros de julgamento que os estudantes ou os agentes penitenciários? Em relação ao efeito do sexo dos participantes no tempo de resposta, percebe-se nitidamente uma diferença no padrão de resultados de homens e mulheres, com estas respondendo de forma mais lenta do que os homens. Os efeitos de recenticidade e familiaridade com os dois tipos de objetos, as armas e ferramentas, muito mais afeitos ao universo mental de homens do que de mulheres, pode explicar parcialmente estes resultados. Este resultado parece receber suporte no estudo de Judd, Blair e Chapleau (2001), onde se evidencia que o *priming* da face negra não interfere apenas no julgamento de armas, mas também influencia na rapidez com que objetos estereotípicos associados aos negros, a exemplo de fotografias de equipamentos esportivos, são identificados.

Conclusões

O presente capítulo apresenta os resultados preliminares de um programa de pesquisas conduzido no Laboratório de Estudo dos Processos Psicológicos e Sociais, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, dedicado ao estudo dos processos automáticos e controlados na expressão dos estereótipos e preconceitos. Acreditamos que ficaram claras as diferenças de contexto no tempo de resposta, bem como ficou

evidenciado que estas diferenças contextuais não interferiram na acurácia da identificação de armas e ferramentas. Também pudemos constatar que estes processos se manifestam de forma distinta entre homens e mulheres, pelo menos no que concerne ao tempo de resposta.

Entre os limites do capítulo, permitimos destacar que não apresentamos nenhum dado referente aos efeitos separados do controle e do automatismo. Análises adicionais adotando os procedimentos algébricos apresentados nas equações 1 a 4 permitiram a identificação destes resultados, embora estes não tenham sido aqui apresentados. Ademais, é importante assinalar que o experimento foi conduzido em um contexto absolutamente distinto daqueles em que a tomada de decisões de agentes reais se manifesta. As pressões de tempo, do ambiente e das crenças estereotipadas e atitudes preconceituosas estão longe de serem reproduzidas fielmente no aplicativo computacional elaborado para a condução do presente estudo.

Estes limites, entretanto, não nos permitem desconsiderar as evidências obtidas neste primeiro estudo, que deverá ter desdobramento em estudos adicionais, desta vez impondo limites ao tempo de resposta dos participantes. Estes limites decerto farão com que o controle se manifeste de forma menos intensa que o identificado no primeiro experimento. Tornam-se necessários experimentos adicionais, face às evidências identificadas na literatura a respeito da atuação concomitante dos processos automáticos e controlados na expressão do pensamento estereotipado e das respostas controladas. Conforme assinala Payne (2006), as estratégias destinadas a reduzir os vieses na identificação de armas se encaminham em duas direções, ou elas podem tentar minimizar os impulsos automáticos ou maximizar o controle sobre os processos automáticos. A adoção destas estratégias tem demonstrado que agentes policiais que participam rotineiramente de treinamentos destinados a minimizar os

erros de identificação apresentam um viés de julgamento menos acentuado e, mais importante, evidencia que a prática de identificar armas, diferenciando-as de outros objetos pode produzir resultados benéficos entre os policiais que voluntariamente concordam em participar deste treinamento. Importa notar, adicionalmente, que os efeitos do treinamento parecem se manifestar tanto nos processos controlados, quanto na automatização do controle.

Outrossim, os resultados podem oferecer insumos para a elaboração de *softwares* especializados destinados a treinar aqueles que, por razões profissionais, precisam automatizar o controle. Esta nova implementação deverá considerar a possibilidade de imersão do participante, preferencialmente com os recursos proporcionadas pelas técnicas de criação de realidades virtuais. Este mundo virtual deverá contemplar os contextos nos quais os eventos reais se manifestam, bem como oferecer pistas mais significativas que permitam associar a ação de apontar uma arma ou acenar com um objeto qualquer com as diferenças étnicas, de gênero e etárias.

REFERÊNCIAS

- Allport, G. (1962). *La naturaleza del prejuicio*. Buenos Aires: Eudeba
- Baars, B. (1999) Psychology in a world of sentient, self-knowing beings: a modest utopian fantasy. In Solso, R. *Mind and Brain Sciences in the 21st Century*. Cambridge: The MIT Press.
- Blair, I. & Banaji, M. (1996). Automatic and controlled processes in stereotype priming. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(6), 1142-1163.
- Correl, J, Park, B., Judd, C. & Witterbrink, B. (2002). The police officer 's dilemma: using race to disambiguate potentially threatening individuals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83, 1314-1329.
- Correl, J., Urland, G. & Ito, T. (2006). Event-related potentials and the decision to shoot: the role of threat perception and cognitive control. *Journal of Experimental Social Psychology*, 42, 120-128.
- Devine, P. (1989) Stereotypes and prejudice: their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18.
- Devine, P. G. & Sharp, L. B. (2009) Automaticity and Control in Stereotyping and Prejudice. In Nelson, T. D. *Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination*. New York: Psychology Press.
- Duckitt, J. (1992). Psychology and Prejudice. A historical analysis and an integrative framework. *American Psychologist*, 67, 10, 182-193.
- Eysenck, M. W. & Keane, M. T. (2007). *Manual de Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: Ed. Artmed.
- Fazio, R. & Dunton, B. (1997). Categorization by Race: The Impact of Automatic and Controlled Components of Racial Prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology*, 33(5), 451-470.

- Fazio, R. & Olson, M. (2003). Implicit measures in social cognition research: their meaning and use. *Annual Review of Psychology*, 54, 297-327.
- Gilbert, D. & Hixon, G. (1991). The trouble of thinking: Activation and application of stereotypic beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60(4), 509-517.
- Greenwald, A., Oakes, M. & Hoffman, H. (2002). Targets of discrimination: effects of race on response to weapons holders. *Journal of Experimental Social Psychology*, 39, 399-405.
- Hamilton, D., Stroessner, S. & Driscoll, D. (1994). Social cognition and the study of stereotyping. In Devine, P., Hamilton, D. & Ostron, T. M. (Eds.) *Social cognition: impact on social psychology*. San Diego: Academic Press.
- Jacoby, L. (1991). A process dissociation framework: separating automatic from intentional uses of memory. *Journal of Memory and Language*, 30, 513-541
- Macrae, C. & Bodenhausen, G. (2000). Social cognition: thinking categorically about others. *Annual Review of Psychology*, 51, 93-120.
- Payne, B. K. (2001). Prejudice and perception: the role of automatic and controlled process in misperceiving a weapon. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 181-192
- Payne, B. K. (2006). Weapon bias. Split-second decisions and unintended stereotyping. *Current Directions in Psychological Science*, 15(6), 287-291
- Pereira, M. (2002). *Psicologia Social dos Estereótipos*. São Paulo: EPU.
- Sternberg, R. (2008). *Psicologia cognitiva*. Porto Alegre: ARTMED.
- Tajfel, H. & Turner, R. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In Austin, W. G. & Worchel, S. (Eds.) *The psychology of intergroup relations*. Monterrey, Ca: Brooks/Cole.
- Wegner, D. & Bargh, J. (1998). Control and automaticity in social life. In D. Gilbert, S. Fiske & G. Lindzey. (Eds.) *The handbook of social psychology*. Boston, Ma: McGraw-Hill.

Los Estereotipos y su Contenido en España

Guillermo B. Willis

Rosa Rodríguez-Bailón

Miguel Moya

Los estereotipos han formado parte de la agenda de investigación de la psicología social desde sus inicios. Los estereotipos, definidos como un conjunto de creencias compartidas acerca de los atributos personales que poseen los miembros de un grupo (Morales & Moya, 1996), desempeñan una serie de funciones sociales o grupales (Tajfel, 1984). En concreto, los estereotipos ayudan a explicar la realidad social (e.g., “Alemania tiene una alta tasa de desarrollo económico porque los alemanes son muy competentes”), o para justificar las acciones dirigidas hacia los miembros del grupo (e.g., “los alemanes usarán mejor los recursos de la Unión Europea que los españoles” –por tanto, merecen más esos recursos). Los estereotipos también forman parte de la identidad social de los individuos y ayudan a mantener una identidad social positiva (e.g., “los españoles sabemos divertirnos mejor que los ingleses”).

Los estereotipos pueden asimismo fomentar la desigualdad social, ya que éstos, como una “profecía que se cumple a sí misma”, pueden acabar convirtiéndose en realidad (Cadinu, Maas, Frigerio, Impagliazzo & Latinotti, 2003; Steele & Aronson, 1995). Por ejemplo, el estereotipo que pregona que las mujeres son malas en matemáticas puede causar que éstas se sientan amenazadas y la amenaza, a su vez, hace que realmente las mujeres disminuyan su rendimiento académico. Los miembros de los grupos estereotipados también pueden terminar aceptando los

estereotipos y considerándolos como verdaderos (Jost, Banaji & Nosek, 2004). En definitiva, los estereotipos pueden favorecer la justificación del *status quo* y perpetuar las diferencias existentes entre los grupos más y menos privilegiados (Jost & Banaji, 1994; Sidanius & Pratto, 1999). Estos ejemplos evidencian la relevancia de los estereotipos y lo importante que es conocer en profundidad su naturaleza y consecuencias. A continuación resumiremos los paradigmas que han intentado abordar esta empresa.

Perspectiva individual y perspectiva colectiva en el estudio de los estereotipos

Dentro de la psicología social se pueden distinguir dos paradigmas de investigación que han abordado las causas y consecuencias de los estereotipos (Huici, 1999). Por un lado, la perspectiva individual considera a los estereotipos como representaciones en la mente de los individuos; mientras que por el otro, la perspectiva colectiva mantiene que los estereotipos son representados socialmente, siendo elementos culturales compartidos.

Así pues, desde la perspectiva individual, o *Cognición Social*, los estereotipos son definidos como estructuras cognitivas de conocimiento que incluyen creencias y expectativas acerca de distintos grupos sociales (Hamilton & Sherman, 1994). Ashmore y Del Boca (1981) definen los estereotipos como creencias mantenidas por un individuo en relación a un grupo. Así, desde esta perspectiva se consideran a los estereotipos como una mezcla de representaciones abstractas (i.e., esquemas cognitivos) y de representaciones más concretas (i.e., ejemplares) en la mente de los individuos. Por ejemplo, cuando alguien piensa en el estereotipo de los alemanes, éste suele ser una mezcla tanto de conocimiento abstracto

(son trabajadores, inteligentes, etc.) como de miembros prototípicos de este grupo (e.g., Hitler, Ángela Merkel, Michael Schumacher, etc.).

Dentro de esta perspectiva también se ha encontrado que, en determinadas situaciones, los individuos son más proclives a usar los estereotipos que en otras. Por ejemplo, cuando un individuo está cansado o distraído es más probable que juzgue a las demás personas utilizando estereotipos (Bodenhausen & Macrae, 1998; Govurun & Payne, 2006). También se usan los estereotipos en mayor medida cuando los individuos no están motivados para prestar atención detalladamente a las personas con las que interactúan (Fiske & Neuberg, 1990). Imaginemos por ejemplo una interacción entre un jefe y su subordinado. Según Fiske y colaboradores (Fiske, 1993; Fiske & Deprét, 1996), la persona subordinada estaría más motivada por ir más allá de la categorización inicial, por lo que desarrollaría impresiones centradas en las particularidades o en los aspectos que individualizan a la persona poderosa. Esto podría ser una forma de intentar formarse impresiones más precisas de su jefe, lo que le permitiría aumentar el control percibido sobre su entorno social (Fiske, Morling & Stevens, 1996; Stevens & Fiske, 1995). Dicho de otra forma, dado que el subordinado se encuentra más motivado que el jefe para formarse una impresión más precisa de él, es menos probable que use estereotipos.

En suma, la aproximación más individual, aunque también estudia la situación social en la que viven los individuos (e.g., si éstos tienen o no poder), su nivel de análisis está enfocado en delinear los sistemas cognitivos que permiten a los individuos almacenar y utilizar los estereotipos (Stangor & Schaller, 1996).

En el otro lado de la moneda, la perspectiva colectiva considera a la sociedad como su unidad de análisis, siendo ésta la base del conocimiento almacenado. Los estereotipos son por tanto un tipo de

información pública compartida acerca de los grupos sociales (Stangor & Schaller, 1996); es decir, un conocimiento consensuado sobre los rasgos que los grupos sociales poseen (Tajfel, 1984). Esta perspectiva pone especial énfasis en los procesos de transmisión de los estereotipos y en las claves culturales que los afectan.

Recientemente se ha propuesto que ambas perspectivas no son incompatibles. En este sentido, se ha argüido que mientras la perspectiva más individualista se centra en el proceso mediante el cual los estereotipos se adquieren y utilizan, la perspectiva colectiva se centra en el contenido de los estereotipos (Cuddy, Fiske & Glick, 2008); es decir, en qué rasgos suelen asociarse a determinados grupos sociales y por qué, así como si estos rasgos co-varían con ciertas características socio-estructurales.

Aunque ambos enfoques son importantes, en el presente capítulo nos centraremos en el contenido de los estereotipos y en su estudio empírico en una región española: Andalucía. Pero antes de describir nuestras investigaciones presentaremos el modelo que se ha usado como referencia: El Modelo del Contenido de los Estereotipos (MCE, *Stereotype Content Model*, Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002; Fiske, Xu, Cuddy & Glick, 1999).

El modelo del contenido de los estereotipos

Gordon Allport (1950) fue pionero en afirmar que existían “diferentes tipos” de estereotipos que la gente usa para justificar el prejuicio que tienen hacia otros grupos. Tomando como referencia a Allport pero no completamente de acuerdo con él, Fiske y colaboradores (Fiske y cols., 1999; Fiske y cols., 2002) proponen un modelo mediante el cual se intenta delimitar el patrón que siguen la mayor parte de los estereotipos

en cuanto a su contenido; esto es, las pautas comunes de los estereotipos, más allá del contenido concreto que incluyan referido a un grupo específico. De acuerdo a Cuddy y cols. (2008), este modelo parte de varias premisas: 1) Los estereotipos suelen incluir una mezcla de dos características o rasgos: La competencia y la calidez. 2) Los estereotipos suelen ser ambivalentes. 3) Las condiciones estructurales son el origen de los estereotipos. 4) Los estereotipos causan diferentes emociones y comportamientos hacia los miembros de los grupos estereotipados. A continuación nos detendremos en describir cada uno de estos puntos.

Las dos dimensiones básicas de la percepción social

En un estudio clásico dentro de la psicología social, Rosenberg, Nelson y Vivekananthan (1968) presentaron a sus participantes 64 rasgos y les pidieron que los aplicaran en la evaluación de diferentes personas. Diversos análisis indicaron que todas las palabras se podían incluir dentro de dos dimensiones generales: La competencia y la calidez o sociabilidad (*competence* y *warmth*). Los resultados de numerosas investigaciones posteriores parecen evidenciar que estas dos dimensiones subyacen a la mayoría de los juicios sociales (Fiske, Cuddy & Glick, 2007).

Fiske y cols. (2007) mantienen que el origen de estas dos dimensiones puede tener una explicación evolucionista. A lo largo de la historia evolutiva del ser humano los individuos se han encontrado con personas y grupos que no conocían, por lo que se han visto en la necesidad de conocer y entender rápidamente: a) las intenciones que tienen las otras personas o grupos, i.e., su calidez; y b) si los grupos y las personas tienen la capacidad necesaria para llevar a cabo dichas intenciones, i.e., su competencia. Por tanto, podría ser que con una finalidad de supervivencia

estas dos dimensiones se convirtieran en el contenido fundamental de la percepción social.

Aunque las dos dimensiones son importantes y forman el núcleo de la percepción social, se mantiene que existe una primacía de la calidez sobre la competencia. En otras palabras, cuando los individuos realizan juicios sociales se focalizan en mayor medida en la calidez, percibiéndola más rápidamente y dándole una mayor importancia (Fiske y cols., 2007).

Los estereotipos suelen ser ambivalentes

Otro de los puntos centrales del MCE es que los estereotipos suelen ser ambivalentes en relación con las dos dimensiones anteriormente mencionadas; esto es, los individuos pueden evaluar a los grupos de forma favorable en una dimensión (e.g., los alemanes son muy competentes), pero desfavorable en la otra (e.g., pero son poco sociables). Diversos estudios han apoyado esta hipótesis al mostrar que los estereotipos sobre los distintos grupos existentes en varias sociedades suelen agruparse en dos conglomerados en los que se percibe una alta competencia, pero una baja calidez, o viceversa (Cuddy y cols., 2007). Durante, Volpato y Fiske (2009), por ejemplo, analizaron una revista publicada en la época fascista. A través del análisis de los archivos encontraron que las descripciones que se hacían de los grupos minoritarios también eran ambivalentes; por ejemplo, describían a los judíos como bajos en calidez pero altos en competencia.

La ambivalencia de los estereotipos también ha sido encontrada en diversos estudios experimentales. En línea con esta idea, pero yendo más allá, Judd, James-Hawkins, Yzerbyt y Kashima (2005) mostraron la existencia del “efecto de compensación” entre la competencia y la calidez. En un creativo experimento, presentaron a sus participantes descripciones

de dos grupos. Uno de los grupos era descrito con seis comportamientos que indicaban una alta competencia, y dos comportamientos bajos en esta dimensión; mientras que el otro grupo se describía de forma contraria. En ambos casos, la información dada sobre la calidez era ambigua. Los resultados mostraron que aunque los participantes no tenían información suficiente para juzgar la calidez de los grupos, éstos solían evaluar al grupo alto en competencia como poco cálido, mientras que el grupo bajo en competencia se evaluaba como alto en calidez. Las investigaciones también comprobaron que al manipular la calidez y brindar información ambigua sobre la competencia, los participantes también mostraban el efecto de compensación (véase también Yzerby, Kervyn & Judd, 2008). Los autores mantienen que este resultado podría deberse a la creencia implícita que mantiene que todos los grupos deben de tener algo positivo y algo negativo (i.e., un estereotipo ambivalente). Cuando sólo se obtiene información sobre una dimensión, las personas tienden a compensar la valencia general del estereotipo utilizando la otra dimensión.

Las condiciones socio-estructurales predicen los estereotipos

El MCE mantiene que el contexto social, y algunas variables socio-estructurales que lo caracterizan, determinan los juicios que los individuos hacen de otros grupos. Entre dichas variables destacan el estatus o prestigio de dichos grupos en comparación con el endogrupo, así como la relación de interdependencia (cooperativa o competitiva) que se establece con ellos. El MCE propone que el estatus predice la dimensión de competencia, mientras que la interdependencia determina la calidez del grupo estereotipado. Por ejemplo, si un grupo posee un alto estatus, éste tenderá a ser percibido igualmente con una alta competencia,

mientras que si su estatus es bajo se percibirá como poco competente. Por su parte, una interdependencia competitiva causará que se perciba a los miembros del grupo contra el que se compite como bajos en calidez; sin embargo, si la interdependencia es cooperativa, los individuos serán más proclives a percibir al otro grupo con una alta calidez.

En definitiva, dependiendo del estatus y de la relación de interdependencia que se establezca entre los grupos (cooperativa/competitiva) se puede predecir el contenido de los estereotipos. Ejemplos concretos que apoyan estas predicciones los podemos encontrar en los estereotipos de algunos grupos en EEUU. Por ejemplo, los asiáticos son considerados como un grupo minoritario con estatus alto. Esto ocasiona que se les perciba como un grupo muy competente; sin embargo, entre el grupo de americanos blancos y el grupo asiático se percibe una relación de competitividad, por lo que los asiáticos son vistos con una baja calidez (Lin, Kwan, Cheung & Fiske, 2005). Las predicciones concretas que hace el MCE a partir de la relación de interdependencia entre los grupos (competitiva/cooperativa) y el estatus relativo del endogrupo frente al exogrupo se pueden observar en la Figura 1.

Se cree que el estatus predice la competencia debido a que los individuos asumen con frecuencia ideologías que les llevan a creer que las personas y los grupos ostentan posiciones de alto estatus debido a sus disposiciones personales, como su alta habilidad, competencia, o inteligencia. Así, no es raro que las personas subestimen que el alto estatus muchas veces puede ser obtenido por herencia, a través de una repartición injusta de recursos o, incluso, por suerte (Cuddy y cols., 2008; Fiske y cols., 1999). Además de por la influencia de las ideologías, los individuos suelen inferir la competencia de un grupo a partir de su estatus social, debido a la tendencia –existente sobre todo en los países occidentales- a atribuir las causas de los hechos y de las conductas a disposiciones personales o características internas de los individuos, desestimando

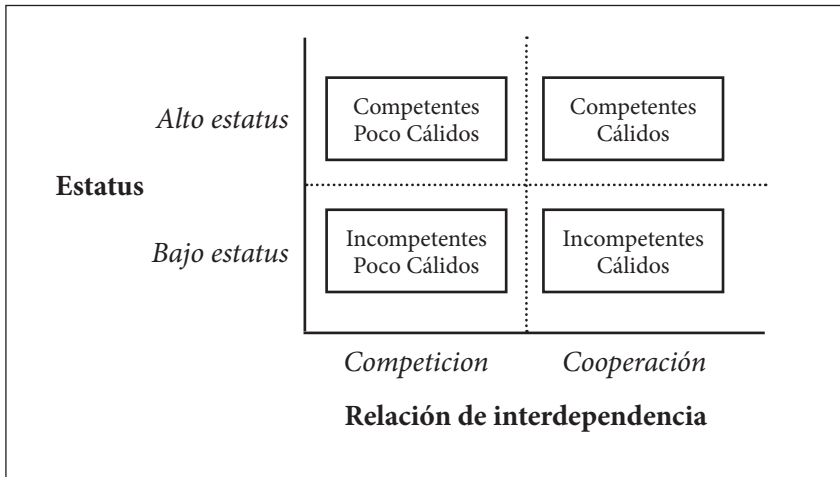


Figura 1: Predicción de los estereotipos grupales en función de la relación de interdependencia entre el endogrupo y el exogrupo, y del estatus relativo del exogrupo frente al endogrupo.

la importancia del contexto social (Gilbert & Malone, 1995). De hecho, Cuddy y cols. (2008) sugiere que en aquellas culturas en donde se realizan atribuciones causales considerando el contexto en mayor medida (e.g., las culturas orientales), se percibe una menor asociación entre el estatus y la competencia.

Por otro lado, la interdependencia es importante porque a través de ella se predicen las intenciones de los otros grupos con respecto al endogrupo (Cuddy y cols., 2008). La competición por los recursos sugiere que los miembros del exogrupo tienen intenciones negativas que podrían menguar los recursos del endogrupo. Además, describir a los exogrupos con los que se compite como bajos en calidez ofrece una justificación al endogrupo para competir contra ellos. La cooperación, por su parte, indica que el exogrupo cuenta con intenciones positivas que, o

bien podrían ayudar al endogrupo a obtener más recursos, o bien favorecen el mantenimiento del *status quo* favorable para el endogrupo.

Los estereotipos predicen emociones y comportamientos específicos

Otro de los postulados del MCE es que las cuatro combinaciones posibles en el contenido de los estereotipos causan que las personas experimenten emociones intergrupales distintas. Así, los grupos estereotipados como altos en las dos dimensiones (competencia y calidez) producen admiración y orgullo (esto último cuando se trata del endogrupo), mientras que los grupos poco competentes y poco cálidos causan asco y repugnancia. Los grupos altos en competencia y bajos en calidez producen envidia y, finalmente, los grupos con una alta calidez y una baja competencia producen lástima (Cuddy y cols., 2008; Fiske y cols., 2002).

En el mismo sentido, Cuddy y colaboradores (Cuddy, Fiske & Glick, 2007; Cuddy y cols., 2009) encontraron en una muestra representativa en EEUU, y en un estudio realizado en varios países europeos, que el contenido de los estereotipos también tiene importantes consecuencias comportamentales. Al analizar dichas consecuencias, Cuddy et al. (2007) clasifican el tipo de comportamientos de unos grupos sobre otros en función de su valencia, es decir, de si el comportamiento facilita o daña las metas que el otro grupo pretende alcanzar, y de su intensidad, esto es, si el comportamiento es activo o pasivo. Los comportamientos activos son aquellos que son directos, abiertos, explícitos e intensos; mientras que los comportamientos pasivos son los que requieren un menor esfuerzo y tienen una menor intensidad (e.g., la agresión pasiva, la omisión de información importante, etc.).

Dado que, como se ha comentado anteriormente, la calidez es más importante que la competencia, ésta suele predecir la valencia del comportamiento. Así, a través de la competencia se determina si el otro grupo manifestará comportamientos a favor (i.e., facilitación) o en contra (i.e., daño) (para un análisis de estos dos tipos de comportamiento, véase Ayduk, May, Downey & Higgins, 2003). Una alta calidez se relaciona con comportamientos de facilitación; por ejemplo, ayudar o realizar acciones prosociales a favor del otro grupo. Por el contrario, una baja calidez se relaciona con un comportamiento dañino, como podría ser atacar o discriminar a los miembros del grupo (Cuddy y cols., 2007).

Al combinar la intensidad y la valencia del comportamiento surgen cuatro combinaciones posibles, predichas a través de las cuatro combinaciones entre la calidez y la competencia (Cuddy y cols., 2007). Aunque, como se ha mencionado, la alta calidez se asocia con la valencia, la competencia determina la intensidad del comportamiento. Los grupos competentes y cálidos evocan una respuesta de facilitación activa (e.g., ayudar, asistir, o defender a los miembros del exogrupo). Los grupos competentes pero poco cálidos despiertan por el contrario respuestas de daño activo. Estos comportamientos pretenden dañar al otro grupo. Los genocidios o las políticas de segregación son ejemplos de este tipo de comportamiento. Por otro lado, los grupos poco competentes pero muy cálidos producen una facilitación pasiva. Así, se suele ayudar al otro grupo, pero con la intención de obtener algún beneficio para el endogrupo. El comportamiento paternalista que algunos hombres muestran hacia las mujeres puede ser un ejemplo de esto (Glick & Fiske, 2001). Aunque éste podría ser visto como un comportamiento a favor del grupo, en realidad contribuye a mantener la posición subordinada de la mujer y la desigualdad de género. Por último, el daño pasivo suele dirigirse a los grupos percibidos como poco competentes y poco cálidos. Este tipo de daño se infringe al

ignorar o excluir las necesidades de los miembros de esos grupos. Este tipo de comportamiento se da cuando, por ejemplo, a las personas sin techo se les restringe el acceso a los servicios sociales (Cuddy y cols., 2007).

El modelo del contenido de los estereotipos en España: estudios empíricos

Los postulados básicos del MCE han sido puestos a prueba en distintos países y España no ha sido la excepción. De hecho, en el estudio transcultural realizado por Cuddy y cols. (2009) se incluye una muestra española. Para realizar este estudio se les pidió a participantes españoles y de otros países europeos que evaluaran la competencia y la calidez percibida de diferentes países europeos. También se les pidió que evaluaran la interdependencia (competición vs. cooperación) y el estatus de los países. A través de un análisis de conglomerados se encontró que, en efecto, los estereotipos de los países eran evaluados de forma ambivalente. España, Portugal, e Italia fueron algunos de los países considerados como altos en calidez, pero bajos en competencia. Bélgica, Francia, y Holanda, entre otros, fueron evaluados con una alta competencia pero una baja calidez. Un tercer conglomerado agrupó a Inglaterra y Alemania, mostrando un caso extremo de alta competencia y baja calidez.

La muestra española de este mismo estudio también mostró que, en línea con lo propuesto por el MCE, el estatus percibido estuvo fuertemente asociado con la competencia percibida ($r = .87$), mientras que la interdependencia se asoció significativamente con la calidez percibida ($r = -.15$); esto es, a medida que aumentaba el estatus percibido del otro grupo también aumentaba la competencia percibida en el mismo, mientras que cuanto mayor era la competición, menor era la calidez percibida en los grupos.

Con los estudios que presentaremos a continuación hemos intentado ahondar en el MCE al examinar los estereotipos que se tienen en España de las distintas regiones españolas (i.e., comunidades autónomas); así como el estereotipo que los españoles y los andaluces tienen sobre sí mismos.

España vista desde Andalucía: contenido de los estereotipos regionales

El contenido de los estereotipos regionales en España no es un tema nuevo. Sangrador (1996) examinó el contenido del estereotipo de los catalanes en una muestra representativa de la población española ($n = 2993$). Los resultados indicaron que los catalanes, en comparación con los demás grupos regionales/nacionales, eran vistos como más *tacaños*, *trabajadores*, *independientes*, *egoístas*, *individualistas*, *materialistas*, y *antipáticos*. En este mismo estudio también se encontró que, posiblemente como consecuencia de este estereotipo, los catalanes fueron el grupo menos escogido como potenciales compañeros de trabajo en la muestra analizada.

En estudios similares, se encontró que en Galicia, Madrid, y Cataluña, suele percibirse a los andaluces como abiertos, alegres, y jerguistas, pero a su vez vagos y poco inteligentes (Chacón, 1986; Javaloy, Comejo & Bechini, 1990; Rodríguez, Sabucedo & Arce, 1991).

Aunque estos estudios fueron realizados desde modelos teóricos diferentes al MCE, resulta evidente que el contenido de estos estereotipos es ambivalente; esto es, mientras que a los catalanes se les describe como altos en competencia y bajos en calidez, a los andaluces se les describe de la forma opuesta.

Con el objetivo de extrapolar el MCE al estudio de las dos dimensiones que subyacen a los estereotipos regionales en España, nuestro grupo realizó una investigación en la que se indagó el estereotipo de las distintas comunidades autónomas vistas desde Andalucía (Morales, García, Rodríguez-Bailón & Moya, 2004). A continuación describiremos este estudio y sus resultados principales.

En esta investigación participaron 199 estudiantes de la Universidad de Granada. Los participantes fueron instruidos para contestar un cuestionario conformado por 14 preguntas que versaban sobre la competencia (e.g., ¿en qué medida los... son inteligentes?, la calidez (e.g., ¿en qué medida los... son agradables?, el estatus (e.g., ¿en qué medida han tenido éxito, económicamente hablando, los...?, y la competitividad (e.g., ¿cuántos de los recursos económicos dedicados a los... se toman de los recursos destinados a los andaluces?) con que se percibían a los miembros de las distintas comunidades autónomas españolas. Para analizar los datos se tomaron como referencia las dos dimensiones básicas medidas: competencia y calidez, y utilizándolas en una matriz, se distribuyeron los estereotipos de las diferentes comunidades. Después se efectuó un análisis de conglomerados para examinar qué comunidades autónomas, a través de sus estereotipos, podían agruparse en un mismo conglomerado en función de estas dos dimensiones.

Como se puede ver en la Figura 2, el análisis de conglomerados mostró que existen tres conglomerados distintos respecto a los estereotipos regionales. En el primer conglomerado, que se podría denominar como “alto en calidez-bajo en competencia”, se agrupó a Galicia, Valencia, Islas Baleares, Asturias, Aragón, Cantabria, Navarra, y la Rioja. Otro conglomerado mostró aquellas comunidades sobre las que se tenía el estereotipo ambivalente opuesto; es decir, “alto en competencia-bajo en calidez”. En este conglomerado quedaron las comunidades autónomas de Madrid,

Cataluña, y País Vasco. Por último, el tercer conglomerado mostró un caso extremo en el que se percibieron a los canarios y a los andaluces con una baja competencia, pero con una calidez todavía más alta. Es importante resaltar que en este estudio todos los participantes eran andaluces; es decir, estos participantes asumieron tener una competencia más baja que los madrileños, catalanes, y vascos. Este resultado podría dar cuenta de uno de los efectos más perniciosos de los estereotipos: los grupos estereotipados también pueden terminar asumiendo su contenido.

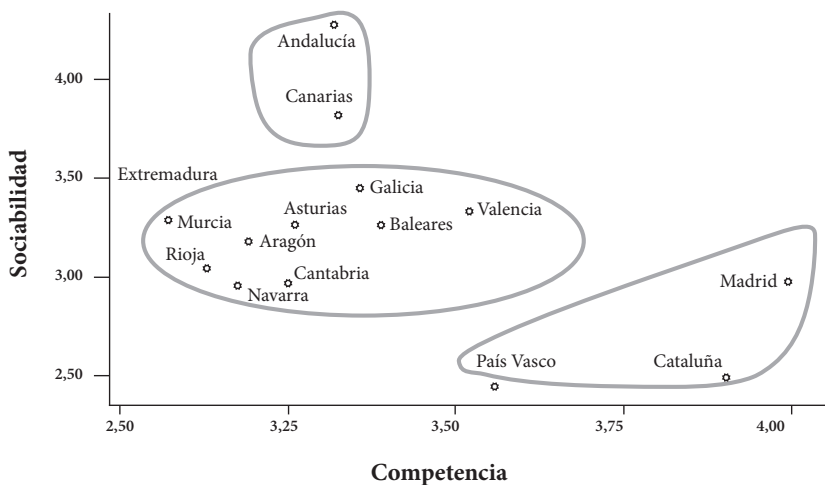


Figura 2. Conglomerados que reflejan el contenido de los estereotipos regionales en España

Con el objetivo de comprobar otra de las premisas del MCE, en este estudio también se preguntó por las condiciones socio-estructurales que caracterizan la relación entre los andaluces y los demás grupos regionales. De acuerdo con lo predicho, y tal como se puede ver en la

Tabla 1, la competencia fue predicha por el estatus percibido, mientras que la interdependencia (la competitividad) predijo la calidez.

Tabla 1. Correlaciones parciales entre las condiciones socioestructurales (estatus e interdependencia) y las dos dimensiones de la percepción social (calidez y competencia).

	Estatus	Interdependencia	Calidez	Competencia
Estatus	–	.991**	-.382	.958**
Interdependencia	.991**	–	-.544*	.957**
Calidez	-.382	-.554*	–	-.381
Competencia	.958**	.957**	-.381	–

Cabe resaltar que Betancor, Rodríguez-Peréz, Rodríguez-Torres, Leyens y Quiles (2005) realizaron un estudio similar en las Islas Canarias. Sus resultados fueron muy similares a los aquí presentados. En dicho estudio se encontró que los canarios eran percibidos con un bajo estatus y que su estereotipo implicaba una baja competencia. Por el contrario, los madrileños y los catalanes se percibieron en esta comunidad autónoma con un alto estatus, lo que suponía también un estereotipo que incluía rasgos de alta competencia.

Otro aspecto importante del contenido de los estereotipos regionales es su valencia; es decir, si la percepción que se tiene de los rasgos estereotípicos es positiva o negativa. El siguiente estudio que presentaremos fue diseñado con esta finalidad (Rodríguez-Bailón & Moya, 1998).

España vista desde Andalucía: valencia de los estereotipos regionales

En este estudio participaron 1.193 personas, todas ellas residentes en Andalucía. Para poder participar en el estudio los participantes necesitaban auto-definirse como andaluces. Los participantes en el estudio contestaron un cuestionario en el cual se les preguntaba por su opinión sobre los; a) vascos, b) gallegos, c) castellanos, d) andaluces, e) catalanes, y f) españoles (en su conjunto). En un folio se presentaba cada uno de los grupos, y se mostraban 80 atributos distintos (e.g., *honrados*, *tranquilos*, *comprensivos*, *graciosos*). A los participantes se les pedía que señalaran los cinco adjetivos que en su opinión mejor definían a cada grupo. Además, debían indicar si los adjetivos escogidos eran positivos, negativos o neutros. Los participantes también debían de contestar si los cinco adjetivos seleccionados formaban parte de su propia forma de ser o no (es decir, si ellos poseían el atributo que se les otorgaba a los distintos grupos). Esta última medida permitió obtener un índice de semejanza endogrupo-exogrupo.

La valencia de los estereotipos fue calculada a partir de la evaluación que los participantes hicieron de los atributos asignados a los distintos grupos. Para obtener este índice se contó, para cada grupo, con el número total de adjetivos señalados como positivos, negativos y neutrales, para después calcular una puntuación de favorabilidad aplicando la siguiente fórmula (véase Javaloy y cols., 1990):

$$\text{Índice de Favorabilidad} = \frac{\text{Nº de adjetivos positivos}}{\text{Nº adjetivos positivos} + \text{Nº adjetivos negativos}}$$

Los resultados mostraron que la mayoría de los participantes describió a los andaluces utilizando los siguientes adjetivos: *alegres, abiertos, buena gente, graciosos, juerguistas y amables*. Por su parte, los catalanes fueron descritos como: *trabajadores, amantes de su tierra, buena gente, emprendedores, tacaños e independientes*; mientras que a los vascos se les adjudicaron en mayor medida los siguientes rasgos: *amantes de su tierra, separatistas, cerrados, brutos, orgullosos, testarudos, comilones, rudos, idealistas e indomables*. Por último, los gallegos fueron definidos a través de los rasgos de: *humildes, tradicionalistas, hogareños, sencillos, tranquilos, honrados, y sufridos*. Como se puede ver en estas descripciones, estos resultados son semejantes a los obtenidos en el estudio anterior y muestran que los rasgos que les asignan a los distintos grupos son ambivalentes (e.g., altos en una dimensión, pero bajos en la otra).

En lo que respecta al objetivo principal de este estudio; esto es, la valencia de los estereotipos, en la Figura 3 se puede observar, en una escala con un rango del 0 al 1, el índice de favorabilidad de cada uno de los grupos evaluados. Como se puede ver, los catalanes y los vascos fueron evaluados de forma desfavorable en comparación con los otros grupos, mientras que andaluces y españoles fueron evaluados de forma más positiva que los demás grupos. De igual forma, en este estudio también se encontró que los participantes (todos andaluces) se identificaron en mayor medida con los andaluces y con los españoles que con el resto de los grupos (i.e., que las autodescripciones coincidían en mayor medida con esos grupos), mientras que se identificaron en menor medida con los catalanes.

En este estudio se puede encontrar evidencia indirecta de otra de las propuestas principales del MCE, la primacía de la calidez sobre la competencia. Así, los grupos que comúnmente son evaluados como fríos o poco cálidos (e.g., vascos y catalanes) fueron los que recibieron

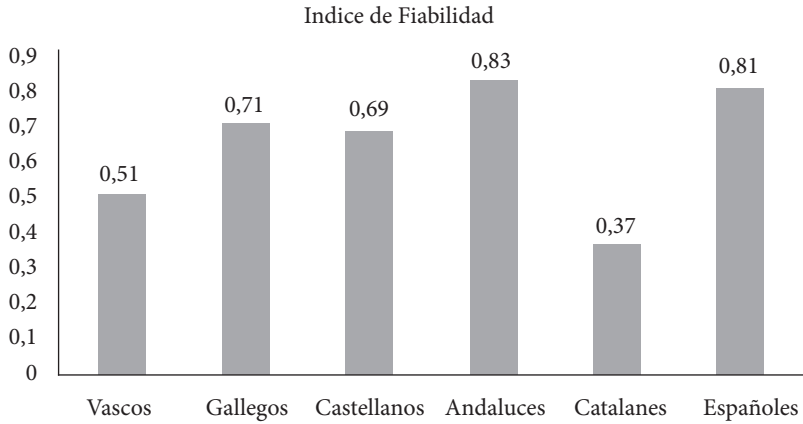


Figura 3. Valencia de los Estereotipos Regionales en España

una valoración más negativa y con los que los participantes se identificaron en menor medida. Este resultado sugiere que, en los juicios sociales, la calidez suele tener un mayor peso que la competencia, y que suele ser ésta la que determina la valencia general de los estereotipos (Fiske y cols., 2007; Wojciszke, Abele & Baryla, 1998).

En este estudio también se encontró un importante sesgo endogrupal, ya que los grupos evaluados más positivamente fueron los grupos a los que los participantes pertenecían. Esto podría dar una explicación alternativa de los resultados. Los participantes quizás evaluaron positivamente a los grupos que poseen las características más parecidas al endogrupo, y negativamente a aquellos que poseen características disímiles. Dado que los andaluces se perciben con rasgos bajos en competencia, pero altos en calidez, este podría ser el estereotipo valorado más positivamente por este grupo. Esto podría ser una estrategia de creatividad social (Tajfel, 1984; Tajfel & Turner, 1979). Estas estrategias suelen ser usadas por los grupos de menor estatus

para conseguir una identidad social positiva. Así, los grupos de menor estatus utilizan características menos valoradas socialmente para auto-describirse, pero a su vez las evalúan dándoles más valor del que generalmente se les otorga.

Aunque la valoración que los españoles y los andaluces hacen de sí mismos es positiva, resulta intrigante saber por qué los andaluces y españoles, como se ha mostrado en los estudios empíricos presentados, suelen adjudicarse una baja competencia. En estudios realizados en otros países, y de acuerdo al MCE, es el endogrupo el único que suele ser estereotipado de forma univalente, esto es alto tanto en competencia como en calidez (Fiske, y cols., 1999; Fiske et al., 2002). En Andalucía y en España, como se ha podido observar hasta el momento, esto no sucede.

Con el objetivo de conocer los motivos por los que los españoles se evalúan a sí mismos como bajos en competencia, pero altos en calidez, diseñamos un estudio experimental en el que se examinó la saliencia de la comparación intergrupala como uno de los factores que puede explicar la ambivalencia reconocida por los españoles sobre la percepción que tienen de sí mismo. A continuación describiremos este estudio.

La comparación intergrupala y el estereotipo del endogrupo

Como se ha adelantado, nuestro grupo de investigación realizó un experimento con el objetivo de determinar si la comparación intergrupala afecta el estereotipo del endogrupo (Willis & Rodríguez-Bailón, 2008). Dado que en la mayoría de los estudios realizados sobre el contenido del estereotipo del endogrupo los participantes españoles (y andaluces) contestan a su vez preguntas sobre el estereotipo de exogrupos con un

mayor estatus relativo, se propuso que la saliencia de un mayor o menor estatus de los exogrupos con respecto al del endogrupo puede ser lo que determine la competencia endogrupal percibida. Así, se partía de la predicción de que solamente si se hace saliente la comparación con un exogrupo de mayor estatus relativo que el del endogrupo, los españoles se evaluarán a sí mismos con un menor estatus; por el contrario, si se hace saliente un exogrupo de menor estatus que los españoles, la competencia percibida de los propios españoles será mayor.

Esta hipótesis fue probada en un estudio en el que participaron 607 personas. Los participantes fueron instruidos para contestar un cuadernillo en el que primero se presentaban unas preguntas relativas a distintos exogrupos, para finalmente contestar preguntas sobre los españoles. En el cuadernillo que se les facilitaba a los participantes se realizó una manipulación entregrupos del estatus del exogrupo de comparación. Así, a la mitad de los participantes se les pidió que indicaran el estereotipo que tenían de los portugueses (grupo de menor estatus relativo que los españoles), mientras que a la otra mitad se les preguntó sobre los alemanes (grupo de mayor estatus que los españoles).

Tal como se puede ver en la Figura 4, los resultados corroboraron las hipótesis, mostrando que los participantes percibían al endogrupo con una mayor competencia cuando antes se había hecho saliente el grupo portugués (bajo estatus en comparación con los españoles) que cuando se hizo saliente el grupo alemán (alto estatus en comparación con los españoles).

Así, en ese estudio se encontró que los exogrupos con los que se compara el grupo de pertenencia son uno de los determinantes del contenido del estereotipo del endogrupal. Por tanto, conocer los exogrupos con los que se realizan comparaciones sociales, incluso de forma implícita, puede ser relevante para conocer la forma en la que los individuos se

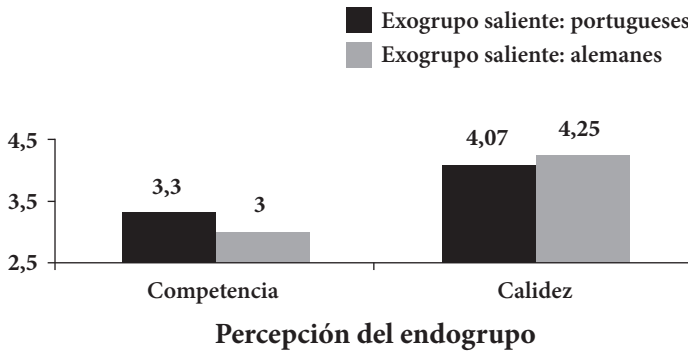


Figura 4: Competencia y calidez percibida del endogrupo (españoles), en función del estatus del exogrupo

auto-definen. No obstante, esto no indica que la comparación endogrupal sea la única causa de que se perciba al endogrupo como bajo en competencia. Por ejemplo, la Teoría de la Justificación del Sistema propone que en ocasiones los grupos de bajo estatus (tal como podrían ser considerados a los españoles en Europa) apoyan el orden social y la jerarquía establecida en detrimento del endogrupo (Jost & Banaji, 1994; Jost y cols., 2004). La justificación del sistema y el mantenimiento de estatus quo podrían ser otra causa de que los españoles se perciban como poco competentes. Posteriores investigaciones deberán de examinar estas cuestiones.

Conclusión

En este capítulo hemos presentado una breve revisión teórica sobre el estudio de los estereotipos. Primero, hemos descrito las diferencias entre la perspectiva focalizada en el procesamiento de los estereotipos y

la centrada en su contenido. Después, hemos ahondado en la descripción de esta última perspectiva al describir el Modelo del Contenido de los Estereotipos, uno de los modelos más influyentes dentro de la psicología social actual. En este apartado hemos descrito las causas socio-estructurales que determinan los estereotipos, así como sus consecuencias emocionales y comportamentales.

Posteriormente hemos presentado tres investigaciones empíricas realizadas por nuestro grupo de investigación, en las que participaron alrededor de 2000 participantes. En el primer estudio mostramos que en los estereotipos regionales en España pueden explicarse a través de las dos dimensiones básicas propuestas por el MCE: la competencia y la calidez. Después mostramos que, en la misma línea de lo que el MCE postula, los estereotipos que los andaluces tienen de los demás grupos suelen ser ambivalentes; esto es, se percibe a los demás grupos (y al propio) como altos en una dimensión (competencia o calidez) pero bajos en la otra.

En segundo lugar, presentamos una investigación que analizó la valencia de los estereotipos; es decir, si los estereotipos que los andaluces poseen de los otros grupos conllevan una valoración general positiva o negativa. Además de encontrarse un importante sesgo endogrupal (los grupos a los que los participantes pertenecían eran evaluados más favorablemente), este estudio sugiere que la calidez percibida puede ser la que determina la valencia general de los estereotipos (quedando la competencia en un segundo plano). Así, los grupos que peor son evaluados en esta dimensión (e.g., catalanes y vascos) suelen ser los grupos que poseen un estereotipo más negativo en términos generales.

Por último, presentamos un estudio experimental en el que se examinó el efecto de la comparación intergrupala sobre el estereotipo del endogrupo. En este estudio se encontró que cuando un grupo de mayor estatus se hace saliente, los participantes suelen evaluar a su propio

grupo con una menor competencia (en comparación con una situación en la que el endogrupo saliente posee un menor estatus).

En su totalidad, los estudios aquí presentados ofrecen un panorama general de algunas de las investigaciones realizadas en Andalucía sobre el contenido de los estereotipos. No obstante, aún quedan importantes temas por investigar. Por ejemplo, las consecuencias emocionales y comportamentales del contenido de los estereotipos regionales aún no han sido estudiadas en España. Futuras investigaciones podrán llenar este vacío y, así aumentar el conocimiento que tenemos sobre el contenido de los estereotipos.

REFERENCIAS

- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading: Addison Wesley.
- Aschmore, R. & Del Boca, F. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. En D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior*. Hillsdale: L. Erlbaum.
- Ayduk, O., May, D., Downey, G. & Higgins, E. T. (2003). Tactical differences in coping with rejection sensitivity: The role of prevention pride. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(4), 435-448.
- Betancor, V. Rodríguez-Pérez, A., Rodríguez-Torres, R., Leyens, J.P. & Quiles, M.N. (2005): El efecto del estatus en la atribución de las dimensiones estereotípicas de sociabilidad y competencia. *Psicothema*, 17, 297-302.
- Bodenhausen, G. V. & Macrae, C. N. (1998). Stereotype activation and inhibition. En R. S. Wyer, Jr.(Ed.), *Stereotype activation and inhibition: Advances in social cognition* (Vol. 11, pp. 1-52). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Cadinu, M., Maass, A., Frigerio, S., Impagliazzo, L. & Latinotti, S. (2003). Stereotype Threat: The effect of expectancy on performance. *European Journal of Social Psychology*, 33, 267-285.
- Chacón, F. (1986). Estereotipos regionales madrileños. *Papeles del Colegio*, 4, 25, 23-30.
- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., Kwan, V. S. Y., Glick, P., Demoulin, S., Leyens, J. Ph., Bond, M. H. y cols. (2009). Is the stereotype content model culture-bound? A cross-cultural comparison reveals systematic similarities and differences. *British Journal of Social Psychology*, 48, 1-33.

- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T. & Glick, P. (2007). The BIAS Map: Behaviors from intergroup affect and stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92, 631-648.
- Durante, F., Volpato, C. & Fiske, S. T. (2009). Using the Stereotype Content Model to examine group depictions in Fascism: An archival approach. *European Journal of Social Psychology*, 39, 1-19.
- Fiske, S. T. (1993). Controlling other people: The impact of power on stereotyping. *American Psychologist*, 48, 621-628.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C. & Glick, P. (2007). Universal dimensions of social cognition: Warmth and competence. *Trends in Cognitive Sciences*, 11(2), 77-83.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J., Glick, P. & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 878-902.
- Fiske, S. T. & Dépret, E. (1996). Control interdependence and power: Understanding social cognition in its social context. En W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (vol 7, pp. 31-61). Nueva York: Wiley.
- Fiske, S. T., Morling, B. & Stevens, L. E. (1996). Controlling self and others: A theory of anxiety, mental control, and social control. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 115-123.
- Fiske, S. T. & Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. En M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 23, pp. 1-74). New York: Academic Press.
- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A. C. & Glick, P. (1999). (Dis)respecting versus (Dis)liking: Status and Interdependence Predict Ambivalent

- Stereotypes of competence and Warmth. *Journal of Social Issues*, 55, 473-489.
- Gilbert, D. T. & Malone, P. S., (1995). The correspondence bias. *Psychological Bulletin*, 117, 21-38.
- Glick, P. & Fiske, S. T. (2001). An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. *American Psychologist*, 56, 109-118.
- Govorun O. & Payne B.K. (2006). Ego depletion and prejudice: Separating automatic and controlled components. *Social Cognition*, 24, 111-136.
- Hamilton, D.L. & Sherman, J.W. (1994). Stereotypes. En J.R.S. Wyer & T.K. Srull (eds.). *Handbook of Social Cognition* (2ª ed., pp. 1-68). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Huici, C. (1999). Estereotipos. En J. F. Morales et al. (eds.): *Psicología Social* (pp. 88-98). Madrid: McGraw Hill.
- Javaloy, F., Cornejo, J.M. & Bechini, A. (1990). *España vista desde Cataluña: estereotipos étnicos en una comunidad plural*. Barcelona: PPU.
- Jost, J. T., Banaji, M. R. & Nosek, B. A. (2004). A decade of system justification theory: Accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Political Psychology*, 25, 881-920.
- Jost, J.T. & Banaji, M.R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Judd, C. M., James-Hawkins, L., Yzerbyt, V. & Kashima, Y. (2005). Fundamental dimensions of social judgment: Understanding the relations between judgments of competence and warmth. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89(6), 899-913.
- Lin, M. H., Kwan, V. S. Y., Cheung, A. & Fiske, S. T. (2005). Stereotype content model explains prejudice for an envied outgroup: Scale of anti-asian american stereotypes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31(1), 34-47.

- Morales, E., García, L., Rodríguez-Bailón, R. & Moya, M. (2004). Predicción de estereotipos acerca de regiones de España. *Encuentros en Psicología Social*, 2(1), 293-297.
- Morales, J.F. & Moya, M. (1996). *Tratado de Psicología Social I. Procesos Básicos*. Madrid: Síntesis.
- Rodríguez, M.S., Sabucedo, J.M. & Arce, C. (1991). "Estereotipos regionales y nacionales: del conocimiento individual a la sociedad pensante. *Revista de Psicología Social*, 6, 1, 2-22.
- Rodríguez-Bailón, R. & Moya, M. (1998). España vista desde Andalucía. Estereotipos e identidad. *Revista de Psicología Política*, 16, 27-48.
- Rosenberg, S., Nelson, C. & Vivekananthan, P. S. (1968). A multidimensional approach to the structure of personality impressions. *Journal of personality and social psychology*, 9(4), 283-294.
- Sangrador, J. L. (1996). *Identidades, actitudes y estereotipos en la España de las Autonomías*. Madrid: CIS.
- Sidanius, J. & Pratto, F. (1999). *Social dominance*. Nueva York: Cambridge University Press.
- Stangor, C. & Schaller, M. (1996). Stereotypes as Individual and Collective Representations. En C.N. Macrae, C. Stangor & M. Hewstone. *Stereotypes and Stereotyping* (pp. 3-40). Nueva York: Guilford Press.
- Steele, C. M. & Aronson, J. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African-Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 797-811.
- Stevens, L. S. & Fiske, S. T. (1995). Motivation and cognition in social life: A social survival perspective, *Social Cognition*, 13, 189-214.
- Tajfel, H. (1984). *Grupos Humanos y categorías sociales*. Barcelona: Herder.
- Tajfel, H. & Turner, J.C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. En W.G. Austin & S.Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp.33-47). Monterey, CA: Brooks Cole.

- Willis, G. B. & Rodríguez Bailón, R. (2008). Prediciendo el estereotipo del endogrupo: Factores estructurales y comparación intergrupala. *Revista de Psicología Social, 23* (2), 193-201.
- Wojciszke, B., Bazinska, R. & Jaworski, M. (1998). On the dominance of moral categories in impression formation. *Personality and Social Psychology Bulletin, 24*, 1245-1257.
- Yzerbyt, V. Y., Kervyn, N. & Judd, C. M. (2008). Compensation versus halo: The unique relations between the fundamental dimensions of social judgment. *Personality and Social Psychology Bulletin, 34*, 1110-1123.

Concepções sobre o próprio e outro grupo: Um estudo sobre estereótipos em crianças índias, mulatas, negras e brancas

Dalila Xavier de França

Introdução

As desigualdades entre os grupos sociais são construídas historicamente e afetam a percepção social dos grupos, alimentam os estereótipos e sustentam o racismo. A fim de dar uma resposta à desigualdade social que afeta negros e indígenas no Brasil, políticas sociais foram construídas, amparadas por diversas leis de valorização desses grupos, como o Decreto-Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que reconhece as comunidades remanescentes de quilombolas e obriga o Estado a dar sua proteção, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 19 de abril de 2004, que obriga o Estado a dar proteção aos povos indígenas brasileiros. Com efeito, desde a Constituição de 1988 verifica-se a preocupação em promover a igualdade racial e a promulgação de leis específicas, como a Lei 7.716/1989, conhecida como Lei Caó, que considera o racismo crime inafiançável, com previsão de pena de reclusão de até cinco anos (Nery, 2008; OIT, 2005).

A relação entre a deliberação de leis, o avanço nas pesquisas sobre o tema e seus efeitos na realidade social, são fatos que merecem consideração. Embora tenha passado pouco tempo da promulgação dessas leis, cabe uma apreciação de seus impactos na realidade de grupos

particulares, como negros e indígenas. Como esses grupos se veem e estão sendo vistos em relação a outros grupos na sociedade? De maneira mais específica, que estereótipos eles carregam? Que contribuições, em termos de socialização, obtiveram as crianças que nasceram sob a vigência desses avanços sociais? Ser um grupo beneficiário da proteção estatal poderá mudar o autoestereótipo do grupo? Neste capítulo pretendemos analisar os estereótipos de crianças brancas, mulatas, negras e indígenas sergipanas e verificar se a participação em programas de valorização da identidade dos grupos tem efeito sobre os estereótipos atribuídos ao próprio e ao outro grupo.

Adotamos a perspectiva teórica da psicologia social, considerando diversos estudos que têm evidenciado que as atitudes discriminatórias contra minorias são acompanhadas de representações estereotipadas desses grupos (e.g., Fiske, 1998; França & Monteiro, 2004; Lima & Almeida 2010; Scadron, 2006), de modo que, analisar os estereótipos propicia o entendimento dos mecanismos pelos quais perpassam o preconceito e a discriminação. Iniciaremos a apresentação do nosso capítulo fazendo uma breve retrospectiva da teoria geral dos estereótipos. Em seguida, enfocaremos mais detidamente a análise de estudos sobre o tema com crianças e grupos minoritários. Faremos, ainda, uma apreciação sobre os direitos adquiridos por indígenas e quilombolas no âmbito das ações afirmativas e os entraves a sua consecução. Por fim, apresentaremos o método usado em nosso estudo, resultados e discussão.

A formação de estereótipos

Para Oakes, Haslam e Turner (1994), estereótipos são um conjunto de características atribuídas aos membros de um grupo social. Os

estereótipos têm sido amplamente estudados em crianças e adultos, e não se pode ignorar suas implicações na noção de identidade, de maneira geral, e da identidade social, de modo particular. Os estereótipos referem-se aos processos cognitivos do preconceito, pois envolvem uma classificação ou categorização de pessoas ou grupos a partir de critérios pré-estabelecidos ou de características superficiais (Hayes, 1993). Neste sentido, as crenças que mantemos sobre os grupos influenciarão nossa percepção sobre seus membros. Quando lidamos com os indivíduos em termos de suas pertencas grupais, tratamo-los como mais similares a algumas pessoas e mais diferentes de outras (Oakes, Haslam & Turner, 1994). Esta capacidade de categorizar ou de fazer distinção entre os diversos objetos naturais e sociais está associada ao preconceito. Segundo Brown (1995, p. 121), “qualquer espécie de percepção de preconceito, atitude, ou ação necessariamente implica alguma categorização, *ou seja, à classificação que o indivíduo faz das informações sociais*. Um indivíduo não pode ser sexista sem primeiro ter categorizado as pessoas em homens ou mulheres” (*grifo nosso*).

O processo de categorização racial é o primeiro passo na formação de atitudes raciais, quer positivas, quer negativas (Aboud, 1988; Tajfel, 1981). Allport (1954) afirma que muito cedo as crianças apresentam curiosidade e interesse quanto às diferenças raciais, de modo que os primeiros indícios da categorização racial podem estar na observação de que algumas pessoas têm pele branca e outras têm pele negra.

Aos três anos de idade as crianças podem identificar, classificar e rotular pessoas por grupos raciais (Aboud, 1988; Allport, 1954; Brown, 1995; Clark *et al* 1947, 1988; Katz, 1983; Ramsey, 1987; Tajfel, 1981); contudo, a categorização de pessoas por raça é influenciada por fatores situacionais e do desenvolvimento cognitivo da criança (Ramsey, 1987). Do ângulo situacional, os contactos sociais prévios que as crianças mantêm com pessoas de outras raças, e a saliência da raça na situação, podem

determinar as categorizações (Allport, 1954; Ramsey, 1987). Do ângulo do desenvolvimento, apesar de as crianças, já aos três anos de idade, usarem as características raciais para categorizarem os grupos (Katz, 1983), a posterior aquisição de capacidades cognitivas, como a reversibilidade e a descentração (ver Piaget, 1964), permite-lhes classificações mais rigorosas desta espécie. De fato, Ramsey (1987) explica a tendência de crianças pequenas a categorizarem uma criança caucasiana de pele mais escura como negra, com base na incapacidade de descentração, de modo que a saliência de uma característica determinou por si só a categorização.

A categorização dá origem aos estereótipos (Tajfel, 1981). Conforme Scadron (2006), o indivíduo que estereotipiza um grupo constrói julgamentos sociais sobre esse grupo, que são baseados em teorias ou crenças implícitas de que determinadas características atribuídas ao grupo são inerentes a eles. Para Rothbart e Taylor (1992), as categorias sociais são, muitas vezes, naturalizadas, de modo que o indivíduo acredita que há uma essência subjacente a elas. Se a crença em tal essência é de algum modo objetivada, fortalece os estereótipos. Soma-se a isso a ideia de que alguns grupos são vistos como entidades, ou seja, são percebidos dentre os grupos conhecidos como parecidos uns com os outros (Campbell, 1958). Dessa forma, esses julgamentos são baseados em crenças implícitas que são naturalizados juntamente com a percepção de entitatividade que fundamenta os estereótipos (Scadron, 2006).

Com relação à formação dos estereótipos nas crianças, Katz (1983) afirma que em nível comportamental, o período pré-escolar é marcado por rápida aprendizagem das categorias sociais do meio cultural da criança, incluindo jogos, atividades, ocupações futuras e papéis. Neste período várias respostas são aprendidas, incluindo respostas verbais que expressam preferências e conhecimento de estereótipos, preferências não-verbais, jogos, comportamentos, escolha de colegas, escolha de livros, dentre outros.

Em seu estudo, Augoustinos e Rosewarne (2001) encontram que crianças de cinco anos de idade já identificam e aderem a estereótipos culturalmente difundidos, em suas avaliações dos grupos sociais. O estudo de Rowley, Kurtz-Costes, Mistry e Feagans (2007) demonstra esse aspecto em relação aos estereótipos de gênero e de raça. Os autores afirmam que crianças e adolescentes avaliam grupos raciais e de gênero em conformidade com os estereótipos dominantes desses grupos no contexto de sua sociedade. Em sua pesquisa com crianças brancas e negras de ambos os sexos, que cursavam quarto, sexto e oitavo anos de escolaridade, esses pesquisadores procuraram verificar as percepções da competência acadêmica, esportiva e musical de brancos e negros, meninos e meninas. Os autores observaram que grupos de *status* baixo (meninas e negros) não atribuem estereótipos negativos a seus próprios grupos, entretanto tendem a atribuir estereótipos que os favorecem. Já os grupos de alto *status* (meninos e brancos) atribuem mais estereótipos raciais tradicionais para seus grupos, sejam eles positivos ou negativos. Outros resultados encontrados apontam para diferenças na atribuição de estereótipos em função da idade das crianças. As mais velhas expressavam mais estereótipos tradicionais (p.e: homens possuem mais competência em matemática e ciências do que as mulheres) do que as mais novas. Para os autores, esses resultados são consistentes com a ideia de que os membros de grupos de *status* baixo procuram proteger mais a própria autoestima, por apoiar fortemente os estereótipos positivos e minimizar os estereótipos negativos de seus grupos sociais, do que indivíduos de alto *status*.

McKown e Weinstein (2003), estudando o desenvolvimento e as consequências da consciência dos estereótipos em crianças de seis a dez anos de idade, de diferentes etnias, verificaram que a capacidade para inferir os estereótipos de um indivíduo aumenta com a idade, assim como a consciência da criança dos estereótipos amplamente mantidos. Observaram,

ainda, que crianças de grupos étnicos estigmatizados, afro-americanas e latinas, em todas as idades, são mais conscientes dos estereótipos mantidos do que as de grupos não estigmatizados (euro-americanas e asiáticas).

Bigler, Averhart e Liben (2003) analisaram se as percepções de *status* ocupacional de crianças afro-americanas, e se suas aspirações profissionais são influenciadas pela segregação do trabalho, ou seja, pela percepção de que algumas profissões são apropriadas para afro-americanos e outras para euro-americanos. As crianças tinham idades de seis e sete anos e de 11 e 12 anos. Além das percepções do *status* ocupacional e das aspirações profissionais, as crianças foram avaliadas quanto ao conhecimento dos estereótipos raciais das ocupações e a concordância com eles, e a atribuição dos traços estereotípicos que o grupo majoritário mantém sobre os afro-americanos. Das 39 ocupações postas para a análise das crianças, 27 eram familiares e foram classificadas por elas em relação ao *status*, à deseabilidade e aos estereótipos.

Os resultados indicaram que o conhecimento das crianças sobre os empregos familiares foi influenciado pelo conhecimento da segregação racial desses empregos, ou ocupações familiares que têm maior concentração de euro-americanos foram percebidas como tendo alto *status*, comparadas àquelas com maior concentração de afro-americanos. Essas diferenças no *status* ocupacional foram percebidas pelas crianças já a partir dos seis anos de idade. Crianças mais novas apresentam interesse por ocupações de alto *status*, independentemente do nível socioeconômico. Entretanto, as mais velhas de nível socioeconômico baixo apresentam expectativa ocupacional de baixo *status*. Novas ocupações que têm sido consideradas como de afro-americanos foram julgadas como de baixo *status* do que ocupações idênticas que têm sido consideradas de euro-americanos, demonstrando a influência da raça sobre o julgamento da criança. Os autores concluem que a raça tem um efeito independente

sobre as decisões ocupacionais, sendo que a raça do trabalhador determina se uma ocupação realizada será vista como de *status* alto e outra de *status* baixo (por exemplo, fácil de aprender e executar, mal remunerada e menos valorizada).

Enesco, Navarro, Paradela e Guerrero (2005) estudaram crianças espanholas e latino-americanas de sete, nove e 11 anos de idade, em escolas de Madrid, com o objetivo de investigar as crenças pessoais das crianças sobre os grupos étnicos: espanhóis, ciganos, latino-americanos e chineses. Essas autoras observaram que as crianças percebem mais positivamente o grupo dos espanhóis, atribuindo-lhes estereótipos predominantemente positivos. Já os estereótipos atribuídos pelas crianças aos ciganos, principalmente pelas latino-americanas, raramente eram positivos. As crianças espanholas atribuíram mais estereótipos positivos do que negativos aos imigrantes chineses do que as crianças latino-americanas. Verificou-se, ainda, que as crianças, tanto as espanholas quanto as latino-americanas, acreditam que as pessoas em geral percebem o grupo majoritário mais positivamente do que o grupo minoritário. Observou-se, também, um efeito desenvolvimental relacionado ao conhecimento dos estereótipos sociais e o acordo pessoal: as crianças mais velhas apresentaram maior discrepância entre suas crenças pessoais e os estereótipos sociais do que as crianças mais novas. Isto é, crianças mais velhas tendem mais a expressarem crenças pessoais que divergem de seus conhecimentos acerca dos estereótipos sociais do que as mais novas.

Désert, Préaux, e Jund (2009) realizaram um estudo com o objetivo de verificar se as crianças de baixo *status* socioeconômico são vítimas de ameaça de estereótipo. Crianças de seis a nove anos de idade foram avaliadas quanto às habilidades intelectuais, nível socioeconômico e quanto às percepções de diferenças nas habilidades escolares, em função do nível socioeconômico das pessoas. Na avaliação das habilidades intelectuais, foi

utilizado o teste de Haven (1998), em duas condições: na primeira, chamada de avaliativa, os autores seguiam as instruções propostas pelo teste e, portanto, avaliavam as capacidades intelectuais; na segunda condição, chamada de não avaliativa, dizia-se aos participantes que eles iriam contribuir com uma investigação sobre a adequação de jogos a idade das crianças. Os resultados indicaram que, já nas idades de seis e sete anos, os participantes acreditam que pessoas de nível socioeconômico alto têm mais capacidades escolares do que aquelas de nível socioeconômico baixo. O desempenho das crianças de nível socioeconômico baixo foi inferior na situação avaliativa, comparada à não avaliativa, enquanto que os participantes de nível socioeconômico alto mantiveram seu desempenho inalterado em ambas as situações. Os resultados indicaram que as crianças têm conhecimento do estigma intelectual dos grupos sociais desfavorecidos já desde os seis anos de idade, e que indivíduos de nível socioeconômico baixo, quando em situações de avaliação, aderem ao estereótipo desfavorável do próprio grupo.

Esses estudos corroboram as afirmações de Tajfel a respeito das funções dos estereótipos. Segundo ele, os estereótipos desempenham três funções psicológicas nas relações entre grupos sociais: 1) a de fornecer uma causalidade social para acontecimentos complexos e de difícil explicação; 2) como justificativa para ações coletivas dirigidas a determinados grupos sociais; e, 3) de manutenção da distintividade positiva nas situações de comparações entre indivíduos de pertencas diferentes (Tajfel, 1981; Tajfel & Forgas, 1981).

Estereótipos de grupos minoritários

Fiske (1998) afirma que a categorização persiste porque cumpre uma função cognitiva e social. Os estereótipos são motivados por estímulos

visuais que tornam as categorias automaticamente acessíveis. Assim, aspectos como raça, gênero e idade tornam-se salientes. A categorização que motiva os estereótipos têm significado cultural e contextual. Por exemplo, para os brasileiros é mais fácil entender os estereótipos dos paulistas sobre os cariocas do que para pessoas de outros contextos ou países.

Assim, os estereótipos podem mudar conforme o contexto histórico ou situacional. Fiske (1998) salienta a mudança, nos Estados Unidos, dos estereótipos dos negros americanos, de rurais, escravos e trabalhadores braçais para preguiçosos, ignorantes, fortes, musicais, rítmicos, pobres, burros, sujos e atléticos, e mais recentemente para militantes, violentos, criminosos e hostis.

Observa-se que o conteúdo dos estereótipos dos grupos minoritários é geralmente negativo (Fiske, 1998). Os estereótipos dos grupos minoritários são difundidos em muitos lugares e de muitos modos. Conforme Silva (2001), que analisou os estereótipos do negro nos livros didáticos no Brasil, os estereótipos encontrados indicam a despersonalização e animalização dos personagens negros, uma vez que estes não são referenciados pelos nomes próprios e geralmente associados a animais. A criança negra é caracterizada como má, traquina, desobediente, faminta e como brinquedo de criança branca. Encontrou-se ainda que as personagens negras são associadas a papéis de baixo prestígio intelectual ou nas funções de cantor, dançarino, jogador, representadas também como escravos e, em alguns casos, como intelectualmente incapazes e incompetentes.

As atitudes e estereótipos sobre os grupos, presentes na sociedade e mantidas pelos adultos referenciais, direcionam as expectativas das crianças e influenciam as relações interpessoais e as atitudes para o próprio e outros grupos. Como pode ser visto no estudo de Cavalleiro (2000) em pré-escolas de São Paulo, é comum as crianças brancas se

referirem às não brancas por meio de rótulos, tais como: “negrinho feio”, “negrinho nojento”, “pretinha suja”. Observa-se, ainda, que as negras são rejeitadas como pares nas filas, nas brincadeiras, nas festas, etc.

Os indígenas, como os negros, são vistos muito negativamente, tanto quando se consideram as crenças pessoais quanto as coletivas. Barbosa (2007) observa este fenômeno numa amostra de adultos, a qual consiste numa pesquisa realizada em cinco cidades de Sergipe e uma de Alagoas. Os participantes concebem que a sociedade brasileira tem uma visão estereotipada e negativa dos indígenas (crenças coletivas). Entretanto, cada entrevistado pessoalmente (crenças pessoais) não os vê tão negativamente assim (ver o capítulo de Lima, neste livro).

As crenças coletivas negativas mais referidas pelos participantes foram discriminados/excluídos; selvagens; aproveitadores/preguiçosos; inferiores/incapazes; perigosos/violentos, invasores, arruaceiros/briguentos, ignorados, desorganizados, sebosos, marginalizados, gente que não presta, mal vistos, arrogantes, cachaceiros, feios, descrentes, um problema, rígidos e destruidores. Dentre as crenças coletivas positivas, foram mencionados: pessoas boas/interessantes, guerreiros/corajosos, bons/pacíficos, unidos, dispostos/batalhadores, ingênuos, importantes e inteligentes.

Já as crenças pessoais negativas mais referidas foram: acomodados/preguiçosos, povo atrasado, ignorantes, interesseiros, fechados, violentos, selvagens, inferiores, aproveitadores, radicais e egoístas. As positivas foram: cordiais, batalhadores, trabalhadores, admirados/respeitados, inteligentes, pessoas simples, unidos, ingênuos, bonitos, alegres, criativo, corajosos, importantes, autêntico, inofensivo e cultura mais forte. Barbosa (2007) concluiu que a dissociação entre crenças pessoais e coletivas, presentes nos adultos sergipanos, é baixa e resulta dos efeitos ainda incipientes da norma antirracista na atribuição dos estereótipos a esse grupo.

Saiz, Merino e Quilaqueo (2009) estudaram os indígenas *Mapuche* no Chile, com o objetivo de verificar a percepção que os membros deste povo têm sobre os estereótipos que os chilenos não indígenas atribuem a eles (metaestereótipos). Uma análise de conteúdo revelou que os *Mapuche* percebem ao menos 10 atributos metaestereotípicos, todos negativos, relativamente precisos e uniformes: inferior, ignorante, preguiçoso, incompetente, primitivo, perturbado, sujo, pobre, burro e bêbado. Além disso, os entrevistados alegaram ser tratados por rótulos ofensivos, indicando uma visão desumanizadora.

Para Fiske, Cuddy, Glick e Xu (2002), os estereótipos e preconceito são suscetíveis às circunstâncias sociais que alteram o *status* dos grupos. Crises econômicas podem exacerbar preconceitos pela inveja do sucesso de minorias. O preconceito pode também ser exacerbado, ou combatido, pela criação de leis de proteção dos grupos minoritários. Mas será que essas leis podem mudar os estereótipos sobre o próprio grupo, pelos grupos por elas assegurados?

Política de ação afirmativa: identidade e estereótipos

Como afirma Hasenbalg (1985), a sociedade brasileira confere aos negros menos chances de ascenderem a posições sociais mais elevadas do que oferece aos brancos, sendo uma decorrência da discriminação que sofrem em termos de emprego, renda e educação. Diversos estudos têm demonstrado a situação de inferiorização dos negros (Rodrigues, 1995; Queiroz, 2000; Moehlecke, 2002). Essa defasagem nas condições sociais é verificada também quanto aos indígenas brasileiros.

Com o objetivo de minimizar o problema da desvantagem social e econômica sofridas pelas minorias étnicas, atualmente tem sido proposto

por entidades públicas um conjunto de políticas compensatórias. Essas medidas têm sido chamadas de ações afirmativas, termo que surgiu nos Estados Unidos, e consiste na implementação de programas de governo que auxiliam os grupos socialmente discriminados por introduzirem formas de tratamento preferencial, a fim de reverter a desigualdade histórica a que esses grupos foram submetidos (Bolaffi, Bracalenti, Braham & Gindro, 2003). As ações afirmativas concretizam-se, principalmente, pelo estabelecimento preferencial de cotas para os grupos minoritários, nos diversos setores da sociedade. Essas medidas já vêm sendo aplicadas às mulheres, aos deficientes físicos, aos agricultores, ou filhos destes, desde 2003 (Santos, 2003).

Com relação a indígenas e quilombolas, essas ações se configuram como forma de proteção desses grupos, no que se refere à sua cultura, saúde, educação e direito à terra. Munanga (2001) afirma que os indígenas necessitam de ações específicas para sua proteção e se refere às medidas governamentais em favor dos indígenas, apresentadas na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban, África do Sul. Algumas propostas surgidas nesse evento foram: a criação da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena; o estabelecimento de escolas indígenas com professores indígenas; a realização de projetos de formação e capacitação de professores indígenas em nível de magistério e superior, através da implantação de cursos de Licenciatura Plena e pela criação de mecanismos de manutenção dos estudantes indígenas nas universidades. As ações em favor das populações indígenas não se limitam a essas medidas, mas são bem mais amplas e vêm no âmbito das discussões da Convenção 169 da OIT.

Segundo Santos Filho (2007), embora a FUNAI estime a existência de cerca de 190 mil indígenas vivendo fora de aldeias, inclusive em áreas urbanas, a representação que a população tem sobre eles é a do indivíduo

que vive nas selvas e sem roupa. Essa concepção é verificada empiricamente em um estudo realizado nos estados de Sergipe e Alagoas por Lima e Almeida (2010), que observaram que a representação social dos indígenas é formada por elementos ligados a um passado remoto, distante física e culturalmente. Nas associações feitas à palavra índio pelos pesquisados, emergiram termos como “matas”, “florestas”, “nudez” e “pintura”. Foi observado o desconhecimento de acontecimentos históricos sobre os índios, fossem eles passados ou recentes. Mesmo os participantes moradores das cidades que faziam vizinhança com tribos indígenas sofriam com a imposição cultural da imagem do índio, que se afigurava sob forma de resistência em reconhecer a identidade de seus vizinhos concretos, os Xokós.

A Convenção 169 da OIT estabeleceu que Índio “é todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade e cultura predominantes” (Santos Filho, 2007: 2). Entre as inovações propostas na OIT, destacam-se:

“nenhum estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça”; a necessidade de 2) “consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de decidir sobre suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam”; 3) “direito de posse e de propriedade e preceitua medidas a serem tomadas para a salvaguarda desses direitos”; e 4) “igualdade de tratamento e de oportunidades no pleno gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculo ou discriminação e nas mesmas condições dispensadas aos demais povos” (Brasília, OIT, 2005, pp. 10 a 13).

Com relação aos quilombolas, os dados indicam que as comunidades remanescentes de quilombos, espalhadas por todo o Brasil, variam de três mil a cinco mil (Lara, 2010; Sarmiento, 2008). Cadastradas na Fundação Cultural Palmares existem hoje mais de mil comunidades quilombolas (Sarmiento, 2008). No estado de Sergipe há 47 comunidades quilombolas, segundo a Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania. Entretanto, apenas oito são reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), das quais apenas duas, as comunidades Mocambo, em Porto da Folha, e o Povoado Mussuca, em Laranjeiras, conseguiram a titulação das terras onde vivem até 2005 (Santos, 2006).

O direito dos indivíduos remanescentes de quilombos às suas terras está pautado na compensação do passado histórico de exploração, no resgate à igualdade e à justiça social, e na conclusão do processo inacabado de abolição (Mitidieri, S/D). Embora o direito à terra pelos quilombolas tenha sido promulgado na Constituição Federal de 1988, e regulamentado pelo Decreto nº 4.887/03, foi questionado no Congresso Nacional. O governo federal recuou, e a Fundação Cultural Palmares, desde o ano de 2007, mudou as regras de identificação de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. Pelas novas regras, a comunidade precisa ser reconhecida através de uma assembleia e não mais por autorreconhecimento, mas através de um longo processo no qual é necessário apresentar a ata de assembléia de reconhecimento do estado de quilombola, arquivar todo o material de pesquisa que fundamentou a comprovação e o relato da trajetória comum do grupo (Terra de Quilombo, Boletim nº 3, março de 2008).

Toda essa situação política vivenciada pelos quilombolas pode ter efeitos negativos sobre sua autoestima, produzindo uma situação de identidade insegura. Esses efeitos podem ser potencializados por situações de ameaça ao estereótipo. Os efeitos da insegurança na identidade podem ser evidenciados no estudo de Laar, Levin e Sinclair (2008).

Estes autores realizaram uma investigação com o objetivo de verificar se o desempenho acadêmico de alunos admitidos através de programas de ação afirmativa era afetado pela ameaça dos estereótipos e a identidade social. Os participantes eram estudantes negros e latinos de uma grande universidade multiétnica, admitidos através de programas de ação afirmativa. Os autores observaram que a percepção de admissão através de ação afirmativa baixa o rendimento acadêmico de alunos que se sentem fortemente ameaçados pelo estereótipo do grupo, mas não tem efeito sobre o desempenho acadêmico daqueles que não se sentem fortemente ameaçados pelo estereótipo. A ameaça do estereótipo à identidade social baixou o desempenho dos indivíduos fortemente identificados com seus grupos, enquanto que a ameaça do estereótipo à identidade pessoal baixou o desempenho de indivíduos fracamente identificados com seus grupos. Os autores concluem que a ameaça ao estereótipo pode moderar os efeitos de fatores situacionais que tangenciam a pertença grupal, como a admissão através de programas de ação afirmativa. Ser beneficiário de ação afirmativa impede o desempenho acadêmico quando está acompanhada de ameaça ao estereótipo à identidade pessoal ou social, de modo que na implementação desses programas deve-se considerar o poder de ameaça ao estereótipo, a identidade pessoal e grupal dos envolvidos.

Indagamos, então, se crianças em fase de formação e consolidação de suas identidades étnicas, e pertencentes a minorias beneficiadas por políticas públicas de afirmação identitária, são influenciadas por essas políticas quando comparadas a outras crianças ou pertencentes a grupos majoritários ou minoritários não beneficiados. Ou seja, interessa-nos analisar se os estereótipos de crianças brancas, mulatas, negras e indígenas sergipanas mudam conforme a sua participação em programas de valorização da identidade.

Método

A fim de alcançar esse objetivo, realizamos três estudos. O primeiro aconteceu em Aracaju com crianças negras, mulatas e brancas que vivem nesse centro urbano; o segundo estudo foi realizado com crianças indígenas da tribo Xokó; e o terceiro, com crianças do Quilombo Mocambo, de Porto da Folha. As crianças tinham idades compreendidas entre cinco e 13 anos. Elas foram entrevistadas em suas escolas, após o aceite do diretor e do professor das crianças, no caso das de Aracaju, e dos chefes das respectivas comunidades; do diretor e do professor das crianças, no caso das indígenas e quilombolas.

Na grande Aracaju foram entrevistadas 112 crianças sergipanas brancas, mulatas e negras, sendo 55 (49,1%) do sexo masculino e 57 (50,9%) do sexo feminino, com idades entre cinco e dez anos, sendo a idade média de 7,2 anos (Desvio Padrão= 1,7 anos). No que diz respeito ao grupo étnico, 31,3% eram brancas; 42% eram mulatas, e 26,8% eram negras¹. A amostra foi retirada de escolas da rede pública (60%) e da rede privada (40%) de ensino das cidades de Aracaju e São Cristóvão, e cursavam entre o 1º e o 6º anos do ensino fundamental.

As crianças indígenas foram 42, com idade entre cinco e 12 anos, sendo a idade média de aproximadamente 8,7 anos (Desvio Padrão = 2,1 anos). Entre os participantes, 27 eram meninos e 15 eram meninas. As crianças foram entrevistadas na escola da comunidade, que é pública, e cursavam entre o 1º e o 8º anos do ensino fundamental.

1 Esse procedimento foi realizado antes de cada entrevista: três juízas (entrevistadoras) anotavam secretamente a sua opinião sobre o grupo étnico ao qual cada criança entrevistada pertencia, anotando as letras “B” (para branco), “M” (para mulato) ou “N” (para negro) em papel tipo *post-it*, que era entregue à pessoa encarregada de entrevistar a criança. As três juízas avaliaram todas as crianças com relação ao grupo étnico de pertença, atribuindo à criança a etnia escolhida por pelo menos duas delas.

Foram entrevistadas 40 crianças quilombolas, todas moradoras da comunidade Mocambo, em Porto da Folha, às margens do rio São Francisco, com idades variando dos seis aos 13 anos, e escolaridade compreendida entre o 1º e o 5º anos do ensino fundamental, em duas escolas da comunidade. Entre as crianças, 18 (45%) eram do sexo masculino e 22 (54,8%) eram do sexo feminino.

Procedimentos, instrumentos e materiais utilizados na coleta de dados

Em todos os três estudos foram utilizados os mesmos procedimentos.

A equipe de entrevistadoras era composta por seis alunas do curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, que já haviam cursado disciplinas relacionadas a métodos de pesquisa. Todas eram participantes dos grupos de pesquisa² dos professores responsáveis pelo estudo, e foram previamente capacitadas.

As crianças foram entrevistadas individualmente, em suas próprias escolas, em uma sala solicitada à Direção para tal fim. A entrevistadora começava por se apresentar à criança e, em seguida, explicava a instrução de pesquisa. A instrução continha o seguinte conteúdo:

“Eu estou querendo escrever uma história sobre crianças e seus amigos. Para isto, resolvi conversar com algumas crianças desta escola para ter ideias de como escrever a história.

2 Grupo de Pesquisa Normas Sociais, estereótipos, preconceito e relações racializadas (Coordenado pelo Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima). Grupo de Pesquisa em Socialização das Atitudes Intergrupais nas Crianças (Coordenado pela Prof^a Dr^a Dalila Xavier de França).

Eu gostaria que você me ajudasse respondendo a algumas perguntas que vou lhe fazer. Você deve pensar sobre você e seus amigos. Podemos começar?”.

Para auxiliar a resposta dos participantes, foram utilizadas fotografias de crianças dos grupos estudados. No caso do estudo realizado em Aracaju, as fotografias eram de crianças brancas, negras e mulatas, de ambos os sexos. As fotografias já haviam sido pré-testadas em estudo anterior (França & Monteiro, 2002). No estudo com as crianças indígenas e quilombolas, foram apresentadas aos participantes fotografias de crianças indígenas, negras e brancas, de ambos os sexos. As fotografias foram pré-testadas para esse estudo. As fotografias de crianças do sexo masculino foram apresentadas apenas para os participantes do sexo masculino, e as fotografias de crianças do sexo feminino foram apresentadas apenas para as participantes do sexo feminino.

Para o pré-teste das fotografias usadas no estudo com indígenas e quilombolas, solicitou-se a uma amostra de 55 pessoas que analisassem as fotografias quanto à qualidade gráfica, idade, etnia e gênero. Os resultados quanto à qualidade gráfica evidenciaram uma percepção de boa a ótima. Quanto à idade, foi atribuída uma média de oito anos à criança da fotografia. As crianças fotografadas foram reconhecidas em conformidade com seu gênero e etnia na quase totalidade das repostas.

O instrumento utilizado foi um questionário com questões fechadas. A pergunta relacionada aos estereótipos dos grupos étnicos consistia de uma escala de nove itens, a que as crianças deveriam responder apenas apontando para a fotografia da criança do grupo que elas achavam mais pertinente. Eram, portanto, questões de escolha forçada, uma vez que a criança poderia escolher apenas a fotografia de um dos grupos. Os participantes responderam às seguintes questões: 1) Qual desses(as)

meninos(as) é o(a) mais bonito(a)? 2) Qual desses(as) meninos(as) é o(a) mais bonzinho(boazinha)? 3) Qual desses(as) meninos(as) gosta mais de estudar? 4) Qual desses(as) meninos(as) gosta mais de brigar? 5) Qual desses(as) meninos(as) a professora gosta mais? 6) Qual desses(as) meninos(as) a mãe gosta mais? 7) Qual desses(as) meninos(as) é mais feliz? 8) Qual desses(as) meninos(as) é mais sabido(a)/inteligente? 9) Qual desses(as) meninos(as) é mais rico(a)?

Resultados

O objetivo deste estudo foi analisar os estereótipos de crianças brancas, mulatas, negras e indígenas sergipanas, e verificar se a participação em programas de valorização da identidade dos grupos tem efeito sobre os estereótipos atribuídos ao próprio e ao outro grupo. Consideramos como o próprio grupo, o grupo de pertença étnica da criança. Para as brancas, seria o grupo dos brancos; para as mulatas, o grupo dos mulatos; para as negras, o grupo dos negros, e para as indígenas, o grupo dos indígenas. Uma combinatória pode definir o outro grupo. Para as brancas, seria o grupo dos mulatos e dos negros; para as mulatas, seriam os brancos e negros, e para as negras, os grupos branco e mulato, para a amostra de Aracaju, e branco e índio, no caso das crianças do Mocambo. Para as indígenas, o outro grupo seria o grupo dos negros e dos brancos.

Estereótipos nas crianças de Aracaju

Os dados foram analisados através de uma análise de frequência das respostas das crianças à escala de nove itens aplicada. Quanto às

crianças de Aracaju, podemos observar que, de maneira geral, elas têm uma visão muito positiva do branco, atribuindo-lhe todos os atributos positivos como: bonito, bonzinho, estudioso, querido da professora e da mãe, feliz, inteligente e rico (ver Tabela 01).

Tabela 01: Porcentagens dos estereótipos atribuídos pelas crianças de Aracaju aos grupos branco, mulato e negro (N=112)

Traços do Estereótipo	Cor da pele do alvo			Total
	Branco	Mulato	Negro	
Bonito	83,9	9,8	6,3	100 %
Bonzinho	39,3	33,0	27,7	100 %
Estudioso	44,1	22,5	33,3	100 %
Briguento	22,9	38,5	38,5	100 %
Professora gosta*	60,6	22,9	16,5	100 %
Mãe gosta*	43,0	27,1	29,9	100 %
Feliz	44,3	25,5	30,2	100 %
Inteligente	50,0	30,0	20,0	100 %
Rico	66,7	18,0	15,3	100 %

**A fim de obedecer a norma padrão da língua portuguesa os traços do estereótipo professora gosta e mãe gosta, serão descritos daqui para frente como querido da professora e querido da mãe.*

A fim de conhecermos os estereótipos atribuídos em cada grupo ao próprio e ao outro grupo, realizamos uma Análise de Contingência (*Qui-Quadrado*) entre os estereótipos atribuídos e a cor da pele do participante. Observamos duas diferenças tendenciais e uma significativa na atribuição dos seguintes estereótipos: bonito³, feliz⁴ e querido da professora⁵.

3 ($X^2= 8,42$; gl= 4; p, 0,07)

4 ($X^2= 8,03$; gl= 4; p, 0,09)

5 ($X^2=17,20$ gl= 4; p, 0,00)

Com relação à percepção dos grupos ao estereótipo bonito, conforme a análise dos residuais⁶ ajustados, o resultado é explicado principalmente pela criança negra que acha que seu próprio grupo também é bonito, apesar de o branco ter sido considerado mais bonito pelos três grupos. Com relação a esse estereótipo, nenhuma criança branca acha o negro bonito. Os mulatos não atribuem esse estereótipo a seu grupo (ver Tabela 02).

Tabela 02: Percentuais do estereótipo “bonito” atribuído aos grupos em função da cor da pele das crianças (Amostra Aracaju: N=112)

Cor da pele do alvo	Cor da pele do participante			Total %
	Branco	Mulato	Negro	
Branco Resíduo ajustado	88,6% 0,9	87,2% 0,8	73,3% -1,8	83,9
Mulato Resíduo ajustado	11,4% 0,4	8,5% -0,4	10,0% 0,0	9,8
Negro Resíduo ajustado	0,0% -1,8	4,3% -0,7	16,7% 2,8	6,3
Total	100	100	100	100

Os participantes de todos os grupos escolhem o branco como o mais querido da professora (ver Tabela 3). Entretanto, na análise dos residuais, esse resultado é direcionado pela percepção dos mulatos de que a criança branca é mais querida da professora do que membros do grupo dos negros e do seu próprio grupo. A percepção dos participantes negros é também peculiar. Das 18 (16,5%) crianças que disseram que o negro é querido da professora 10 (34,5%) são negras. Os participantes brancos acham que seu próprio grupo é mais querido da professora, em comparação ao grupo dos mulatos e negros.

6 As frequências cujo residual ajustado se encontra fora do intervalo entre +2 e -2 são críticas para a significância dos resultados (Tabachnick & Fidell, 1989).

Tabela 03: Percentuais do estereótipo “Professora gosta” atribuído aos grupos em função da cor da pele das crianças (Amostra Aracaju: N=109)

Cor da pele do alvo	Cor da pele do participante			Total %
	Branco	Mulato	Negro	
Branco	55,9%	78,3%	37,9	60,6
Resíduo ajustado	-0,7	3,2	-2,9	
Mulato	23,5%	19,6%	27,6%	22,9
Resíduo ajustado	0,1	-0,7	0,7	
Negro	20,6%	2,2%	34,5%	16,5
Resíduo ajustado	0,8	-3,4	3,0	
Total	100	100	100	100

A análise do traço estereotípico “feliz” indica que os participantes de todos os grupos percebem o branco como feliz. Entretanto, entre os que acham o negro feliz, 50% foram pessoas negras (ver Tabela 04).

Tabela 04: Percentuais do estereótipo “Feliz” atribuído aos grupos em função da cor da pele das crianças (Amostra Aracaju: N=106)

Cor da pele do alvo	Cor da pele do participante			Total %
	Branco	Mulato	Negro	
Branco	50,0%	45,7%	35,7%	44,3%
Resíduo ajustado	0,8	0,2	-1,1	
Mulato	25,0%	32,6%	14,3%	25,5%
Resíduo ajustado	-0,1	1,5	-1,6	
Negro	25,0%	21,7%	50,0%	30,2%
Resíduo ajustado	-0,8	-1,7	2,7	
Total	100	100	100	100

Estereótipos nas crianças indígenas e quilombolas

No caso das análises para os dados das crianças indígenas e quilombolas, realizamos apenas a análise geral das frequências, uma vez que, em se tratando de um único grupo, não havia o que comparar numa análise de contingência. Apresentaremos os resultados obtidos nas análises dos indígenas (Tabela 05) e em seguida, dos quilombolas (Tabela 06).

Tabela 05: Porcentagens dos estereótipos atribuídos pelas crianças indígenas para os grupos branco, índio e negro (N=42)

Traços do Estereótipo	Cor da pele do alvo			Total
	Branco	Índio	Negro	
Bonito	64	29	7	100 %
Bonzinho	26	43	31	100 %
Estudioso	52	26	22	100 %
Briguento	21	45	34	100 %
Professora gosta	40	43	17	100 %
Mãe gosta	34	44	22	100 %
Feliz	31	38	31	100 %
Inteligente	50	33	17	100 %
Rico	64	24	12	100 %

Observamos que os indígenas têm uma imagem relativamente positiva de seu próprio grupo, pois em quase metade das respostas percebem-se como bonzinhos, queridos da e pela mãe, e felizes. Entretanto, percebem-se como briguentos. Já o grupo dos brancos é percebido mais positivamente do que o grupo dos negros, em todos os estereótipos, e do que o próprio grupo em estereótipos como bonito, estudioso, inteligente e rico. O grupo dos negros foi visto negativamente como briguento, pouco inteligente, não querido da professora e pobre.

Com relação às crianças negras do quilombo Mocambo, observa-se que elas hierarquizam suas percepções colocando em primeiro lugar o branco, em seguida vêm os indígenas e por último seu próprio grupo. A visão mais positiva do branco é evidenciada na atribuição dos seguintes estereótipos: bonito, estudioso, querido da professora e pela mãe, inteligente e rico. Os indígenas são percebidos como briguentos, felizes e ricos. Os quilombolas se veem como bonzinhos, briguentos, querido da mãe e os traços “estudioso” e “inteligente” são atribuídos mais ao próprio grupo do que aos indígenas (ver Tabela 6).

Tabela 06: Porcentagens dos estereótipos atribuídos pelas crianças quilombolas para os grupos branco, índio e negro (N=40).

Traços do Estereótipo	Cor da pele do alvo			Total
	Branco	Índio	Negro	
Bonito	85	12,5	2,5	100 %
Bonzinho	20	30	50	100 %
Estudioso	47,5	17,5	35	100 %
Briguento	23,1	33,3	43,6	100 %
Professora gosta	65	17,5	17,5	100 %
Mãe gosta	37,5	27,5	35	100 %
Feliz	37,5	40	22,5	100 %
Inteligente	47,5	22,5	30	100 %
Rico	52,5	30	17,5	100 %

Discussão

Investigamos os estereótipos de crianças brancas, mulatas, negras e indígenas sergipanas. Observamos que o grupo dominante ou majoritário, aqui representado pelo grupo das crianças brancas, apresenta

autoestereótipo positivo e é estereotipado positivamente pelos demais grupos minoritários investigados – os mulatos, negros e indígenas. Essa visão positiva do grupo majoritário é encontrada em muitos estudos (Enesco & cols. 2005; Désert & cols. 2009). E algumas características já são consideradas como pertencentes a esse grupo, como afirma Fiske (1998). Atributos como beleza, inteligência, competência acadêmica, riqueza, todas encontradas no nosso estudo como atribuídas ao grupo dos brancos, são encontradas em outros estudos como atributos do grupo majoritário pelo minoritário. Essas atribuições estereotípicas cumprem função de naturalizar as assimetrias de poder entre as categorias sociais (Schadron, 2006), e são apreendidas desde muito cedo pelas crianças no processo de socialização (Augoustinos & Roswarne, 2001; Katz, 1983; McKown & Weinstein, 2003). Principalmente quando, de algum modo, os atributos são objetivados no contexto social, esses estereótipos são fortalecidos (Rothbart & Taylor, 1992). Observamos que em nossa sociedade atributos como riqueza e inteligência são evidenciados no contexto social como objetivações dos direitos dos grupos dominantes. Encontramos mais pessoas brancas do que negras ou indígenas em cargos públicos ou em profissões socialmente prestigiadas, como proprietárias de imóveis, nas escolas e universidades (ver Rodrigues, 1995; Queiroz, 2000; Moehlecke, 2000).

Conforme nossos resultados, as crianças mulatas e negras de Aracaju são percebidas, de maneira geral, de modo negativo. Mas uma análise mais detalhada desse grupo mostra-nos que, com relação aos estereótipos “bonito”, “querido da professora ” e “feliz”, o grupo dos negros favorece seu próprio grupo. Resultados semelhantes foram encontrados no grupo das crianças indígenas, que percebem seu grupo como bonzinho, querido da professora, pela mãe, e feliz. Esses resultados são corroborados pelo estudo de Rowley e cols. (2007), no qual

crianças e adolescentes de baixo *status* atribuem a seus próprios grupos estereótipos que os favorecem. Esses resultados são interpretados como forma de esses grupos protegerem a própria autoestima, por atribuírem estereótipo positivo e minimizarem os negativos.

Mas como entender a atribuição do estereótipo “briguento” ao próprio grupo pelos indígenas? Acreditamos que a explicação pode estar na valência do estereótipo para o grupo. Os indígenas estão associados à bravura, à luta, à coragem, a ser bom de briga. Barbosa (2007), num estudo sobre estereótipos dos indígenas em Sergipe, verificou que os traços “guerreiros”, “corajosos”, “dispostos” e “batalhadores” compõem crenças pessoais e coletivas dos participantes sobre esse grupo.

Essas crenças encontradas nos adultos, como observamos nos estudos citados, são constatadas nas crianças desde os 6 anos de idade, de modo que a autoatribuição do estereótipo briguento pode estar mais associada ao favorecimento do próprio grupo do que o contrário, o que acentuaria a autoestima desse grupo por se conceber segundo uma visão positiva da sociedade em que vive. Salientamos, entretanto, que em nossa investigação não inquirimos os participantes sobre a valência dos estereótipos. Estamos, apenas nos aportando nas concepções sobre a base contextual dos estereótipos (Fiske, 1998; Fiske & cols. 2002).

Os quilombolas veem o grupo dos brancos mais positivamente do que seu próprio grupo. Dos nove traços estereotípicos perguntados, seis foram atribuídos a esse grupo, sendo que todos eram positivos e com percentuais elevados. Os traços estereotípicos atribuídos pelos quilombolas aos indígenas foram: briguento, feliz e rico, e ao seu próprio grupo foi atribuído briguento, bonzinho e querido da mãe, com percentuais mais elevados do que os atribuídos aos indígenas. Os resultados dos quilombolas parecem beirar a aceitação do estereótipo estabelecido e a defesa da própria identidade. Como demonstra Fiske (1998), os estereótipos dos grupos

minoritários são geralmente negativos, sendo que a difusão desses estereótipos vem por diversos meios (Cavalleiro, 2000; Silva, 2001), tornando-se abrangentes e perniciosos para as vítimas, de maneira geral, e para as crianças, em particular, pois elas não entendem por que isso acontece e tendem, geralmente, a fazer atribuições internas. Isso se reflete nos resultados dos negros quilombolas, e estes resultados parecem um pedido de desculpas, o qual pode ser resumido numa frase: “apesar de briguento, sou bonzinho: até minha mãe gosta de mim!”. Vale ressaltar que, “briguento” para os quilombolas é negativo mesmo. Relembremos os estereótipos do grupo dos negros no estudo de Fiske (1998), como violento, criminoso e hostil. Silva (2001) destaca que nos livros didáticos é passada uma imagem da criança negra como má, traquina e desobediente, de modo que essa é uma imagem negativa desse grupo passada pelos adultos.

Esses resultados podem ser explicados pela teoria da ameaça ao estereótipo, evidenciada em estudos com grupos de baixo *status* que se sentem em situação de teste. Esses indivíduos atribuem estereótipos desfavoráveis ao seu próprio grupo (Désert & Cols. 2009). Sinclair, Hardin e Lawery (2006) afirmam, ainda, que o autoestereótipo pode ser influenciado por contexto em que múltiplas identidades sociais estão envolvidas (como o contexto de entrevista), levando a expectativas estereotipadas na relação. Assim, o autoestereótipo pode ser influenciado pelo grau em que uma pessoa percebe que os outros próximos concordam com o estereótipo vigente na sociedade sobre aquele grupo.

Esse resultado pode evidenciar, ainda, uma situação de insegurança da identidade que pode estar pautada nos comentários feitos pelos adultos, relativos aos processos políticos que subjazem seus direitos enquanto quilombolas, refletindo-se na imagem que estes estão construindo de seu próprio grupo (Lara, 2010; Sarmiento, 2008; Terra de Quilombo, Boletim nº 3, 2008).

Em contrapartida, as crianças negras de Aracaju, comparadas às negras quilombolas, têm uma visão positiva de seu próprio grupo. Essas crianças têm sua identidade construída no confronto com o grupo dominante. Para entender esses resultados, podemos nos amparar em Rowley e Cols. (2007), que afirmam que uma estratégia de acentuação da identidade das crianças minoritárias por eles investigadas é a atribuição de estereótipos que favorecem seu próprio grupo, de modo a beneficiar seu grupo quanto a atributos que mantenham sua autoestima alta, sem desfavorecer o grupo dominante.

Ser um grupo beneficiário da proteção estatal poderá mudar o autoestereótipo do grupo? Ou seja, grupos minoritários protegidos pelos programas de ação afirmativa podem passar a ter uma visão positiva de seus grupos?

Ao que parece, a resposta a essa questão pode ser dada através da segurança que o programa possibilita à identidade pessoal e social do grupo, como pode ser visto no estudo de Laar, Levin e Sinclair (2008). Estes autores afirmam que beneficiários de programas de ação afirmativa podem sentir-se em situação de ameaça, e em consequência ou a identidade pessoal ou social podem ser afetadas.

Nossos dados nos permitem algumas conclusões a essa questão, se analisarmos as crianças quilombolas em relação às indígenas. As indígenas apresentam uma visão positiva de seus grupos, pois seu autoestereótipo está garantido pela segurança que o programa que as beneficia permite. Elas têm que se afirmar indígenas, querer ser e fazer o que os indígenas fazem. Isso só é suficiente para lhes dar garantias de amparo, o que fortalece a imagem que têm de si. Entretanto, os quilombolas, embora seus direitos estejam escritos na Constituição com clareza, têm de passar por uma assembleia onde o que se considera é a opinião de outros, estudos, filmagens, fotografias, levantamentos históricos. Estes

são os critérios que determinam sua pertença (Terra de Quilombo, Boletim nº3, 2008). Esse descontrole sobre a identidade leva à insegurança, à baixa autoestima e se reflete no autoestereótipo. Salta aos olhos a percepção dos quilombolas sobre os indígenas como ricos e felizes. Será que essa percepção seria um reflexo de comparações entre esses grupos, embasadas nas políticas que os favorecem? Talvez a situação de ameaça política e social experienciada pelo grupo dos quilombolas, circunstanciada pelo programa que os “beneficia”, esteja produzindo autoestereótipo negativo e identidade insegura.

REFERÊNCIAS

- Aboud, F.E. (1988). *Children & Prejudice*. Oxford: Basil Blackwell.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, Massachussets, Addison-Wesley.
- Augoustinos, M. & Rosewarne, D. (2001). Stereotype knowledge and prejudice in children. *British Journal of Developmental Psychology*, 19, 143-156.
- Ávila, J.P., Machado, C. P., Lima, C.B.V. & Lima, M. E. O. (2004). Estereótipos dos negros e atitudes face às cotas nas universidades: Uma análise em termos do Modelo Dissociativo. *XXIII Seminário Estudantil de Pesquisa*, 17 a 20 de novembro. Universidade Federal da Bahia.
- Barbosa, M. V. R. (2007). Representações sociais dos índios em Sergipe: Infra-humanização, racismo, sentimentos de culpa e solidariedade. Relatório Pibic, Universidade Federal de Sergipe.
- Bigler, R. S., Averhart, C. J. & Liben, L. S. (2003). Race and the Workforce: Occupational Status, Aspirations, and Stereotyping Among African American Children. *Developmental Psychology*, 39(3), 572-580.
- Bolaffi, G., Bracalenti, R., Braham, P. & Gindro, S. (2000). *Dictionary of race, ethnicity & culture*. London: SAGE.
- Brasília: OIT (2005). Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais. 2ª edição.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: Its Social Psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.

- Campbell, D.T. (1958). Common fate, similarity and other indices of the status of aggregates of persons as social entities. *Behavioural Science*, 3, 14-25.
- Cavaleiro, E.S (2000) “*Discursos e práticas racistas na educação infantil: a produção da submissão social e do fracasso escolar*” (2000) in *Educação, racismo e anti-racismo*. Salvador: Novos Toques, nº4, 2000.
- Clark, K. B. & Clark, M. P. (1947). Racial identifications and preference in negro children. In: H. Proshansky e B. Seidenberg (eds); *Basic Studies in Social Psychology*, New York: Holt Rinehart and Winston (1955 edition).
- Clark, K. B. & Cook, S. W. (1988). *Prejudice and your child*. Connecticut: Wesleyan University Press.
- Désert M., Préaux M. & Jund R. (2009). So young and already victims of stereotype threat: Socio-economic status and performance of 6 to 9 years old children on Raven’s progressive matrices. *European Journal of Psychology of Education*, XXIV, 2, 207-218.
- Enesco, I., Navarro, A., Paradela, I. & Guerrero, S. (2005). Stereotypes and beliefs about different ethnic groups in Spain. A study with Spanish and Latin American children living in Madrid. *Applied Developmental Psychology*, 26, 638–659.
- Fiske, S. T. & Cuddy, A. J. C. & Glick, P. (2002). *Emotions Up and Down: Intergroup Emotions Result from Perceived Status and Competition*. New York: Psychology Press.
- Fiske, T. S. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert, S. T Fiske and G. Lindzey (Ed). *The Handbook of Social Psychology*. New York: Mc Graw-Hill, 4ª ed..
- França, D.X. & Monteiro, M.B. (2002). *Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos*. In: *Psicologia*, Vol. XVI(2). pp. 293-323.

- Hardin, C. D., Lowery, B. S. & Sinclair, S. (2006). Self-Stereotyping in the Context of Multiple Social Identities. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90(4), 529–542.
- Hasenbalg, C. A. & Silva, N. V. (1990). Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. 73, 5-12.
- Hayes, N. (1993). *Principles of social psychology*., U.K: Psychology Press.
- Katz, P. A. (1983). Developmental foundations of gender and racial attitudes. In: P. H. Robert L. Leahy (Ed.). *The child's construction of social inequality*, (41-78). New York: Academic Press.
- Laar, C. V., Levin, S. & Sinclair, S. (2008). Social Identity and Personal Identity Stereotype Threat: The Case of Affirmative Action. *Basic and Applied Social Psychology*, 30,295–310.
- Lara, A. M. dos Santos (2010). A proteção do patrimônio cultural imaterial das comunidades quilombolas. Um direito étnico ou uma ação afirmativa? Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2611, Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/17261>. Acesso em: 22 out. 2010.
- Lima, M. E. O. & Almeida, A. M. M. (2010). Representações sociais construídas sobre os índios em Sergipe: ausência e invisibilização. *Paidéia*. 20, 45, 17-271.
- McKown, C. & Weinstein, R. S. (2003). The Development and Consequences of Stereotype Consciousness in Middle Childhood. *Child Development*. 74(2), 498–515.
- Mitidieri, L. (S/D). Remanescentes de quilombos, índios, meio ambiente e segurança nacional: Ponderação de interesses constitucionais. www.cpis.org.br/acoes/upload/arquivos/PonderacaoodeInteressesConstitucionais_LeandroMitidieri.pdf.
- Moehleck, S. (2002). Ação afirmativa: História e debates no Brasil, *Cadernos de Pesquisa*, 117, 197-217.

- Munanga, K. (2001). Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e Cultura*, 4(2), 31-43.
- Nery, M. P. (2008). *A afetividade intergrupala, política afirmativa e sistema de cotas para negros*. Tese de mestrado, UNB.
- Oakes, P. J., Haslam, S. A. & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and Social reality*. Massachusett: Blackwell.
- Piaget, J. (1964). *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense.
- Queiroz, D. M. (2000). Desigualdades raciais no ensino superior. In A cor da Bahia (org.) *Educação, racismo e anti-racismo*. Salvador: Novos Toques.
- Ramsey, P. G. (1987). Young children's thinkig About Ethnic Differences. In: J. S. Phinney & M. J. Rotheram. *Children's ethnic socialization: Pluralism and development*, Sage, 56-72.
- Rodrigues, F. (1995). Racismo cordial. In C. Turra & G. Venturi (Orgs.), *Racismo cordial: A mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Rothbart, M. & Taylor, M. (1992). Category labels and social reality: Do we view social categories as natural kinds? In G. Semin and K. Fiedler (Eds.), *Language, interaction and social cognition* (pp. 11-36). London: Sage.
- Rowley, S. J., Kurtz-Costes, B., Mistry, R. & Feagans, L. (2007). *Social Status as a Predictor of Race and Gender Stereotypes in Late Childhood and Early Adolescence*. USA: Blackwell Publishing Ltd.
- Saiz, J. L., Merino, M. E. & Quilaqueo, D. (2009). Meta-estereotipos sobre los indígenas Mapuches de Chile. *Interdisciplinaria*, 26(1), 23-48.
- Santos Filho, R. L. (2007). A Proteção dos Direitos dos Índios. Acessado em: http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/docs_artigos/A_Protecao_dos_Direitos_dos_Indios.pdf

- Santos, G. F. M. (2006). Atitudes intergrupais, significados das identidades étnicas e auto-estima coletiva das crianças da comunidade quilombola Mocambo em Porto da Folha-Se. Relatório Pibic, Universidade Federal de Sergipe.
- Santos, R. E. (2003). Racialidade e novas formas de ação social: O pré-vestibular para negros e carentes. In R. E. Santos & F. Lobato (Orgs.). *Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Sarmiento, D. (2008). Territórios Quilombolas e Constituição: A ADI 3.239 e a constitucionalidade do Decreto 4.887/03. Disponível em: ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/docs_artigos/Territorios_Quilombolas_e_Constituicao_Dr._Daniel_Sarmiento.pdf
- Schadron, G. (2006). De la naissance d'un stéréotype à son internalisation. Discrimination: perspectives de la psychologie sociale et de la sociologie, N°10-11. urmis.revues.org/index220.html.
- Silva, A. C. (2001). "Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático". Salvador: EDUFBA.
- Tabachnick, B.G. & Fidell, L.S. (1989). *Using multivariate statistics*. Nova York: Harper & How.
- Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Terra de Quilombo, Boletim 03, março de 2008.

Estereotipos de la inmigración en España: influencia de los agentes de socialización de masas

José Luis González-Castro

Silvia Ubillos

Por favor, antes de continuar leyendo este capítulo, acérquese a un espejo y durante 15 segundos exprese en voz alta lo que ve utilizando los términos que mejor considere que le definen a usted como Brasileño o Brasileña..... ¿Ha terminado?, muchas gracias. Ahora le vamos a presentar las imágenes que tenían 170 estudiantes de una titulación de Ciencias Sociales de la Universidad de Burgos cuando pensaban en un hombre brasileño y una mujer brasileña, y piense si le definen a Usted o no (González-Castro & Ubillos, 2010).

Hombre Brasileño:

1. *Moreno*
2. *Buen bailarín*
3. *Fútbol*
4. *Fiestero y extrovertido*

Mujer Brasileña:

1. *Guapa y seductora*
2. *Buena bailarina*
3. *Morena*
4. *Bien dotada físicamente*

Como habrá podido comprobar estas afirmaciones pueden o no corresponderse a cómo usted se percibe a sí mismo, sus conocidos o familiares. Puede que a usted le guste, o no, que le etiqueten en estas categorías, quizás si viaja a España y las personas esperan que sea y actúe de esta manera ello le sirva para relacionarse con mayor facilidad, o para

que esperen que sepa hacer ciertas cosas o comportarse de una manera determinada. Estas son en gran medida las primeras impresiones que una persona española buscará corroborar en su apariencia física, su forma de comportarse o relacionarse. Ahora imagínese que es usted una mujer brasileña rubia, a quien no le gusta bailar, que está a gusto cultivando su mente y no sólo su cuerpo, a quien le gusta estar con amigos, pero no tanto estar de fiesta constante, y que viste de forma moderna pero sin resaltar su cuerpo, ¿cree que en general los españoles pensarán que usted es brasileña?. En definitiva ha sido usted estereotipado y en función de ello se establecerán unas futuras interacciones que buscarán corroborar o desmentir, tanto por su parte como por parte del interlocutor, estas características. Tal y como señalan Moya y Puertas (2008), no existen en España muchos estudios acerca de los contenidos precisos de los estereotipos de los inmigrantes, puesto que los estudios se han centrado más en los temas de las actitudes o conductas hacia los inmigrantes o la inmigración en general. Sin embargo en este capítulo sí hablaremos de ello. En primer lugar definiremos el concepto y sus funciones, para a continuación centrarnos en la transmisión social de los estereotipos acerca de los inmigrantes en España, deteniéndonos en dos grandes fuentes de transmisión y socialización: la escuela y los medios de comunicación. Terminaremos el capítulo resumiendo las ideas generales acerca de los estereotipos de inmigrantes en España.

Estereotipos y sus funciones

El origen de la palabra estereotipo se encuentra en el trabajo de Firmin Didot, impresor francés, quien en 1794 creó la técnica del estereotipo que consistía en una impresión tomada de un molde de plomo

que se utilizaba en la imprenta en lugar del tipo original. Sin embargo fue el periodista norteamericano Walter Lippman quien popularizó el término para la psicología en su obra de 1922 titulada *Public Opinion*. Lippman asegura que los estereotipos crean y modelan nuestro mundo. Sin embargo, estos “mapas del mundo” no son un producto individual sino que tendemos a percibir las cosas de la manera en la que han sido *estereotipadas* para nosotros por nuestra cultura. Como se puede comprobar se está hablando de la necesidad de contar con los estereotipos para interactuar en un mundo complejo y elaborado, definiéndose como un fenómeno cultural y de interacción social, y que si bien pueden no reflejar el mundo real, guían las conductas y pensamientos. Estudios recientes como los de Sechrist y Stangor (2001) han mostrado cómo la fuerza de los estereotipos se ve mediada por la percepción que tienen los sujetos de las normas sociales imperantes en su contexto. Cuando a los participantes se les hacía creer que la mayoría de sus compañeros estaban de acuerdo con sus estereotipos raciales, entonces estas personas eran capaces de responder con mayor rapidez a palabras estereotípicas relacionadas con personas negras que cuando se les decía que la mayoría de sus compañeros no compartían estos estereotipos, y este resultado sólo se producía con la palabra “negro”. En los últimos años se ha estudiado no sólo la creación y utilización consciente de estereotipos, sino su activación automática y la relación de los estereotipos con la actividad cerebral (ver cuadro 1).

Los estereotipos son creencias acerca de las características de los grupos sociales y de sus miembros (Fiske, 1998) que se transmiten en la sociedad y pueden ser aceptados tanto por las personas o grupos que estereotipan como por aquellos que son estereotipados. Son una manera de organizar el mundo en categorías más fáciles de manejar. Presentar a un grupo de manera estereotipada activa en el receptor el conocimiento

Cuadro 1

Desde hace unas dos décadas ha vuelto a cobrar vigencia el estudio de los procesos mentales no conscientes. Nosek, Greenwald y Banaji (2005) señalan que ello se debe en gran parte a la existencia de nuevas posibilidades de medida de estos fenómenos (ver Wittenbrink & Schwarz, 2007 para una revisión metodológica) y de la aplicación de estos modelos a gran variedad de campos (ver Bargh, 2007 para una revisión temática). Una de las áreas en las que más se ha estudiado este fenómeno de medidas implícitas es el de los estereotipos raciales. Los estereotipos implícitos se activan de forma rápida y sin intención, mientras que los explícitos tardan más tiempo y se activan de forma consciente. Dambrun y Guimond (2004) encontraron una asociación negativa entre medidas implícitas y explícitas de estereotipaje, explicando este resultado puesto que en las medidas explícitas se hace más saliente la opinión social desfavorable a mostrar estereotipos, pero en las medidas implícitas es más difícil controlar esta deseabilidad social, siendo menos consciente de las normas sociales y estrategias de auto-presentación. Así, Álvarez et al. (2008), encontraron que se activaban de manera más rápida las respuestas dadas por los participantes a las asociaciones estereotípicas referidas a inmigrantes marroquíes que las no estereotípicas, y que existían factores, como la edad del participante, que tenían influencia en la latencia de las respuestas. Todo ello nos hace pensar que el trabajo con medidas implícitas de estereotipaje puede ofrecernos una visión menos constreñida por las normas sociales de los procesos mentales de las personas. En relación con esto, en los últimos años ha irrumpido con fuerza la neurociencia social en el estudio de fenómenos

como el estereotipaje racial. Para Liberman (2005) o Amodio (2008), la neurociencia cognitiva social pretende añadir las técnicas empleadas dentro del campo de la neurociencia cognitiva a los métodos experimentales utilizados por los psicólogos sociales (informes autorreferentes o la evaluación conductual) en el estudio de los sesgos intergrupales e identificar procesos neuronales básicos implicados en el estereotipaje. Por ello, estudia los mecanismos neurocognitivos que apoyan a la cognición social, no los efectos fisiológicos posteriores de la cognición social. Knutson et al. (2007) al hablar de la activación automática de estereotipos señalan que es el córtex prefrontal ventromedial (CPFVM) quien se activa cuando las personas realizan asociaciones automáticas consistentes con sus estereotipos acerca de la raza. Sin embargo como señalan Wheeler y Fiske (2005), la activación inicial del conocimiento estereotípico no es totalmente automática sino que depende de metas y factores sociales (p.e. carga cognitiva, capacidad de atención u objetivos implicados en el procesamiento de la información). Por lo tanto aún en los estudios de neurociencia social se reconoce la importancia de estudiar el impacto del contexto en la activación de los estereotipos como por ejemplo hacia los inmigrantes, puesto que esta activación es maleable y dependiente del contexto (White et al., 2009). Incluir estudios de medidas implícitas, o de neurociencia social, en el análisis de los estereotipos hacia inmigrantes nos puede ayudar a entender cómo los factores sociales moldean nuestros procesos cerebrales, y por consiguiente intentar buscar formas de activar/desactivar procesos neuronales que ayuden a reducir el mantenimiento de estereotipos negativos.

previo estereotipado que tenga, de tal manera que el posterior procesamiento de la información estereotípica se hace de manera más rápida que la información no estereotípica (Dovidio y cols., 1986). Las personas tienden a interpretar la información ambigua de tal manera que encaje con sus estereotipos previos, es decir les ayude a rellenar los “huecos” que tengan con respecto a estas personas o grupos. En este sentido, la categorización es un primer paso imprescindible para que aparezcan los estereotipos. Es una simplificación cognitiva que permiten percibir e interactuar con los demás agrupándolos en un grupo más amplio. Por ejemplo, tal y como hemos visto al inicio del capítulo, las Brasileñas son percibidas como guapas, exuberantes y buenas bailarinas, lo cual puede ser positivo o negativo para futuras interacciones sociales. En este sentido Pérez (2008) nos recuerda que en España un grupo social que recibe claramente un tratamiento estereotipado y de simplificación de su realidad es el de las mujeres inmigrantes, colectivo al que se homogeniza y señala como analfabetas, ignorantes y pobres, cuando los datos señalan que más del 60% de ellas tienen estudios secundarios o universitarios. Sin embargo, la existencia del estereotipo hace que tanto las personas que estereotipan, como las que son estereotipadas aprendan a actuar de una manera determinada y a esperar ciertas cosas de los demás. En este sentido Steele y Aronson (1995) hablaron del fenómeno de la amenaza del estereotipo, fenómeno por el cual hacer saliente o relevante la adscripción de una persona a un grupo social determinado hace que esa persona se plantee que pueda confirmar un estereotipo negativo sintiendo una tensión y malestar por ello. Como consecuencia puede no actuar o pensar como quisiera para no confirmar lo que se espera de ella, o que directamente debido a la situación no desarrolle todo su potencial debido a la ansiedad situacional. Por ejemplo, en el caso anterior una mujer brasileña en España en vez de vestirse como le gustaría hacerlo

puede utilizar ropa más conservadora para que no se active el estereotipo en las personas españolas con las que interactúa, a pesar de que ella no perciba nada negativo en su forma de vestir o actuar.

Los estereotipos acerca de los inmigrantes pueden servir dos funciones (Allport, 1954/1979):

- a. *Simplificación cognitiva*. Sirve para percibir e interactuar con las demás personas de manera más sencilla al agruparles en grupos más amplios. Por ejemplo como creo que a las personas brasileñas en general les gusta bailar, cuando vea a un grupo reunido esperaré que bailen samba o *capoeira*.
- b. *Racionalización*. Los estereotipos permiten a las personas justificar sus creencias y conductas hacia otras personas o grupos sociales. Esta función no sólo cumple funciones individuales, sino que sirve para dar legitimidad a prácticas sociales y desigualdades históricas. Cuadrado y cols., (2003) encontraron que a los inmigrantes en general se les percibía como poco limpios, poco guapos y que se peleaban mucho. Por lo tanto en cuanto exista una riña en un pueblo y estén implicadas personas inmigrantes, rápidamente se pensará: “lo que yo decía, es que están todo el día pegándose, no saben convivir”, podré pedir el endurecimiento de las penas judiciales, y no buscaré más información acerca del por qué se ha originado la pelea. Moualhi (2000) señala cómo la utilización de estereotipos que enmarcan a las sociedades musulmanas como misóginas, fanáticas, irracionales y violentas tiene una tradición histórica de siglos con lo que ello implica de miedo a ciertas interacciones y justificación de determinadas acciones o leyes.

Rudman y Glick (2008) mencionan cuatro procesos por medio de los cuales se pueden mantener los estereotipos:

1. *Por auto-estereotipaje.* Puede darse la circunstancia de que por medio de la auto-categorización del estereotipo que caracteriza a mi grupo social pueda acceder a determinados trabajos con mayor facilidad, o se me permita llevar una determinada forma de vida, que es de mi agrado. Con ello también se logra no entrar en conflicto directo con otros grupos sociales y por lo tanto poder mantener el anonimato social. Por ejemplo, un chico brasileño sabiendo que en el estereotipo español está presente su condición de buenos bailarines, hará saliente esta condición identitaria para obtener con mayor facilidad trabajo como monitor de baile, al margen de que quizás no tenga experiencia previa en este trabajo. Sin embargo como afirma Pérez (2008), algunos estereotipos que en primera instancia parecen positivos, como el de que las mujeres latinoamericanas son dulces y abnegadas, si bien les permite acceder con mayor facilidad al cuidado de personas mayores, también puede generar en el empleador mayores expectativas de explotación al pensar que estas mujeres aguantarán sin quejarse condiciones de trabajo más precarias, puesto que son “resignadas” y “calladas”.
2. *Por medio de las interacciones sociales y la confirmación.* La utilización de los estereotipos, a menudo de forma automática, sustenta la creencia en diferencias raciales exageradas y descontextualizadas entre nativos e inmigrantes (Molero, Navas & Morales, 2001). De esta manera los estereotipos influyen en el procesamiento selectivo de la información por medio de tres procesos:

- *Atención selectiva.* Buscamos y seleccionamos con mayor facilidad aquella información que es congruente con nuestras creencias previas, y a la vez ignoramos la información que contradice estas creencias. Es posible que de manera no consciente hagamos preguntas u orientemos la interacción social para confirmar los estereotipos que tenemos del otro grupo (p.e. de todas las informaciones que aparecen en los medios de comunicación atenderemos con mayor facilidad aquella en la que los brasileños se muestren de forma extrovertida, sensual y en ambientes lúdicos: Playa de Copacabana o en Carnavales).
- *Percepción selectiva.* Interpretamos la información seleccionada de acuerdo con nuestros estereotipos previos. Estos procesos se maximizan cuando la información es ambigua, disponemos de poco tiempo, o hay una fuerte carga cognitiva (Darley & Gross, 1983). Por ejemplo si vemos en España un anuncio de extensas playas, con hombres y mujeres bien dotados físicamente, morenos, jugando al voleibol, fútbol, o bailando, interpretamos que probablemente se refiera a Brasil y no a otros países.
- *Memoria selectiva.* Se codifica la información congruente con nuestros estereotipos de manera más rápida y eficaz que la inconsistente. Utilizamos esta memoria almacenada para interpretar situaciones nuevas con las que nos encontremos. Por ejemplo al entablar una conversación con una persona brasileña, los españoles preguntaremos más por temas relacionados con la violencia y tráfico de

drogas en las favelas, o la mendicidad infantil (estereotipos sobre Brasil que también son frecuentes entre la población española) que por la pertenencia de Brasil al G20, o las elevadas tasas de desarrollo económico y social en los últimos años. En España un grupo que es víctima de estereotipos históricamente arraigados en la cultura es el colectivo marroquí al que se le denomina de forma peyorativa “moro”, y se le recuerda como un ser sanguinario y lascivo que quiere apropiarse de España y sus mujeres. Todo ello proviene del imaginario cultural e histórico derivado de siglos de *reconquista* española (Flesler, 2001).

3. *Por medio de la conformidad.* No cumplir los estereotipos puede generar reacciones de fuerte rechazo por parte de las personas o grupos que estereotipan puesto que se rompe el sistema social, o *status quo*, que se busca mantener. Esta situación puede conducir a que las personas ni siquiera intenten cambiar sus acciones o creencias cuando piensan que están basadas en los estereotipos puesto que corren el riesgo de ser apartados de la sociedad. Puede darse el caso de que las personas que mejor pueden contrarrestar los estereotipos, aquellos que son ejemplos contraestereotípicos, a menudo no muestran su rechazo al estereotipo por miedo a ser dejados de lado o marginados, lo cual hace que el estereotipo se mantenga aún con más fuerza. Por ejemplo un chico brasileño al que no le guste el fútbol, pero al que le estén preguntando continuamente por Pelé o la Canarina, podrá decidir contar cuatro generalidades sobre el tema para que le dejen tranquilo, puesto que si no le pueden percibir como alguien “raro” (“has visto, un brasileño que no sabe de fútbol”!!!!)

4. *Por medio de la aceptación o permiso cultural.* La motivación para actuar de acuerdo o no con los estereotipos no sólo es una cuestión individual sino que el contexto social y político y las normas formales e informales (p.e. chistes, bromas, etc.) ejercen una función muy importante. Si el mostrar que una persona o grupo social tiene estereotipos hacia un grupo social por su origen étnico o cultural no tiene un fuerte rechazo social, y se minimiza la importancia del hecho haciendo bromas o diciendo que “no hay que exagerar”, entonces nos encontraremos con un contexto social en el que no se pone freno a la utilización de estereotipos en las relaciones étnicas y culturales. Por ejemplo, en este contexto no será sancionada la persona que haga alusión frecuente a la exuberancia física de las mujeres brasileñas, sin que jamás haga referencia a sus capacidades intelectuales.

Por otro lado también se utiliza la coartada de las diferencias culturales o etnicidad con el fin de promover estereotipos que favorecen a unos grupos de inmigrantes frente a otros en función de una sobregeneralización de características étnicas asumidas. Pedreño (2005) señala que en España a los inmigrantes del Este de Europa se les considera más cualificados profesionalmente que a miembros de otros grupos étnicos. Esto conlleva que sea más factible contratar, formar y dejar que ejecuten tareas de mayor responsabilidad a peones de Rumanía, Bulgaria o Ucrania que a peones Marroquíes (lo cual es aprovechado por los primeros para presentarse utilizando el estereotipo de que son más trabajadores, cualificados y capaces de aprender, en un claro proceso de auto-estereotipaje con fines positivos).

Estereotipos de los inmigrantes en la escuela

La escuela es una de las principales fuentes de transmisión de creencias, valores, y en muchas ocasiones, de estereotipos. Por ello al estudiar la aparición, mantenimiento y consecuencias de la existencia de estereotipos acerca de los inmigrantes en el sistema educativo nos centraremos en dos aspectos fundamentales: a) cómo afecta el lenguaje y el uso del idioma a los estereotipos que se tienen acerca de las personas inmigrantes, y b) como aparecen los estereotipos en los libros de texto y materiales escolares.

El uso del idioma es una variable fundamental en las relaciones sociales puesto que no sólo sirve como elemento de comunicación e intercambio de ideas, sino que también categoriza, ejemplifica, y se usa como elemento estereotípico. Martín Rojo (2010) y Martín Rojo, Relaño y Rasskin (2010) nos recuerdan que al analizar los repertorios y usos lingüísticos de los alumnos y profesores en el aula no sólo debemos centrarnos en los aspectos más de corte comunicativo, sino que debemos estudiar los lugares y roles que se le concede a cada variedad lingüística. Por ejemplo, aunque sea su propio idioma materno, a menudo la utilización por parte de inmigrantes latinoamericanos de modismos diferentes a los de la sociedad española se entiende no como simples variaciones lingüísticas, sino como ejemplo de incompetencia, deficiencia y falta de educación. Ello conlleva la utilización del estereotipo por parte de la sociedad española de no saber expresarse de manera “correcta”, de ser “incompetentes”. Sin embargo, la misma autora nos recuerda que también es interesante comprobar cómo en España se afirma que en los países latinoamericanos se habla un español más florido, arcaico, pero bello, pero a la vez el *acento* de las antiguas colonias no es el que se espera escuchar en el aula. El sistema educativo actúa como guardián de la estandarización y homogeneización de la sociedad y los saberes, a

pesar de que la forma de expresarse de los inmigrantes en sus culturas de origen sea la norma. Alejarse de los modos de la sociedad de acogida se considera una falta de “integración”, y se estereotipa a estas personas como poco educadas. Esto entronca con el concepto de *paranoia lingüística* de Haviland (2003), referido a que se supone que cuando el hablante utiliza un idioma que no puedes comprender es porque lo que está diciendo es algo negativo de ti. Por lo tanto se busca rechazar esta utilización de un idioma o cultura que no comprendo puesto que quizás me esté atacando y no tengo capacidad de respuesta (estereotipos relacionados con el miedo físico o cultural). Como han señalado Vedder y Horenzcyk (2006) los profesores y estamentos educativos tienen sus propias expectativas y estereotipos acerca de lo que los estudiantes con un bajo manejo del idioma son capaces de hacer en clase, su capacidad de aprender, de interactuar y de ser autónomos en el aula. En relación con ello, Molinsky (2005) al analizar los errores culturales embarazosos (*cultural faux pas*) que se cometen al no lograr una correcta adaptación cultural señala que las personas que tienen dificultades en expresarse en un idioma (aunque éste no sea su idioma materno) son percibidos en general como menos competentes en diferentes esferas de la vida. Por ello el intento por parte de un inmigrante de desarrollar conductas culturales adaptativas depende en gran medida de cómo los nativos interpretan, evalúan y estereotipan esa conducta, y no necesariamente de la conducta en sí misma (Thomas & Ravlin, 1995).

Por otra parte, además de las propias interacciones en el aula, nos encontramos con los libros de texto como agentes de socialización, y transmisión de estereotipos acerca de los inmigrantes. van Dijk (2006) afirma que en los libros de texto se transmiten unas características, imágenes y estereotipos de los inmigrantes que pueden agruparse dentro de las siguientes categorías:

1. **Exclusión:** Los inmigrantes prácticamente no aparecen representadas en los libros de texto. Se presenta la sociedad como un ente homogéneo y monocultural. Esto entra en contradicción con la demografía real en la que hay un porcentaje importante de personas inmigrantes.
2. **Diferencia:** Se recalca y enfatizan las diferencias de los inmigrantes con la población en general.
3. **Exotismo:** Se recalca la naturaleza exótica y extraña de los inmigrantes ya sea debido a su aspecto, costumbres o valores.
4. **Estereotipo:** Las representaciones de los inmigrantes se esquematizan y son estáticas. Se usan estereotipos relacionados con la pobreza o falta de modernidad.
5. **Auto-presentación positiva de Nosotros:** Se atribuye al propio grupo muchas características positivas: tecnológicamente avanzados, democráticos, etc. En general, se representa al Nosotros como ayudando activamente o asistiendo a (los pasivos) Ellos.
6. **Representaciones negativas de Ellos:** Se recalcan los estereotipos relacionados con la violencia, el atraso, la ilegalidad, la vagancia, etc.
7. **La negación de racismo:** Se niega o mitiga la representación negativa del Nosotros. Se ignoran eventos históricos que muestren esta imagen negativa, o se traslada a otra época o lugar.
8. **Carencia de voz:** Los inmigrantes son representados como pasivos y carentes de voz. Hablamos y escribimos acerca de Ellos, pero pocas veces se los escucha o representa hablando u omitiendo su propia opinión. Hablamos e investigamos “por ellos”.
9. **Texto e Imágenes:** Estos estereotipos se muestran tanto en forma escrita como en imágenes. Es más fácil observar fotografías de chabolas, marginalidad y exotismo que de los atascos

de coches, rascacielos, desarrollo económico o aglomeraciones humanas y de empresas presentes en muchas ciudades de África, Asia y América Latina. Parece que no hay ricos en el Sur ni pobres en el Norte.

10. **Tareas:** Los libros de textos presuponen generalmente que los alumnos de la clase son blancos, y por lo tanto se dirigen a ellos/as invitándolos a reflexionar y ser conscientes de sus estereotipos y actitudes prejuiciosas. Sin embargo, se olvida que en la actualidad las aulas de los colegios están llenas de los Otros, y estos libros no se dirigen directamente a ellos.

Este mismo autor analizando varios libros de texto [*Marca* (Vicens Vives, 1º edición, Barcelona 2003; *Marca 3*] utilizados en la escuela Catalana encuentra que se presenta de manera repetida la diferenciación entre países “desarrollados” y “subdesarrollados”, se estereotipa las condiciones de vida y de trabajo en los países de origen y de acogida, se tiende a formular la inmigración en términos de problema, explosión, llegada masiva, mayor número de hijos, etc. Se seleccionan unas características en los libros de texto que muestran esta imagen estereotípica y generalmente negativa de la inmigración. El problema como señala van Dijk (2006) no es que se muestre información correcta o incorrecta, sino que se ha seleccionado la información para mostrar una imagen estereotipada, y en muchas ocasiones homogénea, de la inmigración y los inmigrantes. Presentar al exogrupo inmigrante como homogéneo en formas de ser, características y hasta cultura se contrapone al individualismo, libertad, no gregarismo, etc. de la población nativa. van Dijk también analiza un libro de texto utilizado en la Comunidad de Madrid (*Geografía e Historia. Ciencias Sociales*, Anaya, 2002), encontrando imágenes basadas en estereotipos muy parecidos a los señalados en el libro anterior. Así por ejemplo se utiliza en

distintas ocasiones el verbo “afrontar” para referirse a la inmigración, lo cual denota que existe un problema puesto que hay que “hacerle frente”. Se desenfatan los aspectos negativos de la relación entre la población local y la inmigrante, se sobre-generaliza la distinción entre países desarrollados y subdesarrollados, y se hace hincapié en los efectos que tienen los postulados económicos del Norte sobre el desarrollo económico del Sur. Es decir, en general estos libros de textos no muestran información errónea, sino que se presentan grandes generalizaciones, estereotipos, que engloban a personas provenientes de diferentes culturas dentro de una misma situación que tildan de “problema”, homogeneizando tanto a las poblaciones como a los problemas que puedan sufrir.

García, Granados y García-Cano (1999) también han estudiado la relación entre libros de texto y estereotipos de inmigrantes y nos recuerdan que el libro de texto es una herramienta que categoriza la realidad, transmite información organizada y conocimientos que ha sido seleccionada y reglamentada por parte de la sociedad puesto que considera que estos conocimientos son aquellos que deben ser transmitidos a las generaciones más jóvenes (Alegret, 1993, citado en García, Granados & García-Cano, 1999). En su estudio estos autores analizan material escolar de una importante editorial española de libros de texto para escolares de 3, 4 y 5 años de edad. Además también incluyen referencias a otros 30 libros de 7 editoriales diferentes de educación primaria. Los resultados de este trabajo muestran que dichos libros estereotipan a aquellos considerados diferentes al “Nosotros”, produciéndose una tarea de ocultamiento o desconocimiento de la diversidad cultural y lo que representa esta diversidad. Se estereotipa la diversidad vinculándola a formas de vidas extrañas y alejadas de nosotros, y siempre en clara desventaja social, cultural o económica. Así por ejemplo a las familias se las presenta como familias nucleares, eliminándose otras posibles variantes. Esto es así hasta para las familias procedentes

de otros lugares en donde se resaltan las diferencias fenotípicas (diferencias de colores, vestimentas, construcciones en las que habitan), pero la estructura familiar es la misma. Se utilizan los estereotipos para reflejar que las personas viven en su sociedad tal y como nos lo transmiten las películas históricas, o los documentales “realistas”, y no necesariamente a como se vive realmente en Lagos, Bangalore o São Paulo.

Las diferencias que se presentan entre grupos sociales son tan grandes que cuesta pensar que alguien occidental pueda sentirse identificado con estos otros grupos sociales. No se suele mostrar la existencia de diferencias dentro de cada cultura, tan sólo entre culturas. Se recalca que la diversidad cultural estriba en características fenotípicas, pero, por ejemplo, sólo se muestra un tipo de negritud, sin variaciones individuales.

Como ya hemos comentado, los estereotipos sociales se crean y transmiten por medio de intercambios formales e informales de creencias. Podemos encuadrar el sistema educativo dentro de la transmisión formal de creencias, pero gran parte de nuestras imágenes y creencias acerca del mundo se produce por medio de nuestra utilización de los medios de comunicación de masas. Pasemos a analizar cómo han mostrado los medios de comunicación españoles fundamentalmente a la población inmigrante. Veamos cuáles han sido los estereotipos que utilizan para describir a los inmigrantes en temas como los motivos de su llegada, su forma de vida o expectativas.

Los estereotipos sobre la inmigración en los medios de comunicación españoles

11 desaparecidos tras volcar una patera en Almería.

Tres de los ocupantes sobreviven cuatro horas flotando en el mar

“Partieron de Orán (Argelia) en la noche del domingo y su travesía a España se truncó dos días después a sólo 33 kilómetros de la costa de Almería, donde su patera, al parecer una lancha rígida, naufragó con 11 de sus 14 ocupantes a bordo tras un golpe de mar. Los tres argelinos que lograron sobrevivir al naufragio aseguraron a los miembros del operativo de rescate que vieron ahogarse a todos sus compañeros, también varones adultos naturales de Argelia...” (El País, 13-04-2010).

Los medios de comunicación son una importante fuente de imágenes estereotipadas, y dichas imágenes producen o refuerzan el prejuicio y la discriminación y la exclusión social en las audiencias (Gorham, 2006). La investigación en el campo de los medios de comunicación ha utilizado las herramientas de la psicología social, entre otras disciplinas, para analizar los mecanismos a través de los cuales los mensajes mediáticos sobre las minorías étnicas influyen en las personas.

En España debido a la llegada relativamente reciente de inmigrantes [en el año 1991 sólo el 0.9% de la población había nacido fuera de España, frente al 12% en el año 2008, INE (2009)] las noticias sobre inmigración han ido aumentando desde finales del siglo pasado, llegando a constatar que el tópico *inmigración* (e *inmigrantes*) ocupa un lugar destacado en la prensa española. De hecho los periódicos nacionales y regionales publican alrededor de tres artículos al día sobre el tema (van Dijk, 2007). Las investigaciones desarrolladas dentro de la perspectiva de la “*Agenda Setting*” (McCombs & Shaw, 1972) han concluido que un mayor énfasis mediático sobre un determinado asunto social tiende a provocar en la opinión pública una mayor preocupación sobre ese tema, fijando la agenda pública (Wanta & Ghanem, 2007). De hecho, en un estudio realizado en España

(Igartua y cols., 2004) se encontró una correlación positiva y significativa entre el número de noticias sobre inmigración publicados por los diarios de información general de mayor audiencia a nivel nacional (El País, El Mundo, ABC y La Razón) y el porcentaje de personas encuestas por el Centro de Investigaciones Sociológicas durante el mismo año que indicaba que la inmigración era un problema para el país. Por tanto, la cobertura informativa sobre el tema de la inmigración puede contribuir a la percepción de la inmigración como problema y, de una forma indirecta, convertirse en fuente de prejuicios y estereotipos hacia los inmigrantes.

Actualmente, dentro del segundo nivel de la *Agenda Setting*, se investiga el denominado efecto *framing* (efecto de los encuadres noticiosos) que plantea que los contenidos informativos, a través de sus distintos encuadres, no sólo fijan la agenda pública, sino que también dictan implícitamente al público una forma de pensar sobre ciertos asuntos (McCombs & Reynolds, 2002). Para Entman (1993) el proceso de encuadrar o *framing* implica seleccionar “algunos aspectos de la realidad percibida, haciéndolos más sobresalientes en el texto comunicativo, de tal manera que consigan promover una definición del problema particular, una interpretación causal, una evaluación moral y/o una recomendación de tratamiento para el asunto descrito” (p. 52). Los estudios realizados sobre los contenidos textuales y visuales de los diarios con más tirada en España, las principales cadenas de televisión o la prensa diaria gratuita concluyen que el tratamiento que los medios de comunicación hacen de la inmigración es fundamentalmente negativo (Igartua, Muñiz & Cheng, 2005; Igartua, Muñiz, Otero & de la Fuente, 2007; Martínez, 2008; Muñiz, Igartua & Otero, 2006). Todos estos estudios convergen con los realizados por van Dijk (van Dijk, 2003, 2007) quien concluye que la prensa española proyecta una imagen sesgada y negativa de la inmigración.

A través de estos trabajos se ha detectado que uno de los temas más

recurrentes en los medios de comunicación españoles desde finales de los años 90 se refiere al “control de fronteras”, vinculado a las tragedias de los inmigrantes al tratar de acceder a las costas españolas en pateras o como polizones, al tráfico de inmigrantes y a las expulsiones. Estas noticias suelen ir parejas a la acción policial, y a la propia definición de entradas indocumentadas al país como “ilegales”. El énfasis repetitivo sobre la irregularidad de entrada, sobre “oleadas” y sobre el papel de la policía y las detenciones contribuye a unas primeras definiciones e imágenes sociales que tienen mucho peso en el posterior desarrollo de actitudes hacia los recién llegados.

Ahondando en la imagen del inmigrante “ilegal”, “irregular” o “sin papeles”, nos encontramos que suele ir unida a los siguientes estereotipos negativos: el inmigrante está siempre ocioso, no trabaja, no sonríe, o está sucio y demacrado (Martínez, 2008). Esta visión es reforzada por la aplicación de fotografías que no suelen ser demasiado grandes y normalmente en tonos oscuros. Esto conlleva que personas que no han tenido contacto con gente de otras culturas asuman la imagen que este tipo de textos presentan como la única cara de la inmigración, lo que contribuye a fomentar el estereotipo negativo que una gran parte de la población tiene del fenómeno migratorio.

Otro encuadre que ha ido aumentando con el paso del tiempo es el que identifica la inmigración con la “delincuencia”. Sin embargo, van Dijk (2007) señala que la cobertura dada a estos temas por la prensa española es más limitada (aunque no insignificante) que la que encontramos en otros países de la Unión Europea. No obstante, también se dan otras problemáticas que pueden asociarse al de la delincuencia como son la prostitución y la violencia, que pueden llegar a doblar el porcentaje de noticias relacionadas con la delincuencia. Aunque muchos periodistas defienden sus artículos sobre delincuencia étnica alegando que están “contando la verdad”, el hecho de mencionar el origen étnico de un

sospechoso o de un reo sólo sirve para “etnificar” la definición de delito de tal manera que el lector, en lugar de obtener una información relevante, consigue desarrollar sus propios estereotipos y prejuicios como hemos visto en la primera parte del capítulo.

Otros encuadres más positivos pero que presentan una menor frecuencia de aparición son los que hacen referencia a la “contribución económica”. Algunas noticias justifican la llegada masiva de inmigrantes en función de su utilidad, ya que los inmigrantes hacen todo aquello que desprecian los españoles (limpian nuestros hogares, cuidan a nuestros ancianos, etc.). Sin embargo, debido a la situación e crisis económica actual, en los últimos años han aumentado los artículos en los medios de comunicación más conservadores que hacen referencia a la típica “carga pesada” que supone la inmigración para el estado del Bienestar.

Como en otros países, también en España escasea la cobertura informativa sobre la “experiencia migratoria como proyecto vital”, los asuntos propios de la vida cotidiana de los inmigrantes, y casi no aparece nada sobre sus élites (doctores, profesores, estudiantes de niveles superiores), porque tales temas no resultan consistentes con el estereotipo que indica que estamos ante inmigrantes pobres que vienen a buscar cualquier trabajo. Tampoco es frecuente escuchar en boca de los propios inmigrantes la narración de sus experiencias, lo cual no es extraño porque las historias las relata la policía u ONGs y su cobertura es “distante”. La ausencia de la voz de los propios inmigrantes es una característica general que se da en la mayoría de los discursos de élite, incluido el de los medios. Prevalecen los estereotipos, de manera que los periodistas *nativos* piensan a menudo que las fuentes *nativas* saben más y son más “objetivas” cuando se tratan asuntos relacionados con grupos étnicos que estos mismos grupos o que sus líderes o expertos.

En definitiva, analizando los diferentes encuadres se desprende que

el enfoque de partida que tienen los medios de comunicación en España es *inmigración = problemas* lo que puede contribuir al mantenimiento de los siguientes estereotipos sobre la inmigración (González, 2007):

1. Las noticias sobre el control de fronteras al estar asociadas fundamentalmente a la imagen de inmigrantes magrebíes y subsaharianos refuerzan la creencia social de que existen muchos más hombres que mujeres entre la población inmigrante, a pesar de que durante la última década se ha feminizado enormemente el flujo migratorio mundial, contribuyendo a la invisibilidad de la mujer inmigrante.
2. A pesar de que las historias que se refieren a las entradas “ilegales” a través del estrecho de Gibraltar o del archipiélago canario representan una constante en las noticias sobre inmigrantes en la prensa española, recreando en el imaginario colectivo una persona moribunda sobre una playa, la mayoría de los inmigrantes llega por vía aérea (latinoamericanos) o por la frontera terrestre (europeos del este).
3. La utilización de términos como “flujo”, “oleada”, “marea” “avalancha”, “llegada masiva”, “alud”, “brote” de inmigrantes, que van acompañadas de cifras escandalosas, que varían ostensiblemente de unos medios a otros, nos proporciona una imagen irreal acerca del volumen de inmigrantes que residen en el país.
4. El hecho de que durante las travesías se produzcan muchas muertes puede contribuir a destacar el papel de las víctimas de los inmigrantes irregulares, lo cual se presta a representaciones

sociales paternalistas. Como afirma van Dijk (2003) la victimización subraya la pasividad y ensombrece el hecho que los inmigrantes, en un acto de decisión, han optado por ejercer control sobre su destino, aún arriesgando sus vidas, lo cual representa una actitud activa que podría interpretarse como una característica positiva que contribuiría a su éxito en España.

5. El mito del inmigrante delincuente hace referencia al repetido vínculo entre inmigración y delincuencia. Asociamos a los colombianos con el narcotráfico y a los rumanos con la trata de blancas y el robo de coches de lujo (Roncal, 2006).
6. La representación tan frecuente de las mujeres como víctimas: prostitutas, esclavas del tráfico de personas, del sexo y de las tradiciones (como es el uso del pañuelo o la mutilación genital), sacrificadas por la subsistencia familiar, etc. No forma parte del imaginario colectivo la imagen de la mujer con un proyecto migratorio propio, como la aventura, el conocimiento de nuevas culturas o el desarrollo de estudios en el extranjero.
7. La visión de los inmigrantes como personas poco higiénicas, a las que les gusta vivir hacinadas y en condiciones infrahumanas. Conviene mencionar, en primer lugar, que a menudo su estatus de inmigrantes indocumentados influye en que estas personas queden segregadas en los barrios más pobres o degradados del área metropolitana. En segundo lugar, la reagrupación familiar y la ayuda prestada a otros co-nacionales recién llegados causan el hacinamiento en míseras viviendas que serán abandonadas una vez se vaya haciendo efectivo, con el transcurso del tiempo, el proceso de asentamiento.

8. El mito de la vinculación inmigración-pobreza, lo que lleva a que esté muy extendida la idea de que la gente emigra únicamente a causa de la miseria. Sin embargo, esta idea no se corresponde con la realidad de muchos, ya que los que emigran son quienes disponen de alguna información o dinero para hacer frente a los gastos del viaje.

También se observa que los estereotipos y prejuicios que conforman los medios de comunicación de los ciudadanos extranjeros, varían en función de la procedencia de los ciudadanos autóctonos. Se da un doble lenguaje según la procedencia del inmigrante: mientras que muchas informaciones sobre europeos del este, africanos y asiáticos son negativas (control de fronteras, pateras, lucha contra las mafias...) las referidas a latinoamericanos tienen cualidades más positivas (avances en la convivencia, políticas de empleo, medidas de acogida...). Mientras que el musulmán - a veces nombrado con el eufemístico término "magrebi" o en ocasiones con el despectivo "moro" - simboliza el miedo o la fobia al extranjero y la incapacidad de integración cultural y religiosa, el inmigrante iberoamericano, con el que se comparte una misma lengua y un proceso histórico, es sentido como parte de la propia cultura y los mecanismos de respuesta xenófoba se le aplican en un grado diferente. Por ejemplo en un estudio con médicos de familia en centros de salud de Zaragoza se encontró que los estereotipos más negativos iban dirigidos hacia la población marroquí (García Campayo, 2006). Sin embargo, si analizamos la imagen que los medios proyectan de las personas que vienen de Latinoamérica, también se observan diferencias importantes (Retis, 2007). Las noticias sobre ecuatorianos suelen ir ligadas al conflicto, al drama y a la trascendencia. Se les percibe como la "avalancha"

de los nuevos pobres y de los “nuevos conquistadores” de España que es retratada como “El Dorado”, el lugar a donde se viene a buscar fortuna. Sin embargo, la figura de los inmigrantes colombianos ocupa un peso representativo en los temores colectivos ante el incremento de la inseguridad ciudadana. Las temáticas se centran en: a) la violencia en Colombia; b) el tráfico de drogas; c) la delincuencia, violencia y ajustes de cuentas; y d) la guerrilla, la corrupción y la extrema pobreza de Colombia. En contraste, los inmigrantes argentinos, a diferencia de los ecuatorianos y colombianos, son vistos en un tono más amable con la idea de recibir a los nietos de los españoles, a los provenientes de la clase media más castigada por la crisis, sin recordar que en el caso de otros latinoamericanos, la situación es similar.

A pesar de la presencia de diferentes estereotipos según el origen de los inmigrantes, en términos generales podemos concluir que los medios tienden a presentar el fenómeno migratorio como el de un colectivo, sin centrarse en casos particulares, sin contextualizar ni ofrecer información que nos permita saber las circunstancias personales que llevan a cada actor a realizar las acciones que son narradas y visualizadas, y tampoco aparece una descripción de la situación social y política de su país de origen. Como ya se ha comentado con anterioridad, y pese a que estamos ante un fenómeno heterogéneo y plural, los medios presentan al “otro” como un sujeto colectivo, uniforme y homogeneizante.

En contraposición a esta imagen negativa, los medios de comunicación suelen incluir de forma muy frecuente noticias que hacen una presentación auto-positiva del endogrupo. Como sucede cuanto se trata, en definitiva, de exogrupos, la estrategia discursiva general consiste en intensificar *Nuestras* cosas positivas y *Sus* cosas negativas, y desfocalizar (negando, omitiendo o atenuando) *Nuestras* cosas malas y *Sus* cosas buenas (van Dijk, 2007). En el caso específico de la prensa, por ejemplo, las

historias negativas sobre *Ellos* son más frecuentes y más extensas, ocupan lugares más relevantes del periódico (la primera página, por ejemplo), y, además, se llevan los titulares más grandes. Al margen de estos sesgos en la presentación (sesgos que incluyen por supuesto aspectos visuales), también se observan, con similares intenciones, procedimientos de carácter sintáctico, como el uso de frases activas para potenciar *Sus* acciones negativas y *Sus* responsabilidades, o de frases pasivas y nominalizaciones (como “discriminación”, por ejemplo) para ocultar justamente *Nuestras* responsabilidades en actuaciones negativas contra miembros del exogrupo (discriminación, racismo, violencia, etc.).

También, se constatan claras diferencias en el tratamiento fotográfico dado por la prensa a cada actor. Así, mientras que los inmigrantes son presentados normalmente desarrollando actividades de carácter negativo, los restantes actores reciben una mejor cobertura. Los policías, si bien son enfocados en pateras y envueltos en detenciones o expulsiones, normalmente aparecen fotografiados desde ángulos mucho más favorables que los inmigrantes. Así, los inmigrantes suelen ser fotografiados desde ángulos picados, que producen un efecto perceptivo claro de inferioridad y sumisión (Mandell & Shaw, 1973). Por el contrario, a la policía se la presenta desde ángulos frontales o contrapicados, produciéndose un efecto de intimidación e imagen de poder.

En definitiva, la investigación sobre representaciones mediáticas de la inmigración en España pone de manifiesto que la sociedad se ve sometida a un “bombardeo” sistemático de mensajes con fuerte carga negativa (Igartua, Muñiz & Cheng, 2005; Muñiz, Igartua & Otero, 2006). La inmigración se define como invasión, su integración como una amenaza para nuestra cultura además de beneficiarse indebidamente de las leyes sociales favorables, su mano de obra es una competencia desleal y sus delitos se perciben como delitos más frecuentes e importantes que

los del endogrupo. Además, la información transmitida a través de estos encuadres textuales se ve reforzada por su utilización conjunta con encuadres visuales que destacan gráficamente los mismos aspectos.

Todo lo que hemos comentado también se puede aplicar a la imagen que reflejan los formatos de ficción televisivos españoles sobre la inmigración. De hecho, los estudios enmarcados dentro de la teoría del cultivo de Gerbner nos indican que la caracterización que hacen las series de televisión españolas sobre los inmigrantes también posee connotaciones negativas (Galán, 2006). En general el mapa de procedencia de los personajes inmigrantes en las series de ficción coincide con los datos publicados por el Instituto Nacional de Estadística en España (latinoamericanos, europeos del Este y africanos, en similar proporción y, asiáticos), a excepción de los inmigrantes que provienen de países desarrollados de la Unión Europea, que ocupando un lugar destacado entre los inmigrantes que llegan a España, no aparecen en estas series. Parece ser que los guionistas prefieren para sus tramas los casos de inmigrantes que llegan a España por necesidades económicas, es decir los inmigrantes en situaciones de precariedad. En muchas ocasiones los inmigrantes aparecen en contextos negativos de irregularidad o de ilegalidad, en tramas asociadas al tráfico de drogas, a la prostitución y al delito. Los personajes inmigrantes no suelen ser imprescindibles por sí mismos, sino que son una excusa para desarrollar la trama. Si los delitos en las series son cometidos por personajes españoles éstos a veces se ubican en circunstancias positivas y otras en negativas; por tanto, no siempre están inmersos en contextos delictivos. Sin embargo, los personajes inmigrantes aparecen exclusivamente asociados a líneas argumentales de este tipo y no se profundiza en su psicología y emociones o en las causas que les impulsa a verse envueltos en un asunto delictivo determinado. El personaje se diluye en favor de la acción que realiza o sufre y que, al mismo tiempo, le caracteriza. Como conclusión, se

observa un empleo masivo de estereotipos negativos asociados a la imagen del inmigrante y una cierta correlación entre realidad social y ficción televisiva. Los estudios realizados bajo la teoría del cultivo o la aculturación (Gebner, Gross, Morgan & Signorielli, 1994) han mostrado una pequeña pero consistente relación entre la cantidad de televisión vista y las creencias sobre el mundo social (Morgan & Shanahan, 1997), de forma que las personas que ven la televisión con más frecuencia tienden a creer que el mundo actual es similar al mundo que es reflejado en la televisión, y por lo tanto a re-transmitir los estereotipos inculcados socialmente.

Una vez examinados los distintos enfoques tanto temáticos como visuales que presentan los medios de comunicación españoles, analizaremos los efectos cognitivos y afectivos que tienen los diferentes encuadres noticiosos sobre inmigración en la población española (Gibson & Zillman, 2000; Iyengar, 1991; Reese, Gandy & Grant, 2001; Shah, Kwak, Schmierbach & Zubric, 2004; Valkenburg, Semetko & de Vreese, 1999; Walkman & Devitt, 1998). Los estudios realizados en España (Igartua, Muñiz, Otero, Cheng & Gómez-Isla, 2008; Igartua, Otero, Muñiz, Cheng & Gómez-Isla, 2007) han constatado de manera experimental que los encuadres de la inmigración conducen a procesos de “canalización cognitiva” en la percepción de la importancia de la inmigración como problema, en la opinión general hacia la inmigración y en las creencias sobre las consecuencias de la inmigración para el país. Los sujetos expuestos a noticias redactadas desde un encuadre de conflicto (donde se vinculaba a la inmigración con el aumento de la delincuencia en el país), frente a los sujetos expuestos a una noticia con un enfoque de consecuencias económicas (donde se destacaba la contribución económica de los inmigrantes): a) desarrollaron un mayor porcentaje de ideas centradas en la vinculación de la inmigración y delincuencia, y una menor proporción de pensamientos relacionados con la contribución económica de la inmigración para el país; b) generaron más

respuestas cognitivas de crítica con respecto a la inmigración; c) consideraban en mayor medida que la inmigración era un problema importante para el país; y, d) manifestaban con posterioridad a la lectura de la noticia una opinión más negativa hacia la inmigración, mostrándose más en desacuerdo con la creencia que la inmigración suponía una contribución económica para el país. También se comprobó que los efectos de los encuadres noticiosos estaban condicionados, en gran medida, por la inclusión en la noticia de ciertas claves periféricas (como la alusión al origen étnico o geográfico de los inmigrantes) que actúan estimulando o reforzando estereotipos negativos hacia ciertos grupos y hacia la inmigración en general.

Estas conclusiones son coherentes con las encontradas en los estudios realizados sobre los sesgos lingüísticos intergrupales (Maass, Salvi, Arcuri & Semin, 1989), definidos como el uso de diferentes niveles de abstracción en el lenguaje dependiendo si una persona está hablando sobre alguien que pertenece al endogrupo o a un exogrupo y, si esa persona se comporta de una manera consistente con el estereotipo del grupo. Los resultados de estas investigaciones apoyan la idea de que las noticias relacionadas con la etnia activan los estereotipos dominantes sobre la raza y, que estos estereotipos, una vez activados, guían la interpretación de forma que pueden ayudar a cultivar la visión dominante sobre la etnia. El estudio de Gorham (2006) encontró que los adultos blancos tenían más probabilidades de utilizar descripciones más abstractas cuando el sospechoso era del exogrupo y descriptores más concretos para un sospechoso blanco. Las interpretaciones que la audiencia daba del sospechoso perteneciente al exogrupo eran más disposicionales, menos situacionales, y reflejaban rasgos más prototípicos de su grupo de pertenencia que cuando la persona era blanca. Desde el punto de vista del error de atribución y del favoritismo endogrupal se sugiere que los participantes blancos pensaron que las descripciones más abstractas

eran más “naturales” y encajaban mejor en la historia que las más concretas cuando el sospechoso era del exogrupo, por tanto esto revela que los estereotipos dominantes funcionan. Los estereotipos culturales acerca de las personas del exogrupo se activaron en los estudiantes blancos por la historia del crimen que se les presentó, y dichos estereotipos influyeron en cómo los estudiantes hablaron acerca del sospechoso. Este estudio demostró que las respuestas implícitas congruentes con el estereotipo pueden ser activadas por las imágenes de los medios y que estas respuestas tienen más probabilidades de producirse en las personas que consumen más televisión y noticias televisivas.

Por otra parte, otra perspectiva diferente y complementaria es conocer la percepción que tienen los inmigrantes de España antes de llegar a este país debido a los medios de comunicación. Es decir, analizar los estereotipos que tienen los inmigrantes del país al que se dirigen. Estos estudios han mostrado que los medios de comunicación actúan como agentes implicados en la conformación de las imágenes mentales que tenían sobre España, previamente a su llegada, muchos de los inmigrantes que hoy residen en este país. En el estudio de González-Castro y cols. (2009) se observa como varios participantes en los grupos de discusión llegaban a afirmar que su sueño siempre fue venir a España, no sólo por la tradición histórica de la “madre patria”, sino por lo que veían y leían acerca de la vida en España en las revistas del corazón. La decisión de venir a España es alimentada por la difusión de imágenes que muestran el estilo de vida occidental y el estado de Bienestar europeo. No obstante, la influencia mediática varía según colectivos y, dentro de estos, según cada individuo (González, 2007).

Los argentinos presentan un alto contacto con la industria audiovisual española siendo un factor influyente en el imaginario colectivo de la comunidad argentina. El análisis de las entrevistas concluye que la

televisión emite una imagen muy estereotipada de los españoles, donde el hombre se asimila al típico gallego con barba, unicejo, con boina y la camisa abrochada hasta arriba, mientras que a la mujer la representan como una gitana o flamenca que se dedica al baile.

De la misma manera, en Marruecos la posibilidad de acceder a cadenas de televisión españolas de ámbito nacional, regional y local ha influido en el consumo mediático y la creación de una imagen estereotipada de España por parte de los habitantes de las ciudades del norte del país. Perciben España, y Europa en general, como un paraíso de bienestar y de buena vida. Los marroquíes también creen que los medios de comunicación españoles estereotipan a los árabes en Europa. En concreto mencionan cuatro estereotipos: el terrorista, el pobre trabajador inmigrante, el rico emir del Golfo y el integrista fanático (Balta, 1994). La comunidad marroquí es consciente de la asociación que la sociedad establece entre Islam y terrorismo, mucho más acentuada a raíz de los atentados islamistas de Nueva York, Madrid y Londres.

En el caso de la comunidad subsahariana denuncian algunos de los tópicos presentes en el imaginario de la población española. Algunas entrevistadas nigerianas aludieron a la frecuente relación establecida entre inmigración femenina y prostitución. Frente a este discurso dominante, monolítico y uniforme, existe una realidad compleja en la que, obviamente, no todas las mujeres inmigrantes son prostitutas, sino que ésta es una situación minoritaria.

En relación a la comunidad europea del este, a pesar de que en origen los entrevistados no consumían canales de televisión españoles, sí se registran casos en los que se había consumido cine o documentales españoles emitidos por sus propias cadenas nacionales. La lista de estereotipos presente en su imaginario colectivo se condensa en los siguientes aspectos: a) España país de sol y buenas temperaturas; b) el

baile flamenco y toros, vinculados a la común concepción de la mujer española como “gitana”, que va ataviada a diario con la indumentaria típica del folklore andaluz; c) la afición al vino (la creencia de que se bebe todos los días vino en los hogares españoles); d) una personalidad fuerte (mujeres presumidas, orgullosas y ofensivas. De hecho en Rusia hay un refrán que dice “Ser tan orgulloso como un español”). El conocimiento previo sobre España era, por consiguiente, superficial o al menos no se correspondía con la realidad económica y social del país, sino más bien con las imágenes que desde España se proyectan al exterior y que van destinadas a atraer a turistas y no inmigrantes.

Estas situaciones han suscitado preocupación por el tratamiento que los medios de comunicación dan a la inmigración y las graves consecuencias sociales que pueden originar. Roncal (2006) y otros autores dan cuenta de una serie de organismos internacionales y nacionales (por ejemplo www.periodistes.org) que han elaborado documentos con medidas específicas para elaborar mensajes que, a través de sus contenidos textuales y visuales, difundan una imagen menos estereotipada de los inmigrantes. La mayor parte de las propuestas de trabajo publicadas hasta la fecha coinciden en determinados elementos susceptibles de mejora, tanto con respecto al lenguaje como a la selección de imágenes que sirven para ilustrar una noticia. Se les invita a que abandonen el sensacionalismo que suscita las noticias que vinculan la inmigración con todo tipo de actos ilegales o delictivos y que van acompañadas de determinados estereotipos que suscitan recelo, inseguridad y desconfianza.

Conclusiones

En este capítulo hemos analizado cómo los estereotipos o

creencias acerca de los inmigrantes en España se construyen con el objetivo de cumplir funciones de adaptación o exclusión tanto por parte de la población autóctona como de los propios inmigrantes. En este sentido el que estos estereotipos sean verdaderos o falsos es socialmente menos relevante que el hecho de que existan y se utilicen por parte de los miembros de la sociedad. Hemos analizado la manera en la que ya desde la infancia, por medio de los libros de texto y las interacciones en el aula, se comienza a diferenciar el Nosotros del Ellos, dando lugar a futuros “lugares comunes” simplificados con los que analizaremos la vida, acciones y hasta razones por las cuáles los inmigrantes actúan y “son cómo son”. Vemos como a pesar de existir un discurso social de aceptación de la diferencia, en la cotidianeidad aparecen los estereotipos que vuelven a enmarcar qué es correcto y que es normativamente desviante. Además de la escuela, los medios de comunicación son otra importante fuente de transmisión de estereotipos. Se han presentado ejemplos de estudios en los que se comprueba que tanto desde lo escrito como de lo visual, los medios tienden a presentar al inmigrante como a alguien “irregular”, que sufre muchas penurias, con menor cualificación profesional, y asociado, según su nacionalidad, con conductas y formas de vida determinadas. Sin embargo, y ahondado en la facilidad con la que se crean y utilizan estereotipos, vemos que también los inmigrantes en sus países de origen tienen imágenes y creencias acerca de cómo será España y lo que esperan. A menudo son estos estereotipos los que les hacen decidirse a venir a España, pero a la vez son fuente de estrés y desilusión cuando se comprueba que todo no es tan idílico como se presenta en los medios de comunicación.

En resumen, el estudio de los estereotipos acerca de los inmigrantes ya sea por medio de análisis de textos, o a través de medidas explícitas, implícitas, o directamente relacionadas con los procesos neuronales

y cerebrales está comenzando a ocupar un papel destacado en las últimas décadas en España dentro de la psicología social puesto que es un ámbito en el que no sólo conocer, sino crear programas de intervención para reducir el estereotipaje es de vital importancia de cara a una adecuada convivencia entre personas de diferentes orígenes culturales. En el capítulo hemos expuesto dos de los principales contextos en los que la psicología social puede intervenir para analizar, y reducir los estereotipos acerca de los inmigrantes una vez que estos son conocidos.

REFERENCIAS

- Alegret, J.L. (1993). *Cómo se enseñan los otros. Análisis de la presentación racialista de la diversidad étnica en los libros de texto de EGB, BUP y FP utilizados en Cataluña en la década de los 80*. Tesis doctoral. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.
- Álvarez, J.L., Gonzalez-Castro, J.L., Ubillos, S., González, H., Jiménez, A. & Palmero, C. (2008). Does perspective taking reduce cultural stereotypes and prejudice? *International Journal of Psychology*, 43, 665-665.
- Amodio, D.A. (2008). The social neuroscience of intergroup relations. *European Review of Social Psychology*, 19, 1-54.
- Allport, G.W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Perseus Books.
- Balta, P. (1994). Los medios y los malentendidos euroárabes. En J. Bodas & A. Dragoevich (eds.), *El Mundo Árabe y su imagen en los medios* (pp. 30-44). Madrid: Comunica.
- Bargh, J.A. (2007) (Ed). *Social Psychology and the unconscious*. Nueva York: Psychology Press.
- Cuadrado, I., Molero, F., Navas, M. & García, M^a C. (2003). Inmigración y turismo: diferencias en percepciones y actitudes hacia los extranjeros en una muestra de niños-as almerienses. *Revista de Psicología Social*, 18, 121-140.
- Dambrun, M. & Guimond, S. (2004). Implicit and explicit measures of prejudice and stereotyping: Do they assess the same underlying knowledge structure?. *European Journal of Social Psychology*, 34,

663-676.

- Darley, J.M. & Gross, P.H. (1983). A hipótesis-confirming bias in labeling effects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 20-33.
- Dovidio, J.F., Evans, N. & Tyler, R. (1986). Racial stereotypes: The contents of their cognitive representations. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22, 22-37.
- Entman, R. (1993). Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43, 3, 51-58.
- Fiske, S.T. (1998). Stereotyping, prejudice and discrimination. En: D.T. Gilbert, S.T. Fiske & G. Lindzey (Eds) *Handbook of Social Psychology* (pp. 357-414). Nueva York: McGraw-Hill.
- Flesler, D. (2001). De la inmigración marroquí a la invasión mora: discursos pasados y presentes del (des)encuentro entre España y Marruecos. *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, 5, 73-88.
- Galán, E. (2006). La representación de los inmigrantes en la ficción televisiva en España. Propuesta para un análisis de contenido. El Comisario y Hospital Central. *Revista Latina de Comunicación Social*, 61. La Laguna (Tenerife). Disponible en Internet [URL] <http://www.ull.es/publicaciones/latina/200610gomez.htm>.
- García, F.J., Granados, A. & García-Cano, M. (1999). Racialismo en el *currículum* y en los libros de texto. La transmisión de discursos de la diferencia en el *currículum* oficial de la Comunidad Autónoma Andaluza y en los libros de texto de la educación primaria. En F.J. García & A. Granados (Eds), *Lecturas para educación intercultural* (págs. 169-207). Madrid: Trotta.
- García Campayo, J., González Broto, C., Buil, B., García Luengo, M., Caballero, L. & Collazo, F. (2008). Actitudes de los médicos españoles hacia los pacientes inmigrantes: una encuesta de opinión. *Actas*

- Españolas de Psiquiatría*, 34, 371-376.
- Gebner, G., Gross, L., Morgan, M. & Signorielli, N. (1994). Growing up with television: The cultivation perspective. En J. Bryant & D. Zillman (eds.), *Media effects: Advances in theory and research* (pp. 17-41). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Gibson, R. & Zillman, D. (2000). Reading between the photographs. The influence of incidental pictorial information on issue perception. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 77, 2, 355-366.
- González, M.E. (2007). La percepción de la realidad española en el imaginario colectivo del inmigrante. *Revista Científica de Información y Comunicación*, 4, 142-159.
- González-Castro, J.L. & Ubillos, S. (2010). *Semejanzas y diferencias en los estereotipos de 4 grupos culturales en España*. Manuscrito no publicado. Burgos: Universidad de Burgos.
- González-Castro, J.L., Ubillos, S., Bilbao, M.A., Techio, E. & Basabe, N. (2009). A focus-group research into the lives of members of four immigrant groups in Spain. *Revista de Psicología Social*, 24, 381-398.
- Gorham, B.W. (2006). News Media's Relationship with Stereotyping: The Linguistic Intergroup Bias in Response to Crime News. *Journal of Communication*, 56, 289-308.
- Haviland, J. (2003). Ideologies of language: Reflections on language and US law. *American Anthropologist* 105, 764-774.
- Igartua, J. J., Muñoz, C. & Cheng, L. (2005). La inmigración en la prensa española. Aportaciones empíricas y metodológicas desde la teoría del encuadre noticioso. *Migraciones*, 17, 143-181.
- Igartua, J. J., Muñoz, C., Otero, J.A. & de la Fuente, M. (2007). El tratamiento informativo en los medios de comunicación españoles. Un análisis de contenido desde la Teoría del Framing. *Estudios sobre el*

Mensaje Periodístico, 13, 91-110.

- Igartua, J.J., Humanes, M.L., Muñiz, C., Cheng, L., Mellado, C., Medina, E. & Erazo, M^a.A. (2004). *Tratamiento informativo de la inmigración en la prensa española y opinión pública*. Comunicación presentada en el VII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. La Plata (Argentina), 11-16 de octubre.
- Igartua, J.J., Muñiz, C., Otero, J.A., Cheng, L. & Gómez-Isla, J. (2008). Recepción e impacto socio-cognitivo de las noticias sobre inmigración. *Revista de Psicología Social*, 23, 1, 3-16.
- Igartua, J.J., Otero, J.A., Muñiz, C., Cheng, L. & Gómez-Isla, J. (2007). Efectos cognitivos y afectivos de los encuadres noticiosos de la inmigración. En J.J. Igartua & C. Muñiz (eds.), *Medios de Comunicación, Inmigración y Sociedad* (pp. 197-232). Salamanca: Universidad de Salamanca.
- INE (Instituto Nacional de Estadística) (2009). <http://www.ine.es/> [Consultado el 13/04/2010].
- Knutson, K.M., Mah, L., Manly, C.F. & Grafman, J. (2007). Neural correlates of automatic beliefs about gender and race. *Human Brain Mapping*, 28, 915-930.
- Liberman, M.D. (2005). Principles, processes and puzzles of social cognition: an introduction for the special issue on social cognitive neuroscience. *Neuroimage*, 28, 745-756.
- Maass, A., Salvi, D., Arcuri, L. & Semin, G. (1989). Language use in intergroup contexts: The linguistic intergroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 981-993.
- Mandell, L.M. & Shaw, D.L. (1973). Judging people in the news-unconsciously: effect of camera angle and bodily activity. *Journal of Broadcasting*, 17, 3, 353-362.
- Martín Rojo, L. (2010). Managing linguistic diversity in a

- traditionally monolingual area (p. 294-343). En: L. Martín Rojo (Ed.), *Constructing Inequality in Multilingual Classrooms*. Berlín-Nueva York: Mouton de Gruyter
- Martín Rojo, L., Relaño, A.M. & Rasskin, I. (2010). Who is a “legitimate participant” in multilingual classrooms? Essentialising and naturalising culture. (p. 344-400). En L. Martín Rojo (Ed.), *Constructing Inequality in Multilingual Classrooms*. Berlín-Nueva York: Mouton de Gruyter.
- Martínez, M. (2008). Las relaciones entre las características lingüísticas y visuales de las noticias sobre inmigración en la prensa gratuita y su relación con la audiencia. *Discurso & Sociedad*, 4, 799-815.
- McCombs, M.E. & Reynolds, A. (2002). News influence on our Pictures of the World. En J. Bryant & D. Zillman (eds.), *Media effects. Advances in theory and research* (pp. 1-18). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- McCombs, M.E. & Shaw, D.L. (1972). The agenda setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36, 2, 176-187.
- Molero, F., Navas, M. & Morales, J.F. (2001). Inmigración, prejuicio y exclusión social: reflexiones en torno a algunos datos de la realidad española. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 1, 11-32.
- Molinsky, A. (2005). Language Fluency and the Evaluation of Cultural Faux Pas: Russians Interviewing for Jobs in the United States. *Social Psychology Quarterly*, 68, 2, 103-120.
- Morgan, M. & Shanahan, J. (1997). Two decades of cultivation research: An appraisal and meta-analysis. *Communication Yearbook*, 20, 1-45.
- Moualhi, D. (2000). Mujeres musulmanes: estereotipos occidentales versus realidad social. *Papers*, 60, 291-304.
- Moya, M. & Puertas, S. (2008). Estereotipos, inmigración y trabajo.

Papeles del Psicólogo, 29, 6-15.

- Muñiz, C., Igartua, J.J. & Otero, J.A. (2006). Imágenes de la inmigración a través de la fotografía en la prensa, un análisis de contenido. *Comunicación y Sociedad*, 19, 1, 103-128.
- Nosek, B.A., Greenwald, A.G. & Banaji, M.R. (2005). Understanding and using the Implicit Association Test: II. Method, variables and construct validity. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31, 166-180.
- Pedreño, A. (2005). Sociedades etnofragmentadas. En A. Pedreño & M. Hernández (Coords), *La condición inmigrante. Exploraciones e investigaciones desde la Región de Murcia* (págs. 75-103). Murcia: Universidad de Murcia.
- Pérez, M.D. (2008). Mujeres inmigrantes: realidades, estereotipos y perspectivas Educativas. *Revista Española de Educación Comparada*, 14, 137-175.
- Reese, S. D., Gandy, O. H. & Grant, A. E. (2001). *Framing public life. Perspectives on media and our understanding of the social world*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Retis, J. (2007). Qué interesa de los inmigrantes latinoamericanos en los medios de comunicación. En J. Retis (comp.), P. Ortega & M.A. Sallé (coords.), *Inmigración y medios de comunicación. Aproximaciones y propuestas para las buenas prácticas periodísticas* (pp. 71-86). Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.
- Roncal, P. (2006). Tratamiento informativo en televisión de la inmigración hacia España. *Sala de Prensa, Año VIII, vol. 3*. Disponible en Internet [URL] <http://www.saladeprensa.org/art663.htm> [consultado 15-01-2010].
- Rudman, L.A. & Glick, P. (2008). *The social psychology of gender. How power and intimacy shape gender relations*. Nueva York. Guilford Press.
- Sechrist, G. B. & Stangor, C. (2001). Perceived Consensus Influences Intergroup Behavior and Stereotype Accessibility. *Journal of*

- Personality and Social Psychology*, 80, 645-654.
- Shah, D.V., Kwak, N., Schmierbach, M. & Zubric, J. (2004). The interplay of news frames on cognitive complexity. *Human Communication Research*, 30, 1, 102-120.
- Steele, C. M. & Aronson, J. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African-Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 797-811.
- Thomas, D.C. & Ravlin, E.C. (1995). Responses of Employees to Cultural Adaptation by a Foreign Manager. *Journal of Applied Psychology* 80, 133-46.
- van Dijk, T.A. (2003). *Dominación étnica y racismo discursivo en España y América Latina*. Barcelona: Gedisa.
- van Dijk, T.A. (2006). *Racismo, discurso y libros de texto*. Disponible en <http://www.iaeu.es/etextos/textos/7-Racismo%2C%20Discurso%20y%20Libros%20de%20Texto/web/frameset.html> [consultado 07-03-2010].
- van Dijk, T.A. (2007). El racismo y la prensa en España. En A. Bañón (Ed.), *Discurso periodístico y procesos migratorios* (pp. 27-80). Donostia: Gakoa Liburuak.
- van Rijswijk, W. & Ellemers, N. (2002). Context effects on the application of stereotype content to multiple categorizable targets. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, 90-101.
- Vedder, P. & Horenzcyk, G. (2006). Acculturation and the school context. En D. L. Sam & J. W. Berry (Eds.), *Psychology of acculturation; international perspectives* (pp. 419-438). Cambridge: Cambridge University Press.
- Wanta, W. & Ghanem, S. (2007). Effects of Agenda Setting. En R.W. Preiss, B.M. Gayle, N. Burrell, M. Allen & J. Bryant (eds), *Mass media effects research. Advances through meta-analysis* (pp. 37-51).

Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Wheeler, M.E. & Fiske, S.T. (2005). Controlling racial prejudice.

Psychological Science, 16, 56-63.

White, K.R., Crites Jr, S.L., Taylor, J.H. & Corral, G. (2009). Wait, what?

Assessing stereotype incongruities using the N400 ERP component.

Social Cognitive and Affective Neuroscience, 4,191–198.

Wittenbrink, B. & Schwarz, N. (2007). *Implicit measures of attitudes*.

Nueva York: Guilford Press.

Da diferença à indiferença: Racismo contra Índios, Negros e Ciganos no Brasil

Marcus Eugênio Oliveira Lima¹

Introdução

Diferença, diversidade, pluralismo e hibridismo são alguns dos assuntos mais debatidos do nosso tempo, a tal ponto que entender quando e porque a “diferença” faz diferença torna-se uma questão central (Geertz, 2001). Essa é uma questão que obseca não só os antropólogos, mas toda a sociedade moderna contemporânea e a psicologia social, particularmente. As lógicas de produção das diferenças são, ao mesmo tempo, as estratégias de invenção do outro, da alteridade. Estas, situadas num contexto histórico, seguem caminhos diversos, de maior ou menor inclusão/exclusão, a depender das contingências do momento, dos grupos e interesses envolvidos nas relações.

A diferença pode mesmo estar deixando de ser uma questão para se tornar um “problema”, uma agenda político-social das mais urgentes e importantes da modernidade. Nesta época, informações, capitais, mercadorias e pessoas atravessam as fronteiras, o que estava distante se

1 Agradecimentos: gostaríamos de agradecer a todos os alunos que colaboraram diretamente nas pesquisas e reflexões que compõem este capítulo. Especialmente a Denise Souza Silva, Guilherme Melo dos Santos, Martha Emanuela Soares da Silva, Alan Magno Almeida, Rodrigo de Sena Vieira, Manuela Villanova, Mayara Rodrigues, Cintia Almeida e Danilde Figueiredo.

aproxima, o passado torna-se presente; tudo se mistura, espaço e tempo estão comprimidos (Touraine, 1998).

Mas quem é diferente? A diferença é sempre avaliada à luz de uma referência. Esta referência precisa estar articulada a uma estrutura de poder material, político e ideológico para se fazer referente. É neste sentido que Lévi-Strauss (1952) afirma que consideramos como cumulativa a cultura que se desenvolve num sentido análogo ao nosso, cujo desenvolvimento é dotado de significação para nós; e como estacionárias as culturas cuja linha de desenvolvimento nada significam para nós, ou não são mensuráveis pelo sistemas de referência que adotamos.

Sobre o eixo de percepção, construção, descrição e hierarquização das diferenças se estabelecem lógicas e práticas sociais e cognitivas de inclusão ou exclusão do outro. Essas lógicas políticas no trato e uso da diferença têm impacto na definição dos fenômenos psicossociais que nos preocupam: o preconceito e as representações do outro.

Neste capítulo procuramos sistematizar um conjunto de pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Normas Sociais, Estereótipos, Preconceitos e Racismo (NSEPR), da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisas que investigam as percepções sociais sobre minorias étnicas: ciganos, índios e negros. O que há de comum em todas as pesquisas realizadas é o fato de se tratar sempre de tentativas de compreensão do modo como são percebidos e representados “outros” minoritários, e qual a relação dessas representações com o racismo. Discorremos, portanto, sobre formas de construção e hierarquização da alteridade no quadro de relações assimétricas de poder, com o objetivo de traçar uma linha de investigação que analise semelhanças e contrastes entre formas diversas de expressão de preconceito contra grupos diversos.

Na primeira parte do capítulo teorizaremos sobre as representações sociais sobre os outros, considerando as relações entre essas representações

e os fenômenos do racismo e do preconceito. Cabe referir que os “outros” diferentes são, sempre, nessa perspectiva, minorias sociais. É sobre essas minorias e suas relações com as imposições dos padrões referentes que discorreremos na parte dois do capítulo. Na parte seguinte, apresentamos os resultados de uma pesquisa feita sobre as representações sociais de índios e negros em Sergipe, e discutimos esses achados. No ponto quatro apresentamos a pesquisa feita sobre as representações sociais dos ciganos. Finalmente, discutimos as semelhanças e diferenças nas representações sobre essas três minorias sociais e o peso da diferença percebida em cada uma delas.

1. A diferença, o outro e o preconceito

Muitos autores de perspectivas diferentes afirmam que as representações de si e do outro variam ao longo da história (Jahoda, 1999; Miles, 1989; Vala, Brito & Lopes, 1999; Young, 2002). Essas representações derivam, em larga medida, dos aspectos políticos e econômicos dos contextos onde se desenvolvem as relações entre os grupos. Para Young (2002), pode-se mesmo afirmar a existência de dois tipos de sociedade, a sociedade inclusiva e a sociedade excludente. A sociedade inclusiva é a sociedade dos “anos dourados”, economicamente pujante, que perdurou até meados da década de 1970 na Europa. Nessa sociedade, o “outro” era pensado numa atmosfera de sucesso, a tônica era incluir ou assimilar o diferente ou minoritário: pobres, mulheres e outras minorias sexuais e imigrantes. O valor central dessa formação social era a igualdade, o Estado era o estado de bem-estar, intervencionista e assimilativo. Viviam-se um tempo que não se inferiorizava abertamente o outro:

Trata-se de uma sociedade que não abomina “o outro”, nem o vê como inimigo externo, mas muito mais como alguém

que deve ser socializado, reabilitado, curado até ficar como “nós”. O olhar modernista não vê o outro como estrangeiro, mas como algo ou alguém a quem faltam os atributos do observador. Falta-lhe civilização, ou socialização, ou sensibilidades. É uma câmera cuja constituição é tão estranha que só consegue fotografar o fotógrafo (Young, 2002, p. 21).

Nessa sociedade, as representações do outro ancoram-se na percepção de diferenças culturais e na inferiorização dessas diferenças. É nesse contexto que surgem algumas das “novas expressões” de preconceito, ou racismo, e parte significativa da teorização do tema na psicologia social (e.g., Gaertner & Dovidio, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Lopes & Brito, 1999). Todas essas teorias afirmam que os atores sociais desejam não ser preconceituosos, desejam ser inclusivos; mas, ao mesmo tempo, sentem alguma aversão ou desagrado pela diferença cultural percebida no “outro”, que é sentido como distinto do meu grupo, como desviante e constituído como uma falta. Nessa forma de conceber o outro a certeza etnocêntrica da superioridade dos valores da cultura dominante é legitimada pela visão da precariedade daqueles a quem faltam esses valores (Young, 2002). Não é por acaso que nessa época surgem e se desenvolvem vários projetos multiculturalistas, sobretudo no Canadá (ver Berry, Kalin & Taylor, 1977).

Os “anos dourados” entram em crise, o outro desviante e assimilável é então sentido como invasivo e ameaçador. A partir de 1980 se intensifica a transformação radical no mercado de trabalho e com ela o aumento do desemprego estrutural. As classes médias vêem seu mundo se tornar precário e instável, e começam a ficar apreensivas diante dos mais pobres que parecem ser injustamente favorecidos: “eles ganham a vida fácil demais, mesmo que não seja tão boa quanto a minha” (citado

em Young, 2002, p. 26). A crise econômica desse período, com a reestruturação produtiva nos mercados de trabalho, instaura nova lógica de percepção do outro e de expressão do racismo. O eixo agora é o do sentimento de ameaça simbólica e econômica. Nos Estados Unidos surgem teorizações para dar conta desse “novo racismo” da ameaça: a teoria do racismo moderno ou simbólico (Kinder & Sears, 1981; McConahay & Hough, 1976; McConahay, 1986) é um bom exemplo dessa mudança.

Neste sentido, Marinus Lima (2002) afirma que as lógicas de trato com a diferença produzem dois riscos igualmente perniciosos: o do diferencialismo extremo, que leva muitas vezes à intolerância, ao racismo e ao exterminínio xenófobo; e o da valorização excessiva da modernidade imposta pelos grupos hegemônicos, que pode conduzir a reações identitárias agressivas. Em direção semelhante, Jodelet (1998) vai propor que o trabalho de elaboração da diferença, isto é, da produção da alteridade, é orientado para o interior do grupo, em termos de proteção, ou para o exterior, em termos de tipificação desvalorizadora e estereotipada. Os rumos dessa construção dependem dos interesses dos indivíduos e grupos envolvidos nas relações.

Jodelet (1998), discutindo as lógicas de produção da alteridade, também argumenta que a alteridade é produto de um duplo e indissolúvel processo de construção e de exclusão social. Ou seja, para exteriorizar a diferença e assim produzir a alteridade, é necessário incluir ou considerar a interioridade da diferença em algum momento. Jodelet refere três tipos de alteridade: a alteridade de fora, referente ao longínquo e exótico; a alteridade de dentro, decorrente de comparações sociais mais próximas, com grupos com os quais se tem algo em comum, mas que são marcados pelo selo da diferença física (cor, raça, deficiência, etc.) ou cultural (nacional, étnica, comunitária, religiosa, etc.), que gerariam mal-estar e preconceito nos membros das maiorias sociais; outra

forma mais extrema de alteridade é denominada de alteridade radical, neste caso a diferença é radicalizada e a relação com o outro passa a ser de perseguição e extermínio, marcada pela heterofobia ou heterofilia. A expressão típica dessa forma de alteridade são as formas mais extremas de racismo.

Simmel (1950), analisando as visões sobre o estrangeiro ou estranho (*The stranger*), propõe que a proximidade e o afastamento (*nearness and remoteness*) são categorias fundamentais que organizam as relações com o outro. Para alguém ser percebido como estrangeiro, ou estranho, precisa estar ao mesmo tempo próximo e distante. Próximo, para ser incluído num universo comum de comparação, distante, para ser percebido como diferente: “Os habitantes de Sírius realmente não são estranhos para nós, pelo menos não no sentido social logicamente relevante: eles não existem para nós, pois eles estão além de longe e de perto” (p. 1)². Assim, pode-se dizer que a distância no interior da relação significa que o próximo é afastado, mas o próprio fato da alteridade significa que o afastado é o próximo.

Todavia, as duas lógicas de construção da alteridade, a do “outro” distante culturalmente, que precisa ser aproximado, e a do “outro” próximo demais e ameaçador, que precisa ser afastado, são intercambiáveis e não se opõem necessariamente. Convivem na Europa e nos Estados Unidos, simultaneamente, elementos de uma ou outra forma de percepção do outro e de expressão do racismo. No Brasil atual, que apenas recentemente tem implantado políticas de ação afirmativa, o racismo da ameaça, que é já uma realidade antiga na Europa, Austrália e Estados Unidos, começa a se manifestar abertamente, como veremos mais a frente.

2 *The inhabitants of Sirius are not really strangers to us, at least not in any social logically relevant sense: they do not exist for us at all; they are beyond far and near* (p. 1).

2. Minorias e diferenças

Wieviorka (2002), analisando famílias e tipos de diferenças, considera que estas se manifestam por duas lógicas: a da “diferença real”, com espessura histórica, que os grupos procuram manter, reproduzir e defender, e a da “diferença inventada”, que é construída, inédita ou renovada nas relações entre grupos. Essas lógicas de trato da diferença repercutem na tipologia de minorias sociais propostas por este autor. Existiriam as “minorias laminadas”, as “minorias primeiras” e as “minorias involuntárias”.

As minorias laminadas são aquelas formadas por grupos de indivíduos que mantêm sua cultura de origem, mesmo vivendo numa outra cultura. O exemplo de Wieviorka é o dos bretões, na França, que mantêm sua língua e tradições culturais, se fechando à influência dominante. No Brasil, sobretudo na região Sul, existem grupos que mantêm as tradições da cultura de origem quase sem interferência da cultura nacional. Em Santa Maria de Jetibá, no estado do Espírito Santo, existe uma comunidade, os pomeranos, que mesmo tendo chegado da Alemanha e de Luxemburgo no século XIX, ainda se comunicam através da língua Pomerana, necessitando, muitas vezes, de intérpretes para se comunicarem com pessoas de fora.

As minorias primeiras, e o termo “primeiras” se refere a uma anterioridade histórica e geográfica, são formadas por grupos que habitavam um espaço territorial no qual outras populações vieram se instalar, geralmente pela imposição das armas e exploração da mão de obra. Nesse processo violento, a cultura da minoria é dizimada, o que sobra dela vira relíquia histórica, tornando-se mais recentemente em produto ou mercadoria a ser vendida para manutenção do grupo transfigurado. Exemplo de minorias primeiras seriam os índios das Américas, os maori da Nova Zelândia e os aborígenes da Austrália. Essas minorias geralmente desejam preservar sua cultura e procuram viver o mais distante possível do resto da sociedade.

Wieviorka (2002) cita ainda as minorias involuntárias para referir àquelas que não escolheram viver onde vivem, que foram desenraizadas, trazidas a força das suas terras na época da escravidão. Essas minorias foram privadas de sua cultura e racializadas. A bricolagem de uma identidade para os membros dessa minoria tem como desafio uma reconstituição do passado histórico, geralmente marcado pela inferiorização e desumanização do grupo. O exemplo mais emblemático dessa minoria são os negros trazidos da África para as Américas na época da colonização.

A análise proposta por Wieviorka, evidentemente, não esgota as possibilidades de existência minoritária. Entretanto, responde aos três grupos minoritários que nos interessa analisar neste capítulo: ciganos, índios e negros.

Os ciganos podem ser comparados às minorias laminadas, uma vez que convivem lado a lado com uma cultura dominante, mas mantêm suas práticas culturais e mesmo elementos de uma língua própria. Cabe referir, no entanto, que não se comparam as formas de percepção da diferença cultural do grupo dos ciganos com a de outras minorias laminadas, como os europeus que, mesmo vivendo no Brasil há muito tempo, se mantêm quase fechados à cultura local. Os índios são a minoria primeira e os negros a minoria involuntária. A questão que nos colocamos, então, é a de entender semelhanças e diferenças nas representações sociais construídas sobre essas três minorias sociais no racismo expresso contra elas.

Para respondermos a essa questão realizamos um conjunto de pesquisas no Estado de Sergipe, tendo como categorias sociais alvo das avaliações: negros, índios e ciganos. Nesses estudos nos perguntamos: i) Quais as semelhanças e diferenças do racismo contra os negros, índios e ciganos no Brasil e ii) quais as lógicas de produção da alteridade envolvidas nas expressões desses racismos.

3. Minorias Primeiras e Involuntárias: o caso das representações sociais sobre os Índios e Negros

No primeiro estudo participaram 157 moradores de Aracaju, entrevistados em dez bairros que se distribuem uniformemente nos cinco setores habitacionais (A, B, C, D e E). Os participantes, contatados em suas residências, foram 71 homens e 86 mulheres, com idades variando dos 16 aos 90 anos, média de 36,6 e Desvio Padrão de 17,1 anos; renda familiar variando entre 1 e 20 salários mínimos, sendo que 60% possuem renda igual ou inferior a dez salários mínimos.

Pedíamos a eles que nos dissessem a primeira palavra, sentimento ou pensamento que lhes viesse à mente quando ouviam a palavra “índios”, e, em seguida, “negros”. Numa pergunta posterior, indagávamos que características, traços de personalidade ou jeito de ser a sociedade brasileira, de uma maneira geral, considerava mais típicas dessas duas categorias sociais e quais o próprio entrevistado considerava típicas.

3.1. Conteúdos semânticos associados aos índios e aos negros

Os resultados indicaram que os índios são representados, sobretudo, como primitivos (16%), com ênfase na sua cultura (12%). Há ainda o reconhecimento de que são vítimas da sociedade (sofredores). Outra face da representação refere os índios como “violentos”, “indiferentes” e “nojentos” (10,7%). Para quase 6% dos participantes os índios são iguais a eles, para outros 5% é a diferença em relação ao que merece relevo. De uma forma geral, a representação social do índio refere uma imagem mitificada do índio do período colonial, o índio primitivo, com uma cultura específica, vivendo em tribos e caçando na floresta.

No caso das representações sociais dos negros, através da mesma pergunta, observamos que a maioria das respostas se relacionam com a discriminação sofrida pelos negros e com a escravidão. No entanto, a percepção de semelhança entre si e os negros foi destacada por 13,6% dos pesquisados, ao passo que a percepção de diferença é referida apenas duas vezes (1%). Se agregarmos as respostas que referem uma representação social negativa dos negros (“feios”, “medo” e “sem luz”), temos 5,4% das enunciações. Em contrapartida, elementos de um estereótipo que, numa primeira análise, parece positivo (“fortes”, “raça forte” e “interessantes”) totalizam 11,2% (ver Tabela 1).

Tabela 1: Frequência e percentagens da associação livre com as palavras “índios” e “negros”.

Associação com os Índios			Associação com os Negros		
Enunciações	Freq.	Percent.	Enunciações	Freq.	Percent.
Primitivos	31	16,0	Discriminação	53	25,7
Cultura	23	11,8	Escravos	49	23,8
Sofredores	21	10,8	Igual	28	13,6
Tribo	17	8,8	Raça	19	9,3
Violentos	15	7,7	Fortes	10	4,9
Natureza	13	6,7	Samba	10	4,9
Iguais	11	5,7	Sem luz	7	3,4
Respeito	11	5,7	Raça forte	7	3,4
Amazônia	9	4,6	Família	7	3,4
Diferentes	9	4,6	Interessantes	6	2,9
Caçadores	7	3,6	Cotas	2	1,0
Pacatos	6	3,2	Medo	2	1,0
Raça	6	3,2	Feios	2	1,0
Preconceito	5	2,6	Diferença	2	1,0
Indiferentes	3	1,5	Jogador de basquete	1	0,5
Nação	3	1,5			
Nojo	3	1,5			
Família	1	0,5			
Total	194	100,0	Total	205	100,0

3.2. Crenças coletivas e pessoais sobre índios e negros

As representações sociais podem ser concebidas como sistemas estruturados de crenças (Fraser, 1994). Essas crenças têm graus de compartilhamento diverso, sendo muitas vezes hegemônicas, noutros casos são objeto de polêmicas e dissenso entre grupos, e ainda podem ser marcas identitárias emblemáticas de um grupo específico, como no caso das representações sociais de tipo emancipadas. Na análise dos estereótipos e do preconceito, merece destaque a tese da dissociação entre crenças coletivas e pessoais.

Na tentativa de entender porque respostas preconceituosas persistem mesmo em indivíduos com pouco preconceito, Devine (1989) propõe que as crenças coletivas sobre os grupos (estereótipos culturais), largamente difundidas nos processos de socialização, muitas vezes implicam preconceito contra um grupo, mesmo quando combatidas pelas crenças pessoais. Para analisar o conflito entre crenças coletivas e pessoais, Devine propõe o Modelo Dissociativo.

Segundo Marques (1999), as principais conclusões derivadas desse modelo são: a) pessoas com atitudes mais e menos favoráveis face às minorias étnicas partilham o mesmo estereótipo cultural, b) os estereótipos culturais são mais negativos do que os estereótipos pessoais, c) indivíduos com atitudes mais preconceituosas revelarão menor dissociação entre as crenças pessoais e culturais e d) as crenças coletivas refletem, pelo menos em parte, as opiniões pessoais modais.

Para analisarmos a relação entre crenças pessoais e coletivas na representação social de índios e negros, perguntamos aos sujeitos que características, traços de personalidade ou jeito de ser a sociedade brasileira, de uma maneira geral, considerava mais típicas do grupo em questão, e, em seguida, que características eles (os entrevistados) pessoalmente consideravam típicas desses grupos.

Em relação aos índios, podemos observar que as crenças coletivas os representam, sobretudo, como excluídos, portadores de marcas negativas, como “preguiçosos”, “insignificantes”, “desconfiados”, “hostis” e “feios” ou, ainda, como selvagens. Nesse cenário de imagens sociais negativas, aparecem como visões positivas dos índios a sua cultura, para 12% dos entrevistados, e alguns traços positivos, ainda que eivados de uma visão já referida na primeira produção de alteridade dos índios, a carta de Pero Vaz de Caminha: “inocentes”, “cautelosos”, “lutadores”, “bonitos”. Esses resultados confirmam uma representação social hegemônica dos índios largamente compartilhada e muito pouco atualizada em 500 anos de história de contatos.

As crenças pessoais, por sua vez, se diluem em vários registros, desde a óbvia constatação de que são seres humanos (11,5% das respostas), passando por descrições que refletem uma face do estereótipo dos índios na época da colonização: a idéia do índio bom e inocente. Enquanto que nas crenças coletivas tínhamos 20% de respostas que referiam traços negativos, nas crenças pessoais este valor cai para 12,6%. Chama atenção o fato de que a maioria dos entrevistados não foi capaz de enunciar crenças pessoais sobre os índios (29,7%), número que se somado aos outros que enunciaram coisas vagas e não classificáveis totaliza mais de 39% das respostas (ver Tabela 2).

O resultado encontrado sinaliza, por um lado, o processo de invisibilização dos índios no imaginário nacional (Lima & Almeida, 2010) e, por outro, a existência de uma “zona muda” na representação social do índio; ou seja, espaços de representação simbólica que embora sejam compartilhados por um grupo, não se revelam facilmente nos discursos diários e nos questionários de investigação (Menin, 2006).

No caso da representação social construída sobre os negros, a dissociação entre crenças pessoais e coletivas é muito maior. Como

Tabela 2: Percentagens das crenças pessoais e coletivas associadas aos Índios.

Crenças coletivas	%	Crenças pessoais	%
analfabetos, abandonados, pobreza, extinção, desrespeitados, sem saúde, preconceito.	25,1	peças normais, seres humanos.	11,5
preguiçosos, insignificantes, desconfiados, matutos, incapazes, feios, hostis, agressivos.	20,5	inocentes, ingênuos, frágeis.	8,3
raça à parte, não civilizados, selvagens, amorais.	18,8	espiritualistas, conhecimento, guerreiros, caçadores, vida em aldeia, reservados.	7,6
modo de vestir, cultura, não creem em deus, hippies.	12,6	boca grande, cabelos lisos, olhos puxados.	7,6
inocentes, cautelosos, lutadores, bonitos, trabalhadores, inteligentes, simplicidade, alegres.	12,6	desocupados, relaxados, ruins, feios, tristes, ultrapassados.	7,0
Nossa origem, admiração.	1,7	não civilizados, selvagens.	5,0
Iguais.	1,7	ligados à terra, às origens.	3,6
habitantes da Amazônia, aldeia.	1,3	lutam por seus direitos.	3,6
cabelo liso.	1,3	analfabetos, poucas oportunidades, sofredores, dominados, excluídos, caluniados, pobres, indigentes.	1,7
privilegiados.	0,4	não tomam remédio.	1,7
não responde, não categorizável.	4,0	sem identidade.	1,7
		fora da nossa cultura, estranhos.	1,7
		não categorizáveis	9,4
		não respondem	29,7
Total	100,0	Total	100,0

podemos observar, a representação hegemônica é do “negro mau”, desumano e desumanizado, com “maus hábitos”. Apenas 4,2% das crenças coletivas referem traços positivos. As crenças pessoais, por sua vez, são

majoritariamente positivas, mais de 57% das respostas referem traços positivos e quase 15% dizem que são “pessoas normais”. Existem ainda 10,3% que expressam crenças pessoais negativas e desumanizadoras sobre os negros (ver Tabela 3).

Esses dados indicam que as representações sociais sobre índios e negros estão sob diferentes níveis de pressão e aceitação das normas antirracistas. Para os índios, observamos um amplo conhecimento do estereótipo coletivo que se fez acompanhar de relativamente pouca dissociação com relação às crenças pessoais, e de muito desinteresse ou dificuldade de pensar sobre o grupo. No caso dos negros, a dissociação é de alta magnitude (4% de crenças coletivas positivas vs. 57% de crenças pessoais positivas). Considerando a hipótese da “zona muda” na representação social, podemos afirmar que o tabu na representação dos negros é pensar mal deles, e no caso dos índios, o tabu ainda é ter interesse para pensar sobre eles.

Todavia, como referem Devine (1989) e Marques (1999), as crenças coletivas representam o preconceito contra o grupo. Neste sentido, os negros são alvo de preconceito e estariam num campo da alteridade de dentro, em um campo de relações intergrupais e interpessoais. Os índios, por sua vez, não são sequer incluídos no universo simbólico. São como os habitantes da estrela Sírius referidos por Simmel (1950); estariam, portanto, num campo não relacional e não representacional, para os entrevistados.

O isolamento ao qual as minorias primeiras estão condenadas pode ser um caminho de interpretação desses dados. Mas, e para outra minoria, laminada nos processos de encontro cultural, como se constrói a representação social? O que se passa no caso dos ciganos no Brasil?

Tabela 3: Percentagens das crenças pessoais e coletivas associadas aos Negros.

Crenças coletivas	%	Crenças pessoais	%
desumanização (animais, macacos, sujos, irracionais, etc.)	28,9	características físicas, força, coragem, saúde, genética melhor, hereditários	21,1
desvalorização intelectual (pouco inteligentes, impulsivos, etc.)	16,7	pessoas normais, igual ao branco civilizado	15,2
desvalorização moral (imorais, desonestos, descontrolados, violentos, agressivos, etc.)	11,3	fidelidade, decentes, sinceros, prestativos, bacanas, especiais, sociáveis	10,8
desvalorização estética (feios, cabelo ruim, etc.)	9,6	mal-educados, péssimos, bandido, malandragem, favelados, desinformado, fechados, sujeira, burros, irracional, macaco	10,3
hábitos “ruins” (mal educados, desordeiros, etc.)	8,4	sem oportunidade, preconceito, excluídos, sofredores, escravos	9,0
desvalorização psicológica (supersticiosos, preguiçosos, etc.)	7,1	esforçados, trabalhadores	8,1
desvalorização social (pobres, excluídos, discriminados, etc.)	5,4	inteligentes, competentes, bonitos	7,2
características positivas (fortes, bonitos, alegres, etc.)	4,2	cultura rica, valorizam-se, liberdade, quem se assume negro, criatividade, abertos à diversidade, xangô, exóticos	6,2
profissões (jogadores de futebol, sambistas, etc.)	3,8	alegria	4,5
questões culturais (religião, cultura, crenças, etc.)	2,9	sentimento de inferioridade, desconfiados e tristes em relação aos brancos.	4,4
Outras	1,7	Outras	3,2
Total	100,0	Total	100,0

4. Minorias Laminadas: o caso das representações sociais sobre os ciganos

Historicamente, os ciganos são grupos nômades provenientes da Índia. Supõe-se que a diáspora cigana pelo mundo remonta aos séculos VIII e IX (Borges, 2007). Os relatos encontrados afirmam que a história dos ciganos na Europa divide-se em quatro períodos. Num primeiro momento os ciganos são aceitos, visto que estão de passagem e recebem acolhida dos não-ciganos. Todavia, por serem nômades e não estarem inclusos no sistema econômico de produção, os ciganos passam a praticar atos ilícitos para sobreviver, tais como furtos, roubo de alimentos e animais, quiromancia, etc. Em decorrência dessas práticas, na segunda fase da sua história, as imagens dos ciganos mudam radicalmente, de peregrinos admiráveis passam a ladrões, assaltantes e vagabundos. No terceiro período, o da conversão ou assimilação dos ciganos, os grupos majoritários tentam impor a sua cultura, a recusa da assimilação é punida com castigos e até com a expulsão do território e escravização. O quarto momento é o do extermínio físico e cultural dos ciganos (Moscovici & Pérez, 1999; Silva & Lima, 2010). Moonen (2008) sintetiza essas fases, propondo três momentos no contato com os ciganos: a) curiosidade e tolerância; b) desencanto e perseguições; c) ódio e extermínio.

Os ciganos migraram de Portugal ao Brasil em meados do século XVI, juntamente com outros segmentos marginalizados e banidos da Europa. Desde sua chegada vivem à margem da sociedade, sendo associados a violência e crime, e excluídos pela justificativa de pertencerem a uma “raça inferior e vadia” (Borges, 2007). A tudo isso se soma o fato de os ciganos serem invisíveis socialmente, uma vez que não há documentação nem registros da população cigana no país. Entretanto, estima-se que exista mais de meio milhão de ciganos no país (Rodrigues & Lima, 2010).

Apenas a partir de 2002 o governo brasileiro começou a discutir políticas para garantia de direitos aos ciganos (Souza, Bonomo, Livramento, Brasil & Canal, 2009). Persistem, no entanto, os estereótipos negativos sobre eles, que são vistos como ladrões, perigosos, vagabundos, sujos e traiçoeiros. A esses traços estereotípicos se ligam sentimentos de ameaça, hostilidade e medo (Figueiredo & Lima, 2010).

A fim de analisarmos as representações sociais dos ciganos, e o preconceito contra eles, realizamos um estudo, em 2010, no Estado de Sergipe. Participaram da pesquisa 300 pessoas não ciganas, de quatro cidades: Japoatã (60 entrevistados), Umbaúba (56), São Cristóvão (37) e Aracaju (147). A definição dos participantes atendeu a critérios de proximidade e distância física em relação aos ciganos. De tal forma que, para compor a amostra dos que moram próximo aos ciganos, fomos às cidades de Japoatã, Umbaúba e São Cristóvão, as quais têm comunidades ciganas com residência fixa; para compor a amostra de moradores que vivem longe dos ciganos fomos à cidade de Aracaju, capital do estado. Os participantes foram abordados em suas casas ou na rua, mediante um roteiro de entrevista estruturada.

Dentre os participantes que moram perto: 60,7% são mulheres, as idades variaram de 18 a 83 anos ($M = 35,2$; $DP = 15,2$ anos), 3,3% eram analfabetos, 32,7% haviam cursado o ensino fundamental, 50,7% o ensino médio e 11,3% o superior, havendo ainda 2% com pós-graduação. A renda familiar aproximada dos participantes situou-se entre menos de um salário a dez salários mínimos de renda familiar mensal, sendo que 43,8% recebem até um salário mínimo. Todos afirmaram já terem visto ciganos. 82,4% já conversaram com ciganos, 69,3% não têm amizade com ciganos, e 75,2% não fazem negócios com ciganos. Dentre os participantes que moram longe: 61,9% são mulheres, as idades variaram de 18 a 61 anos ($M = 28,5$; $DP = 11$ anos), não havia entrevistados analfabetos, 3,5% havia cursado o ensino fundamental, 17,8% ensino médio e os outros 78,7% nível superior;

a renda variou de um a 40 salários mínimos, sendo que 22,8% recebem entre um e três salários, 32,4% entre 3,1 e seis salários, 44,8% acima de seis salários e 8,3% dos entrevistados não informaram a renda. 94,6% dos participantes já viram um cigano, 48,3% já conversaram com ciganos, 93,9% não têm amigos ciganos e 93,2% nunca fizeram negócios com ciganos.

4.1. Os conteúdos semânticos associados aos ciganos

Como nas outras pesquisas aqui relatadas, pedimos aos participantes que enunciassem a primeira expressão que lhes surgia à mente quando ouviam a palavra “ciganos”. Os resultados obtidos indicam uma representação social muito negativa do grupo. As enunciações mais frequentes foram: Diferentes (77), Nomadismo (76), Misticismo (56), Crimes (56), Aparência (50), Cultura (48) e Briguentos (46).

Uma análise mais geral das enunciações permite detectar uma representação social predominante dos ciganos, que se objetiva de um lado pela percepção da diferença cultural e atribuição de misticismo e exotismo ao grupo (“nômades”, “misticismo”, “aparência”, “cultura”, “história-passado”: total de respostas = 240), o que equivale a 34,7% das enunciações. Essa dimensão representacional do grupo, da separação cultural e do exotismo, convive com outra, ainda mais forte e marcadamente negativa (“crimes”, “briguentos”, “trambiqueiros”, “medo”, “desumanos” e “vagabundos”: total de respostas = 244), o que equivale a 35,3% das enunciações. Outra face da representação refere a separação (racial, moral e identitária) entre o “meu grupo” e o “grupo deles” (“diferentes” e “raça diferente”: total de respostas = 102), 14,7% das respostas. São residuais as respostas que enunciam traços positivos ao grupo (“pessoas unidas” = 14), 2% das enunciações. Há, ainda, 19 respostas (2,7%) que referem a semelhança com os ciganos (“iguais a nós”), ainda que separando esse grupo do “nós” (ver Tabela 4).

Tabela 4. Frequências das respostas à pergunta: “Quando você ouviu a palavra “ciganos”, o que é que você pensa primeiro?”

Enunciações	f. Perto	f. Longe	Total
Diferentes , cultura diferente, costumes diferentes, língua diferente, modo de falar, religião diferente, sem Deus, descrença, estranhos, trabalho diferente, não são pessoas como nós, não são brasileiros.	61	16	77
Nômades , movimentação, deslocamento, tenda, cabana.	18	58	76
Misticismo , maldição, curiosidade, ler mão, mistério.	8	48	56
Crimes , ladrões, roubo, tiroteio, terror, crueldade, tráfico de drogas, morte, matador.	40	16	56
Aparência , mulher com vestido, jóias, pulseiras, dentes de ouro, cabelos longos, cabelos lisos.	11	39	50
Cultura , festas, festeiros, livres, liberdade, qualidade de vida, alegria, músicas, sem raízes, identidade.	5	43	48
Briguentos , gostam de lutar, vingativos, anti-social, invasores, valentes, ousados, corajosos, complicados, histórico ruim, perigosos, traiçoeiros.	40	6	46
Trambiqueiros , enrolados, desconfiança, não confiar, aproveitador, manhoso, safado, perigoso.	16	30	46
Medo , mal-estar, má vizinhança, nojentos, mandões, raiva, tristeza, desengano, não gosto, perseguição, má impressão	25	11	36
Pobreza , discriminados, dureza, pedintes, pedem, pedir, insistentes, sem teto, sofrimento, solitários, marginalizados, pobreza, rejeitados, maltrapilhos, tenda, cabana.	8	26	34
Desumanos , brutos, mal educados, preconceituosos, egocêntricos, arrogantes, autoritários, sem sentimentos, coisa ruim, não prestam, odeio ciganos.	22	9	31
Vagabundos , despreocupados, sem compromisso, não pensam no futuro, turismo, gigolô, aventureiros, não trabalham, <i>hippies</i> , vida fácil.	5	24	29
Raça diferente , é uma tribo, gente junta, povo, conjunto de povos, vivem em bando, cada um na sua.	16	9	25

Dinheiro , ricos, agiotas, empréstimos, ambiciosos, gulosos, povo de negócios, carro.	9	10	19
Iguais a nós , seres humanos, filhos de Deus, normal, comum, não tem diferença, brasileiros, gente, respeito, racionais.	17	2	19
Pessoas unidas , família, convivência, pacto de sangue, se ajudam, pacíficos.	7	7	14
História , passado, Hungria, vem do Egito, cultura romena, tradição, apego aos costumes	4	6	10
Tautológicas/não responde	10	10	20
Total	322	370	692

Quando olhamos para esses dados, considerando morar perto e longe dos ciganos como ancoragem das representações, observamos uma relação consistente. Das 240 respostas que representam o misticismo e exotismo cigano, 194 (80,8%) são referidas por quem mora longe do grupo. Por outro lado, a dimensão mais negativa da representação social dos ciganos é mais frequente entre os que moram perto, 148 respostas (60,7%). Outrossim, as enunciações que indicam uma separação de si em relação aos ciganos também são mais frequentes entre os que moram perto do grupo, 77 das 102 respostas (75,5%). Em contrapartida, das 19 enunciações que referem que indicam sentimento de semelhança com os ciganos, 17 (89,5%) são de quem mora perto.

A leitura desses dados parece indicar uma representação social ambivalente, ao mesmo tempo mais positiva e mais negativa dos ciganos para quem mora perto, representação ancorada na lógica da diferenciação social ou separação simbólica. Quem mora longe representa os ciganos como algo remoto e abstrato, pintado com as cores do exótico e envolto nas brumas do misticismo. Importante referir que, para os dois grupos pesquisados, a categoria social dos ciganos é objeto de avaliação muito negativa e desumanizadora.

Podemos interpretar esses dados seguindo Jodelet (1998), considerando que os que moram perto dos ciganos constroem para eles uma alteridade de fora, uma representação social pautada no interesse da diferenciação social. Os que moram longe, por sua vez, produzem uma alteridade radical para os ciganos, que deixa explícito um campo não relacional. Predomina aqui, como para os índios no estudo anterior, uma visão do outro remoto, exótico e distante.

4.2. Emoções e preconceito

Vários estudos têm demonstrado que as emoções desempenham um papel importante nas atitudes e nos processos psicológicos em geral (Schachter, 1964; Zajonc, 1998), como também nas relações e conflitos interpessoais e intergrupais, tais como o sexismo (Glick & Fiske, 1996), a homofobia (Lacerda, Pereira & Camino, 2002) e o preconceito étnico (Dijker, 1987; Leyens et al., 2001; Lima, 2002; Pereira, 2007; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1999). Tanto que, para Dijker (1999), o preconceito pode ser definido como uma disposição afetiva, uma disposição a experimentar emoções negativas quando na presença dos membros das minorias (ver Techio, 2007, para uma revisão).

Sabendo que uma das dimensões da representação social é a das emoções (Vala, 1997), no presente estudo decidimos analisar a dissociação de emoções na representação social dos ciganos. Para tal, usamos duas perguntas: “O que os outros brasileiros sentem pelos ciganos?” e “O que você sente pelos ciganos?” A escala utilizada variava de 1 (adoram/ adoro) a 5 (odeiam/odeio).

Os resultados indicam que predomina a neutralidade afetiva (nem gosto nem desgosto) ou o “não gostar” do grupo; tanto no nível pessoal quanto das percepções coletivas (ver Figura 1).

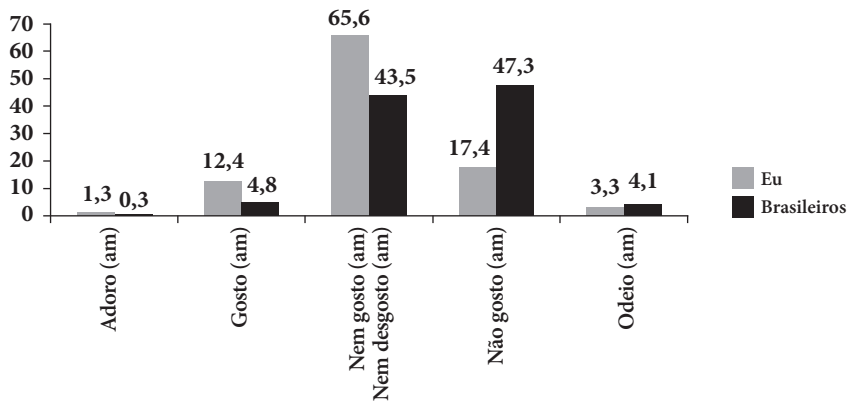


Figura 1: Percentagens do sentimento de gostar dos ciganos atribuído pelos participantes a si mesmos e aos outros brasileiros

Compusemos, então, um indicador de dissociação entre o que “o sujeito pessoalmente sente” (sentimento pessoal) e o que “ele acredita que os outros sentem” (sentimento coletivo) pelo grupo. Este indicador resultou da subtração do sentimento pessoal do sentimento coletivo. De tal forma que o valor zero significa ausência de dissociação; valores maiores que zero indicam que o sentimento pessoal é mais negativo que o coletivo e valores menores que zero indicam que o sentimento coletivo é mais negativo que o pessoal.

Os resultados indicam que quatro participantes apresentaram o valor 2, ou seja, algo como eles não gostam dos ciganos e acham que os outros brasileiros gostam (valores 4 e 2 respectivamente); 22 participantes obtiveram o valor 1, ou seja, gostam também menos do grupo que os outros brasileiros. Somados esses dois resultados temos 26 participantes (9% dos pesquisados) que apresentam dissociação positiva, possuindo sentimentos pessoais ainda mais negativos sobre o grupo-alvo do que acham que os outros brasileiros possuem. O valor zero (ausência de dissociação) foi encontrado 146 vezes (50,2% das respostas); sendo,

portanto, o padrão predominante de resposta sentir pelos ciganos o mesmo que se acredita que os outros sentem, ou seja, ou nada ou não gostar. A dissociação negativa, achar que os outros gostam menos dos ciganos que o próprio respondente apareceu 119 vezes (40,8%), tendo o valor -3 como o mais extremo, aparecido só uma vez.

Analizamos numa ANOVA (análise de variância) o efeito de morar perto ou longe na dissociação de sentimentos, e os resultados indicam que a relação não é significativa, $F(1, 290) < 1$, n.s. Ou seja, tanto faz neste caso morar perto ou longe dos ciganos na expressão de dissonância entre o que o sujeito sente pelo grupo e o que acha que os outros sentem. Chama atenção o fato de que o número dos que dizem não gostar dos ciganos é bem maior do que o dos que dizem gostar, e que isso não seja influenciado por morar perto ou longe do grupo. Chama ainda atenção que o sentimento mais comum seja a indiferença ou a neutralidade (“nem gosto nem desgosto”). A indiferença é um sentimento que configura um campo não relacional com o outro, e a consequente desresponsabilização por aquilo que se passa com ele (Torres, 2008).

Considerações finais

Neste capítulo apresentamos resultados de dois estudos feitos em Sergipe sobre as representações sociais de índios, negros e ciganos. Esses estudos procuraram responder a duas perguntas: Quais as semelhanças e diferenças do racismo contra os negros, índios e ciganos? e Quais as lógicas de produção da alteridade envolvidas nas expressões desses racismos? Os resultados que encontramos permitem afirmar que existem semelhanças maiores entre o racismo contra os índios, para todos os pesquisados, e contra os ciganos, para os que moram longe. Nos dois

casos ou não é produzida uma alteridade, por não se estabelecer um campo relacional com os membros desses grupos, ou a alteridade é radicalizada. Predominam contra esses dois grupos as lógicas de invisibilização e o sentimento da indiferença.

Para os negros a alteridade parece ser de dentro, o preconceito se manifesta e se associa muitas vezes com a ameaça da minoria contra a maioria. Predominam discursos sobre a igualdade, mas as crenças coletivas referem um grupo estigmatizado e desumanizado. Para os ciganos, vistos por quem vive perto deles, a alteridade produzida parece ser a de fora, crivada de diferenciação social, cultural e biológica; os sentimentos são o nojo e o ódio. Essa forma de representação transita, de modo dinâmico, da alteridade de fora para a alteridade radical.

A tentativa de interpretar as representações sociais sobre essas três minorias, considerando as formas de produção da alteridade propostas por Jodelet (1998) e a geometria das relações sociais de Simmel (1950), não pode, no entanto, ser entendida como um esquema rígido de leitura da realidade. As formas de alteridade se transmutam, a depender dos espaços relacionais e campos de poder estabelecidos. No caso dos negros no Brasil, por exemplo, vimos recentemente, com a implantação das cotas nas universidades, várias expressões de racismo flagrante, caminhando na direção da produção de uma alteridade radical. Com efeito, no dia 25 de outubro de 2007, em diversos pontos do campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul iam-se pichações contrárias à presença de negros na universidade, tais como “Voltem para a senzala”, seguida da palavra “cotas”; “Negro, só se for na cozinha do RU”, acompanhada de uma suástica, e “Macaco é no zoológico” (Silva, 2010). Da mesma forma, episódios com os ciganos ou com os índios podem conduzir a representação social para um campo relacional de conflito, onde a alteridade será a de fora ou a radicalizada, e a ausência de sentimentos ou a indiferença

darão lugar ao nojo e ao ódio. Bittar, Aguiar e Torres (2008) demonstram, ao pesquisar representações sociais de índios em zonas urbanas de Goiás, onde havia competição entre não índios e índios, que nesse caso o preconceito se torna abertamente violento.

As relações entre as distâncias físicas e simbólicas ocorrem num cenário de interesses, num campo de força que tensiona as representações dos grupos. As lógicas tecidas produzem sentimentos e não sentimentos que alimentam formas diversas de inferiorização da diferença ou racismo, desde um racismo da diferença até um racismo da indiferença. Um racismo que inclui o outro para, em seguida, excluí-lo, até um racismo que sequer inclui o outro num universo representacional. Pensamos que essas observações devem ter impacto nas teorizações sobre os racismos, no planejamento e execução de políticas públicas de combate ao racismo e nos programas de educação multicultural.

REFERÊNCIAS

- Berry, J.W., Kalin, R. & Taylor, D.M. (1977). *Multiculturalism and ethnic attitudes in Canada*. Ottawa: Supply and Services Canada.
- Bittar, M.M., Aguiar, J.G.G. & Torres, A.R.R. (2008). A vida na aldeia versus a vida na cidade: o que pensam os indígenas da casa de saúde do índio-Goiânia. *Revista Estudos* v.35 (11-12), 1195-1210.
- Borges, I.C.M.M. (2007). *Cidades de Portas Fechadas: A Intolerância Contra os Ciganos na Organização Urbana na Primeira República. Dissertação de mestrado não-publicada*. Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Devine, P.G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 1, 1-18.
- Dijker, A. J. (1999). Ethnic attitudes and emotions. In: J. P. van Oudenhoven & T.M. Willemsen (eds.), *Ethnic Minorities: Social Psychological Perspectives* (pp. 76-93). Amsterdam: Swets & Zeitlinger.
- Dijker, A.J. (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. *European Journal of Social Psychology*, 17, 305-325.
- Figueiredo, D. B. & Lima M.E.O. (2010). Desumanização dos ciganos: O papel das emoções intergrupais na exclusão social. *Manuscrito não publicado*.
- Fraser, C. (1994). Attitudes, social representations and widespread beliefs. *Papers on social representation*, Vol. 3 (1), 13-25.
- Gaertner, S.L. & Dovidio, J.F. (1986). The aversive form of racism. In J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism: Theory and research* (pp. 61-89). Orlando, FL: Academic Press.
- Geertz, C. (2001). *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Glick, P. & Fiske, S.T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile from benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-512.
- Jahoda, G. (1999) *Images of savages: ancient roots of modern prejudice in western culture*. London: Routledge.
- Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 47-67). Petrópolis: Vozes.
- Kinder, D.R. & Sears, D.O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). *Um estudo as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 937-950.
- Lévi-Strauss, C. (1952/2006) *Raça e história*. 8ª ed. Lisboa: Presença.
- Leyens, J.P., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, P., Vaes, J. & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, 31, 395-411.
- Lima, M.E.O. (2002). Normas Sociais e Racismo: Efeitos do Individualismo Meritocrático e do Igualitarismo na Infra-humanização dos Negros. *Tese de doutorado não-publicada*. Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Lima, M.E.O. & Almeida, A.M. M. (2010). As representações sociais construídas sobre os índios em Sergipe: Ausência e invisibilização. *Paidéia*, 20 (45), 17-27.
- Marinus P. de Lima (2002). Prefácio. In M. Wiewiorka, *A diferença* (pp. 7-12). Lisboa: Fenda.
- Marques, L. G. (1999). O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: Serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis? In J. Vala

- (coord.). *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Lisboa, Celta Editora.
- McConahay, J.B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, Discrimination, and Racism* (91-125). Nova York: Academic Press.
- McConahay, J.B. & Hough, J.C. Jr. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32, 23-45.
- Menin, M. S. de S. (2006). Representação Social e Estereótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22, 043-052.
- Miles, R. (1989). *Racism*. Londres: Routledge.
- Moonen, F. (2008) *Anticiganismo: Os ciganos na Europa e no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos.
- Moscovici, S. & Pérez, J.A. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos. In J. Vala (Coord.), *Novos Racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 103-119). Oeiras: Celta.
- Pereira, C.R. (2007). Preconceito, normas sociais e justificações da discriminação: o modelo da discriminação justificada. *Tese de doutorado não-publicada*. Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Pettigrew, T.F. & Meertens, R.W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Rodrigues, M. dos S. & Lima, M.E.O. (2010). Ciganos em Sergipe: Demonização, deslegitimação e animalização. *Manuscrito não publicado*.
- Schachter, S. (1964). The interaction of cognitive and physiological determinants of emotional state. In L. Berkowitz, (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (v.1, pp. 49-80). Nova York: Academic Press.
- Silva, C.A.F. & Lima, M.E.O. (2010). Ciganos: Percurso e imagem histórica de um povo discriminado. *Manuscrito não publicado*.
- Silva, P.B (2010). Discursos sobre raças, diferenças raciais e racismo na justificação das atitudes sobre as cotas nas universidades

- públicas. *Projeto de Tese de Doutorado não publicado*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Simmel, G. (1950). *The Sociology of Georg Simmel* (pp. 402 – 408). Extraído de Kurt Wolff (Trans.) New York: Free Press, 1950,.
- Souza, L., Bonomo, M., Livramento, A.M., Brasil, J.A. & Canal, F.D. (2009). Processos Identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade. *Liberabit* 15, 29-37.
- Techio, E.M. (2007). Relaciones intergrupales entre regiones: emociones y procesos socio-cognitivos en Brasil e España. *Tese de doutorado não publicada*. Universidade del Pais Vasco. San Sebastian.
- Torres, A.R.R. (2008). Análise Psicossocial do Preconceito contra os Povos Indígenas Brasileiros. Manuscrito não publicado.
- Touraine, A. (1998). *Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1ª ed. 1997.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32, 7-29.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Vala, J., Lopes, D. & Brito, R. (1999). A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias. In: J. Vala (Coord.), *Novos Racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 145-179). Oeiras: Celta.
- Wieviorka, M. (2002). *A diferença*. Lisboa: Fenda.
- Young, J. (2002). *A sociedade excludente: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia.
- Zajonc, R.B. (1998). Emotions. In D.T. Gilbert, S.T. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The Handbook of Social Psychology* (4th ed., Vol. 2, pp. 591-632). Nova York: McGraw-Hill.

Preconceito e Discriminação contra Minorias Sexuais: O Caso da Homofobia

Elder Cerqueira-Santos

Eros DeSouza

Apresentação

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas reflexões sobre preconceito e discriminação contra uma população específica e tradicionalmente negligenciada em estudos científicos até a metade do século XX: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT). Começamos definindo conceitos básicos sobre gênero, orientação sexual e transexualidade. Em seguida, discutimos preconceito e discriminação contra a população LGBT, e finalizamos revisando a literatura sobre minorias sexuais no Brasil. O texto é ilustrado com trechos de entrevistas realizadas no Brasil com participantes de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Aracaju.

As normas de gênero e questões de sexualidade têm mudado recentemente no Brasil (DeSouza, Baldwin, Koller & Narvaz, 2004). De acordo com Parker (1999), o Brasil possui “A mais visível subcultura gay fora do círculo de países industrializados” (p. 45). As sexualidades gay e lésbica estão tendo mais visibilidade no Brasil, com maior acesso aos meios de comunicação de massa, manifestações culturais, discussões políticas e mercado fortemente influenciado pelas culturas norte-americanas e europeias (Klein, 1999; Parker, 1999).

É quase impossível discutir homossexualidade no Brasil sem também discutir como a sociedade brasileira vê as questões de gênero e sexualidade em geral. O Brasil constitui uma sociedade machista (DeSouza e cols., 2004), assim, tanto as relações de gênero como as ideias sobre diferentes orientações sexuais devem ser analisadas dentro deste contexto.

Preconceito e Discriminação

Embora a sexualidade humana seja diversificada, com atração, desejo e comportamento pelo mesmo sexo sendo reflexos normais de tal diversidade, há resistência em países desenvolvidos e em desenvolvimento em ampliar os princípios universais de igualdade, justiça, liberdade e dignidade a indivíduos LGBT (Kitzinger & Wilkinson, 2004; Klein, 1999). Tal resistência pode estar relacionada ao preconceito sexual, que Herek (2000) define como todas as atitudes negativas direcionadas a uma pessoa por causa de sua homossexualidade. Segundo Herek, pessoas sexualmente preconceituosas são, geralmente, do sexo masculino, relatando ser exclusivamente heterossexuais, e têm pouco contato com indivíduos LGBT.

Um estudo brasileiro recente conduzido por Cerqueira-Santos, Winter, Salles, Longo e Teodoro (2007), com 200 estudantes de uma universidade pública, corrobora os achados acima, incluindo a hipótese de contato, que afirma que heterossexuais que interagem com indivíduos LGBT parecem desenvolver atitudes mais positivas para com as minorias sexuais do que aqueles com contato limitado com pessoas LGBT. No entanto, Cerqueira-Santos e cols. (2007) perceberam que a hipótese de contato funcionou melhor entre as mulheres heterossexuais, que mostraram significativamente menos preconceito sexual, especialmente em

relação às lésbicas, que os homens heterossexuais. Estes resultados sugerem que os homens brasileiros temem ser vistos como não masculinos o suficiente caso se relacionem com minorias sexuais, o que é semelhante à forma como a masculinidade é interpretada nos EUA (e.g., Kimmel, 1997). Além disso, para a hipótese de contato funcionar, os outros devem saber sobre a orientação sexual do indivíduo.

Ao contrário das mulheres e das minorias étnicas/raciais que têm características fenotípicas visíveis, a homossexualidade é muitas vezes invisível, dependente da revelação para se tornar conhecida aos outros (Sedgwick, 1990). Assim, Fassinger (1991) refere-se ao seu *status* como uma minoria invisível na sociedade. O preconceito sexual (i.e., antipatia para com indivíduos LGBT) pode levar à discriminação, a qual é um ato, físico ou verbal, bem como evitação ou exclusão social (i.e., não se relacionar com pessoas LGBT; Crocker, Major & Steele, 1998).

DeSouza e Showalter (no prelo) recentemente examinaram microagressões (e.g. exclusão social e espalhar rumores maliciosos), dirigidas às minorias sexuais, que são sutis, mas prejudiciais. A amostra de DeSouza e Showalter foi composta por estudantes universitários LGBT nos Estados Unidos. Depois de controlar a afetividade negativa, eles descobriram que os estudantes LGBT que experienciaram pelo menos um ato de perseguição sutil à orientação sexual, no último ano, eram significativamente mais propensos a relatar intenção de deixar sua instituição e têm conceitos (notas) menores do que os estudantes não perseguidos. Além disso, DeSouza e Showalter descobriram que os estudantes LGBT que tinham assumido sua orientação sexual relataram níveis mais elevados de autoestima e satisfação com a vida e níveis mais baixos de ansiedade e depressão do que aqueles menos comprometidos com a sua identidade sexual, sugerindo benefícios significativos de assumir aos outros.

Homossexualidade no Brasil

No *script* sexual do brasileiro há uma distinção entre a *atividade* masculina e a *passividade* feminina, na qual a sexualidade está sujeita ao desejo masculino, refletindo um machismo generalizado (Parker, 1993). Segundo Parker, tal distinção se reflete na linguagem cotidiana que os brasileiros utilizam para descrever as relações sexuais, na qual o papel do macho é *comer* e o papel atribuído às mulheres, homens gays afeminados e travestis é *dar*. No universo sexual brasileiro *comer* é sinônimo de *vencer* e *possuir*. Tal vocabulário de significados sexuais sugere que as mulheres, os gays afeminados e os travestis são socializados para serem passivos, parceiros sexuais receptivos, enquanto os homens “reais” são socializados para perseguir, penetrar e dominar. Assim, no Brasil, um homem macho continua a exercer o poder de sua virilidade com qualquer indivíduo feminino, incluindo uma *bicha* ou homossexual masculino afeminado (Mendes-Leite, 1993). Em outras palavras, desde que o macho mantenha sua *atividade* (i.e., ser a pessoa ativa ou penetrador, não o penetrado), ele normalmente não é visto como um homossexual. Deste modo, existe uma hierarquia de gênero no Brasil, com os homens heterossexuais no topo e todos os outros indivíduos (i.e., mulheres heterossexuais e as minorias sexuais) na parte inferior:

Aqui eu tenho que ser macho. Não importa o que se faz dentro de quatro paredes; é o nosso segredo. Desde que você aja como um macho em público, está tudo bem. Mesmo entre outros homens gays, a ideia de ser macho [ativo ou penetrador] é forte. Se um homem gay quer ofender outro, basta chamar de bicha ‘passiva’ [ou penetrada].

Homem gay, trinta e seis anos, Aracaju.

As pessoas falam mal das travestis... dizem que nós somos o pior subgrupo de todos os homossexuais, mas ninguém questiona os homens homossexuais machos que saem com a gente e pagam para ter sexo com a gente. Eles continuam a ser cavaleiros honrados aos olhos da sociedade, porque eles vivem uma vida anônima e muitas vezes passam como heterossexuais. Eles pensam que são os homens mais machos do mundo. Eles são machos porque eles “comem” [fodem] qualquer um!

Travesti, vinte e quatro anos, Aracaju

De acordo com Parado e Machado (2008), a distinção entre a *atividade* masculina e a *passividade* feminina é refletida em relações entre pessoas do mesmo sexo e do sexo oposto em toda a América Latina. Assim, ser “ativo” durante a relação sexual é visto como dominante, agressivo e masculino, enquanto que ser “passivo” é visto como fraco, submisso e feminino.

Na cultura brasileira, a distinção acima se aplica à imagem pública, ou à personalidade do indivíduo, e faz interface com sua aparência e *status* socioeconômico. Desse modo, certos termos (e.g., ser chamado de “gay”) carregam uma conotação mais positiva do que outros (e.g., ser chamado de “frutinha”, que significa delicado ou fraco):

É diferente ser gay nas partes ricas do Rio e nas camadas mais pobres. Há preconceito em todos os lugares, mas nas áreas ricas temos um pouco de proteção. Ela é a nossa praia! Além do mais, os gays são uma parte da cultura social e do modo de vida em Ipanema. Se nós sumirmos, a metade dos bares fecha!

Homem gay, trinta e oito anos, Rio de Janeiro

Em público, as pessoas pensam que eu sou um heterossexual. É engraçado, as mulheres flertam muito comigo. Acho que é porque eu cuido de mim... Eu estou em forma, bem vestido etc. Tenho certeza de que se eu fosse uma bicha pobre malnutrida seria outra história. Elas iriam rir de mim em vez disso. A aparência da pessoa faz uma grande diferença, mesmo entre outros gays que pensam que eu sou um ativo dominante, mas ninguém sabe o que as pessoas fazem na cama.

Homem gay, vinte e cinco anos, São Paulo

Para além disso, os homossexuais parecem ser o grupo mais oprimido no Brasil (Almeida & Crillanovick, 1999), apesar de que manifestações abertas de homossexualidade são comuns e amplamente aceitas. Por exemplo, o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso foi muitas vezes fotografado beijando *drag queens*; uma das maiores modelos do Brasil já foi homem e multidões aplaudem homens gays seminus todo ano durante o Carnaval (Goering, 1997). Com base em análises históricas dos acontecimentos no Rio de Janeiro e em São Paulo, Green (1999) relatou uma apropriação e transformação homossexual masculina crescente do Carnaval durante o século XX, que abriu uma visão de maior aceitação da homossexualidade masculina, pelo menos nas grandes cidades. Green documentou um paradoxo entre o erotismo homossexual permissivo durante os quatro dias de Carnaval e relatos de intolerância direcionada aos homossexuais durante o resto do ano:

Todo mundo acha que ser gay é fantástico no Rio, mas só se você for bonito e rico. Gays pobres só aparecem no Carnaval ou durante a parada [do Orgulho] LGBT. Depois,

nós temos que nos tornar invisíveis e silenciosos. Há dois mundos nesta cidade. Não é fácil ser gay da favela.

Homem gay, vinte e oito anos, Rio de Janeiro

Quando estou vestido como uma Drag Queen eu sou uma deusa do carnaval, mas depois tudo muda. Aos olhos deles, eu sou uma bicha com AIDS que ninguém quer ver ou empregar! O único caminho para sobreviver é a prostituição. Existem muitos clientes. Quem são eles? Os mesmos que me negam um emprego legal e não querem me ver por perto.

Transgênero, trinta e oito anos, Rio de Janeiro

Uma pesquisa nacional revelou uma ambivalência semelhante em relação à homossexualidade, entre uma secção transversal de homens e mulheres brasileiros. Cinquenta por cento dos entrevistados indicaram contato diário com homossexuais no trabalho ou na vizinhança; no entanto, 56% disseram que mudariam seu comportamento em relação a um colega se descobrissem que ele ou ela era homossexual, com 20%, evitando o contato com tal colega e 36%, indicando que não contratariam um homossexual, mesmo que ele ou ela fosse o candidato mais qualificado para o cargo; 58% afirmaram ser contra casais homossexuais adotarem uma criança, mesmo que eles estivessem vivendo em um relacionamento comprometido por muito tempo; e 79 % disseram que ficariam desapontados se tivessem um filho homossexual (O mundo gay rasga as fantasias, 1993).

Um levantamento realizado na cidade de São Paulo (Censo GLS, 2000) revelou que 67% dos entrevistados afirmaram serem discriminados devido à sua orientação sexual por parte de familiares, amigos e

vizinhos, assim como na escola, em espaços públicos, serviços de saúde. Além disso, as vítimas de tais discriminações eram revitimizadas ao apresentar queixas nas delegacias.

Um estudo mais recente, conduzido com estudantes universitários no Nordeste do Brasil, indicou que apenas 24% dos participantes não eram preconceituosos em relação aos homossexuais, com 38% sendo levemente preconceituosos e um adicional de 38% sendo flagrantemente preconceituosos (Lacerda, Pereira & Camino, 2002). Como nos Estados Unidos, Lacerda e cols. (2002) perceberam que os homens heterossexuais brasileiros tiveram atitudes mais negativas em relação aos homens e mulheres homossexuais do que as mulheres heterossexuais brasileiras.

Além disso, um estudo recente com universitários brasileiros e norte-americanos revelou que, em ambos os países, muitas vezes passantes testemunharam a perseguição a homossexuais (DeSouza & Scheinder, 2009). Do total, 77% dos entrevistados relataram ter experienciado, como espectadores, pelo menos um ato de assédio verbal a homossexuais, enquanto apenas 25% dos participantes afirmaram ter experienciado, como espectadores, pelo menos um ato de exclusão de homossexuais nos últimos 12 meses. Note-se que esses tipos de experiências de espectador não são mutuamente exclusivos. Ser espectador de perseguição verbal a homossexuais teve consequências negativas para os espectadores, especialmente no Brasil. Especificamente, ser espectador de assédio verbal a homossexuais foi um preditor significativo de consequências negativas múltiplas (i.e., doença física e uso de álcool ou drogas) no Brasil, mas isso pode também ser uma fonte de preocupação nos EUA (através de uma conexão com o uso de drogas e álcool). Estes resultados ampliam pesquisas anteriores acerca dos resultados negativos de ser um espectador de assédio sexual (Glomb, Richman, Hulin & Drasgow, 1997) ou de perseguição étnica (Low, Radhakrishnan & Schneider, 2004).

Violência Contra Minorias Sexuais

Assim como nos Estados Unidos, a violência contra minorias sexuais não é um problema novo no Brasil. Na verdade, os indivíduos transgêneros são as principais vítimas de discriminação e violência com base na orientação sexual (Carrara & Vianna, 2006). Segundo Carrara e Vianna, os policiais são indiferentes aos crimes cometidos contra os indivíduos transgêneros pobres que recorrem à prostituição para sobreviver. Mesmo o seu assassinato é visto como uma consequência “normal” de uma forma ilegal de ganhar a vida. De fato, os policiais muitas vezes olham para o outro lado quando confrontados com crimes de ódio contra homossexuais (Goering, 1997).

De acordo com Mott (2002), o Brasil ocupa o número um do mundo quanto aos crimes de ódio baseados na orientação sexual. Um estudo recente, realizado pelo Grupo Gay da Bahia (2009), relata que 190 homossexuais foram mortos em 2008. Destes, 64% eram gays, 32% eram travestis e 4% eram lésbicas. O Nordeste do Brasil, que compõe 30% da população brasileira, tem as atitudes antigay mais profundas e a maior porcentagem (48%) de homossexuais assassinados, seguido pelo Sul/Sudeste com 28%, Centro-Oeste com 14% e Norte com 10%.

Um estudo realizado em 2001 no estado do Rio de Janeiro revelou que, durante um período de 18 meses, a polícia recebeu 500 denúncias de violência contra indivíduos LGBT. Destes, 6,3% consistiam em homicídio, 10,3% eram casos de extorsão, 18,7% foram de agressão física e 20,2% eram de discriminação baseada na orientação sexual (citado no Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004). A cada três dias uma pessoa é assassinada no Brasil por causa da sua orientação sexual (Rios, 2002). Note-se que estas estatísticas refletem os crimes que foram notificados, representando uma subestimação da real prevalência dos

crimes contra indivíduos LGBT. Assim, é importante a realização de estudos de levantamento que enfoquem a vitimização, potencialmente revelando crimes cometidos contra pessoas LGBT que não seriam declarados de outra forma.

Um estudo conduzido no Rio de Janeiro com 416 pessoas, homens gays, lésbicas e transgêneros, revelou que 60% dos entrevistados relataram ter sido vítimas de violência/discriminação (Carrara, Ramos & Caetano, 2002). Especificamente, 16,6% relataram ter sofrido agressão física (a taxa quase triplicou no caso dos transgêneros, com 42,3%), 18% relataram suborno ou extorsão (a taxa quase duplicou na amostra dos transgêneros, com 30,8%), 56,3% sofreram insultos verbais ou ameaças devido à sua orientação sexual e 58,5% foram discriminados por causa de sua orientação sexual. Este estudo revelou, também, que 22,4% das lésbicas entrevistadas foram vitimadas por membros da família, porque eram mulheres e lésbicas.

Os resultados acima sugerem que muitas minorias sexuais brasileiras vivem em silêncio, sigilo, ameaçadas de rejeição e na marginalidade. Além disso, estas tristes estatísticas requerem a consciência da violência contra as minorias sexuais que se passa em suas próprias famílias de origem.

A família brasileira não costuma aceitar um filho homossexual, especialmente um adolescente transgênero cuja expressão “inadequada” é usada como uma desculpa para a violência intrafamiliar; tal criança acaba sendo expulsa de casa e geralmente sobrevive por meio da prostituição (Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004). Há uma violência de gênero em muitas famílias brasileiras que “submete os indivíduos, física e/ou emocionalmente, consciente e/ou inconscientemente, a uma função do seu sexo” (Werba & Strey, 2001, p. 72). De acordo com DeFrancisco (1997), como os papéis de gênero são desempenhados na

sociedade brasileira e na família, eles estão relacionados à violência, especialmente ao abuso físico e sexual; tal abuso é agravado pelo sigilo e negação da violência intrafamiliar. O machismo é muitas vezes presente no típico cenário familiar de sistemas abusivos, na medida em que esses sistemas refletem papéis de gênero mais rígidos que correspondem aos sistemas patriarcais que estão institucionalizados na sociedade (DeSouza e cols., 2004). Assim, é fácil ver que os indivíduos transgêneros, como as mulheres, são frequentemente vítimas de violência familiar e social:

O preconceito contra os homossexuais está em toda parte, mesmo dentro de nós. Eu não me sinto aceito pela minha família e não posso sequer mencionar o meu parceiro no trabalho. O que resta é um gueto [homossexual]. Eu só faço amizade com outros homens gays e às vezes eles também mostram machismo. Eu namorei um indivíduo transgênero e falavam mal dessa relação.

Homem gay, trinta e um anos, Porto Alegre

Acabei mudando para a cidade grande para escapar. Aqui ninguém me conhece ou a minha vida. Eu tive que enterrar o meu passado e a minha vida começou quando me mudei para cá. Agora eu sou eu mesmo!

Lésbica, trinta e seis anos, São Paulo

Quando meu pai descobriu que eu sou uma travesti e faço shows durante a noite, ele me disse para não voltar para casa. Para ver a minha mãe, ela tem que vir à minha casa.

Eu não tenho mais uma família, você sabe. Eu não tive escolha. Era eu ou eles.

Transgênero, trinta e cinco anos, Porto Alegre

Recentemente, Rocha e cols. (2009) entrevistaram oito transexuais para descobrir a sua percepção do sistema público de saúde brasileiro, que presta serviços de saúde universais e gratuitos a todos os cidadãos brasileiros. Os resultados revelaram estereótipos sobre transexuais e preconceito sexual por parte de profissionais de saúde, em todos os níveis (e.g. pessoal administrativo, enfermeiros e médicos), especialmente para trabalhadores do sexo transgêneros. Por exemplo, esses participantes experienciaram a humilhação de prestadores de cuidados de saúde quando manifestaram o desejo de serem chamados pelos seus nomes escolhidos e não por seus nomes de nascimento, embora por lei os transexuais sejam autorizados a ter seus nomes escolhidos em todas as suas fichas médicas. Um participante disse:

“Quando eles me chamam [na clínica] pelo meu nome de nascimento ... o nome escrito na ficha de identificação, eu me levanto e vou para não perder a consulta com o médico. Eu ando com minha cabeça baixa, porque me sinto constrangido” (p. 14). Outro participante lembrou uma experiência semelhante: “Eles [as autoridades de saúde] não te chamam pelo teu nome escolhido, você sabe. Eles não são sensíveis. E ainda por cima, você pode ouvir os comentários e risos logo que você sai” (p. 14).

De fato, a equipe de funcionários simplesmente se recusa a chamar os indivíduos transgêneros pelos seus nomes escolhidos, mesmo quando expressamente solicitados a fazê-lo: “A

repcionista me tratou muito mal. Ela simplesmente disse: ‘Vou chamar você de R (nome masculino)’. Eu disse que eu realmente gostaria de ser chamado pelo meu nome escolhido G (feminino). A recepcionista disse, ‘Não, eu vou chamar você de R’”(p. 15).

As entrevistas também revelaram uma falta de sensibilidade e de formação para lidar com indivíduos transgêneros (Rocha e cols., 2009). “Eu reconheço que não há qualquer preparação para lidar com a gente, desde aqueles que trabalham na recepção até os médicos. Eu acredito que eles não têm um mínimo de treinamento”. (p. 16). Outro disse:

Como você pode desenvolver qualquer relacionamento com o seu médico se, quando você chega, o médico começa a tratá-lo como “ele”. Como posso desenvolver rapport com alguém que me chama de “senhor”? Como posso me abrir o suficiente para falar sobre a minha vida para me expor ou falar sobre coisas íntimas com o médico? Não há nenhum rapport! Eu posso precisar de um médico no futuro e não ir (pp. 16-17).

Outro participante levanta a importante questão de como o estigma público, o estereótipo, o preconceito e a discriminação contra os indivíduos transgêneros afeta negativamente a busca de tratamento, resultando prejuízos significativos para essa população (Rocha e cols., 2009):

Quando elas [as travestis] procuram serviços de saúde, ao invés disso elas encontram discriminação, e não voltam mais ... a percepção do preconceito e do ódio não mudam. Muitas delas ficam muito ruins [com a sua saúde]... somente

quando sua condição se agrava de forma significativa, elas procuram ajuda (p. 19).

Outro participante descreveu como os médicos estereotipam e prejudicam indivíduos transgêneros como automaticamente sendo HIV positivo: “Quando você relata qualquer sintoma de saúde, e eles percebem que você é uma travesti ou transexual, a maioria [dos médicos] acredita que você está infectada pelo HIV imediatamente” (Rocha e cols., 2009, p. 23).

Rocha e cols. (2009) sustentam a noção de que existe o estigma generalizado da população contra as minorias sexuais, especialmente os indivíduos transgêneros, até mesmo por profissionais bem formados. No entanto, há uma tendência esperançosa: Whitam, Daskalos, Sobolewski e Padilla (1998) sugerem que há um aumento do apoio público aos direitos civis das minorias sexuais no Brasil.

Leis e Resoluções Importantes em Direção à Igualdade

Historicamente, a homossexualidade tem sido vista como patológica e desviante, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Embora a sodomia tenha sido descriminalizada em 1830 em todo o Brasil (Rios, 2002), ela se manteve como crime em alguns estados dos EUA até a decisão da Suprema Corte em 2003, que revogou as leis estaduais acerca da sodomia do mesmo sexo (*Lawrence v. Texas*, 2003).

Foi somente em 1985 que a homossexualidade foi removida como uma desordem mental do Conselho Federal de Medicina (citado no Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004), em comparação com sua retirada da segunda edição do Manual Diagnóstico e Estatístico

de Transtornos Mentais em 1973, nos EUA (American Psychiatric Association, 1973). Em 22 de março de 1999, o Conselho Federal de Psicologia aprovou uma resolução declarando que nenhum profissional que presta serviços terapêuticos para clientes de minorias sexuais pode agir de forma que reforce a noção de comportamentos ou práticas homoeróticas como patológicos (Resolução CFP # 001/99, 1999). Tal resolução é semelhante à resolução dos EUA sobre respostas terapêuticas adequadas à orientação sexual, aprovada pelo conselho de representantes da American Psychological Association em 14 de agosto de 1997 (American Psychological Association, 1998). Há uma diferença importante, no entanto. No Brasil, essa resolução refere-se a normas concretas que são obrigatórias, enquanto que nos EUA se refere a orientações e recomendações destinadas a motivar os psicólogos a agirem eticamente para com clientes de minorias sexuais, sem mecanismos de execução.

Em 13 de maio de 2002, o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso propôs um programa para alterar a Constituição Brasileira de 1988 – que não inclui a orientação sexual como um grupo protegido – que explicitamente faria da orientação sexual uma questão de direitos humanos, proibindo a discriminação baseada na orientação sexual (Leis, 2002). Esta emenda constitucional ainda não foi aprovada. Atualmente o Brasil tem uma miscelânea de proteção jurídica, com três estados protegendo indivíduos LGBT da discriminação, enquanto os 24 estados restantes carecem de tal proteção (Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004). Tal mistura de proteção jurídica se assemelha à situação encontrada nos EUA, onde apenas 20 estados proíbem a discriminação baseada na orientação sexual (National Gay and Lesbian Task Force, 2008).

Ao contrário dos EUA, no Brasil as leis federais ampliaram muitos direitos aos gays e lésbicas, incluindo segurança social e herança para parceiros domésticos do mesmo sexo (Rios, 2002). Além disso, uma legislação

foi aprovada em 03 de dezembro de 2003, estendendo os direitos de imigração para os homossexuais estrangeiros que desejam se unir a seus parceiros brasileiros (Silva & Barbi, 2005).

Leis contra o assédio sexual são relativamente recentes no Brasil. A primeira de tais leis foi promulgada no Estado do Rio de Janeiro, em 1991, onde as organizações poderiam ser multadas e o perpetrador demitido (Noviski, Davoli & Castro, 2000). Em 15 de maio de 2001 uma lei nacional foi aprovada criminalizando o assédio sexual, e prevê até dois anos de prisão para os criminosos culpados (Código Penal Brasileiro, 2001). Convém afirmar que esta lei define o assédio sexual apenas como coerção sexual por um superior hierárquico para obter favores sexuais; não inclui um ambiente hostil criado pelos colegas ou subordinados. Ela enfatiza um abuso de poder por um superior. Tais leis são neutras quanto ao gênero. Pastore e Robortella (2003) verificaram que 9% dos casos relatados no Brasil envolvem assédio sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Sexismo

O sexismo está relacionado a atitudes negativas em relação às minorias sexuais. Glick e Fiske (1996) diferenciaram dois tipos de ideologias sexistas. A primeira é uma orientação subjetivamente positiva, mas paternalista, de proteção, idealização e afeto para com as mulheres (sexismo benevolente), enquanto a segunda reflete a violência dos homens contra as mulheres e a exploração de mulheres como objetos sexuais (sexismo hostil). Estes dois tipos de sexismo são complementares. Eles reforçam e justificam o patriarcado, incluindo a hostilidade heterossexual em relação às mulheres que se desviam dos papéis tradicionais de gênero (e.g. lésbicas; Glick & Fiske, 1997). Uma pesquisa com seis amostras dos EUA

mostrou que os homens pontuavam consistente e significativamente mais do que as mulheres em ambos os sexismos, hostil e benevolente. No entanto, as diferenças entre gêneros foi maior para o sexismo hostil do que para o sexismo benevolente (Glick & Fiske, 1996).

Ademais, os sexismos benevolente e hostil foram encontrados e difundidos em 19 países, inclusive no Brasil, refletindo e mantendo a opressão da mulher (Glick et al., 2000), incluindo as lésbicas. Por exemplo, em um estudo com três amostras britânicas de estudantes de ensino médio, estudantes universitários e funcionários de tempo integral, Masser e Abrams (1999) constataram que o sexismo benevolente, o sexismo hostil e o neosexismo foram negativamente relacionados ao apoio para os direitos de lésbicas e homens gays. Além disso, em um estudo com estudantes universitários em uma universidade pública de médio porte do Meio-Oeste dos EUA, Whitley (2001) verificou que os melhores preditores de atitudes direcionadas à homossexualidade foram o gênero, o sexismo benévolo, o endosso do papel tradicional masculino e as atitudes em relação à mulher.

DeSouza, Solberg e Cerqueira (2007) analisaram a influência das atitudes do indivíduo em relação às mulheres lésbicas, sobre a percepção de assédio sexual mulher-mulher entre amostras de estudantes universitários norte-americanos e brasileiros. Os autores encontraram diferenças interessantes entre as culturas. De forma geral, os estudantes universitários no Brasil avaliaram casos hipotéticos envolvendo assédio sexual entre mulheres como significativamente mais ofensivos e mais propensos a exigir uma investigação do que estudantes universitários dos EUA. Os autores também encontraram diferenças de gênero, mas apenas entre homens e mulheres dos EUA, sugerindo que os homens e mulheres brasileiros são similares nas percepções de assédio sexual entre mulheres. Finalmente, o sexismo hostil e as percepções de que

comportamentos constituem assédio sexual entre mulheres predisseram significativamente as avaliações do caso hipotético como assédio sexual em necessidade de uma investigação. Estes resultados apoiam, de maneira geral, o argumento de Fiske e Glick (1995), isto é, que as atitudes sexistas predizem julgamentos sobre comportamentos sociais ou sexuais indesejados.

Conclusão

A imagem do Brasil retratada pela mídia é de Carnaval, onde a nudez é a norma, mas os brasileiros permanecem conservadores sob a máscara de uma sociedade libertadora, onde não existe pecado abaixo do equador (Parker, 1999). Na verdade, o machismo está bem vivo. No entanto, como seu ponto de vista em relação às mulheres, a sociedade brasileira vem mudando suas opiniões em relação aos indivíduos LGBT, com uma mudança significativa para a aceitação das minorias sexuais.

Existem muitas lentes para entender o Brasil. Por um lado, as minorias sexuais no Brasil experienciam a desumanização na forma de estigmatização pública, estereotipagem, preconceito, discriminação e violência. Por outro lado, os brasileiros estão discutindo mais abertamente a homossexualidade, o que está mudando o moral de um ponto de vista heterossexual hegemônico rígido em direção a uma visão de maior aceitação das diferenças e da diversidade como desejáveis. De acordo com Prado e Machado (2008), a homossexualidade no Brasil passou por uma transformação política: da criminalização e patologização da homossexualidade em direção à luta pelos direitos humanos e pela dignidade dos indivíduos LGBT.

As minorias sexuais no Brasil estão “saindo do armário” e, lentamente, sendo aceitas pelos familiares, amigos, vizinhos e colegas de

trabalho. Por exemplo, a cidade de São Paulo detém a maior parada [do Orgulho Gay] GLBT do mundo. O processo não é uniforme, entretanto. A aceitação é mais comum em grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, do que em áreas rurais ou no Nordeste do Brasil. Além disso, indivíduos LGBT que se conformam com os papéis familiares de gênero são mais facilmente aceitos do que os outros, especialmente indivíduos transgêneros que rompem totalmente com as expressões tradicionais de gênero e são a minoria sexual mais marginalizada no Brasil (e.g., a eles é negado emprego e recorrem muitas vezes à prostituição para sobreviver; eles também enfrentam discriminação no sistema de saúde, onde a insensibilidade e a discriminação flagrante dos prestadores de assistência de saúde é a norma).

De acordo com o Ministério da Saúde (Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004), as seguintes etapas são necessárias para diminuir o preconceito e a discriminação baseados na orientação sexual. Tais recomendações são de interesse para pesquisadores, clínicos e *decision makers*:

- Disseminar entre todos os níveis da sociedade a noção de que a cidadania homossexual é uma questão de direitos humanos;
- Alterar a Constituição a fim de proteger as minorias sexuais da discriminação no emprego, educação, habitação, saúde física e mental e entre militares, em todos os estados, territórios, cidades, municípios e instituições públicas brasileiras;
- Cooperar com organizações internacionais para assegurar que os direitos humanos sejam estendidos a todas as minorias sexuais ao redor do mundo;
- Garantir segurança a todos, para que as minorias sexuais vivam em uma sociedade livre de violência;
- Quando crimes com base na orientação sexual ocorrerem, a punição deve ser rápida e justa;

- Promover paz, justiça e valorização da diversidade humana em todas as suas formas, inclusive dentro das famílias de origem;
- Educar as pessoas a fim de reduzir o estigma público baseado na orientação sexual;
- Educar os jovens, para que eles cresçam sem preconceito sexual;
- Incluir a homossexualidade nas políticas de gênero, de modo que as mulheres lésbicas e bissexuais não sejam discriminadas nem tenham suas vozes ignoradas nos grupos feministas;
- Trabalhar para combater o racismo, para que as minorias sexuais não brancas não sejam discriminadas em suas próprias comunidades;
- Trabalhar para combater a pobreza, de modo que as minorias sexuais pobres não sejam forçadas à prostituição como meio de ganhar a vida.

Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, o Brasil ainda vive sua “dupla moral sexual”, na qual o jogo entre aceitação, tolerância e rejeição não parece tão simples e carrega valores culturais, religiosos e algumas idiosincrasias. O entendimento da questão pela ótica da saúde tem sido de grande valia para a produção de uma nova idéia sobre as minorias sexuais, no entanto, tal fenômeno social deve ser encarado e entendido de forma mais ampla, ou corre o risco de ser aprisionado na redoma das discussões conformistas que ainda dominam o pensamento biomédico.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. M. & Crillanovick, Q. (1999). A cidadania e os direitos humanos de gays, lésbicas e travestis no Brasil. Em D. D. Oliveira, R. B. Lima, S. A. Santos & T. L. D. Tosta (Eds.), *50 anos depois: Relações raciais e grupos socialmente segregados* (pp. 167-183). Goiânia: MNDH.
- American Psychiatric Association. (1973). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (2nd edition). Washington DC: APA.
- American Psychological Association. (1998). Appropriate therapeutic responses to sexual orientation. Em *The proceedings of the American Psychological Association, Incorporated, for the legislative year 1997. American Psychologist*, 53, 882-939.
- Cardoso, F. L. (2005). Inversões do papel de gênero: “Drag queens”, travestismo e transexualismo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 421-430.
- Carrara, S. & Vianna, A. R. B. (2006). “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: Rev Saúde Pública—Rio de Janeiro*, 16, 233-249.
- Carrara, S., Ramos, S. & Caetano, M. (2002). *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Rio de Janeiro: Pallas.
- CENSO GLS (2000). GLS Planet. Disponível em glsplanet.terra.com.br/paradasgays/paradas.shtml.
- Central Intelligence Agency (2009, May 14). *The world fact-book—Brazil*. Retrieved on June 2, 2009, from <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>

- Cerqueira-Santos, E., Winter, F., Salles, A., Longo, J. & Teodoro, M. (2007). Contato interpessoal e crenças sobre homossexualidade: Desenvolvimento de uma escala. *Interação em Psicologia, 11*(2), 221-229.
- Código Penal Brasileiro. (2001). *Lei 10.224, Art. 216-A*. Brasília.
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (2004). Brasil sem homofobia: Programa de combate a violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde.
- Crocker, J., Major, B. & Steele, C. (1998). Social stigma. Em D. T. Gilbert, S. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4th ed., pp. 504-553). New York: McGraw Hill.
- DeFrancisco, V. (1997). Gender, power and practice: Or, putting your money (and your research) where your mouth is. In R. Wodak (Ed.), *Gender and discourse* (pp. 37-56). London: Sage.
- DeSouza, E. R. & Schneider, K. T. (2009). *Incivility based on sexual orientation: The impact on North American and Brazilian bystanders*. Manuscrito em preparação.
- DeSouza, E. R., Baldwin, J., Koller, S. H. & Narvaz, M. (2004). A Latin American perspective in the study of gender. Em M. A. Paludi (Ed.), *Praeger guide to the psychology of gender* (pp. 41-67). Westport, CT: Praeger.
- DeSouza, E. R., Solberg, J. & Cerqueira, E. (2007). A cross-cultural perspective on judgments of woman-to-woman Sexual Harassment: Does sexual orientation matter? *Sex Roles, 56*, 457-471.
- DeSouza, E. & Showalter, B. (no prelo). Harassment of sexual minority college students on U.S. Campuses. Em Paludi, M.A. (Ed.), *Feminism and women's rights worldwide* (Volume 2). Westport, CT: Praeger.

- Diamond, L. M. & Savin-Williams, R. C. (2000). Explaining diversity in the development of same-sex sexuality among young women. Em L. D. Garnets, L (Ed.), *Psychological perspectives on lesbian, gay, and bisexual experiences* (pp. 130-148). New York: Columbia University Press.
- Fassinger, R. E. (1991). The hidden minority: Issues and challenges in working with lesbian women and gay men. *The Counseling Psychologist*, 19, 157-176.
- Fausto-Sterling, A. (2000). *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books.
- Fiske, S. T. & Glick, P. (1995). Ambivalence and stereotypes cause sexual harassment: A theory with implications for organizational change. *Journal of Social Issues*, 51, 97-115.
- Glick, P. & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-512.
- Glick, P. & Fiske, S. T. (1997). Hostile and benevolent sexism: Measuring ambivalent sexist attitudes toward women. *Psychology of Women Quarterly*, 21, 119-135.
- Glick, P., Fiske, S. T., Mladinic, A., Saiz, J. L., Abrams, D., Masser, B., et al. (2000). Beyond prejudice as simple antipathy: Hostile and benevolent sexism across cultures. *Journal of Personality and Social Psychology*. 79, 763-775.
- Glomb, T. M., Richman, W. L., Hulin, C. L. & Drasgow, R. (1997). Ambient sexual harassment: An integrated model of antecedents and consequences. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 71, 309-328.
- Goering, L. (April 4, 1997). Brazil's gay men appear singled out, attacked for living ordinary lives. *The Chicago Tribune*. Chicago, IL.

Retrieved on March 25, 2005, from http://www.familyresearchinst.org/FRI_EduPamphlet4.html

- Green, J. N. (1999). *Beyond carnival: Male homosexuality in twentieth-century Brazil*. Chicago: University of Chicago Press.
- Grupo Gay da Bahia (2009). Relatório sobre crimes homofóbicos no Brasil. Grupo Gay da Bahia: Salvador: Grupo Gay da Bahia.
- Herek, G. H. (2000). Sexual prejudice and gender: Do heterosexuals' attitudes toward lesbians and gay men differ? *Journal of Social Issues*, 56 (2), 251-266.
- Horowitz, J. L. & Newcomb, M. D. (2001). A multidimensional approach to homosexual identity. *Journal of Homosexuality*, 42, 1-19.
- Kimmel, M. S. (1997). Masculinity as homophobia: Fear, shame, and silence in the construction of gender identity. Em M. M. Gergen & S. N. Davis (Eds.), *Toward a new psychology of gender* (pp. 223-242). New York: Routledge.
- Kitzinger, C. & Wilkinson, S. (2004). Social advocacy for equal marriage: The politics of "rights" and the psychology of "mental health." *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 4, 173-194.
- Klein, C. (1999). 'The ghetto is over, darling': Emerging gay communities and gender and sexual politics in contemporary Brazil. *Culture, Health & Sexuality*, 1, 239-260.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178.
- Larsen, R. J. & Buss, D. M. (2008). *Personality psychology: Domains of knowledge about human nature*. New York: McGraw Hill.
- Lawrence v. Texas, 71 U.S.L.W. 4574 (2003).
- Leis (2002). *Pride*. Acessado em 25 de maio de 2009, em <http://mixbrasil.uol.com.br/pride/direito/dh.htm>

- Low, D. K. S., Radhakrishnan, P. & Schneider, K. T. (2004). The co-victimization of bystanders: Expanding the loci of ethnic harassment beyond targets. *Manuscrito submetido para publicação*.
- Masser, B. & Abrams, D. (1999). Contemporary sexism: The relationships among hostility, benevolence, and neosexism. *Psychology of Women Quarterly*, 23, 503-517.
- Mendes-Leite, R. (1993). A game of appearances: The “ambigusexuality” in Brazilian culture of sexuality. *Journal of Homosexuality*, 25, 271-282.
- Mott, L. (2002). *O crime anti-homossexual no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia.
- National Gay and Lesbian Task Force. (2008, July 31). *State nondiscrimination laws in the U.S.* Acessado em 6 de junho de 2009, em http://www.thetaskforce.org/reports_and_research/nondiscrimination_laws
- Noviski, I. F., Davoli, J. C. & Castro, R. C. (2000). *Assédio Sexual: Questão que ultrapassa a categoria profissional do secretário executivo*. Monografia de conclusão de curso. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, São Paulo.
- O mundo gay rasga as fantasias. (12 de maio de 1993). *Veja*, pp. 52-57.
- Parker, R. (1999). *Beneath the equator: Cultures of desire, male homosexuality, and emerging gay communities in Brazil*. London: Routledge.
- Parker, R. G. (1993). “Within four walls”: Brazilian sexual culture and HIV/AIDS. Em H. Daniel & R. Parker (Eds.), *Sexuality, politics and AIDS in Brazil: In another world?* (pp. 65-84). London: Falmer.
- Pastore, J. & Robortella, L. C. A. (2003) *Assédio Sexual no Trabalho*. São Paulo: Makron Books.
- Prado, M. A. M. & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades*. São Paulo: Cortez.
- Resolução CFP # 001/99. (22 de março de 1999). Estabelecer normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual.

- Rios, R. R. (2002). A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito Brasileiro. Em C. Golin & L. G. Weiler (Eds.), *Homossexualidades, cultura e política* (pp. 15-48). Porto Alegre: Sulina.
- Rocha, K. B., Barbosa, L. H. R., Barboza, C. Z., Calvetti, P. U., Carvalho, F. T., Cerqueira-Santos, E. & Moura, A. (2009). Attention to health in Brazil based on transvestites, transsexuals and transgender's perception. Manuscrito não publicado.
- Sedgwick, E. K. (1990). *Epistemology of the closet*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Silva, L. & Barbi, H. (25 de fevereiro de 2005). *Seus direitos*. Acessado em 25 de maio de 2009, em <http://mixbrasil.uol.com.br/pride/seusdireitos/visto/visto.asp>
- Starks, T. J., Gilbert, B. O., Fischer, A. R., Weston, R. & DiLalla, D. L. (2009). Gendered sexuality: A new model and measure of attraction and intimacy. *Journal of Homosexuality*, 56, 14-30.
- Werba, G. C. & Strey, M. N. (2001). Longe dos olhos, longe do coração: ainda a invisibilidade da violência contra a mulher. Em P. K. Grossi & G. C. Werba (Eds.), *Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber* (pp. 71-82). Porto Alegre: Editora PUC/RS, 2.
- Whitam, F. L., Daskalos, C., Sobolewski, C. G. & Padilla, P. (1998). The emergence of lesbian sexuality and identity cross-culturally: Brazil, Peru, the Philippines, and the United States. *Archives of Sexual Behavior*, 27, 31-56.
- Whitley, B. E., Jr. (2001). Gender-role variables and attitudes toward homosexuality. *Sex Roles*, 45, 691-721.

Contato, Sentimentos Intergrupais, Identidade Social, Preconceito e Dívidas Históricas: O Caso dos Indígenas em Goiás¹.

Ana Raquel Rosas Torres

Thalita Vargas Leite Martignoni

Thiago Morais Oliveira

No ano de 1500, quando os portugueses chegaram ao território brasileiro, havia no país cerca de cinco milhões de indígenas, divididos em várias tribos (Cunha, 1998). Passados mais de quinhentos anos, a grande maioria dos brasileiros não sabe nem sequer os seus nomes, tribos ou etnias. Eles são conhecidos pela designação geral de *índios*, como se apresentassem um modo único de pensar e viver, com uma única cultura (Iokoi, 1998).

Atualmente, a população indígena brasileira soma aproximadamente entre 350 a 715 mil pessoas, equivalendo a 0,5% da população nacional (IBGE, 2005). Estima-se que, no Brasil, 200 povos falem aproximadamente 180 línguas indígenas, das 1.300 existentes antes da colonização, embora o senso comum indique que geralmente haja apenas um idioma no extenso território nacional (Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005).

O processo de exclusão social que vivenciam os indígenas se expressa claramente nos níveis de analfabetismo (IBGE, 2009), na

1 Os autores agradecem ao professor José Luis Álvaro, da Universidade Complutense de Madri, pelos comentários importantes que ajudaram a finalização deste trabalho.

pobreza – a grande maioria da população indígena sobrevive com um salário mínimo mensal ou menos (IBGE, 2005, 2009) – e na luta por suas próprias terras (Stocks, 2005). Além disso, as doenças têm dizimado centenas de pessoas, e o uso de álcool e drogas também é preocupante (Guimarães & Grubits, 2007).

Consideradas em conjunto, essas características não os diferem de quaisquer outros grupos marginalizados do resto do mundo. Geralmente, os níveis de analfabetismo, de consumo de drogas e desemprego são altos e levam a visões preconceituosas e atitudes discriminatórias do restante da população brasileira, confirmando os estereótipos já existentes (Brown, 1995).

Uma das consequências dessa situação de pobreza é o êxodo para as cidades. Segundo o IBGE (2005, 2009), o número de pessoas na zona urbana que se declararam indígenas vem aumentando significativamente. O contato mais intenso dos indígenas com o restante da sociedade brasileira nos últimos anos ocorre no mesmo momento em que se discutem e se implementam as primeiras ações afirmativas para grupos minoritários no Brasil, na forma de cotas em instituições de ensino e de reserva de vagas em concursos públicos. De acordo com o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cerca de 51% das universidades estaduais e 42% das federais de todo o país já adotaram a política de cotas para estudantes negros e índios, porém cada uma das instituições possui um sistema diferente.

Por outro lado, o interesse sistemático da Psicologia Social brasileira em estudar fenômenos tais como o preconceito e a discriminação racial é muito recente, e ainda continua bastante reduzido. A busca no Scielo (www.scielo.br), feita em 30 de março de 2010, mostrou apenas 57 trabalhos publicados nos quais a palavra-chave *preconceito* aparece. Quando se estreitou a busca para a expressão *preconceito racial*, surgiram apenas

cinco trabalhos publicados e, em relação a *preconceito contra indígenas*, nenhum foi encontrado. É nesse contexto que este trabalho se insere.

Assim, o objetivo principal é investigar o preconceito de jovens não-indígenas contra indígenas em Goiás, estado brasileiro localizado no Centro-Oeste do país e que ocupa o nono lugar em populações indígenas, com 14.110 indivíduos (Moretz-Sohn, 2009). No entanto, diferentemente do que ocorre com muitas etnias que vivem na região amazônica, a grande maioria dos indígenas que habitam Goiás mantém contato quase que diário com não-indígenas, pois suas terras vêm sendo paulatinamente engolidas por empresas agropecuárias e cidades. Pode-se dizer, portanto, que nessa situação, o contato intergrupal entre indígenas e não-indígenas é bastante frequente, e é nesse campo que este estudo foi desenvolvido.

No século XX, as consequências do contato intergrupal começaram a ganhar o interesse de psicólogos sociais, com base no estudo seminal de Gordon Allport (1954/1979) e, desde então, têm ocupado importante espaço na literatura dedicada a investigar as relações intergrupais. Esse interesse concentra-se, sobretudo, numa consequência do contato: o preconceito e a discriminação a ele relacionada. A definição de preconceito mais usada em estudos dessa natureza é exatamente a de Allport (1954/1979, p. 09). Segundo esse autor, o preconceito é: *“an antipathy based upon a faulty and inflexible generalization. It may be felt or expressed. It may be directed toward a group as a whole or toward an individual because he is a member of that group”*.² Nessa definição, pode-se perceber a importância das pertencas grupais para a análise do preconceito, que nem sempre esteve presente, como se verá.

2 Tradução: “uma antipatia baseada em uma generalização errada e inflexível. Ela pode ser sentida ou abertamente expressa. Ela pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser este membro de tal grupo”.

Recentemente, outro aspecto das consequências do contato intergrupais também vem recebendo atenção dos estudiosos: as relações entre os sentimentos intergrupais, como a culpa e vergonha coletiva (Brown, González, Zagefka, Manzi & Cehajic, 2008; Caouette, 2003; McGarty e cols., 2005; Swim & Miller, 1999), a responsabilidade grupal (Brown & Cehajic, 2008; Doosje, Branscombe, Spears & Manstead, 1998) e o desejo de reparação da dívida histórica existente entre grupos e que foi gerada pelas relações de exploração existentes entre esses grupos.

Diante do exposto, este capítulo tem como objetivos investigar as relações entre os sentimentos intergrupais culpa e vergonha e o preconceito de não-indígenas contra indígenas. Em um segundo momento, mostrar as relações entre esses sentimentos e o apoio de não-indígenas às ações afirmativas voltadas às populações indígenas.

Contato intergrupais e a matriz formadora do povo brasileiro

Desde a chegada dos portugueses à *terra brasilis*, o contato entre indígenas e não-indígenas raramente tem acontecido pacificamente.

No início da colonização, houve o confronto entre as culturas indígenas, ainda rudimentares no domínio tecnológico da natureza, e a cultura dos portugueses, que traziam as naus abarrotadas de ferramentas, como machados, facões e tesouras. Os índios “não podendo produzi-las, tiveram que encontrar e sofrer todos os modos de pagar seus preços, na medida em que elas se tornaram indispensáveis” (Ribeiro, 2004, p. 101).

Os indígenas foram escravizados, mantidos sob a tutela da Igreja e, mais tarde, do Estado brasileiro. Atualmente, com o advento da Constituição de 1988, foi estabelecido o princípio de que os povos indígenas são os primeiros e naturais senhores de direito da terra que

ocupam por posse permanente, independentemente de qualquer reconhecimento formal. No art. 232 da Constituição Federal encontra-se a seguinte prerrogativa: os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. No entanto, na vida real, a situação é bem diferente, como mostram os dados do IBGE (2005, 2009).

Darcy Ribeiro (1982) apresenta uma tipologia da imagem que o não-índigena possui a respeito dos indígenas brasileiros. Para ele, basicamente, pensamos sobre as diversas etnias indígenas de maneira binária: o índio tribal e o índio genérico.

O índio tribal é o índio que lutou bravamente e conseguiu resguardar sua terra, sua língua e seus costumes, sem ou apesar do contato com a sociedade brasileira. Já o índio genérico é aquele que passou pelo processo de transfiguração étnico-cultural³, ao reestruturar seu modo de viver para adaptar-se à realidade do contato com a população não-índigena.

Os índios genéricos, ao contrário dos índios tribais, apesar de resguardarem sua identidade como índio de etnia específica, não a tem reconhecida na sociedade brasileira. Segundo Cohn (2001), quando um índio é visto calçado e vestido com calça jeans, falando português, utilizando gravadores e vídeos, ele aparece aos olhos do público como menos índio, como se sua etnia pudesse ser mudada da mesma maneira com que muda de roupa.

No processo de transfiguração étnico-cultural, os índios genéricos deixam de ser percebidos como índios, mas também não passam a integrar a condição de brasileiros *comuns*, não-índigenas. Eles passam a formar novo grupo social, alvo de discriminação (Ribeiro, 1982). Nessa

3 “Transfiguração étnica é o processo através do qual os povos, enquanto entidades culturais, nascem, se transformam e morrem.”, afirma Ribeiro (2004, p. 257).

perspectiva, a noção de uma democracia racial, baseada na idéia da miscigenação pacífica entre as raças formadoras da nação brasileira, nada mais é que uma construção ideológica que, de certa forma, justifica e dá longevidade tanto aos processos discriminatórios contra negros e índios como, também, dificulta a implementação de políticas de ação afirmativas já que, no Brasil, somos todos meio brancos, índios e negros.

Ressalte-se que o processo de desenvolvimento da identidade coletiva, ou social, acontece no quadro das relações de poder entre os grupos que formam a história de uma nação (Camino & Pereira, 2000). No caso brasileiro, os europeus, os indígenas e os negros, no processo histórico, desenvolveram relações de poder que formaram a conjuntura racial contemporânea, na qual o grupo majoritário, predominantemente de origem européia, usufrui as riquezas que foram geradas pelo trabalho escravo do indígena e do negro.

Pode-se dizer que a crença fundante do mito da *democracia racial* de Gilberto Freyre (1998), de que o brasileiro não pertence a uma raça definida, mas é formado por várias delas, assimiladas harmoniosamente é, na realidade, uma falsa idéia da cordialidade racial, considerando que existe um enorme abismo que separam as classes sociais (IBGE, 2003, 2005, 2009). Em decorrência, aqueles que se encontram em situação de desfavorecimento (os indígenas, por exemplo) não conseguem se organizar para romper a ilusória cordialidade da situação social do Brasil, continuando o ininterrupto ciclo perverso de exclusão.

Relações intergrupais e preconceito

As primeiras explicações para a existência do preconceito, na perspectiva da Psicologia Social, enfatizavam mais elementos psicológicos,

como por exemplo, as características de personalidade (e.g., Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford, 1950).

A teoria da personalidade autoritária de Adorno e cols. (1950) baseava-se em alguns preceitos da psicanálise, tais como a repressão de pulsões agressivas e seu deslocamento para outros alvos. Conforme esses autores, o preconceito seria caracterizado pelo deslocamento da agressividade, produto da repressão dos constrangimentos oferecidos pela educação rígida e autoritária dos pais. Nessa perspectiva, se a agressividade não podia ser dirigida diretamente às figuras de autoridade, ela se dirigiria para outros alvos mais fracos, tais como pessoas de grupos minoritários. Assim, o preconceito era concebido como característica da personalidade de alguns indivíduos em virtude do modelo de socialização a que seriam submetidos. Após a Segunda Guerra Mundial, essa teoria estimulou um grande esforço de investigações sobre o preconceito, visto sobretudo como fruto de mentes perturbadas como a de Hitler e seus seguidores.

Pettigrew (1958), no entanto, desafiou essa perspectiva personalista ao encontrar altos índices de preconceito racial na África do Sul e no Sul dos Estados Unidos da América, mas que não estavam associados aos índices de autoritarismo. É importante ressaltar que essa ideia também foi defendida por Arendt (1951/1967) e por Rokeach (1960). Pode-se então depreender que, se o preconceito fosse produto de diferenças individuais, não se poderia explicar a presença do fenômeno em populações inteiras. Ou ainda, se fosse fruto do modelo de socialização, como justificar aumentos e quedas repentinas na expressão do preconceito? Questionamentos dessa natureza levaram alguns autores a buscarem outros níveis de explicação para o fenômeno.

Para muitos teóricos, o preconceito é visto como produto das relações entre os indivíduos em uma dada situação. A teoria da atração

interpessoal (Byrne, 1971) e os estudos de relações interpessoais de Newcomb (1961) são expoentes dessa perspectiva. Allport (1954/1979) também propõe uma relação entre contato interpessoal e diminuição do preconceito. No entanto, para esse autor, para que haja sucesso em programas de contato é necessário que algumas condições sejam cumpridas, ou seja, o contato intergrupal deve ocorrer em condições bem específicas, tais como, o apoio institucional e social, uma qualidade do contato maior do que apenas o mero conhecimento, ou seja, relações de maior intimidade; igualdade de posição social ou hierárquica e o estabelecimento de objetivos comuns.

Como se pode perceber, algumas condições extrapolam o controle do relacionamento interpessoal entre os indivíduos e requerem mudanças das relações de poder dos grupos envolvidos e da própria estrutura do contexto em que elas ocorrem (Monteiro, 1993/2006).

A teoria da identidade social, desenvolvida por Tajfel e Turner (1979), é considerada a primeira demonstração empírica de que os processos discriminatórios estão muito mais ligados às dinâmicas intergrupais do que a processos individuais. Segundo esses autores, o sentimento de identificação com um grupo suscita também o compartilhamento de metas e interesses. Consequentemente, pode-se inferir que os estados emocionais provindos dessas motivações também são compartilhados pelos indivíduos.

Tajfel, Billig, Bundy e Flament (1971) demonstraram, por meio de estudos de laboratório, que a simples inserção do indivíduo na categoria social, mesmo que vazia de significado, como no paradigma do grupo mínimo, leva ao favoritismo endogrupal e ao desfavorecimento exogrupal. Para esses autores, ao privilegiar a posição do endogrupo, o sujeito o faz com o intuito de preservar a identidade social positiva do seu grupo, da qual também depende a sua própria.

A demonstração de um suposto viés endogrupal gerou muitos esforços na investigação desse fenômeno. Alguns estudos mostram que o favoritismo pelo endogrupo não era um fenômeno tão universal assim, sugerindo que poderia ser fruto de um sistema de crenças individualista e competitivo (Wetherel, 1982) ou até mesmo de um padrão perceptivo do sexo masculino (Breakwell, 1978).

Ampliando os fundamentos da teoria da identidade social, outra perspectiva enfatiza fenômenos grupais, sobretudo nas relações de poder entre os grupos sociais. Conforme essa abordagem, o preconceito passa a ser concebido como uma forma particular de relação intergrupala e, no quadro específico de relações de poder entre os grupos, desenvolvem-se e são expressas atitudes negativas e depreciativas, bem como comportamentos hostis e discriminatórios, contra membros de um grupo social pelo simples fato de serem membros desse grupo (Camino & Pereira, 2000).

Seguindo essa linha de investigação, as crenças e ideologias produzidas pela sociedade exercem papel fundamental para a compreensão do preconceito. Como exemplo, após os eventos da Segunda Guerra Mundial e os movimentos pela igualdade de direitos civis nas décadas seguintes, houve suposta diminuição do preconceito pelo estabelecimento de normas antidiscriminatórias. No entanto, Gaertner e Dovidio (1986) e Pettigrew e Meertens (1995) apontam que, desde aquele período, ocorreram mais mudanças na expressão do preconceito do que sua diminuição propriamente dita.

De acordo com Schwarcs (1993), uma mudança na expressão do preconceito aconteceu com a substituição da crença na hierarquia das *raças* – explicação biológica não apenas refutada cientificamente como também condenada socialmente – pela crença na hierarquia cultural, segundo a qual o sucesso de alguns povos no mundo depende de formas menos primitivas de organização social.

Por outro lado, alguns autores (Brown, 1995; Dijker, 1987; Mackie & Smith, 2003) têm criticado o enfoque quase que exclusivamente cognitivo que as teorias do preconceito adotaram. Conforme esses autores, tem ocorrido o abandono ou negligência de aspectos emocionais das relações intergrupais, em razão da crença de que a origem e o funcionamento do preconceito podem ser descritos em termos de princípios formais do processamento da informação. Dito de outra forma, a ênfase tem sido dada ao aspecto cognitivo, e não ao afetivo. Por isso, esses autores têm buscado investigar sentimentos intergrupais que seriam determinantes não só do preconceito mas, também, do comportamento discriminatório ou dos comportamentos prossociais, como o apoio às ações afirmativas.

Compreender os sentimentos envolvidos na relação intergrupar permite esclarecer aspectos inacessíveis e incompreensíveis do ponto de vista unicamente pessoal. Portanto, o grupo compartilha emoções que são diferentes do plano individual, quer dizer, agir em conformidade com o grupo de pertença implica comportar-se como representante grupal. Emoções compartilhadas em grupo facilitam tanto a percepção de uma ampla cadeia de sentimentos, como a solução mais rápida e efetiva de conflitos envolvendo muitos indivíduos. Por esse motivo, a existência da culpa coletiva, associada à vergonha coletiva, pode contribuir para a redução das tensões intergrupais.

Segundo Lewis (1971), tanto a culpa como a vergonha coletivas são emoções de base grupal compostas de afeto negativo, forte componente coletivo, autoconscientes, mas com características diferentes, que permitem aos indivíduos perceber a transgressão cometida pelo seu grupo. A primeira é definida pela ênfase ao ato danoso e suas conseqüências, ou seja, algo ruim foi cometido contra alguém, que sofreu alguma conseqüência negativa. Diferentemente, a vergonha é denotada pelo foco nas implicações do dano causado para o autoconceito da pessoa pertencente

ao grupo perpetrador, isto é, se o indivíduo fez algo ruim para alguém, e pode pensar que é de fato má pessoa.

Supõe-se que as pessoas sentem vergonha quando elas atribuem um acontecimento negativo a uma causa interna e imutável (por isso desejam ser diferentes e evitam a situação) (Weiner, 1995). As pessoas sentem-se envergonhadas ao perceberem que suas atitudes demonstram um defeito em seu caráter, pois essa emoção se caracteriza pelo sentimento de autoconsciência e o medo constante de serem repelidas pelas outras pessoas (Lewis, 1971; Wicker, Payne & Morgan, 1983).

Nas relações intergrupais, os exogrupos geralmente desencadeiam reações afetivas de caráter negativo, e diferentes emoções são evidenciadas por comportamentos ofensivos e defensivos. O comportamento ofensivo é definido pela necessidade de o grupo empenhar-se no desprezo ao exogrupo, seja psicológica ou fisicamente, para prejudicá-lo; em oposição, o comportamento defensivo imprime o anseio de afastar-se do exogrupo, desprezá-lo e mesmo evitá-lo (Devos, Silver, Mackie & Smith, 2003).

Desde o início dos estudos sobre a culpa e vergonha coletivas, as emoções e seus antecedentes tiveram suas características investigadas por aspectos idiossincráticos, mas, para Branscombe, Doosje e McGarty (2003), algumas emoções sociais relevantes são condicionadas com base nas saliências da relação intergrupala.

A culpa no plano individual pode receber a denominação de emoção autoconsciente, ou seja, ela é internamente sentida. No entanto, para que ela ocorra, é preciso primeiro que os indivíduos compartilhem conjuntos de padrões ou regras morais os quais o *self* vivenciou e teve responsabilidade pelos desvios, violações ou erros (Baumeister, Stillwell & Heatherton, 1994; Lewis, 1993; Tangney, 1995; Weiner, 1995). As pessoas podem vivenciar a culpa desde o momento em que o comportamento de seus ascendentes for demonstrado saliente, com todo o conjunto

característico de dominação que tenha sido violento ou devastador (Doosje, Branscombe, Spears & Manstead., 1998).

De acordo com Doosje e cols. (1998), as pessoas podem sentir culpa coletiva se o comportamento dos membros endogrúpicos apresentar incoerência com as normas e valores do próprio grupo. Segundo Baumeister, Stillwell e Heatherton (1994), a culpa coletiva nas pessoas emerge pelo fato de buscarem se desculpar ou reparar fatos prejudiciais desencadeados pelo seu grupo. Ela ocorre entre as pessoas e em meio às suas relações, e não simplesmente em si próprias. O fato de as pessoas provocarem culpa em outras pessoas é um forte atributo que confirma o seu fenômeno interpessoal. Nessa perspectiva, a culpa coletiva permite estabelecer comprometimentos simbólicos entre os indivíduos, os quais possibilitam fortalecer os laços sociais entre os grupos.

A culpa coletiva não necessariamente ocorre em contextos transgressivos, ela pode, da mesma forma, emergir naqueles em que as pessoas a sentem por terem recebido recompensas ou algo a mais do que outras pessoas, em condições em que os desempenhos foram semelhantes (injustiça por benefício desigual). Por essa razão, aqueles que receberam pouco podem sentir ódio, ressentimento e terem a sensação de que foram enganados (Austin, McGinn & Susmilch, 1980; Baumeister, Stillwell & Heatherton, 1994).

Conforme Branscombe, Slugoski e Kappen (2004), a aceitação da culpa coletiva tem mais chance de ocorrer quando a atenção se volta para o papel do endogrupo nos atos danosos executados contra o exogrupo, em vez do sofrimento vivenciado pelo exogrupo. Os não-indígenas, por exemplo, podem perceber os danos causados às muitas populações indígenas que foram dizimadas por seus antepassados endogrúpicos, em vez de simplesmente perceberem como os indígenas sofreram ou sofrem em decorrência desses fatos.

É importante lembrar que emoções no plano coletivo não podem ser engendradas sem antes as pessoas serem categorizadas como membros do grupo. Portanto, pode-se sentir orgulho de uma realização grupal positiva, ou culpa baseada em ações grupais nocivas quando a idéia de categoria grupal for introjetada, ou seja, a pessoa sentir-se identificada com o próprio grupo (Branscombe, Doosje & McGarty, 2003).

Além disso, para que se possa vivenciar a culpa ou a vergonha coletiva pelo grupo de alguém, é preciso que esse grupo seja visto pelos próprios membros como pivô causador do evento condenável ou danoso. A atribuição do grupo culpado exige um julgamento de causalidade e um motivo contundente, os quais confirmem que o acontecimento foi injustificado (Lickel, Schmader & Barquissau, 2004).

As duas emoções têm origem na percepção que o indivíduo desenvolve a respeito da responsabilidade grupal, pelo infortúnio cometido a outro grupo (Lewis, 1971; Tangney, 1992, 1995). Algum acontecimento que ocorra e envolva elementos negativos em relação aos aspectos que estão no controle do comportamento do sujeito facilita que a culpa coletiva se fixe como resposta emocional preponderante.

De modo oposto, a vergonha é cogitada como resposta emotiva dominante, se o evento for interpretado pela existência de alguma característica negativa relacionada às qualidades imutáveis do indivíduo, ou seja, ligadas à sua autoimagem. De acordo com Brown, González, Zagefka, Manzi e Cehajic (2008), a culpa coletiva está mais próxima das orientações prossociais, ao passo que a vergonha refere a fortes autoavaliações negativas, preocupações com a reputação e comportamentos evitativos.

Conforme Niedenthal, Tangney e Gavanski (1994), quando as pessoas se lembram de situações de culpa e vergonha, os seus sentimentos de vergonha apresentam a contradição segundo a qual a pessoa deveria

ser diferente do que ela realmente é, ao passo que, na culpa, a contradição pode ser sentida quando a pessoa pensa que deveria se comportar diferentemente do habitual.

Brown e cols. (2008), em sua pesquisa sobre culpa e vergonha coletivas, chegaram à conclusão de que, em um curto espaço de tempo, as duas emoções apresentam associações análogas e positivas em relação à atitudes reparatórias e à redução do preconceito. Estes autores ainda queriam saber as consequências dos sentimentos de culpa com ou sem a vergonha. Segundo eles, é possível dizer que o elevado nível de vergonha, com suas implicações de evitação, pode efetivamente restringir as consequências prossociais – redução do preconceito, desencadeadas pela culpa coletiva. Assim, para produzir efeitos intergrupais positivos, deve haver a combinação de culpa coletiva com níveis baixos de vergonha coletiva, ao menos quando se deseja promover resultados positivos para os grupos.

Brown e Cehajic (2008) afirmam que a vergonha é, de fato, orientada por conteúdos internos referentes às consequências daqueles atos prejudiciais à imagem do próprio indivíduo ofensor, ao passo que a culpa coletiva se concentra em malfetorias, e suas consequências para as vítimas. Por isso, a empatia é mais correlacionada à culpa do que à vergonha, no tocante à redução do preconceito. No entanto, as duas emoções podem emergir simultaneamente, ou uma de cada vez, em situações nas quais o sujeito perceba que seu comportamento é de natureza ilegítima (Brown e cols., 2008).

Com base no exposto, apresenta-se um estudo desenvolvido que teve como objetivo analisar as relações entre culpa e vergonha coletivas, identidade com a nação brasileira, contato entre indígenas e não-indígenas, e preconceito de não-indígenas contra indígenas.

Os participantes deste estudo foram 823 estudantes do ensino médio, matriculados em escolas públicas de Goiás. As escolas foram escolhidas

pelo fato de existir ou não uma aldeia indígena nas suas proximidades. As cidades em Goiás que possuem aldeias indígenas são (IBGE, 2005): Nova América (2.305 hab.), Aruanã (5.232 hab.) e Rubiataba (19.122 hab.). As cidades que não possuem aldeias nas proximidades foram escolhidas de acordo com o número de habitantes, a fim de que fossem bastante semelhantes ao primeiro grupo de cidade. Dessa forma, foram escolhidas as cidades de Palmelo (2.446 hab.), Caturai (4.475 hab.) e Nerópolis (22.710 hab.).

A idade média dos participantes foi de 16,5 anos (desvio padrão = 1,6 anos), com máximo de 24 e mínima de 14 anos. Dos participantes, 35,4 % eram mulheres e 64,6 % homens. Depois da anuência dos diretores das escolas e dos professores, os questionários foram respondidos individualmente em aplicação coletiva nas salas de aula.

As variáveis investigadas neste trabalho foram operacionalizadas em escalas, de formato Likert, que variavam de 1 a 7, e são as que se seguem:

O *contato* foi operacionalizado apenas de acordo com a existência ou não de aldeias indígenas nas proximidades da cidade.

Em relação à *culpa coletiva*, a escala foi baseada em Brown e cols. (2005), e conta com sete indicadores: 1 “Sinto-me culpado pelo que nós, brasileiros não indígenas, fizemos com os índios no passado”; 2 “Pensar em como nós, brasileiros não indígenas, temos tomado as terras dos índios, faz sentir-me culpado”; 3 “Sinto-me culpado quando penso nos baixos salários que os índios recebem quando conseguem algum trabalho”; 4 “Pensar em como os brasileiros mostram intolerância, negando-se a contratar pessoas de origem indígena, faz sentir-me culpado”; 5 “Sinto-me muito mal quando me dou conta que nós, brasileiros não indígenas, temos contribuído para que os índios percam sua língua e seus costumes”; 6 “Sinto-me culpado quando vejo as péssimas condições de vida que têm os índios no Brasil”; 7 “Quando eu

penso em como nós, brasileiros, negamos ajuda aos índios, me sinto culpado”. O índice de fidedignidade dessa escala, mensurado pelo alfa de Cronbach, foi de 0,83.

No tocante à *vergonha coletiva*, a escala foi construída com base nos estudos realizados por Brown e Cehajic (2008), e conta com sete indicadores: 1 “Eu me sinto envergonhado porque a maneira como temos tratado os índios faz que os outros países vejam o Brasil de maneira negativa”; 2 “Quando eu penso em como o Brasil é visto internacionalmente, me sinto envergonhado”; 3 “Eu fico realmente envergonhado quando fico sabendo que publicaram notícias sobre a maneira como tratamos os índios brasileiros”; 4 “Eu me sinto envergonhado quando penso na maneira como temos tratado os índios, pois isso mostra que nós, brasileiros, somos um povo essencialmente ruim”; 5 “Às vezes acho que nós, brasileiros, temos uma tendência natural para discriminar as pessoas de origem indígena e isso me deixa constrangido”; 6 “Eu me sinto mal quando penso que nós, brasileiros, somos intolerantes com os índios, pois isso mostra que somos um povo que naturalmente discrimina outros povos”; 7 “Muitas vezes, quando penso no mal que temos causado aos índios, eu me sinto desconfortável porque isso demonstra que o jeito de ser do brasileiro é naturalmente mal”. O alfa de Cronbach foi de 0,75.

A escala de *identidade* foi baseada em Brown e cols. (2005) e tem cinco indicadores: 1 “Eu me considero brasileiro”; 2 “Ser brasileiro é muito importante para mim”; 3 “Para mim, é muito importante o que acontece com os outros brasileiros”; 4 “Sinto-me mal quando alguém fala mal dos brasileiros”; 5 “Se eu pudesse escolher, eu preferiria deixar de ser brasileiro” (reverso). O alfa de Cronbach foi de 0,68.

Para medir o *preconceito* foi construída uma escala de distância social com base nos estudos de Bogardus (1933), contendo sete indicadores: 1

“Ter um vizinho índio”; 2 “Ter um professor índio”; 3 “Ter um prefeito índio”; 4 “Ter um médico índio”; 5 “Trabalhar para um índio”; 6 “Ser abordado por um policial índio”; 7 “Ter um amigo índio”; 8 “Namorar com um índio ou uma índia”; 9 “Casar com um índio ou uma índia”. O alfa de Cronbach foi de 0,92.

O primeiro passo na análise dos dados consistiu na investigação de média e desvio-padrão das variáveis utilizadas. Como se pode ver na Tabela 1, tanto a culpa como a vergonha coletivas tiveram médias próximas ao ponto médio da escala. A identidade com a nação brasileira foi relativamente alta (5,66), e o preconceito, também bastante elevado (2,80), já que, com a inversão dos itens, quanto menor a média, maior o preconceito.

Tabela 1. Médias e desvios padrão das variáveis investigadas

Variáveis	Média	Desvio-padrão
Culpa	4,10	1,03
Vergonha	4,37	1,00
Identidade Social	5,66	0,99
Preconceito	2,80	1,13

Comparando as médias de acordo com a existência ou não do contato entre indígenas e não-indígenas (Tabela 2), pode-se perceber que não existe diferença significativa no que se refere aos níveis de identificação com a nação brasileira. Todas as outras comparações resultaram significativas. Assim, os níveis de culpa e vergonha coletivas e do preconceito são mais elevados nas cidades sem contato do que nas cidades onde existe o contato entre indígenas e não-indígenas.

Tabela 2: Média (desvio- padrão) e teste t comparando as variáveis estudadas de acordo com a existência ou não do contato entre indígenas e não-indígenas.

Variáveis	Condição	Média (DP)	t(796)	p. <
Identidade	Com contato	5,64 (0,99)	-0,45	n.s.
	Sem contato	5,67 (1,02)		
Preconceito	Com contato	2,99 (1,07)	4,60	.001
	Sem contato	2,62 (1,16)		
Culpa	Com contato	3,98 (1,03)	-3,13	.001
	Sem contato	4,21 (1,02)		
Vergonha	Com contato	4,24 (1,02)	-3,35	.001
	Sem contato	4,49 (0,99)		

Para analisar as relações existentes entre o preconceito e os níveis de culpa e vergonha coletivas, identificação com a nação brasileira e existência ou não de contato entre indígenas e não-indígenas, calculou-se uma regressão múltipla tendo como variável critério o preconceito, e as demais variáveis com antecedentes. Para a inclusão da variável *contato intergrupala*, construiu-se uma *dummy variable* (Maroco, 2003) usando o comando *recode* do SPSS versão 17.0.

Tabela 3: Regressão múltipla tendo como variável critério o preconceito contra povos indígenas brasileiros e como variáveis antecedentes o contato intergrupala, culpa e vergonhas coletivas, e a identidade com a nação brasileira.

	Preconceito		
	Beta	t	p. <
Identidade	-0,23	-6,34	.001
Contato	0,16	4,47	.001
Culpa	-0,23	-4,79	.001
Vergonha	-0,05	-1,00	n.s.
Coeficiente de regressão		R= 0,41	
Variância explicada		R ² = 0,17; R ² ajustado = 0,16	
Significância do modelo		F (4, 657) = 33,84, p.< .001	

Os resultados (Tabela 3) indicam que apenas a vergonha coletiva não se relaciona com o preconceito. Assim, verificou-se que quanto maiores são os níveis de identificação com a nação brasileira e da culpa coletiva, menores são os níveis do preconceito.

De fato, a identificação com a nação brasileira está associada a um menor nível do preconceito, visto que a mesma identificação poderia ser resultado da ideologia de que o Brasil é uma nação de irmãos unidos, que não se diferenciam etnicamente e tampouco racialmente, pelo fato de existir no país uma democracia racial plena. Pensar nos indígenas, portanto, é pensar também na matriz formadora do país. Assim, a correlação negativa entre preconceito e identificação com a nação brasileira pode ser compreendida no contexto da percepção da formação da nação brasileira.

No entanto, o que dizer em relação às ações afirmativas? Uma coisa é reconhecer a existência do preconceito, outra é estar disposto a aceitar políticas públicas que visem reparar as desigualdades sociais provocadas pela discriminação contra os indígenas brasileiros. É esse aspecto que se discute a seguir.

Sentimentos intergrupais e ações afirmativas

As ações afirmativas geralmente são propostas como medidas que visam a eliminar o desequilíbrio nas oportunidades de determinados grupos sociais, criadas ao longo da história. Os grupos minoritários, apesar de constituírem a maior parte da população dos países, não conseguem ter acesso às instâncias decisórias da nação, pois suas condições de vida são muito precárias se comparadas às da elite dominante, que é, geralmente, branca. A fim de reparar a dívida histórica que gerou tais desigualdades sociais, as ações visam facilitar e garantir o acesso à

educação, trabalho, moradia e outros benefícios para que grupos excluídos e marginalizados tenham ascensão social.

Para reparar uma injustiça cometida contra as minorias étnicas brasileiras, é necessário o reconhecimento de que ela própria existiu, continua a existir e merece ser corrigida. Os dados censitários (IBGE, 2003, 2005, 2009) levam à indagação de como é possível não reconhecer que a discriminação que os negros e os índios sofreram no passado continua até os dias atuais, e que eles têm sido excluídos do mercado de trabalho ou trabalham em condições inferiores às dos brancos, e que suas perspectivas de ascensão social são mínimas.

Os dados do IBGE (2003, 2005, 2009) demonstram a evidente discriminação sistemática a que são submetidos os grupos minoritários no Brasil. Nesse sentido, um grande desafio impõe-se: identificar quem deveria se responsabilizar pela reparação e quem seriam os beneficiários.

Para que as ações afirmativas possam receber apoio e serem implementadas, os grupos majoritários devem responsabilizar-se pela situação dos grupos minoritários. Deve-se reconhecer que a riqueza da nação é produto da exploração da mão de obra dos membros dos grupos minoritários. Há uma dívida histórica que deve ser reparada. No entanto, os membros das minorias sociais devem identificar-se como tais, pois assim terão legitimidade para reivindicar a reparação dos danos que seu grupo sofreu.

Os estudos sobre a reparação histórica constroem-se na base teórica do preconceito. Tanto o preconceito quanto a discriminação são tratados como fenômenos distintos, mas pertencentes ao mesmo processo. Se os fatores cognitivos e afetivos são determinantes do preconceito, para compreender as atitudes de reparação da discriminação, é importante também analisar os processos cognitivos e emocionais anteriores à reparação. Infere-se que o nível de análise adotado para a compreensão da medida reparadora deve ser da mesma natureza do seu fato gerador.

Portanto, também se deve adotar a perspectiva das relações intergrupais para estudar as ações de reparação.

É importante esclarecer que as ações afirmativas são implementadas não para combater a atitude preconceituosa, mas a discriminação, ou seja, a expressão do preconceito. Como afirma Allport (1954/1979):

Legislation is not in fact aimed at prejudice at all, at least not directly. Its intent is to equalize advantages and lessen discrimination. [...] Increasing the skills of minority groups, raising their standard of living, improving their health and education has similar effects. Further, the establishment of a legal norm creates a public conscience and a standard for expected behavior that check overt signs of prejudice. Legislation aims not at controlling prejudice, but only its open expression. But when expression changes, thoughts too, in the long run, are likely to fall into line (p. 469-70).⁴

O segundo objetivo do trabalho apresentado foi, portanto, analisar as relações entre os mesmos sentimentos coletivos (culpa e vergonha), a identidade com a nação brasileira, o contato entre indígenas e não indígenas e o apoio as ações afirmativas.

4 Tradução: “A legislação não é, de fato, destinada combater o preconceito, pelo menos não diretamente. Ela objetiva equalizar as vantagens e diminuir a discriminação. [...] Aumentar as competências dos grupos minoritários, elevando seu padrão de vida, melhorando sua saúde e educação tem efeitos semelhantes. Além disso, o estabelecimento de uma norma legal cria uma consciência pública e um padrão de comportamento esperado que limita sinais claros de preconceito. A legislação não tem por objetivo controlar o preconceito, mas apenas a sua expressão aberta. Mas quando a expressão muda, em longo prazo, os pensamentos também tendem a mudar”.

Novamente, o primeiro passo na análise dos dados consistiu em investigar a média e o desvio-padrão das variáveis utilizadas. Da mesma forma que nos resultados anteriores, o apoio às ações afirmativas direcionadas aos indígenas obteve média próxima ao ponto médio da escala ($M=4,76$ e $DP= .95$). Comparando essa média de acordo com a existência ou não do contato entre indígenas e não-indígenas, pode-se verificar que nas cidades sem contato ela é mais elevada ($M=4,94$, $DP= .92$) do que nas cidades com contato ($M=4,57$, $DP= .94$), e essa diferença é significativa [$t(796) = -5,82$, $p. < .001$], indicando que o apoio é mais forte quando não existe o contato intergrupar.

Para analisar as relações entre esse conjunto de variáveis e o apoio às ações afirmativas, procedeu-se da mesma forma como anteriormente (Tabela 4).

Tabela 4. Regressão múltipla tendo como variável critério o apoio às ações afirmativas direcionadas aos indígenas e como variáveis antecedentes o contato intergrupar, culpa e vergonhas coletivas e a identidade com a nação brasileira.

	Preconceito		
	Beta	T	p. <
Identidade	0,08	2,40	.02
Contato	-0,19	-5,64	.01
Culpa	0,28	6,18	.001
Vergonha	0,19	4,09	.01
Coeficiente de regressão		R= 0,504	
Variância explicada		$R^2 = 0,254$; $R^2_{ajustado} = 0,250$	
Significância do modelo		$F(4/657) = 56,80$, $p. < .001$	

Os resultados mostram um quadro bem diferente do anterior, visto que, nessa parte da pesquisa, houve uma diferença substancial em relação à vergonha, que prediz ações afirmativas, em contraste com o

que se obteve anteriormente, em que a vergonha não se relacionava com o preconceito contra povos indígenas.

Assim, nas cidades onde existem aldeias indígenas, o apoio às ações afirmativas tende a ser menor, possivelmente em razão do contato de baixa qualidade e ausência de políticas públicas de inclusão. Por outro lado, quanto maiores são os níveis de identificação com a nação brasileira e de culpa e vergonha coletivas, maior é também o apoio às ações afirmativas.

Tomados em conjunto, esses resultados mostram que o contato entre indígenas e não-indígenas em Goiás faz diminuir o preconceito, mas também o apoio às ações afirmativas direcionadas a essa minoria social. Por outro lado, a identificação com a nação brasileira e os sentimentos de culpa e vergonha coletivos, fazem diminuir o preconceito e aumentam o apoio às ações afirmativas. Ressalte-se que a correlação entre preconceito contra os povos indígenas e o apoio às ações afirmativas direcionadas a eles são negativamente correlacionadas ($r = -0,33$, $p < .001$).

Esses resultados precisam ser entendidos no contexto concreto no qual acontece o contato intergrupar investigado. As cidades goianas que possuem aldeias em suas proximidades são, em geral, muito pobres (IBGE, 2003, 2005, 2009), carecendo de estruturas básicas e, além disso, oferecem poucas oportunidades de emprego e melhorias concretas do padrão de vida para todos os seus habitantes. Outro elemento desse contexto é a falta de políticas públicas voltadas para o incremento das relações indígenas e não-indígenas, defendidas por Allport (1954). Assim, nessas condições, entende-se a falta de apoio às ações voltadas à inclusão de indígenas, já que todos são “igualmente pobres e excluídos”.

Discussão

Partiu-se do pressuposto de que os fenômenos sociais, tais como o preconceito e os sentimentos, reduzem e favorecem o apoio à reparação de danos históricos, por meio da discriminação positiva, e eles devem ser entendidos pela lógica que os insere no seio da estrutura social, caracterizada pelas relações intergrupais existentes entre os grupos que a formam.

Como visto no início deste trabalho, a situação dos indígenas brasileiros não é prioritária para o poder público. Por outro lado, aos olhos dos não-indígenas, os indígenas são quase invisíveis socialmente, e, quando eles se tornam visíveis, na maioria das vezes, são percebidos de uma maneira negativa. Essa situação reflete-se nos níveis bastante altos do preconceito contra povos indígenas encontrados nesta pesquisa. Em uma escala de um a sete, sendo um o nível mais elevado, a média da escala foi de 2,80. Dois aspectos nesse resultado merecem ser enfatizados. Em primeiro lugar, nossos participantes eram bastante jovens, pois a idade máxima foi de 24 anos. Em segundo lugar, o preconceito foi mais elevado nas cidades onde não existe o contato entre indígenas e não-indígenas. Como o êxodo indígena para as cidades vem aumentando a cada ano, como atestam os dados do IBGE (2003, 2005, 2009), pode-se identificar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução. O problema é que, como os participantes deste estudo são muito jovens e apresentam um grau elevado de preconceito contra indígenas, poder-se-ia prever que, à medida que o contato intergrupar aumentasse, cresceriam também os conflitos. No entanto, os resultados mostram ainda que nas cidades com o contato, o preconceito é menor. Assim, com o apoio do poder público com o objetivo de promover as condições propostas por Allport (1954/1979), talvez exista um caminho para a melhoria das relações entre indígenas e não-indígenas.

Outro resultado que chama a atenção é o elevado nível de identificação dos participantes com a nação brasileira e o fato dessa alta identificação não predizer um preconceito mais elevado, como afirmavam Tajfel e Turner (1979). Os autores elaboraram a teoria da identidade social, segundo a qual um objetivo provável e universal que os sujeitos compartilham é o desejo de manter a imagem positiva do grupo e atribuir aspectos negativos ao outro grupo. Em outras palavras, existe uma correlação forte e positiva entre a identificação da pessoa com o grupo de pertença e a tendência a diferenciá-lo positivamente dos outros grupos.

Para compreender esses dados, deve-se ressaltar a peculiaridade do racismo no Brasil e da matriz da identidade brasileira. A identidade do povo brasileiro é fundada no mito da democracia racial, ou seja, a crença de que as raças se complementam e têm uma convivência pacífica. (Freyre, 1998).

Conforme Da Matta (1997), embora existam mestiços tanto nos Estados Unidos da América como no Brasil, na sociedade brasileira esses mestiços não tiveram um reconhecimento cultural e ideológico explícito, ao passo que, no caso norte-americano, eles são classificados ou como brancos ou como negros. Seguindo essa análise, o autor considera que os norte-americanos promoveram uma exclusão pelo sistema *diferentes, mas iguais*, com a política de segregação social. Já no Brasil, o sistema inclui e hierarquiza, de modo complementar, de acordo com o princípio *desigual, mas junto*. Desse modo, a hierarquia permite uma gradação, ou seja, uma ambiguidade, uma vez que as *raças* se complementam para formar uma unidade.

Portanto, o racismo no Brasil aceita e estimula a proximidade entre as pessoas de grupos diferentes, mas, nesse contato, as relações são hierarquizadas e o poder sobre os grupos minoritários é mantido às custas da negação da alteridade desses grupos.

Lima e Vala (2004), por exemplo, observaram o fenômeno do branqueamento, em um estudo em que negros eram percebidos como *menos negros* quando retratados em situação de sucesso social. Seus resultados evidenciam que os negros que logram sucesso têm sua identidade negra negada, passando a ser considerados como mais claros. Ressalta-se que os sujeitos retratados neste estudo empírico eram os mesmos em todas as condições, não havendo, objetivamente, diferença de cor entre eles.

Já em relação aos indígenas, de acordo com Ribeiro (1982), os aculturados não são mais considerados como tais e também não passam a figurar como brasileiros, e são percebidos como *índios genéricos*, e *alternos em oposição*.

A hipótese defendida é que a situação do índio genérico, na verdade, em vez de colocá-los como grupo alvo de discriminação, pode situá-los em um *não-lugar*, em condição de invisibilidade. Questiona-se se mais do que discriminados, não são percebidos, apesar de estarem em contato cada vez mais frequente com os não-indígenas. Além disso, os brasileiros não-indígenas não se sentem responsáveis ($M = 3,91$) ou culpados ($M = 4,09$), como grupo, pelos inúmeros danos causados aos indígenas, não obstante a configuração da história brasileira.

Portanto, se a identidade brasileira é formada pelas matrizes indígena, portuguesa e africana (Ribeiro, 2004), talvez a estratégia para fugir da culpa, ou da vergonha de um dano causado, seja passar a considerar o indígena um cidadão brasileiro *comum*, que não merece reparação especial, vez que o dano foi perpetrado a todos os brasileiros, pois todos são descendentes de indígenas.

Entretanto, não se trata de um simples processo de assimilação à condição de brasileiro. Curiosamente, os indígenas estão sendo inseridos de forma marginalizada na sociedade brasileira, haja vista os dados censitários (IBGE, 2005).

Há que se notar que o brasileiro não-indígena tem incorporado palavras estrangeiras ao vocabulário, além de utilizar muitas tecnologias importadas nas últimas décadas e, no entanto, a sua identidade de brasileiro nunca foi questionada. Do mesmo modo, o brasileiro que migra para outro país e passa a adotar um novo idioma e assimila outros costumes, também guarda a sua identidade brasileira reconhecida. Entretanto, se o indígena sai dos limites da sua tribo e adota um novo idioma, passa a ter sua identidade indígena negada, passando a ser visto como *menos índio* (Cohn, 2001).

Se os índios se tornam figuras invisíveis, ninguém pode se envergonhar ou se sentir culpado pela situação precária na qual vivem. Infere-se, portanto, que a invisibilidade do índio na sociedade brasileira trata-se, na verdade, de uma forma muito mais perversa de discriminação, pois elimina qualquer chance de reconhecimento de danos e possíveis ações para melhorar as condições de vida dessa população, que tem crescido em ritmo acelerado.

Entende-se que uma contribuição importante do presente estudo foi demonstrar que o contato mais frequente com os indígenas, apesar de permitir uma maior proximidade, faz diminuir também o desejo de reparação no contexto estudado. A Psicologia Social deve se preocupar em compreender tal fenômeno, pois é justamente nos locais de maior contato que devem ser implementados maiores esforços para melhorar as condições de vida dos indígenas que ali vivem.

Por outro lado, uma limitação deste trabalho de investigação deve ser apontada. A reparação foi operacionalizada apenas em termos de reparação simbólica, ou seja, mediante pedidos de desculpas.

A reparação concreta merece ser investigada, pois se questiona se a reparação simbólica, por referir-se mais à autoria das atrocidades e implicar um custo à identidade do endogrupo, não teria maior aceitação

do que a concreta, por não haver a necessidade imediata de reparar materialmente com bens ou concessão de benefícios, mas apenas com o compromisso moral de fazê-lo (Doosje e cols. 1998).

De modo geral, o apoio às ações de reparação é fator importante para os países que pretendem o desenvolvimento econômico com a diminuição da desigualdade social.

No Brasil, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/PNAD, 2006) têm demonstrado que a minoria branca é significativamente maior detentora de bens, condições de moradia e saúde e oportunidades de crescimento, como educação e trabalho, do que a população negra ou indígena. Esse fato pode configurar um verdadeiro abismo entre os grupos sociais caso não sejam tomadas medidas de discriminação positiva que levem aos grupos minoritários chances de mobilidade social.

Portanto, a principal contribuição do presente estudo é a demonstração que o apoio à reparação dos danos sofridos pelos indígenas pode ser aumentado ao ensinar na população os sentimentos de culpa e vergonha coletivas. Uma das formas de implementação seria por meio da educação formal, cujas práticas educativas devem ser revisadas de forma a apontar que os brasileiros dos dias atuais, embora não tenham participado diretamente dos atos que causaram esses danos, fazem parte de um grupo que tem uma dívida histórica com os indígenas.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J. & Sanford, R.N. (1950). *The Authoritarian Personality*. Nova Iorque: Harper and Row.
- Allport, G. (1954/1979). *The nature of prejudice (25th anniversary edition)*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Arendt, H. (1951/1967). *The origins of totalitarianism*. New York: A Harvest/HBJ Book.
- Austin, W., McGinn, N. C. & Susmilch, C. (1980). Internal standards revisited: effects of social comparisons and expectancies on judgments of fairness and satisfaction. *Journal of Experimental Social Psychology*, 16, 426-441.
- Baumeister, R. F., Stillwell, A. M. & Heatherton, T. F. (1994). Guilt: an interpersonal approach. *Psychological Bulletin*, 115, 243-267.
- Branscombe, N. R., Doosje, B. & McGarty, C. (2003). Antecedents and consequences of collective guilt. Em D. M. Mackie & E. R. Smith (orgs.). *From prejudice to intergroup emotions: differentiated reactions to social groups* (pp. 49-66). New York: Psychology Press.
- Branscombe, N. R., Slugoski, B. & Kappen, D. M. (2004). The measurement of collective guilt: what it is and what it is not. Em N. R. Branscombe & B. Doosje (orgs.). *Collective guilt: International perspectives* (pp. 16-34). New York: Cambridge University Press.
- Breakwell, G.M. (1978). Some effects of marginal social identity. Em H. Tajfel (Org.), *Differentiation between social groups: studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*. Londres: Academic Press.

- Brown, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Brown, R. & Cehajic, S. (2008). Dealing with the past and facing the future: mediators of the effects of collective guilt and shame in Bosnia and Herzegovina. *European Journal of Social Psychology*, 38(4), 669-684.
- Brown, R., González, R., Zagefka, H., Manzi, J. & Cehajic, S. (2008). Nuestra culpa: collective guilt as a predictor of reparation for historical wrongdoing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 94(1), 75-90.
- Byrne, D. (1971). *The attraction paradigm*. New York: Academic Press.
- Camino, L. & Pereira, C. (2000). O papel da Psicologia na construção dos direitos humanos: análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Perfil (Assis)*, Bauru, 13(13), p. 49-69.
- Caouette, J. (2003). "Don't blame me for what my ancestors did!": factors associated with the experience of collective guilt regarding aboriginal people. (Manuscrito não publicado). McGill University, Montreal.
- Carvalho, J.J. (2006). *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial.
- Cohn, C. (2001). Culturas em transformação: os índios e a civilização. *São Paulo em Perspectiva*, 15(2), 36-42.
- Cunha, M. M. L. C. da (1998). Introdução a uma história indígena. Em M. M. L. C. da Cunha, (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Da Matta, R. (1997). Notas sobre o racismo à brasileira. Em J. Souza (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos* (pp. 69-76). Brasília: Paralelo 15.
- Devos, T., Silver, L. A., Mackie, D. M. & Smith, E. R. (2003). Experiencing intergroup emotions. Em D. M. Mackie & E. R. Smith (orgs.).

- From prejudice to intergroup emotions: differentiated reactions to social groups* (pp. 111-134). New York: Psychology Press.
- Dijker, A. J. M. (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. *European Journal of Social Psychology*, 17, 305-325.
- Doosje, B., Branscombe, N. R., Spears, R. & Manstead, A. S. R. (1998). Guilty by association: when one's group has a negative history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 872-886.
- Ethos, Instituto (2006). Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas – pesquisa 2005. São Paulo: Instituto Ethos.
- Freyre, G. (1998). *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (orgs.). *Prejudice, discrimination and racism* (pp. 61-89). New York: Academic Press.
- Guimarães, L. A. M. & Grubits, S. (2007). Alcoolismo e violência em etnias indígenas: uma visão crítica da situação brasileira. *Psicologia e Sociedade*, 19(1), 45-51.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2009). Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil. Retirado do site: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_socio-saude/2009/default.shtm.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2005). Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base no resultado dos censos demográficos de 1991 e 2000. Rio de Janeiro: Editora IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2003). *Censo Demográfico – 2000: Educação: Resultados da amostra*[on-line]. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/02122003censoeduchtml.shtm>.

- Iokoi, Z. M. G. (1998). Ser índio hoje. Em Z. M. G. Iokoi (org.), *História Temática Retrospectiva* (vol. 1). São Paulo: Edições Loyola.
- Lewis, H. B. (1971). *Shame and guilt in neurosis*. New York: International Universities Press.
- Lewis, M. (1993). Self-conscious emotions: embarrassment, pride, shame, and guilt. Em M. Lewis & J. M. Haviland (orgs.). *Handbook of emotions* (pp. 563-573). New York: Guilford Press.
- Lickel, B., Schmader, T. & Barquissau, M. (2004). The evocation of moral emotions in intergroup contexts: the distinction between collective guilt and collective shame. Em N. R. Branscombe & B. Doosje (orgs.). *Collective guilt: international perspectives* (pp. 35-55). Cambridge: Cambridge University Press.
- Mackie, D. M. & Smith, E. R. (2003). Beyond Prejudice: Moving from positive and negative evaluations to differentiated reactions to social groups. Em D. M. Mackie & E. R. Smith (orgs.), *From prejudice to intergroup emotions: differentiated reactions to social groups*. New York: Psychology Press.
- Martignoni, T. V. L. (2008). *Contato, sentimentos intergrupais e dívidas históricas: o caso dos indígenas em Goiás*. Dissertação de Mestrado não publicada, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- McGarty, C., Pedersen, A., Leach, C. W., Mansell, T., Waller, J. & Bliuc, A. M. (2005). Group-based guilt as a predictor of commitment to apology. *British Journal of Social Psychology*, 44, 659-680.
- Monteiro, M. B. (1993/2006). Conflito e negociação entre grupos. Em J. Vala & M. B. Monteiro (orgs.). *Psicologia Social* (pp. 411-456). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Newcomb, T. M. (1961). *The Acquaintance Process*. New York: Holt, Rinehart & Winston.

- Niedenthal, P. M., Tangney, J. P. & Gavanski, I. (1994). “If only I weren’t” versus “If only I hadn’t”: Distinguishing shame and guilt in counterfactual thinking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 585–595.
- Oliveira, T. M. (2009). Análise Psicossocial do Preconceito contra Povos Indígenas de Goiás: Contato, sentimentos Intergrupais e identidade Social. Dissertação de Mestrado não publicada, Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Pagliari, H., Azevedo, M. M. & Santos, R. V. (2005). Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. Em H. Pagliaro, M. M. Azevedo & R. V. Santos (orgs.). *Demografia dos povos indígenas do Brasil* (pp. 11-32). Rio de Janeiro: Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep).
- Pettigrew, T. F. (1958). Personality and social cultural factors in intergroup attitudes: a cross-national comparison. *Journal of Conflict Resolution*, 2, 29-42.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Ribeiro, D. (2004). *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. (1982). *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes.
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. New York: Basic Books.
- Schwarcs, L. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Moretz-Sohn, M. C. D. (2009, agosto). A distribuição demográfica da população indígena no Brasil: mudanças, conflitos e territorialidade. *Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho “Povos Indígenas” para o VI Encontro Nacional sobre Migrações, promovido pela*

Associação Brasileira de Estudos Populacionais(ABEP). Belo Horizonte-Brasil.

- Stocks, A. (2005). Too much for too few: problems of indigenous land rights in Latin America. *Annual Review of Anthropology*, 34, 85-104.
- Swim, J. K. & Miller, D. L. (1999). White guilt: its antecedents and consequences for attitudes toward affirmative action. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25, 500-514.
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P. & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-78.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. Em S. Worchel & W.G. Austin (orgs.), *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 33-47). Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behaviour. Em S. Worchel & W.G. Austin (orgs.), *Psychology of intergroup behaviour* (pp. 7-24). Chicago: Nelson-Hall.
- Tangney, J. P. (1992). Situational determinants of shame and guilt in young adulthood. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, 199-206.
- Tangney, J. P. (1995). Shame and guilt in interpersonal relationships. Em J. P. Tangney & K. W. Fisher (orgs.). *Self-conscious emotions* (pp. 64-113). New York: Guilford Press.
- Tangney, J. P. (1995). Shame and guilt in interpersonal relationships. Em J. P. Tangney & K. W. Fischer (orgs.), *Self-conscious emotions: The psychology of shame, guilt, embarrassment, and pride* (pp. 115-139). New York: Guilford Press.
- Weiner, B. (1995). *Judgments of responsibility: a foundation for a theory of social conduct*. New York: The Guilford Press.

- Wetherel, M. (1982). Cross-cultural studies of minimal groups: implications for the social identity theory of intergroup relations. Em H. Tajfel (org.), *Social identity and intergroup relations*. Londres: Cambridge University Press.
- Wicker, F. W., Payne, G. C. & Morgan, R. D. (1983). Participant descriptions of guilt and shame. *Motivation and Emotion*, 7, 25-39.

Aculturación, Identidad étnica y afrontamiento de la inmigración: el caso de España

Nekane Basabe
Magdalena Bobowik¹

Introducción

En este capítulo se aborda el estudio de la aculturación aplicada al caso de la inmigración extranjera en España. En primer lugar, se explica la perspectiva psicosocial de la aculturación que parte del modelo de Berry (2001), mostrando algunos de los resultados relevantes de nuestros estudios en España así como las limitaciones de dicha perspectiva. En una segunda parte, se retoma otro punto de vista psicosocial complementario que enlaza las teorías de las relaciones intergrupales, la Teoría de la Identidad Social (TIS), de la Privación relativa, y del Estigma. En esta parte se presentan los primeros resultados de un estudio sobre el afrontamiento de la inmigración².

El objeto de este trabajo se centra en los procesos de aculturación aplicados a la inmigración contemporánea, desde los países de menor desarrollo al continente europeo (una parte considerable de la inmigración a España proviene de Latinoamérica). Interesándose por una de las

1 Este trabajo ha sido sustentado gracias a las becas: MCI PSI2008-02689/PSIC y 9/UPV00109.231-13645/2001/2007.

2 Investigación realizada en colaboración con Ikuspegi / Observatorio vasco de la inmigración.

partes de la cuestión, las minorías migrantes. Se trata de analizar las distintas modalidades de adaptación de las minorías inmigrantes en el contexto español, los posibles factores psicosociales implicados y su relación con el bienestar y las maneras de integración social en la sociedad de acogida.

Para ello, se hacen converger dos tradiciones de la investigación en Ciencias Sociales, cuales son los estudios sobre la *aculturación de las migraciones*, junto a las investigaciones actuales sobre la *felicidad, el bienestar subjetivo y la psicología positiva*.

1. Los estudios de la aculturación

Por una parte, los *estudios de la aculturación* psicológica hacen referencia a inmigrantes y refugiados dentro de las sociedades multiétnicas (within-society), en las que las personas entran en contacto con “otros” diferentes en apariencia, ascendencia, costumbres y valores; y se centran en la relación entre minorías y mayorías. Por otra parte, la perspectiva del *choque cultural* (Ward, Bochner & Furnham, 2001; Ward & Kennedy, 1994) se ha orientado principalmente a la relación entre miembros de sociedades en contacto (between-society), y al contacto entre visitantes o viajeros temporales (sojourners) y los miembros de las sociedades de acogida.

Los tipos de grupos aculturados fueron clasificados por Berry, Phinney, Sam y Vedder (2006) en función de dos dimensiones: su movilidad y la voluntariedad del contacto. Ward (2008) considera también a los grupos de turistas, que constituyen una ingente cantidad de movimientos y personas que viajan por el mundo, y que suelen ofrecer muchas veces la primera oportunidad de contacto intercultural (para una revisión de la tipología de grupos aculturados véase Tabla 1).

Tabla 1. Tipos de grupos aculturados

Movilidad	Voluntariedad del contacto	
<i>Sedentario</i>	<i>Voluntario</i> Grupos etno-culturales sociedades multiétnicas (<i>within-society</i>)	<i>Involuntario</i> Pueblos indígenas
<i>Migrante</i>		
Permanente	Migrantes (<i>within-society</i>)	Refugiados (<i>within-society</i>)
Temporal	Expatriados, visitantes, Turistas (<i>between-society</i>)	En busca de asilo

Fuente: reformulado a partir de Berry, 2006; Ward, 2008, p. 111

Desde un punto de vista comunitario, las transiciones aculturativas se entienden como procesos de “empoderamiento” en los que las personas inmigrantes se transforman a sí mismas y cambian sus condiciones sociales. Desde aquí la migración consiste en el proceso de redefinición del Self que tiene lugar cuando interactúan personas de diferentes grupos culturales; y la “integración” sería el proceso en el que los inmigrantes se convierten en parte de la sociedad receptora, intervienen con otros actores en la vida social, y desarrollan relaciones de mutua interdependencia. Según estos autores esta perspectiva añade a los modelos de aculturación la comprensión de la exclusión social en términos de opresión, y de las respuestas que los inmigrantes dan para defenderse, resistir y sobrellevar la opresión de acuerdo a sus valores y cultura (Paloma, García Ramírez, de la Mata & Amal, 2010).

Bienestar Subjetivo y la Aculturación como proceso de mejora y crecimiento

Un sesgo recurrente en los estudios sobre el choque cultural y la aculturación psicológica consiste en incidir sobre las consecuencias

negativas de la aculturación, destacando los efectos estresantes y negativos del choque cultural (las manifestaciones clínicas por ejemplo), sin tener en cuenta que las personas migrantes optan por migrar en busca de oportunidades vitales, que les permitan obtener beneficios familiares y personales, ganar en autonomía personal y control, mejorar sus estatus familiar, promocionarse en su formación personal, crear nuevas amistades y vínculos interpersonales, y obtener beneficios personales (o crecimiento personal). Retomando a Bochner (2003), el encuentro entre culturas, aunque sea una fuente de diversas dificultades, estimula el aprendizaje cultural, incita a superar o manejar situaciones difíciles, por lo que es imprescindible buscar, conocer, y enfatizar el lado positivo de estos efectos de contacto intercultural.

Confirmando la contribución del aprendizaje sociocultural derivado del contacto entre culturas y grupos étnicos, Briones, Tabernero, Tromontano, Caprara y Arenas (2009) retoman el concepto de Autoeficacia sociocultural y lo definen como la capacidad percibida para manejarse en situaciones interculturales, y hace referencia a entender otros modos de vida, procesar información de otras culturas, afrontar la soledad y entender otros idiomas. Un estudio español con adolescentes nativos e inmigrantes mostraba que los adolescentes inmigrantes que compartían una percepción positiva del contacto con otras culturas, y los que puntúan alto en Autoeficacia sociocultural era más probable que presentaran un perfil de integración. Además aunque la aculturación es una fuente de estrés (la adaptación psicológica y el estrés de aculturación de los adolescentes inmigrantes de primera generación fue algo más problemática que la de los de segunda generación y que la de sus pares nativos); al mismo tiempo la aculturación ofrece una posibilidad de aprendizaje sociocultural, lo que se corroboraría porque los adolescentes inmigrantes de segunda generación presentaron mayor autoeficacia cultural que los autóctonos -y

también respecto a los de 1ª generación (Briones, 2008; Briones, Taberner, Tromontano, Caprara & Arenas, 2009).

El estudio de la Aculturación desde la Psicología social

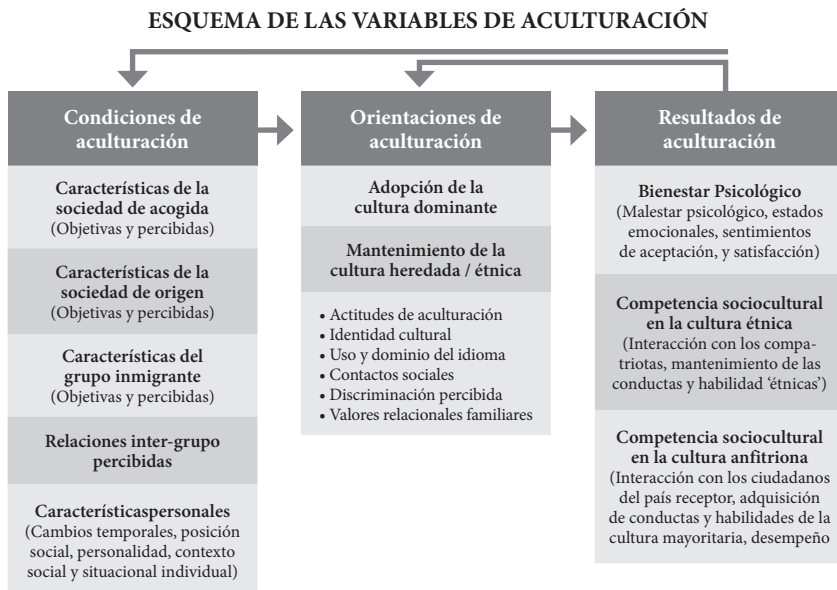
Desde los estudios de la aculturación se han analizado las transformaciones en las identidades sociales (clasificándolas en función del país origen y el de acogida). Una de las tipologías más usadas en este campo ha sido la de Berry, y su modelo categorial de las cuatro estrategias de aculturación (Berry, 2001; Sam & Berry, 2006).

Sabiendo las limitaciones de dicho modelo otras autoras Navas, García, Rojas, Pumares y Cuadrado (2006) han planteado la necesidad de especificar los ámbitos de socialización, desde los dominios más centrales o próximos (como la familia) hasta los periféricos o públicos (como la política). De manera que permitan ver cómo las actitudes de aculturación pueden diferir de unos ámbitos a otros, en especial de los privados y primarios a los públicos. Como refieren las autoras, los estudios sobre la aculturación psicológica se focalizaron hasta los años ochenta en el estudio de las minorías étnicas y sólo posteriormente se ha ido incorporando el punto de vista de las mayorías así como la relación entre mayorías y minorías, uno de cuyos modelos más influyentes ha sido el postulado por Bourhis (Bourhis & Leyens, 1996).

El siguiente esquema (Figura 1) ha sido retomado y reformulado a partir de la propuesta de un elenco de investigadores de 13 países, la mayoría europeos, coordinados por Berry, Phinney, Sam y Vedder (2006); y sintetiza los elementos antecedentes y consecuentes de la aculturación. De manera que el proceso de aculturación se produce en determinadas condiciones –objetivas y subjetivas; las personales y las sociales-, que determinan las orientaciones de aculturación -tanto

de la cultura dominante como de la cultura heredada (aquí se inscribe la famosa tipología de Berry de las estrategias de aculturación)-, y los resultados tanto para el bienestar y el malestar psicológico, como para la competencia sociocultural (en ese juego de interacciones con personas de distintas procedencias). La adaptación psicosocial a una nueva cultura implica fundamentalmente dos aspectos:

- a. La *adaptación psicológica*, concebida como el mantener una buena balanza de afectos o *ajuste psicológico*.
- b. El *aprendizaje socio-cultural*, concebido como la adquisición de las habilidades sociales que permiten manejarse en la nueva cultura (Moghaddam, Taylor & Wright, 1993).



Adaptado de Arends-Tóth, Judit & van de Vijver, Fons. In Berry et al. (2006),

Figura 1. Esquema de las variables de aculturación

Resultados de la aculturación

Un estudio realizado en el País vasco encontraba en síntesis los siguientes resultados (Basabe, Zlobina & Páez, 2004): los inmigrantes informaban de un nivel medio de *ajuste psicológico*, y un mayor ajuste se asociaba al *mayor tiempo de permanencia, estatus legal, una mayor afiliación y apoyo de autóctonos, una menor distancia cultural percibida entre origen y acogida, y sobre todo una menor discriminación*. El nivel de apoyo recibido del grupo inmigrante como de los autóctonos y la identificación con la nación de origen, así como la estrategia de asimilación se asociaban a una balanza de afectos positivo. Estos resultados son coherentes con otros que muestran que la identificación y asimilación con el país de acogida facilitan el ajuste, así como que el ajuste psicosocial sigue una lógica de aprendizaje y mejora paulatina, mientras que el ajuste psicológico es más variable en el tiempo y depende de la variabilidad de los estresores (Ward, Bochner & Furnham, 2001).

Por otro lado, la *adaptación socio-cultural* se entiende mejor como un proceso de aprendizaje social y se asocia positivamente al tiempo de residencia, la menor distancia cultural, un alto nivel de contacto con los autóctonos y la buena capacidad lingüística. Si bien las mayores dificultades de adaptación sociocultural se presentan al inicio de la estancia en el país de emigración, en general a continuación los problemas van decreciendo gradualmente. En el contexto español, una mejor adaptación socio-cultural se asocia a una táctica de fuerte identificación en el país de acogida, es decir, tanto a una estrategia *asimilacionista como bi-cultural* (Basabe, Páez, Aierdi & Jiménez-Aristizabal, 2009; Basabe, Zlobina & Páez, 2004) mostrando las mayores dificultades de adaptación los inmigrantes que optan por el segregacionismo étnico como también se encontraba en otros contextos (Ward & Rana-Deuba, 1999).

El estudio transcultural, en 13 países, de Berry e cols. (2006) también mostraba que los jóvenes inmigrantes con un perfil de integración tenían mejor adaptación psicológica (y resultados escolares) que los que presentan una adaptación marginal (los cuales presentaban más ansiedad, depresión y síntomas psicósomáticos).

Como sintetiza Ward (2008), al contar las más de 800 citaciones en PsycINFO con los términos Berry y aculturación, hay amplias evidencias sobre: (1) las dos dimensiones de aculturación (deseo de mantener la cultura de origen versus deseo por adoptar la cultura de acogida); (2) la integración es la estrategia preferida por visitantes temporales, migrantes, refugiados y población indígena; (3) la integración se asocia a mejores resultados de adaptación psicológica y socio-cultural.

A pesar de la coherencia de los resultados anteriores, la capacidad explicativa del modelo de Berry ha sido cuestionada porque explica poco los resultados de la aculturación (Rudmin, 2003). En nuestro contexto las actitudes predominantes son biculturales entre las minorías (lo que expresa un deseo de integración en la sociedad de acogida), y siendo cierto que se asocian a mejor ajuste psicosocial dicha relación es muy débil y mucho menos relevante que otros factores como la posición social del grupo (el prejuicio hacia cada grupo específico siendo la actitud más negativa de la mayoría nativa hacia el blanco de los magrebíes, la experiencia de discriminación, y las barreras a la integración y a la residencia legal) (Basabe e cols., 2004; Zlobina, Basabe, Páez & Furnham, 2006). En esta misma línea González y Ubbillos (2009) también destacan la importancia de los factores socio-estructurales como determinantes del malestar psicológico, por ejemplo en su estudio con inmigrantes de origen rumano y ecuatoriano, la salud mental (medida con el GHQ-12) no se explicaba por las diferencias culturales sino que el malestar se relacionaba con las diferencias de género, los ingresos económicos y las

experiencias de discriminación, además el soporte familiar protegía del estrés de aculturación.

Otras de las sugerencias que ayudan a ampliar esta visión limitada de la aculturación proviene del Modelo Extendido de la Aculturación Relativa (Navas, Rojas, García & Pumares, 2007), que diferencia entre el plano ideal (actitudes) del plano real (prácticas), tomando en consideración las distintas esferas de socialización (política, laboral, económica, social, familiar, religiosa y modos de pensar), y tanto para los inmigrantes como para los nativos. Los autores encuentran para personas africanas (procedentes de Sub Sahara y del Magreb) que nativos e inmigrantes coincidían en la elección de la asimilación en los dominios periféricos (trabajo y economía) y en las actitudes favorables hacia la integración social, sin embargo la distancia es grande cuando se trata de las esferas centrales (familia, religión y modos de pensar) donde los inmigrantes desean la separación mientras que los nativos presionan hacia la asimilación.

Ward (2008) como modo de mejorar el modelo de Berry analiza el Conflicto de Identidades que surgen entre las orientaciones de aculturación y los valores inculcados por la familia y las instituciones de la sociedad receptora, a lo largo de diversos estudios en Nueva Zelanda han identificado tres tipos de constelaciones de variables relacionadas con el Conflictos de identidades entre jóvenes adolescentes y padres que son los siguientes: los factores de desarrollo, los valores y dinámicas familiares, y los factores intergrupales. Los valores tradicionales (p.e. actitudes de lealtad filial) y modernos (p.e. reivindicar los derechos de los niños), y la percepción de discrepancia en los valores entre padres e hijos, son una fuente de conflicto de identidad étnica-cultural para los migrantes jóvenes, si bien la cohesión familiar y un estilo de apego seguro mitigan esos efectos perjudiciales. Pero asimismo otras poderosas fuentes de conflicto

son las variables intergrupales, en especial la discriminación percibida, y también el escaso contacto con los pares nativos, la percepción de que las fronteras grupales son impermeables (esto es que no hay expectativa de movilidad social) y las amenazas a la posibilidad de continuidad cultural (Lin, 2006; 2008 en Ward, 2008).

Las identidades y las opciones aculturativas pueden modificarse en el tiempo, así lo atestigua un estudio longitudinal español con adolescentes nativos e inmigrantes, que detectó una fuerte movilidad (62%) entre las opciones de la identidad cultural mientras la estabilidad o compromiso con la misma estrategia era más baja (37.4%); si coincidiendo con los resultados más frecuentes el perfil bicultural presentaba los mejores índices de ajuste psicosocial (satisfacción con la vida, apoyo social y autoeficacia), sin embargo el compromiso con la estrategia asimilacionista se relacionaba con una mejor adaptación psicológica y el compromiso con la estrategia bicultural con una mejor adaptación sociocultural (Briones, 2008).

Perfiles de Identidad, estrategia aculturativa y país de origen

Para ilustrar la diversidad de respuestas aculturativas se exponen uno de los resultados de nuestro último estudio con una amplia muestra (N=3000) de inmigrantes en España. Dichas respuestas son heterogéneas, hay colectivos con una alta percepción de discriminación, una fuerte identidad colectiva y una alta satisfacción con la vida (p.e muestra de colombianos/as), mientras hay grupos con otros patrones (los/as chinos/as con una estrategia de reclusión en el grupo de origen y media satisfacción con la vida; o los rumanos y africanos con alta discriminación y baja satisfacción) (Basabe y cols., 2009, véase figura 2). Esta era la tipología de estrategias detectadas en el estudio anterior en función de

distintos índices de aculturación (actitudes, prácticas culturales, contacto intergrupar, experiencia de minoría étnica y discriminación percibida), y que fueron catalogadas de esta manera por países de procedencia:

- Argentina: asimilación y la marginación individualista (identidad difusa).
- Brasil: biculturalismo coherente
- Rumania: separación forzada
- África del Norte: asimilación-biculturalismo público y separación privada.
- África Subsahariana: entre la asimilación y la segregación
- China: separación coherente
- Pakistán: biculturalismo separado

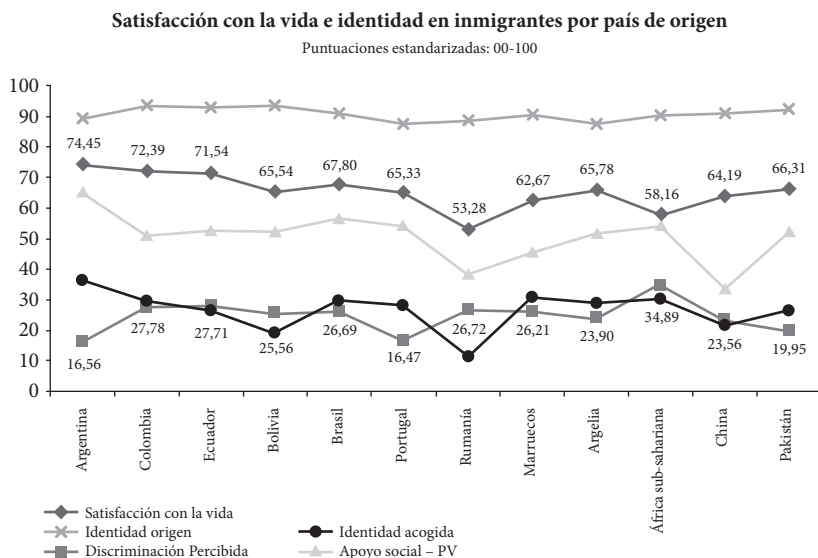


Figura 2. Satisfacción con la vida e identidad en inmigrantes por país de origen

2. Estrategias de manejo de identidad negativa o estigma social de los inmigrantes y su relación con el bienestar y discriminación percibida

En su cortometraje titulado *Otro Lado* Aryn Kaderali contó una retorcida historia del año 2040 sobre los inmigrantes estadounidenses que intentan pasar la frontera en búsqueda de una vida mejor en México. Esta visión del futuro cuenta lo contrario de lo que ocurre actualmente y la última escena del “cambio de roles” resulta chocante: anteriormente los dueños de coches y de los puestos de trabajos en bancos ahora limpian la calle, sirven hamburguesas o piden limosna.

¿Por qué este panorama es tan chocante? Ser inmigrante implica una identidad social negativa, el tema de la inmigración involuntariamente evoca las imágenes de mexicanos en Estados Unidos, de turcos en Alemania, o africanos en Francia. La inmigración en España se ha incrementado de manera importante desde los años noventa. En la UE y en los países con un rápido crecimiento de las poblaciones minoritarias (inmigrantes), como el caso de España, las actitudes hacia la inmigración se han vuelto ligeramente más restrictivas (de 2001 a 2005) (Meuleman, Davidov & Billiet, 2009). El análisis de las encuestas CIS para 2008 clasifica a los españoles en sus actitudes hacia la inmigración en un 37% de *reacios*, un 33% como *tolerantes* y el 30% restante como *ambivalente*; y dibuja un ascenso del *rechazo* a la inmigración.

Estigma social es un atributo al que se atribuye una identidad social negativa y de ahí surge la estigmatización de ciertos grupos sociales dentro de las sociedades (Crocker, Major & Steele, 1998). Los medios de comunicación contribuyen a reforzar estereotipos negativos de la inmigración. En un estudio experimental Igartua, Muñiz, Otero, Cheng y Gómez-Isla (2008) demostraban los efectos de los encuadres de noticias,

de modo que las noticias de los medios de comunicación donde se vinculaba la inmigración con el incremento de la delincuencia en el país producían poderosos efectos cognitivos (generando ideas sobre la inseguridad en España y pocas ideas sobre la contribución económica de la inmigración; definiendo la inmigración como un problema) y actitudinales (emociones negativas). Además la inclusión de elementos *periféricos*, como el origen nacional o geográfico de los inmigrantes exacerbaba los estereotipos negativos en el caso de los inmigrantes marroquíes.

Los estudios han demostrado que la discriminación étnica o racial tiene consecuencias graves para el bienestar y la salud de los miembros del grupo devaluado, en términos de síntomas depresivos (Finch, Kolody & Vega, 2000; Noh & Kaspar, 2003) o peor salud mental y física (Williams, Neighbors & Jackson, 2003). La discriminación percibida tiene también un efecto perjudicial en la autoestima personal y colectiva (Branscombe, Schmitt & Harvey, 1999; Mesch, Turjeman & Fishman, 2008), aunque existe evidencia que eso ocurre únicamente en el caso de percepción de discriminación personal, pero no en el caso de la grupal (Bourguignon, Seron, Yzerbyt & Herman, 2006).

Sin embargo, las personas estigmatizadas no necesariamente tienen que ser víctimas pasivas del prejuicio y la discriminación, sino pueden actuar para manejar o afrontar dicha identidad negativa o incluso reconstruir una identidad social positiva, de manera que mantienen su bienestar, su autoestima personal y también en ocasiones la autoestima colectiva. Para que ello suceda pueden aplicar un amplio abanico de estrategias de afrontamiento, incluyendo tanto las de tipo individual como las colectivas. En la figura 3 se representa esta propuesta donde las condiciones relativas a la situación intergrupal (¿cómo son percibidos los límites grupales?) y la fuerza de la identidad étnica determinarán las estrategias individuales y cognitivas que seleccionen las minorías;

dichas formas son elementos mediadores para los resultados de la adaptación individual y colectiva, tanto para la autoestima como el bienestar subjetivo.

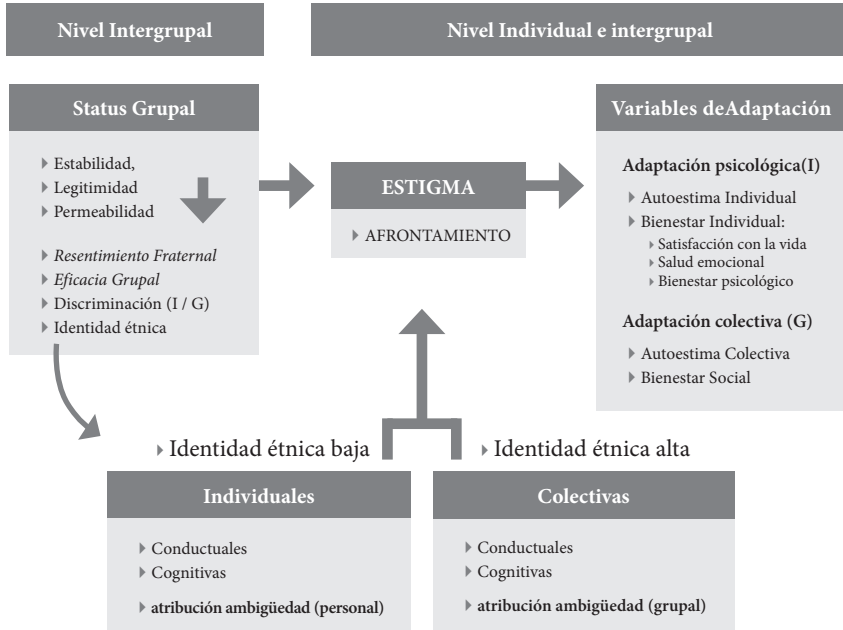


Figura 3. Afrontamiento del estrés de aculturación: Estigma y defensa de la identidad

2.1. La Teoría de la Identidad Social como explicación del manejo de la identidad devaluada

La Teoría de la Identidad Social (TIS) se ha aplicado para describir las estrategias de afrontamiento de los grupos devaluados por varios

autores (Blanz, Mummendey, Mielke & Klink, 1998; Crocker y cols., 1998; Mummendey, Kessler, Klink & Mielke, 1999; Outten, Schmitt, Garcia & Branscombe, 2009; Shinnar, 2008), ya que explica cómo las identidades sociales pueden estar asociadas al bienestar de grupos sociales, dependiendo cómo las personas entienden y responden a las condiciones sociales estructurales en las que se encuentran (Haslam, Jetten, Postmes & Haslam, 2009).

Blanz y cols. (1998), a raíz de la propuesta de Tajfel y Turner (1979) de las tres estrategias básicas, crearon una taxonomía de las respuestas de manejo de la identidad anclada en dos dimensiones principales, por un lado la individual versus colectiva y, por otro, la conductual versus cognitiva. El uso de las estrategias *individuales* implica el intento por mejorar la propia situación en tanto que las relaciones entre los dos grupos sociales permanecen estables (no cambian), como por ejemplo puede ser esforzarse por alcanzar el éxito profesional. Por otro lado, las estrategias *colectivas* son los intentos por mejorar la posición del propio grupo para conseguir una identidad social positiva. Eso puede lograrse a través del cambio en las relaciones entre los dos grupos. De manera similar, Outten y cols. (2009) proponen diferenciar las estrategias en distintos niveles: individual, intragrupal e intergrupal; así como también las estrategias focalizadas en el *problema* de las focalizadas en las *emociones*.

En nuestra propuesta decidimos localizar la variedad de las posibles estrategias de afrontamiento ante la identidad negativa en este espacio ortogonal de las dos dimensiones descritas por Blanz y cols. (1998), recogiendo las estrategias propuestas por los propios autores de esta taxonomía, y complementadas con las aportaciones de las teorías de afrontamiento del estrés individual (Carver, Scheier & Weintraub, 1989; Folkman & Lazarus, 1980; Outten y cols., 2009; Skinner, Edge, Altman & Sherwood, 2003).

En esta propuesta de los conglomerados de las estrategias, hay tres elementos estructurales claves que van a definir el tipo de situación a afrontar. Dichos elementos son: (1) la permeabilidad de percepción de los límites del grupo, (2) la estabilidad percibida, y (3) la legitimidad de la posición del endogrupo en relación con otros grupos (Tajfel & Turner, 1979). La *permeabilidad* de las fronteras entre grupos se refiere a la percepción de la posibilidad de pasar de un grupo a otro (esto es de movilidad social), la *estabilidad* concierne a la percepción sobre si la situación (o el estatus) del propio grupo puede cambiar o no, mientras que la *legitimidad* implica la percepción sobre si la desigualdad es o no legítima, las creencias que hace que todos los grupos acepten la situación y se vuelve ilegítimo cuando las creencias justificativas se cuestionan o no son aceptadas. De estas tres dimensiones de la percepción del estatus de endogrupo surgen las condiciones que favorecen aplicación de unos u otros tipos de estrategias de afrontamiento de la identidad devaluada.

2.2.- Las estrategias de afrontamiento de la identidad étnica y el estigma

Todas las estrategias, diferenciadas en individuales y colectivas, que se describen a continuación se reflejan en las tablas adjuntas con ejemplos de ítems (véase Tablas 2, 3, 4 y 5).

Las estrategias individuales / conductuales

El primer conglomerado recoge las estrategias individuales conductuales, dentro del cual cabría la estrategia de *movilidad individual*, asociada a la percepción de permeabilidad de las fronteras grupales y legitimidad de las diferencias del estatus, que implica un intento de

convertirse en un miembro del grupo de alto estatus, y el cambio en la evaluación de la situación individual pero no en la evaluación del grupo de bajo estatus en conjunto. La estrategia de movilidad individual, que implica esfuerzo activo y confrontación con el problema puede considerarse correspondiente a las estrategias de afrontamiento activo o de confrontación como también de planificación focalizada en el problema de los modelos clásicos (Carver y cols., 1989; Folkman & Lazarus, 1980; Skinner y cols., 2003).

Por otro lado, es pertinente reconocer la existencia de otras estrategias de afrontamiento de la identidad devaluada dentro del conjunto de las estrategias de carácter individual y conductual. Por ejemplo, Crocker y cols. (1998) enfatizan que las estrategias de manejo del estigma pueden depender de las *características del estigma* concreto. Dependiendo de si tratamos del estigma con *alta o baja visibilidad*, los individuos pueden optar por el *distanciamiento* de su identidad negativa a través de una serie de conductas, como por ejemplo ocultar el hecho de pertenecer al grupo devaluado o incluso evitar contactar con los miembros de su grupo, lo que probablemente se basa en la negación de poseer la identidad devaluada. Esta estrategia se asemeja al distanciamiento definido por Folkman y Lazarus (1980) o incluso a la negación de Carver y cols. (1989).

Siguiendo el trabajo de Outten y cols. (2009), se añadió también una estrategia individual focalizada en el problema (o conductual) denominada *evitación del contacto con el prejuicio*. En el caso de atribuir (explicar) la propia situación a la existencia de un prejuicio, uno puede optar por evitar el contacto con la gente que comparte prejuicios o con situaciones que supongan un alto riesgo de sufrir discriminación.

Finalmente, consideramos necesario añadir a este grupo de estrategias la *distracción* (también evitación o desenganche conductual según los modelos clásicos), y la *búsqueda del apoyo social* (Carver y cols., 1989;

Folkman & Lazarus, 1980; Skinner y cols., 2003), como formas de afrontamiento relevantes en el contexto del estigma social.

Las estrategias individuales / cognitivas

En contraste, las estrategias individuales cognitivas se enfocan hacia las maneras de procesar o pensar sobre los problemas a través de la aplicación de procesos cognitivos. En este caso, una de las estrategias principales (y similares a movilidad individual a nivel conductual) sería la *desidentificación* (o *desenganche psicológico* según Crocker y cols., 1998) que implicaría sentirse más cercano al exogrupo que al endogrupo -aunque no necesariamente conllevaría esforzarse para alcanzarlo en realidad.

Por otro lado, un individuo puede optar también por no identificarse ni con el endo ni con el exogrupo, es decir, adoptar una estrategia de *individualización* (Blanz y cols., 1998), que puede considerarse también un tipo de estrategia de evitación de la propia identidad social, aunque siempre únicamente a nivel cognitivo, ya que la gente que opta por individualización no demostraría activamente su no pertenencia al endogrupo.

Además, una persona estigmatizada puede internalizar que su identidad social conlleve algunas características negativas y admitir que hay un núcleo de verdad en los estereotipos negativos sobre su grupo. La estrategia de *internalización* constituye una estrategia de aceptación de lo negativo que se mantiene sobre el endogrupo del estigmatizado.

Un miembro del grupo devaluado puede aplicar también dos estrategias de reestructuración cognitiva. Una primera de *diferenciación yo-nosotros* o *recategorización subordinada*, significa que uno logra mejorar su auto-evaluación a través de pasar de la auto-categorización social hacia la personal (como en caso de individualización), comparándose

como individuo con su grupo social. Y otra segunda de *recategorización supra-ordinal*, que implica que un individuo se define a sí mismo en términos de un grupo común que trasciende el grupo de pertenencia como la humanidad (Blanz y cols., 1998).

Finalmente, una persona estigmatizada puede optar por compararse consigo misma en el pasado (*comparación temporal*) o con otros individuos de su endogrupo (*comparación intragrupal*) (Blanz y cols., 1998).

Las estrategias colectivas / cognitivas

En la propuesta de Crocker y cols. (1998) el segundo conglomerado de estrategias de afrontamiento se basa en la TIS y se refiere a las *comparaciones sociales* intra y intergrupales.

Las estrategias colectivas cognitivas consisten en los cambios cognitivos de los parámetros que definen el contexto de la comparación intergrupala. Estas estrategias se definen como estrategias colectivas de *creatividad* cognitiva ya que los sujetos tratan de mejorar su autoestima personal y colectiva, cambiando la evaluación de su endogrupo. Los parámetros de comparación se pueden enfocar hacia el sujeto de comparación (el endogrupo), el objeto de comparación (exogrupo), así como la dimensión de comparación (Blanz y cols., 1998).

Al *re-definir el propio endogrupo*, uno puede dirigirse hacia niveles más altos o más bajos de auto-categorización grupal. A través de la estrategia de *diferenciación y expulsión*, o de la *recategorización subordinada* a nivel colectivo, el endogrupo se divide en dos o más subgrupos, lo que permite percibir que el propio subgrupo tiene un estatus más alto en comparación con el resto de subgrupos.

Por otro lado, cambiar el *objeto de comparación*: el exogrupo, implica *selección de un nuevo grupo de comparación* con un estatus

todavía más bajo que el endogrupo. A través de las comparaciones hacia abajo puede mejorarse la autoestima colectiva del propio grupo.

Finalmente, dos estrategias se asocian al cambio de la dimensión de comparación: *redefinición* o *re-evaluación de la dimensión de comparación*, que se refiere a la tendencia de los miembros de los grupos de bajo estatus a cambiar el modo de evaluar a ambos grupos en una dimensión concreta, y *nueva dimensión de comparación* que significa el rechazo de las dimensiones de comparación con resultado negativo para el endogrupo y preferencia por las dimensiones que destacan los atributos positivos del grupo devaluado.

Por último, si las relaciones son impermeables e inseguras (percibidas como inestables e ilegítimas), los miembros del grupo de bajo estatus se definirán en términos de su pertenencia al grupo y utilizarán la estrategia de *atribución* de su situación e identidad devaluada *al prejuicio y discriminación* (Crocker y cols., 1998), como también la *deprivación relativa sociocéntrica*, que implica enfatizar la desigualdad entre los dos grupos aunque probablemente conllevaría un coste social para los miembros del endogrupo (Kaiser & Miller, 2001). Estas estrategias cognitivas están directamente asociadas a las estrategias de cambio social.

Las estrategias colectivas / conductuales

Así, en el caso de una situación de diferencias de estatus percibidas como impermeables, como inestables e ilegítimas, los miembros del endogrupo pueden optar por producir una cierta forma de *cambio social* (Tajfel & Turner, 1979) para mejorar el estatus de su grupo o una *acción colectiva* para competir con el exogrupo, por ejemplo a través de la participación en la acción política destinada a garantizar la mejora de los derechos de inmigrantes.

Blanz y cols. (1998) proponen dos tipos de competición: social y realista. La *competición social* se basa en las comparaciones sociales e implica movilización a nivel colectivo para luchar por la igualdad del endogrupo. En contraste, la *competición realista* está vinculada al interés del endogrupo y el conflicto basado en la lucha por los recursos materiales o económicos. Ambos tipos de estrategias son notablemente conductuales ya que están asociadas a la competencia activa entre los grupos. Finalmente, en este grupo de estrategias consideramos pertinente incluir la estrategia de *oposición* o *participación* en actividades / asociaciones relacionadas con la situación del endogrupo.

Tabla 2. Formas de afrontamiento individuales - conductuales

Conductuales
Desenganche Conductual: Distanciamiento
1. Oculto mi procedencia u origen ante otras personas. 2. Preferiría vivir en un barrio o lugar donde viva mucha gente de mi país.(-)
Desenganche Conductual: Distracción
3. Ahora disfruto más que antes de las cosas, sucesos y experiencias diarias, busco distraerme con ellas. 4. Me vuelco en el estudio o trabajo para olvidarme de todo, actúo como si no pasara nada.
Movilidad Individual
5. Pienso que si me esfuerzo lograré conseguir una situación económica y social parecida a la de la gente de aquí. 6. Me esfuerzo en demostrar que soy mejor que la gente de aquí en mi trabajo (u otra actividad). 7. Concentro mis esfuerzos en hacer algo, intento luchar contra las dificultades que encuentro como inmigrante.
Evitación del Contacto con Prejuicio
8. Intento no coincidir, no estar, con gente que tiene una mala opinión de los inmigrantes.
Búsqueda de apoyo social
9. Trato de obtener apoyo afectivo de amigos y gente próxima de mi país. Busqué simpatía y comprensión.

Tabla 3. Formas de afrontamiento individuales - cognitivas

Cognitivas
Desenganche Psicológico: Des-identificación
10. Me siento más cercano a las personas vascas que a las de mi país.
Desenganche Psicológico: Individualización
11. No me identifico con ningún grupo (ni con los vascos, ni con la gente de mi país):
Recategorización Supra-ordenada
12. Me siento más ciudadano del mundo que parte de un grupo nacional.
Recategorización Subordinada / Diferenciación yo-nosotros
13. Me siento muy distinto de cómo son la mayoría de las personas de mi país. 14. Los inmigrantes de mi país somos muy diferentes entre nosotros
Comparación Social Ventajosa Intragrupo y Intrapersonal (temporal)
15. Mi situación personal es algo mejor que la de la mayoría de las personas inmigrantes de mi país. 16. En comparación con el pasado, mi situación es mejor que antes. 17. Si pienso en los planes y perspectivas que tenía, mi situación es mejor de lo que esperaba.
Control Emocional
18. Intento que no me afecte emocionalmente cuando se trata mal a los inmigrantes.
Internalización / Núcleo de verdad
19. Siento que algunos inmigrantes se benefician excesivamente del sistema de protección social de este país.

Tabla 4. Formas de afrontamiento colectivas - cognitivas

Cognitivas
Creatividad cognitiva: Nuevo Grupo de Comparación / Comparación social ventajosa entre grupos
20. Hay otros grupos que están peor vistos aquí que la gente de mi país. 21. La cultura de mi país es más interesante que la de otros inmigrantes. 22. Los vascos o los españoles demuestran más simpatía hacia la gente de mi país que hacia otros inmigrantes.-

Creatividad cognitiva: Re-evaluación de la Dimensión de Comparación
23. La gente de aquí no sabe reconocer la belleza de la cultura de mi país (la música, el cine, las costumbres, la forma de vida). 24. A pesar de lo que se diga, los inmigrantes son mucho más trabajadores que los vascos.
Creatividad cognitiva: Nuevas Dimensiones de Comparación
25. Las personas de mi país somos mejores en muchas cosas que la gente de aquí.
Recategorización Subordinada / Diferenciación y expulsión
26. Las cosas malas que se dicen de nosotros en realidad se deben a lo que hacen unos pocos, la mayoría no somos así. 27. A veces el comportamiento inaceptable de algunos inmigrantes hace que los vascos se formen una idea equivocada de nosotros
Atribución de la Causalidad y Responsabilidad al Prejuicio Grupal
28. La mala situación de las personas inmigrantes de mi país se debe a falta de apoyo de los vascos y españoles. 29. La mala imagen que algunos vascos tienen de los inmigrantes es porque son personas con muchos prejuicios. 30. Nosotros no quitamos trabajo a los de aquí, hacemos los trabajos que ellos no quieren.
Deprivación Relativa Socio-céntrica
31. Las personas inmigrantes ganan menos dinero y tienen menos posibilidades de mejorar de lo que realmente se merecen.

Tabla 5. Formas de afrontamiento colectivas - conductuales

Conductuales
Competición Social / Movilización
32. Nosotros los inmigrantes de mi país podemos agruparnos y luchar por nuestros derechos y ser como la gente de aquí. 33. Confío en que con el tiempo se hará justicia y se acabarán con los prejuicios hacia nosotros.
Competición Realista
34. Las personas inmigrantes debemos tener los mismos servicios y derechos que la gente de aquí.
Oposición / Participación Social
35. Participo en actividades sociales (asociaciones) relacionadas con la situación de inmigrantes aquí.

En resumen, en este estudio se explorará la estructura de las estrategias de afrontamiento de la identidad social negativa y sus implicaciones para el bienestar de los miembros del grupo devaluado (inmigrantes).

Método

Participantes

Se analizan los datos recogidos con una muestra representativa (muestreo estratificado) de 1.250 inmigrantes de Bolivia, Colombia, Marruecos, Rumania y países de África Subsahariana residentes en la Comunidad Autónoma del País vasco.

Procedimiento

Los cuestionarios se administraron de manera individual por entrevistadores previamente formados para realización del trabajo de campo. La encuesta fue realizada en castellano. Sin embargo, en caso de las dudas de carácter lingüístico, los participantes tenían a su disposición una versión del cuestionario en francés y en inglés (para el caso de subsaharianos), y en el caso de marroquíes hubo entrevistadores de dicha procedencia.

Instrumentos

Se aplicaron diversos instrumentos para medir la **Adaptación Psicológica**: *Escala de Balanza de Afectos de Bradburn* (versión de 18 ítems con un rango de respuesta de 1–*poco o nunca* a 4–*casi siempre*; *Satisfacción con la Vida* (SV), se operacionalizó a través de un ítem Globalmente, ¿hasta qué punto está Ud. satisfecho o insatisfecho con su vida actualmente? (1–*muy insatisfecho*, 10–*muy satisfecho*); *Escala de Bienestar Psicológico*, se adaptó la escala de Ryff (Ryff & Keyes, 1995) con un total de 18 ítems

(1–*totalmente en desacuerdo*, 6–*totalmente de acuerdo*) seleccionadas 3 de las 6 dimensiones: Relaciones Positivas con Otros (Tengo muchas relaciones cercanas y de confianza), Dominio del Entorno (Soy bastante bueno manejando mis responsabilidades en la vida diaria), Crecimiento Personal (Para mí, la vida ha sido un proceso continuo de estudio, cambio, y crecimiento); Se adaptó la escala de Keyes (Keyes, 1998; Blanco & Díaz, 2005) de *Bienestar Social*, compuesta por 17 ítems que recogen 5 dimensiones: Integración Social (Me siento cercano a otra gente), Contribución Social (Tengo algo importante que ofrecer a la sociedad), Actualización Social (La sociedad está mejorando para la gente como yo), Coherencia Social (No entiendo lo que está pasando en el mundo), y Aceptación Social (Creo que en general la gente es buena, amable); (con un formato de respuesta: 1–*totalmente en desacuerdo*, 5–*totalmente de acuerdo*).

Adaptación Colectiva o Social, midió el bienestar social y la autoestima colectiva. De la *Escala de Autoestima Colectiva de Luhtanen y Crocker (1992)* se aplicaron las subescalas de Autoestima Colectiva Privada (3 ítems, p.e.: Me siento bien en relación con el grupo nacional al que pertenezco) y de Importancia de la Identidad (3 ítems, p.e.: Mi nacionalidad es importante para mí); los participantes contestan en una escala de 1–*totalmente en desacuerdo* a 7–*totalmente de acuerdo*.

Discriminación. Se recogió información tanto acerca de la percepción de la discriminación personal como grupal. La escala de *Discriminación Percibida Personal* (Basabe, Zlobina & Páez, 2004) incluye 5 ítems. Los participantes contestan con qué frecuencia se han sentido discriminados (p.e. ¿Ha sentido que no le hacían caso, le ignoraban o no le tenían en cuenta?) en una escala de 1–*ninguna vez* a 5–*muchas veces*. La *Discriminación Percibida Grupal* se midió con un ítem: ¿En qué medida cree que los inmigrantes de su país son discriminados (se les trata peor que a los autóctonos/españoles) (p.e. en la vivienda, las condiciones laborales o en los bares) (1–*nada*, 5–*mucho*).

Afrontamiento. Se aplicó la escala de 35 ítems, elaborada a las necesidades de este estudio y descrita en las Tablas 2, 3, 4 y 5, con un formato de respuesta de 1–*totalmente en desacuerdo* a 5–*totalmente de acuerdo*.

Resultados

Estructura de estrategias de afrontamiento

Para examinar la estructura dentro del conjunto de las estrategias de afrontamiento individuales y colectivas previamente detalladas, se realizó un análisis factorial exploratorio con un total de 34 ítems (los ítems 19, 21 y 23 fueron eliminados dado que el número de casos con valores perdidos excedió el 10%). El análisis factorial exploratorio utilizó el método de extracción de factorización del eje principal y con la rotación oblicua. Como resultado se obtuvieron ocho factores que explican 52,8 % de la varianza total. Los ítems incluidos dentro de cada factor y sus pesos factoriales se presentan en las Tablas 6, 7 y 8. Ninguno de los ítems tuvo un peso mayor que .30 en más de un factor (sólo un ítem puntúa .28).

Tabla 6. Análisis Factorial: Estrategias de Afrontamiento Individuales

	1	2	3	4	5	6	7	8
Estrategias individuales								
F1 Comparación Social Ventajosa Intragruppo y Temporal (Cognitiva) – INTRATEMP								
Si pienso en los planes y perspectivas que tenía, mi situación es mejor de lo que esperaba.	.84							
En comparación con el pasado, mi situación es mejor que antes.	.75							

Mi situación personal es algo mejor que la de la mayoría de las personas inmigrantes.	.67								
Ahora disfruto más que antes de las cosas y experiencias diarias, busco distraerme con ellas.	.56								
F3 Desenganche Conductual – DESENG									
Intento no coincidir, no estar, con gente que tiene una mala opinión de los inmigrantes.			.73						
Me esfuerzo en demostrar que soy mejor que la gente de aquí en mi trabajo (u otra actividad).			.54						
Intento que no me afecte emocionalmente cuando se trata mal a los inmigrantes.			.53						
Me vuelco, me centro, en el estudio o trabajo para olvidarme de todo, actúo como si no pasara nada.			.51						
F4 Recategorización Subordinada / Diferenciación yo-nosotros (Cognitiva) – DIFER									
Me siento muy distinto de cómo son la mayoría de las personas de mi país.			.75						
Los inmigrantes de mi país somos muy diferentes entre nosotros.			.58						
Trato de obtener apoyo afectivo de amigos y gente próxima de mi país. Busco simpatía y comprensión.			-.39						
Me siento más cercano a las personas vascas que a las de mi país.			.34						
F7 Individualización (Cognitiva) – INDIV									
No me identifico con ningún grupo (ni con los vascos, ni con la gente de mi país).								-.74	
Me siento más ciudadano del mundo que parte de un grupo nacional.								-.50	

Tabla 7. Análisis Factorial: Estrategias de Afrontamiento Colectivas

	1	2	3	4	5	6	7	8
Estrategias colectivas								
F2 Atribución al Prejuicio Grupal, Deprivación Relativa y Creatividad Cognitiva: Nuevas Dimensiones, Re-evaluación ATRIB-CREAT								
Las personas de mi país somos mejores en muchas cosas que la gente de aquí.		.58						
La mala imagen que algunos vascos tienen de los inmigrantes es porque son personas con muchos prejuicios.		.55						
A pesar de lo que se diga, los inmigrantes son mucho más trabajadores que los vascos.		.54						
La mala situación de las personas inmigrantes de mi país se debe a falta de apoyo de los vascos y españoles.		.52						
Las personas inmigrantes ganan menos dinero y tienen menos posibilidades de mejorar de lo que realmente se merecen.		.49						
Nosotros no quitamos trabajo a los de aquí, hacemos los trabajos que ellos no quieren.		.38						
F6 Creatividad Cognitiva: Nuevo Grupo de Comparación (hacia abajo) - NUEVOGRUPO								
Los vascos o los españoles demuestran más simpatía hacia la gente de mi país que hacia otros inmigrantes.						-.74		
Hay otros grupos que están peor vistos aquí que la gente de mi país.						-.70		

Tabla 8. Análisis Factorial: Estrategias de Afrontamiento Mixtas

	1	2	3	4	5	6	7	8
Estrategias mixtas								
F5 Expulsión, Distanciamiento, Competición Realista (Cognitiva / Conductual) MIXTO								
Las cosas malas que se dicen de nosotros en realidad se deben a lo que hacen unos pocos, la mayoría no somos así.					-.51			
Participo en actividades sociales (asociaciones) relacionadas con la situación de inmigrantes aquí.					.50			
Oculto, escondo, mi procedencia u origen ante otras personas.					.43			
A veces el comportamiento inaceptable de algunos inmigrantes hace que los vascos tengan una mala opinión de nosotros.					-.42			
Preferiría vivir en un barrio o lugar donde viva mucha gente de mi país.					.40			
Las personas inmigrantes debemos tener los mismos servicios y derechos que la gente de aquí.					-.30			
F8 Movilidad Individual y Competición Social (Conductual) - LUCHAR								
Nosotros los inmigrantes de mi país podemos agruparnos y luchar por nuestros derechos y ser como la gente de aquí.								.56
Pienso que si me esfuerzo conseguiré una situación económica y social parecida a la de la gente de aquí.								.47
Confío en que con el tiempo se hará justicia y desaparecerán los prejuicios hacia nosotros.								.40
Me esfuerzo en hacer algo, intento luchar contra las dificultades que encuentro como inmigrante.								.28

Se encontraron cuatro factores de estrategias de afrontamiento individual, dos de afrontamiento colectivo y otros dos de carácter mixto. Entre los cuatro factores *individuales* tres tienen carácter cognitivo y se denominaron: (F1) *Comparación Intragrupa y Temporal*, (F4) *Diferenciación Yo-Nosotros (o Recategorización Subordinada)* e (F7) *Individualización* (con pesos factoriales negativos), mientras que uno, (F3) *Desenganche* (incluye Distracción, Evitación de Contacto, Control Emocional y Movilidad Individual) es de tipo conductual.

Uno de los dos factores de carácter *colectivo* recoge las estrategias de (F2) *Atribución al Prejuicio Grupal, de Deprivación Relativa y de Creatividad Cognitiva* (Nuevas Dimensiones de Comparación y Re-evaluación de las Dimensiones de Comparación) por un lado, mientras que la (F6) *Creatividad Cognitiva* en términos de búsqueda de Nuevo Grupo de Comparación (comparaciones hacia abajo) cargó en un factor separado y con pesos negativos.

Finalmente, emergieron dos factores de carácter *mixto* (estrategias colectivas junto con las individuales), uno claramente conductual y orientado hacia (F8) *Luchar* (Movilidad Individual y Competición Social), mientras que otro (F5) agrupa las estrategias tanto cognitivas - colectivas (*Expulsión, Competición Realista*) como conductuales - individuales (*Distanciamiento*).

Discriminación Percibida, Afrontamiento y Adaptación

En la Tabla 9 se presentan las correlaciones parciales (ajustadas por sexo y edad) de los ocho factores de afrontamiento (cuyas puntuaciones factoriales fueron salvadas) con la discriminación personal y grupal percibida, así como con los indicadores de adaptación personal y colectiva / social.

La Discriminación Percibida, tanto personal como grupal, se relacionan con ambas estrategias colectivas (positivamente con F2, y

negativamente con F6: si se acepta la comparación social hacia abajo), y con las estrategias individuales negativamente, con la *Comparación Intragrupa y Temporal* (F1), el *Desenganche Conductual* (F3), y de manera más leve con la *Individualización*; también con la estrategia mixta focalizada en la lucha (F8).

Las estrategias de afrontamiento presentan correlaciones con el bienestar de los inmigrantes. Las asociaciones más fuerte y positivas corresponden a la estrategia de *Comparación Intragrupa y Temporal* (F1), especialmente con el Dominio del Entorno, Afecto Positivo y SV. El *Desenganche Conductual* (F3) correlaciona positivamente sobre todo con el Crecimiento Personal y menor afecto negativo. La *Diferenciación Yo-Nosotros* (F4) e *Individualización* (F7) muestran únicamente leves correlaciones con el bienestar y estas estrategias parecen tener un carácter algo ambiguo. Por ejemplo, la *Diferenciación* (F4) se asocia positivamente a indicadores sobre la persona, como el Crecimiento Personal y la Contribución social, y negativamente con las Relaciones Positivas, la Integración social y la Autoestima Colectiva (AC), mientras que la *Individualización* (F7) se asocia a más SV, Crecimiento, Contribución y Actualización social y menos AC y percepción de discriminación.

Entre las estrategias colectivas, (F2) *Atribución al Prejuicio Grupal, de Deprivación Relativa y de Creatividad Cognitiva* se asocia a los índices colectivos (percepción de discriminación grupal y alta AC), presenta asociaciones bajas con el Bienestar y un patrón ambivalente: se asocia positivamente tanto al afecto positivo como al negativo, al Dominio del entorno y la Contribución social, y a la inversa, negativamente a la Actualización y Aceptación social. Únicamente la estrategia de (F6) *Creatividad Cognitiva: comparaciones sociales hacia abajo* manifiesta un patrón de asociación claramente positivo con el bienestar: más bienestar hedónico, BP y BS en todas sus dimensiones, más AC.

Tabla 9. Estrategias de afrontamiento, Adaptación psicológica y colectiva (correlaciones parciales ajustadas por sexo y edad)

	Estrategias Individuales				Estrategias Colectivas		Estrategias Mixtas	
	F1 INTRA-TEMP	F3 DESENG	F4 DIFER	F7 ^a INDIV	F2 ATRIB-CREAT	F6 ^a NUEVO GRUPO	F5 MIXTO	F8 LUCHAR
Discriminación Grupal	-.18***	-.21***	.03	.09**	.35***	.20***	.01	-.15***
Discriminación Personal	-.34***	-.12***	.01	.15***	.20***	.28***	.06*	-.26***
Afecto Positivo	.53***	-.02	.00	.01	.15***	-.29	-.28	.27***
Afecto Negativo	-.34***	-.25***	-.05	.06*	.16***	.18***	.07*	-.19***
SV	.49***	.10**	.03	-.10**	-.03	-.27***	-.10**	.22***
BP Relaciones Positivas	.42***	.04	-.20***	.02	.06*	-.20***	-.14***	.37***
BP Dominio Del Entorno	.62***	.14***	.00	-.08*	.09**	-.36***	-.28***	.41***
BP Crecimiento Personal	.29***	.33***	.16***	-.10**	.05	-.21***	-.50***	.34***
BS Integración	.38***	.03	-.14***	-.02	.06*	-.26***	-.05	.34***
BS Contribución	.45***	.11**	.10**	-.13***	.10**	-.32***	-.20***	.33***
BS Actualización	.35***	.14***	-.03	-.12***	-.14***	-.27***	.07*	.25***
BS Coherencia	.29***	.06*	-.02	.02	-.06*	-.16***	-.03	.12***
BS Aceptación	.27***	-.05	-.13***	-.05	-.08*	-.22***	.08*	.19***
AC Privada	.13***	.13***	-.13***	.06*	.11**	-.19***	-.16***	.18***
AC Importancia Identidad	.11***	.03	-.14***	.10**	.19***	-.20***	-.14***	.17***

Nota. Estrategias: puntuaciones factoriales salvasdas; (a) F7 INDIV y F6 NUEVO GRUPO: puntuaciones factoriales negativas. SV=Satisfacción con la vida; BP=Bienestar Psicológico; BS=Bienestar Social; AC=Autoestima Colectiva * p < .05; ** p < .01; *** p < .001

Las estrategias Mixtas son dos. La primera (F5) *Expulsión, Competición Realista y Distanciamiento*) se asocia a menor BS: Afecto positivo y SV, Crecimiento personal (correlación alta $r=-.50$), Dominio del entorno, y Relaciones Positivas y menor Contribución social, así como menor AC. La segunda, el factor F8, *Luchar*, exhibe una relación consistente y positiva con el bienestar: Afectos, SV, BP y BS, así como AC y baja percepción de discriminación.

Finalmente, se llevó a cabo un análisis de mediación para comprobar si las estrategias de afrontamiento cumplen un papel de variables mediadoras en la relación entre la discriminación percibida y adaptación psicológica y social (véase figura 4). Se seleccionaron tres factores de las estrategias individuales, dos colectivas y una mixta y se llevó a cabo una serie de análisis de regresión entre los indicadores de discriminación personal percibida, las seis estrategias de afrontamiento y varios indicadores de bienestar personal y colectivo / social. Con el objetivo de presentar estos resultados en este trabajo, se seleccionaron cinco

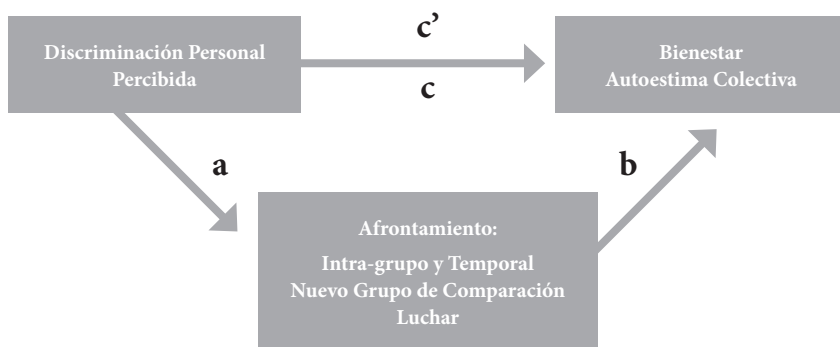


Figura 4. Modelo de mediación de Afrontamiento, discriminación, Bienestar y Autoestima Colectiva

indicadores del bienestar que por categorías son los siguientes: bienestar hedónico afectivo (Balanza de Afecto³) y cognitivo (SV), bienestar psicológico (Dominio del Entorno), bienestar social (Integración social) y autoestima colectiva (Autoestima colectiva privada). De todas las formas de afrontamiento finalmente se seleccionaron aquellas que mostraban relaciones estadísticamente significativas con los cinco indicadores de bienestar anteriores.

Los análisis (véase Tabla 10) mostraron un efecto significativo de la discriminación percibida en dos estrategias de carácter cognitivo: (F1) Comparación Intragrupo y Temporal y (F7) Nuevo Grupo de Comparación, y en una de carácter conductual: (F8) Luchar (que corresponde a la relación y coeficiente de regresión “a”). De manera similar, estas tres estrategias de afrontamiento tenían un efecto significativo en los cinco indicadores de bienestar (que corresponde a la relación y coeficiente de regresión “b”). Finalmente, los coeficientes de regresión de discriminación en bienestar fueron también significativos (la relación y coeficiente de regresión “c”).

Después de haber establecido que las interrelaciones entre la variable inicial (discriminación percibida personal x 1), el mediador (afrontamiento x 3), y la variable de resultado (bienestar x 5), se aplicó el procedimiento de Sobel (1982) para comprobar la hipótesis de mediación entre las tres variables. Para ello, se utilizó una aplicación online (Preacher & Leonardelli, 2001) que permite llevar a cabo un test de Sobel. La prueba fue significativa en todos los 15 casos, lo cual sugiere que las tres estrategias de afrontamiento median en la relación entre discriminación percibida y bienestar de los inmigrantes. Sin embargo, la prueba de Sobel requiere una cuidadosa interpretación, ya que no informa si la

3 Balanza de Afecto se calculó restando el Afecto Positivo menos el Afecto Negativo.

Tabla 10. Discriminación y Afrontamiento sobre Bienestar psicosocial (análisis de regresiones y test Sobel mediacional)

	a		b		c'		Test de Sobel	
	Discriminación→ Afrontamiento		Afrontamiento→ à Bienestar		Discriminación→ Bienestar		z	P
	B	SE	B	SE	B	SE		
Balanza de Afecto								
F1 INTRA-TEMP	-.37	.03	.53	.03	-.15	.03	-10.11	<.001
F8 LUCCHAR	-.24	.03	.33	.03	-.27	.03	-6.47	<.001
F6 NUEVOGRUPO-	.27	.03	-.31	.03	-.27	.03	-6.79	<.001
c					-.36	.03		
Satisfacción con la Vida								
F1 INTRA-TEMP	-.37	.03	1.04	.06	-.14	.07	-10.05	<.001
F8 LUCCHAR	-.24	.03	.54	.07	-.40	.07	-5.55	<.001
F6 NUEVOGRUPO-	.27	.03	-.62	.07	-.37	.07	-6.31	<.001
c					-.58	.06		
Bienestar Psicológico – Dominio del Entorno								
F1 INTRA-TEMP	-.37	.03	.64	.03	-.14	.03	-10.68	<.001
F8 LUCCHAR	-.24	.03	.47	.03	-.26	.03	-7.12	<.001
F6 NUEVOGRUPO-	.27	.03	-.42	.03	-.27	.03	-7.57	<.001
c					-.35	.03		
Bienestar Social – Integración Social								
F1 INTRA-TEMP	-.37	.03	.30	.02	-.13	.03	-9.53	<.001
F8 LUCCHAR	-.24	.03	.32	.03	-.16	.03	-6.40	<.001
F6 NUEVOGRUPO-	.27	.03	-.22	.03	-.18	.03	-5.68	<.001
c					-.26	.02		
Autoestima Colectiva Privada								
F1 INTRA-TEMP	-.37	.03	.15	.04	-.10	.04	-3.59	<.001
F8 LUCCHAR	-.24	.03	.24	.04	-.08	.04	-4.80	<.001
F6 NUEVOGRUPO-	.27	.03	-.25	.04	-.09	.04	-5.13	<.001
c					-.14	.03		

Puntuaciones factoriales: F1 INTRA-TEMP Comparación Social Ventajosa Intragrupo y Temporal (Cognitiva); F8 LUCCHAR Movilidad Individual y Competición Social (Conductual); F6 NUEVOGRUPO Creatividad Cognitiva: Nuevo Grupo de Comparación (hacia abajo) (puntuaciones factoriales negativas)

mediación es completa o parcial. Por eso, en el siguiente paso otra vez se llevó a cabo un análisis de regresión de discriminación sobre los indicadores de bienestar, pero controlando para afrontamiento (relación c'). En la mayoría de casos, los coeficientes de regresión disminuyeron, aunque se mantuvieron significativos. Esta reducción del tamaño de efecto indica una mediación parcial del afrontamiento en la relación entre discriminación percibida y bienestar.

El test de Sobel muestra la existencia de efectos mediadores estadísticamente significativos de las tres modalidades de afrontamiento: individual F1, mixta F8 y colectiva F6. La percepción de discriminación predice un menor afrontamiento F1 *Comparación Social Ventajosa Intragrupo y Temporal*, menor F8 *Luchar: Movilidad Individual y Competición Social* y más rechazo de F6 (o al revés menor *Comparación social hacia abajo*). Los efectos mediadores son mayores en el caso del afrontamiento F1 que en las otras dos modalidades de afrontamiento (como se aprecia en los tamaños z del contraste de Sobel, véase Tabla 10) sobre el bienestar subjetivo (balanza de afectos, SV, Dominio del entorno e Integración social). Con respecto a la Autoestima Colectiva Privada (sentirse bien con el grupo nacional o étnico) la estrategia colectiva presenta el efecto mediador más importante ($z=-5.13$), de manera que la baja percepción de discriminación predice mayor *Comparación social hacia abajo* (F6), y ésta favorece la AC y el efecto negativo de la discriminación sobre la AC se amortigua por el efecto de este tipo de afrontamiento. Lo mismo sucede con las otras estrategias F1 y F8 pero los efectos mediadores son algo menos intensos.

Conclusiones y Discusión

El estudio psicosocial de la aculturación

En este capítulo se han revisado algunas de las principales líneas de investigación sobre la inmigración y la aculturación desde la psicología social. En primer lugar, se han explicado la perspectiva psicosocial de la aculturación que parte del modelo de Berry (2001), mostrando algunos de los resultados relevantes de nuestros estudios en España así como las limitaciones de dicha perspectiva. Dichos estudios han ampliado la visión incorporando los ámbitos de socialización (Navas, Rojas, García & Pumares,, 2006), y los Conflictos de Identidades (Ward, 2008), y los estudios sobre las actitudes entre nativos e inmigrantes y relaciones intergrupales

Los *estudios de la aculturación* psicológica hacen referencia a distintos tipos de migrantes dentro de las sociedades multiétnicas (*within-society*), en las que las personas entran en contacto con “otros” diferentes en apariencia, ascendencia, costumbres y valores; y se centran en la relación entre minorías y mayorías. Por ello la perspectiva del *choque cultural* (Ward, Bochner & Furnham, 2001; Ward & Kennedy, 1994) ha analizado el contacto intercultural como fuente de dificultades y a la vez de enriquecimiento. También la orientación comunitaria destaca el papel de los grupos y colectividades. Desde un punto de vista comunitario, las transiciones aculturativas se entienden como procesos de “empoderamiento” en los que las personas inmigrantes se transforman a sí mismas y cambian sus condiciones sociales (Paloma, García Ramírez, de la Mata & AMAL, 2010). Además los estudios han ido afinando las distintas modalidades de identidades y adaptaciones a las sociedades de acogida en el caso de las migraciones económicas contemporáneas a España y Europa (Basabe y cols., 2009).

En una segunda parte, se retoma otro punto de vista psicosocial complementario que enlaza las teorías de las relaciones intergrupales, la

Teoría de la Identidad social (TIS), de la Privación relativa, y del Estigma. En esta parte se han presentado los primeros resultados de un estudio sobre el afrontamiento de la inmigración en España que se explican a continuación.

Estrategias de manejo de identidad negativa o estigma social de los inmigrantes y su relación con el bienestar y discriminación percibida

Se aplicó un análisis factorial para explorar las formas de afrontamiento de la identidad negativa aplicada al caso de la inmigración con el instrumento diseñado ad hoc. Se encontraron cuatro factores de estrategias de afrontamiento individual, dos de tipo colectivo y otros dos de carácter mixto. Los factores *individuales* fueron de tipo cognitivo: (F1) *Comparación Intragrupa y Temporal*, (F4) *Diferenciación Yo-Nosotros* (o Recategorización Subordinada), e (F7) *Individualización* (con Recategorización Supra-ordenada), y uno conductual llamado (F3) *Desenganche* (Distracción, Evitación de Contacto, Control Emocional y Movilidad Individual). Los factores *colectivos* fueron las estrategias de (F2) *Atribución al Prejuicio Grupal, de Deprivación Relativa y de Creatividad Cognitiva* y mientras que la (F6) *Creatividad Cognitiva* (comparaciones sociales hacia abajo). Finalmente, los factores de tipo *mixto* (estrategias colectivas junto con las individuales), fueron (F8) *Lucha* conductual (Movilidad Individual y Competición Social), y formas (F5) cognitivas - colectivas (*Expulsión, Competición Realista*) y conductuales - individuales (*Distanciamiento*). Estos resultados pueden considerarse congruentes con el planteamiento de la TIS (Tajfel & Turner, 1979), según la cual los tres principales conglomerados de respuestas de afrontamiento incluyen la movilidad individual (correspondiente a nuestras estrategias de *Desenganche, Individualización* o *Diferenciación Yo-Nosotros*), la creatividad cognitiva (correspondiente a *Comparación Intragrupa y Temporal* y los factores relacionados con comparaciones

intergrupales) y el cambio social (correspondiente por ejemplo a factor de *Lucha* conductual). Por otra parte, estos hallazgos son también en cierto grado coherentes con los trabajos de Blanz y cols. (1998) o Outten y cols. (2009), aunque es necesario enfatizar que la taxonomía de estrategias de afrontamiento de la identidad social negativa depende tanto del contenido del estigma como también del contexto social en el cual se desarrolla la identidad devaluada (Ellmers, Spears & Doosje, 1999).

La gran contribución de este estudio se basa sin embargo no sólo en el hecho de definir y agrupar las estrategias de afrontamiento de la identidad devaluada de las personas inmigrantes, sino también en el hecho de demostrar cómo estas estrategias pueden contribuir (o no) al bienestar del inmigrante, tanto a nivel personal como social o colectivo, teniendo además en cuenta la discriminación percibida. Así, las *estrategias colectivas* se relacionan con la situación intergrupala, y de manera más fuerte que las individuales. La percepción de discriminación grupal (conciencia de estigma) va unida a la puesta en marcha de respuestas colectivas: que explican (atribuyen) la situación de la minoría al prejuicio contra la misma, de Deprivación Relativa socio-céntrica (p.e: los inmigrantes tienen menos posibilidades de mejorar de lo que merecen) y de Creatividad Cognitiva (p.e: los inmigrantes son mucho más trabajadores que los vascos) (F2), y que rechazan las comparaciones sociales hacia abajo, o compararse con los grupos que están peor (F6). Estas estrategias colectivas se asocian a la Autoestima colectiva. Su relación con el bienestar personal es más leve comparadas con las estrategias individuales (en especial con la estrategia individual más importante F1, *Comparación Social Ventajosa Intra-grupo y Temporal*). Las personas que aplican la estrategia colectiva F2, *de Atribución al Prejuicio Grupal, de Deprivación Relativa y de Creatividad Cognitiva*, sólo se sienten ligeramente más felices (bienestar hedónico), están igual en bienestar psicológico que quienes

no emplean dichas estrategias; y presentan un patrón ligeramente ambivalente y crítico en su bienestar social: describen su Contribución personal a la sociedad a la vez que no sienten Actualización social (la sociedad no mejora la situación de la gente como yo).

Sin embargo, la otra estrategia colectiva basada en rechazar la comparación “hacia abajo”, con quien está peor (F6) se asocia negativamente al bienestar subjetivo, o a la inversa si se acepta la comparación social hacia abajo, de modo que se percibe mejor situación que la de otros grupos entonces esta es ventajosa porque se asocia a mayor bienestar: balanza de afectos y satisfacción con la vida, al bienestar psicológico basado en las relaciones positivas, dominio del entorno y sentido de crecimiento personal. Asimismo se relaciona con el bienestar social (sentido de integración, recontribución, de actualización, de coherencia y sentido del mundo social y de ser aceptado por el entorno (las relaciones con las estrategias colectivas de atribución al prejuicio y deprivación social son mucho más bajas). Por tanto, puede concluirse que estas *estrategias colectivas* de rechazo de la desigualdad social y el prejuicio son estrategias vinculadas a la conciencia de estigma (discriminación) y a identidad colectiva cuya relación con el bienestar subjetivo es menos consistente y más ambivalente que el de otras estrategias individuales o mixtas. Dentro de las colectivas la aceptación de la comparación con grupos sociales en situación inferior (F6 *Creatividad Cognitiva comparaciones sociales hacia abajo*) va unida a un buen ajuste tanto psicológico y social (sintiéndose integradas, tomando parte en el funcionamiento social y de su comunidad). *Ambas formas colectivas son por todo ello estrategias de defensa de la identidad social, que contribuiría a la autoestima colectiva, la atribución al prejuicio (F2) asociada a la conciencia de estigma (discriminación), y la aceptación de la comparación social hacia abajo (F6) a menor conciencia de estigma (discriminación), y cuyas relaciones con el bienestar personal o*

social son distintos.

Por otra parte, las *estrategias individuales*, en especial las formas cognitivas basadas en (F1) la “*Comparación Social Ventajosa Intra-grupo y Temporal*”, comparándose hacia dentro del propio grupo (“mi situación es mejor de lo que esperaba”, “es mejor que antes” “estoy mejor que la mayoría”) son las más importantes dado que se han relacionado con todos los índices psicosociales. En especial han resultado ser relevantes para la situación personal dado que se han asociado más fuertemente a los índices personales que a los colectivos. Así, se asocian más fuertemente a *menores experiencias personales de discriminación*, y más ligeramente a la conciencia de estigma o reconocimiento de la discriminación contra el grupo; mientras que las personas que eligen estas estrategias presentan un buen ajuste psicosocial en especial un fuerte afecto positivo, alta satisfacción con la vida y bienestar psicológico de dominio o control del entorno, y bienestar social, en especial una sensación de contribución social.

Como era de esperar, la identidad y autoestima colectiva, junto a la percepción de discriminación grupal y personal se asocian positivamente a las estrategias colectivas. Respecto a las estrategias individuales, que se supone estarían asociadas a una menor fuerza de la identidad colectiva, y las mixtas los resultados encontrados han sido más variados.

Por un lado, la estrategia individual (F1) *Comparación Intragrupo y Temporal* y la mixta F8 focalizada en la *Lucha* conductual (Movilidad Individual y Competición Social) presentan un comportamiento similar: como estrategias individuales se relacionan con una menor percepción de discriminación grupal y personal, a la vez que se relacionan con una mayor y ligera autoestima colectiva (además ambas se vinculan un buen ajuste personal y social). En este sentido pueden considerarse estrategias psicológicamente funcionales.

Por otro lado, hay estrategias *individuales* como F3, *Desenganche: Distracción, Evitación de Contacto, Control Emocional y Movilidad Individual*, asociadas a menor percepción de discriminación a la vez que se vincula a la asunción de la identidad social (autoestima colectiva privada) y que puede describirse como una *forma de afrontar y de huir del estrés* (se relaciona con menor afecto negativo); y que contribuye a obtener sensación de crecimiento personal (se cambia y aprende) y ayudaría un poco a obtener bienestar social respecto a Contribución Social (*Tengo algo importante que ofrecer a la sociedad*), y Actualización Social (*La sociedad está mejorando para la gente como yo*).

Otra estrategia consistente (F4) en la *Diferenciación Yo-Nosotros* (o Recategorización Subordinada), puede considerarse una respuesta individualista de *huida y asilamiento social*, dado que se vincula coherentemente con menor Autoestima colectiva (sentirse mal por pertenecer al grupo y por tanto querer desvincularse de él), dicha respuesta no afecta al bienestar hedónico, sin embargo se relaciona con más aislamiento: hay más dificultades para establecer Relaciones Positivas con Otros (relaciones cercanas y de confianza), Integración Social (*sentirse cercano a otra gente*), y menor Aceptación Social (*creo que en general la gente es buena, amable*); a la vez que se percibe crecimiento y contribución social personal.

La última estrategia (F7) *Individualización* (con Recategorización Supra-ordenada) coherentemente es una estrategia basada en la Baja centralidad de la Identidad (baja AC en importancia de la identidad y baja discriminación), y como las otras formas individuales, pero con menor intensidad ya que las correlaciones son bajas, se relaciona con ligero mayor bienestar en su faceta individual, SV, Dominio del entorno, Crecimiento, y social, Contribución y Actualización, es decir tener algo que ofrecer y poder mejorar personalmente.

Una última forma clasificada de Mixta es la consistente en F5, con formas cognitivas - colectivas (*Expulsión, Competición Realista*) y conductuales – individuales (*Distanciamiento*), que consisten en rechazar el prejuicio hacia el grupo, con una estrategia de segregación, asociarse y vivir con personas del mismo grupo, a la vez que se distancia (ocultar origen ante otras personas) y se acepta ligeramente la desigualdad social. Esta estrategia se eligió con más probabilidad entre aquellas personas con baja Autoestima Colectiva (estuvo asociada menor AC) y se daba en situaciones de bajo ajuste psicosocial, menor afecto positivo y satisfacción con la vida, una situación que podría describirse cercana a la indefensión: muy bajo crecimiento personal (no se espera poder mejorar), bajo dominio del entorno, dificultad para establecer relaciones positivas con otros y una baja sensación de contribución social.

En conclusión, las estrategias dependen de la identidad social, así los grupos con *baja AC* prefieren con más frecuencia las estrategias individuales (F4) de *Diferenciación Yo-Nosotros* y F5, *Expulsión, Competición Realista, Distanciamiento*, que son las que presentan peores índices de ajuste psicosocial (en especial F5). Mientras que los grupos con *alta AC* optan por más estrategias colectivas (F2 y F6), activas de *Lucha* (F8), e individuales de tipo F1 “*Comparación Social Ventajosa Intra-grupo y Temporal*”, y F3 *Desenganche*. Asimismo la conciencia de estigma (percepción de discriminación grupal) se vincula a las estrategias colectivas y la baja discriminación a las individuales y mixtas.

Las estrategias más funcionales, desde el punto de vista del bienestar hedónico, psicológico y social, serían las individuales (F1) de *Comparación Intragrupo y Temporal*, la mixta (F8) de *Lucha*, y la colectiva (F6) *Creatividad Cognitiva* y rechazo de *comparaciones sociales hacia abajo*, todas ellas se vinculan a grupos con Alta Autoestima Colectiva. Otras respuestas constituyen estrategias de evitación, como

F3 (*Desenganche*) para *afrentar y huir del estrés*, y respuestas individualistas de *huida y asilamiento social* como F4 (*Diferenciación Yo-Nosotros*) con resultados tanto funcionales y disfuncionales.

De acuerdo a la hipótesis sobre el papel amortiguador de las estrategias de afrontamiento de la identidad negativa, los análisis de mediación encontraron efectos significativos en algunas de las formas. De manera que el efecto pernicioso de la discriminación percibida para el bienestar se ve contrarrestado por las estrategias de afrontamiento que las personas pertenecientes a las minorías étnicas ponen en marcha, en especial es mayor el efecto beneficioso sobre el bienestar subjetivo (hedónico, Dominio del entorno y la Integración social) del afrontamiento (F1) basado en la *Comparación Social Ventajosa Intragrupa y Temporal*, que los efectos de la *Lucha* (F8) y de la *Comparación social hacia abajo* (F6). Respecto a la Autoestima Colectiva las estrategias colectivas, basadas en la *Comparación social hacia abajo* (F6) amortiguan el impacto negativo de la discriminación en la autoestima algo más que las estrategias individuales (F1) y mixta de *Lucha* (F8).

Estudios más pormenorizados deberían analizar qué grupos es más probable que usen las estrategias colectivas, individuales y mixtas según su situación intergrupala y la fuerza de la identidad como parcialmente se ha expuesto en este capítulo.

REFERENCIAS

- Basabe, N., Páez, D., Aierdi, X. & Jiménez-Aristizabal, A. (2009). *Calidad de vida, Bienestar subjetivo y Salud: inmigrantes en la CAPV*. Zumaia: Ikuspegi- Observatorio Vasco de Inmigración. ISBN: 978-84-9860-215-9. Disponible en: http://www.ikuspegi.org/documentos/investigacion/es/3ikusgai_salud_inmigracion_ikuspegi.pdf
- Basabe, N., Zlobina, A. & Páez, D. (2004). Integración sociocultural y adaptación psicológica de los inmigrantes extranjeros en el País vasco. *Cuadernos Sociológicos Vascos*, 15, Vitoria: Gobierno vasco. Disponible en: http://gvas.euskadi.net/pub/gv/estudios_sociologicos/ csv15.pdf
- Berry, J. W. (2001). A Psychology of Immigration. *Journal of Social Studies*, 57 (3), 615-631.
- Berry, J.W., Phinney, J.S., Sam, D.L. & Vedder, P. (2006). Immigrant youth in cultural transition. Acculturation, identity, and adaptation across national contexts. London: LEA.
- Blanz, M., Mummendey, A. L., Mielke, R. & Klink, A. (1998). Responding to negative social identity: a taxonomy of identity management strategies. *European Journal of Social Psychology*, 28, 697-729.
- Blanco, A. & Diaz, D. (2005). El bienestar social: Su concepto y mediación. *Psicothema*. 14 (4).
- Bochner, S. (2003). Culture shock due to contact with unfamiliar cultures. En W. J. Lonner, D. L. Dinnel, S. A. Hayes & D. N. Sattler (Eds.), *Online Readings in Psychology and Culture* (Unit 8, Chapter 7), (<http://www.edu/culture>), Center for Cross-Cultural Research, Western Washington University, Bellingham, Whashington USA.
- Bourguignon, D., Seron, E., Yzerbyt, V. & Herman, G. (2006). Perceived group and personal discrimination: differential effects on personal self-esteem. *European Journal of Social Psychology*, 36 (5), 773-789.
- Bourhis, R.Y. & Leyens J.-Ph. (eds.) (1996). *Estereotipos, discriminación y relaciones entre grupos*. Madrid: McGraw-Hill.

- Branscombe, N. R., Schmitt, M. T. & Harvey, R. D. (1999). Perceiving pervasive discrimination among African-Americans: Implications for group identification and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 135–149.
- Briones, E. (2008). Proceso de aculturación de adolescentes inmigrantes residentes en España. Estudio longitudinal de su Identidad cultural y Adaptación psicosocial. Tesis Doctoral, Universidad de Salamanca.
- Briones, E., Tabernero, C., Tromontano, C., Caprara, G.V. & Arenas, A. (2009). Development of a cultural self-efficacy for adolescents (CSES-A). *International Journal of Intercultural Relations*, doi:10.1016/j.ijintrel.2009.03.006
- Carver, C. S., Scheier, M. F. & Weintraub, J. K. (1989). Assessing coping strategies: A theoretically based approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 267–283.
- CEA, M.A. & Valles, M.S. (2009). *Evolución del racismo y la xenofobia en la España*. Madrid: Oberaxe, Ministerio de Trabajo e Inmigración.
- Crocker, J., Major, B. & Steele, C. (1998). Social Stigma. En Gilbert, D., Fiske, S. T. & Lindzey, G. (Eds.), *The Handbook of Social Psychology* (4th ed., Vol. 2, pp. 504–553). New York: McGraw Hill.
- Ellemers, N., Spears, R. & Doosje, B. (1999). *Social identity: Context, commitment, content*. Oxford: Basil Blackwell.
- Finch, B. K., Kolody, B. & Vega, W. A. (2000). Perceived Discrimination and Depression among Mexican-Origin Adults in California. *Journal of Health and Social Behavior*, 41 (3), 295-313.
- Folkman, S. & Lazarus, R. S. (1980). An analysis of coping in a middle-aged community sample. *Journal of Health and Social Behavior*, 21, 219-239.
- González-Castro, J.L. & Ubillos, S. (2009). Determinants of psychological distress among migrants from Ecuador and and Romania

- in a Spanish city. *International Journal of Social Psychiatry* 2009, doi:10.1177/0020764009347336
- Haslam, S. A., Jetten, J., Postmes, T. & Haslam, C. (2009). Social Identity, Health and Well-Being: An Emerging Agenda for Applied Psychology. *Applied Psychology: an International Review*, 58 (1), 1–23.
- Igartua, J. J., Muñiz, C., Otero, J. A., Cheng, L. & Gómez-Isla, J. (2008). Recepción e impacto socio-cognitivo de las noticias sobre inmigración. *Revista de Psicología Social*, 23 (1), 3-16.
- Kaiser, C. R. & Miller, C. T. (2001). Stop Complaining! The Social Costs of Making Attributions to Discrimination. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27 (2), 254–263.
- Keyes, C. L. M. (1998). Social well-being. *Social Psychology Quarterly*, 61, 121-140.
- Luhtanen, R. & Crocker, J. (1992). A Collective self-Esteem scale: Self-evaluation of one's social identity. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, 3, 302-318.
- Mesch, G. S., Turjeman, H. & Fishman, G. (2008). Perceived Discrimination and the Well-being of Immigrant Adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 37, 592–604.
- Meuleman, B., Davidov, E. & Billiet, J. (2009). Changing attitudes toward immigration in Europe, 2002-2007: A dynamic group conflict theory approach. *Social Science Research*, 38 (2), 352-365.
- Moghaddam, F. M., Taylor, D. M. & Wright, S. C. (1993). *Social psychology: A cross-cultural perspective*. New York: W. H. Freeman.
- Mummendey, A., Kessler, T., Klink, A. & Mielke, R. (1999). Strategies to cope with negative social identity: predictors by social identity theory and Relative Deprivation Theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76 (2), 229-245.
- Navas, M. S., García, M. C., Rojas, A. J., Pumares, P. & Cuadrado, I.

- (2006). Prejuicio y actitudes de aculturación: la perspectiva de autóctonos e inmigrantes. *Psicothema*, 18, 187-193.
- Navas, M., García, M.C., Sánchez, J., Rojas, A.J., Pumares, P. & Fernández, J.S. (2005). Relative Acculturation Extended Model (RAEM): New contributions with regard to the study of acculturation. *International Journal of Intercultural Relations*, 29, 21-37.
- Navas, M., Rojas, AJ, García, MC. & Pumares, P. (2007). Acculturation strategies and attitudes according to the Relative Acculturation Extended Model (RAEM): The perspectives of natives versus immigrants. *International Journal of Intercultural Relations*, 31, 67-86.
- Noh, S. & Kaspar, V. (2003). Perceived Discrimination and Depression: Moderating Effects of Coping, Acculturation, and Ethnic Support. *American Journal of Public Health*, 93 (2), 232-238.
- Outten, H. R., Schmitt, M. T., Garcia, D. M. & Branscombe, N. R. (2009). Coping options: Missing links between minority group identification and psychological well-being. *Applied Psychology: an International Review*, 58 (1), 146-170.
- Paloma, V., García Ramírez, M., de la Mata, M. & AMAL (2010). Acculturative integration self and citizenship construction: The experience of AMAL-Andaluza, a grassroots organization of Moroccan women in Andalucía. *International Journal of Intercultural Relations*, 34, 101-113.
- Preacher, K. J. & Leonardelli, G. J. (2001). Calculation for the Sobel test: An interactive calculation tool for mediation tests [Computer software]. Lawrence, Kansas: University of Kansas.
- Rudmin, F. W. (2003). Critical History of the Acculturation Psychology of Assimilation, Separation, Integration, and Marginalization.

- Review of General Psychology*, 7 (1), 3-37.
- Ryff C.D. & Keyes, C.L.M. (1995). The Structure of Psychological Well-Being Revisited *Journal of Personality and Social Psychology*, 69 (4), 719-727.
- Sam, D. L. & Berry, J. W. (2006). *The Cambridge handbook of Acculturation psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Shinnar, R. S. (2008). Coping with negative social identity: The case of Mexican immigrants. *Journal of Social Psychology*, 148 (5), 577-93.
- Skinner, E. A., Edge, K., Altman, J. & Sherwood, H. (2003). Searching for the structure of coping: A review and critique category systems for classifying ways of coping. *Psychological Bulletin*, 129(2), 216-269.
- Sobel, M. E. (1982). Asymptotic intervals for indirect effects in structural equations models. En S. Leinhardt (Ed.), *Sociological methodology* (pp. 290–312). San Francisco: Jossey-Bass.
- Tajfel, H. & Turner, J.C (1979). An integrative theory of intergroup conflict. En Austin, W.G. and Worchel, S., Editors, 1979. *The social psychology of intergroup relations*, pp. 33–47., Monterey, CA: Brooks/Cole
- Ward, C. (2008). Thinking outside the Berry boxes: New perspectives on identity, acculturation and intercultural relations. *International Journal of Intercultural Relations*, 32, 105-114.
- Ward, C., Bochner, S. & Furnham, A. (2001). *The psychology of Culture Chock*. East Sussex: Routledge.
- Ward, C. & Kennedy, A. (1994). Acculturation strategies, psychological adjustment, and sociocultural competence during cross-cultural transitions. *International Journal of Intercultural Relations*, 18, 329-343.
- Ward, C. & Rana-Deuba, A. (2000). Home and host culture influences on sojourner adjustment. *International Journal of Intercultural*

Relations, 24, 291-206.

Williams, D. R., Neighbors, H. W. & Jackson, J. S. (2003). Racial/Ethnic Discrimination and Health: Findings From Community Studies.

American Journal of Public Health, 93, 2, 200-208.

Zlobina, A., Basabe, N., Páez, D. & Furnham, A. (2006). Sociocultural adjustment of the immigrants. *International Journal of Intercultural relations*, 30 (2), 195-211.

Zlobina, A., Basabe, N. & Páez, D. (2008). Las estrategias de aculturación de los inmigrantes: su significado psicológico (Immigrants' acculturative strategies. Their psychological meaning). *Revista de Psicología social*, 23(2), 143-150.

A Legitimação da Discriminação em Diferentes Contextos Normativos

Cícero Roberto Pereira

Jorge Vala

Neste capítulo, contribuiremos para a literatura sobre os processos psicossociais que estão na base da discriminação objetiva contra pessoas percebidas como pertencentes a grupos minoritários. O fenômeno que analisamos é a permanência de discriminação flagrante em sociedades orientadas por normas, princípios constitucionais e procedimentos jurídicos que condenam firmemente a expressão de preconceito e atitudes discriminatórias, fenômeno que consideramos ser um dos grandes paradoxos das sociedades formalmente democráticas. De uma forma mais específica, procuramos responder às seguintes questões: que mecanismos estão a legitimar a discriminação em contextos nos quais atitudes e comportamentos preconceituosos são antinormativos? Em outras palavras, como é que a discriminação está sendo justificada?

Estas questões podem ser analisadas no âmbito de um problema teórico mais amplo levantado na literatura sobre os mecanismos legitimadores da discriminação. Devido às pressões exercidas pela norma do antipreconceito, a expressão pública de atitudes preconceituosas tem diminuído, embora a discriminação contra grupos minoritários ainda persista e continue apoiada em formas mais indiretas e menos abertas de preconceito (ver, por exemplo, Dovidio & Gaertner, 1996; Harrison & Thomas, 2009; McConahay, Hardee & Batts, 1981). Este fenômeno vai ao encontro do paradoxo acima anunciado, agora explicitado de forma

mais precisa como uma dissociação entre a atitude preconceituosa, suprimida pela norma, e a discriminação objetiva contra as minorias sociais. A compreensão desta dissociação exige que consideremos várias hipóteses analíticas, propostas por diferentes modelos e abordagens teóricas na Psicologia Social. Analisamos como este problema pode ser compreendido a partir da hipótese das novas expressões do preconceito, assim como da hipótese da legitimação das desigualdades sociais. Em seguida, apresentamos o desenvolvimento de um modelo teórico sobre a discriminação justificada, no qual especificamos o papel dos mecanismos de legitimação na manutenção de comportamentos discriminatórios em diferentes contextos normativos.

A Hipótese do Novo Preconceito

Podemos situar o problema da incoerência empírica da permanência da discriminação em contextos antipreconceito no âmbito de um conjunto de hipóteses sobre a emergência de formas menos tradicionais de expressão do preconceito, como são exemplos as hipóteses do preconceito moderno (e.g., McConahay, 1986), do preconceito simbólico (e.g., Sears & Henry, 2003), do preconceito ambivalente (e.g., Katz & Hass, 1988) e do preconceito sutil (e.g., Pettigrew & Meertens, 1995). Ainda que cada uma dessas hipóteses mantenha a sua especificidade analítica (para uma revisão, ver Lima & Vala, 2004), todas partilham a ideia de que indicadores menos diretos do preconceito permitem que as pessoas expressem atitudes menos “contaminadas” pela conformidade social à norma do antipreconceito. Como consequência, quando confrontadas com os indicadores do preconceito sutil, ambivalente ou simbólico, as pessoas exprimem atitudes mais preconceituosas do que quando reagem

a indicadores mais diretos e tradicionais de preconceito (ver, por exemplo, Pettigrew e cols., 1998). A discrepância observada entre a diminuição do preconceito flagrante e a persistência de níveis elevados de discriminação objetiva contra minorias sociais estaria dessa forma equacionada: a conformidade à norma expressa nas medidas flagrantes do preconceito seria o fator explicativo da discrepância. O preconceito não estaria a diminuir. A sua expressão pública estaria suprimida pela norma do antipreconceito.

Tendo em conta esta possibilidade, a expressão do preconceito poderia se tornar mais saliente e menos discrepante relativamente à discriminação, se as pessoas pudessem realizar julgamentos avaliativos sobre os grupos sociais sem que soubessem quais as respostas normativamente desejáveis no contexto de avaliação. Essa hipótese pode ser analisada no âmbito dos estudos envolvendo medidas implícitas de atitudes com as quais se pretende aferir as associações que as pessoas fazem entre grupos-alvos (e.g., negros vs. brancos; homossexuais vs. heterossexuais) e conceitos positivos ou negativos (e.g., bom vs. mau; agradável vs. desagradável) sem que possam controlar essas associações (ver Fazio & Olson, 2003, para uma revisão). De fato, com o desenvolvimento dessas medidas passou-se a acreditar que, finalmente, se obteriam “medidas genuínas” de preconceito ou até mesmo aferições do “preconceito genuíno”. Seriam, então, indicadores “não contaminados” pela desejabilidade social da norma do antipreconceito, o que ainda não tinha sido possível com o uso de medidas de atitudes explícitas, sejam as designadas como flagrantes, sejam as definidas como sutis. No entanto, a investigação mostrou que tanto as medidas explícitas (e.g., Biernat, Vescio & Theno, 1996; Katz & Hass, 1988; Lima & Vala, 2002) como as medidas implícitas da atitude (e.g., Dasgupta & Greenwald, 2001; Lima, Machado, Ávila, Lima & Vala, 2006; Wittenbrink, Judd & Park, 2001)

são igualmente sensíveis ao contexto normativo (para uma revisão, ver Blair, 2002). Além disso, a investigação revelou que as pessoas frequentemente fazem uso de dois sistemas avaliativos relativamente dissociados (ver, por exemplo, Bargh, 1999; Wilson, Lindsey & Schooler, 2000): um sistema implícito, não consciente, automático e não controlável e um sistema explícito, consciente, deliberativo e controlável (ver Bargh, 1994; Moors & De Houwer, 2006). Consistente com este duplo processo, as investigações têm mostrado que as atitudes implícitas estão mais relacionadas com os comportamentos espontâneos e de difícil controle (e.g., Dovidio, Kawakami, Johnson, Johnson & Howard, 1997), enquanto que as atitudes explícitas estão mais associadas aos comportamentos deliberativos e mais facilmente controláveis (e.g., Dovidio, Kawakami & Gaertner, 2002).

Em outras palavras, estudos usando medidas implícitas das atitudes sociais têm, de fato, mostrado que as pessoas avaliam negativamente os grupos sociais percebidos como minoritários, efeito que não estava sendo detectado pelas medidas explícitas do preconceito. No entanto, devido ao fato de as medidas implícitas refletirem normas contextuais e manterem baixas ou mesmo inexistentes associações com a discriminação flagrante, a discrepância empírica entre a redução do preconceito e a permanência de discriminação não pode ser completamente explicada pelos indicadores de preconceito acederem a diferentes sistemas avaliativos (i.e., flagrante vs. sutil ou explícito vs. implícito). Em ambos os sistemas a dissociação persiste. Isto é, a discriminação objetiva parece não corresponder nem a atitudes preconceituosas que as pessoas dizem não ter, nem às crenças negativas sobre as minorias sociais que espontaneamente expressam. Neste sentido, a persistência de discriminação em contextos antipreconceito não é redutível à natureza da medida da atitude preconceituosa.

A Hipótese da Legitimação das Desigualdades Sociais

Numa segunda abordagem explicativa para a persistência da discriminação, destacamos um conjunto de hipóteses analíticas sobre os mecanismos legitimadores das desigualdades sociais. Esta abordagem insere-se no âmbito de uma ampla linha de pensamento que tem destacado a centralidade dos mecanismos de legitimação para a compreensão dos fenômenos sociais (e.g., Johnson, Dowd & Ridgeway, 2006; Thorisdottir, Jost & Kay, 2009; Tyler, 2010). Esta centralidade já havia sido destacada no pensamento filosófico desde há 20 séculos (ver Zelditch, 2001), mas só recentemente começou a ser analisada numa perspectiva empírica (ver Tyler, 2006). De fato, os processos de legitimação são especialmente relevantes nas sociedades democráticas na medida em que os comportamentos antinormativos, tais como a discriminação, necessitam ser legitimados. Nestas sociedades, os atores sociais necessitam explicar e justificar as suas ações (Berger & Luckmann, 1967). Se um ator social se comportar de forma discriminatória, o seu comportamento deve estar assente em justificações percebidas como legítimas.

Na Psicologia Social, a importância da legitimação foi sublinhada por Allport (1954) ao descrever a função justificadora desempenhada pelos estereótipos na gênese do preconceito. Também Tajfel (1984) alertou para o fato de os estereótipos serem frequentemente usados no processo de legitimação das diversas formas de diferenciação intergrupal. O estudo deste processo tem sido realizado de forma sistemática por alguns paradigmas teóricos, como são exemplos o modelo da justificação-supressão do preconceito (Crandall & Eshleman, 2003) e as teorias do racismo aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986), da dominância social (Sidanius & Pratto, 1999) e da justificação do sistema (Jost & Banaji, 1994). Estas teorias salientam diferentes aspectos que caracterizam o processo de legitimação da discriminação.

Crandall e Eshleman (2003), por exemplo, especificaram o papel de fatores justificadores na forma como o “preconceito genuíno” é expresso em atitudes abertamente preconceituosas. Estes autores levantaram as seguintes hipóteses: as pessoas nutrem em si um preconceito genuíno, com grande força motivacional; simultaneamente, as pessoas integraram ao seu autoconceito um conjunto de valores e crenças não preconceituosas, como os princípios de justiça e de igualdade, que funcionam como supressores da expressão do preconceito genuíno; conseqüentemente, as pessoas sentem um conflito entre a necessidade de exprimir o preconceito e, ao mesmo tempo, serem coerentes com a sua autoimagem não preconceituosa; para solucionar o conflito, as pessoas são altamente motivadas para buscar justificações que permitam exprimir o preconceito e não serem publicamente ou psicologicamente censuradas. Ainda que estas hipóteses não tenham sido empiricamente testadas, são importantes para a literatura sobre a legitimação da discriminação na medida em que levantam a possibilidade de as pessoas usarem justificações para legitimar as atitudes que exprimem publicamente.

A natureza ideológica dessas justificações foi destacada por Sidanius e Pratto (1999) na teoria da dominância social. De acordo com esta teoria, a sociedade cria consensos sobre as ideologias que promovem a superioridade de alguns grupos sobre outros. As ideologias que promovem a desigualdade são usadas pelos atores sociais para a legitimação das desigualdades sociais. Essas ideologias funcionam como mitos legitimadores da desigualdade e, estrategicamente, podem ser usadas para dar legitimidade ao seu comportamento discriminatório contra minorias sociais. A função ideológica dos mitos legitimadores é a manutenção da hegemonia dos grupos dominantes sobre os grupos dominados, na medida em que servem como justificações socialmente mais aceitáveis e “racialmente neutras” para ações discriminatórias (para

uma revisão detalhada sobre a teoria da dominância social, ver Sidanius, Pratto, van Laar & Levin, 2004).

As funções motivacionais das justificações foram destacadas por Jost e Banaji (1994) na teoria da “justificação do sistema”. Essa teoria propõe que as pessoas agem em função de uma motivação básica (“*a system-justifying motive*”), que as impulsiona para encontrar justificações que legitimam o modo como a vida social está organizada, mesmo que essa organização seja desfavorável aos seus próprios interesses ou aos de seu grupo de pertença. Por exemplo, a teoria especifica que a motivação para a justificação pode levar as pessoas a explicar a pobreza e o fracasso de alguns grupos, e o sucesso de outros, ao estabelecer que essas diferenças são legítimas e naturais. Em outras palavras, as pessoas tendem a justificar o *status quo* ao invés de questionar a legitimidade do sistema que produziu as diferenças entre os grupos (ver Jost, Banaji & Nosek, 2004, para uma descrição detalhada da teoria da justificação do sistema).

A influência de fatores justificadores na discriminação tem sido estudada de forma mais sistemática pelos autores da teoria do racismo aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986). Esta teoria propõe que os racistas aversivos só discriminam quando alguma justificação aparentemente não racista está disponível. A teoria também especifica que, nos contextos em que a norma do antipreconceito está saliente, as pessoas que se autodefinem como não preconceituosas podem apresentar comportamentos discriminatórios, desde que tenham disponível alguma justificação aparentemente não preconceituosa para os seus comportamentos (Gaertner & Dovidio, 2005). De fato, numa meta-análise com base em estudos realizados durante mais de três décadas, Saucier, Miller e Doucet (2005) mostraram que a discriminação contra pessoas negras ocorre mais frequentemente quando o ator do comportamento discriminatório pode justificar ou racionalizar a sua ação recorrendo a justificações

percebidas como não “racistas”. Ainda que não esteja teoricamente explícita, nem empiricamente testada, a explicação desse efeito baseia-se no pressuposto de que a presença de justificações permite a atitude preconceituosa ser manifesta em comportamentos discriminatórios. Neste sentido, o uso de justificações poderá ser o mecanismo psicológico através do qual o preconceito leva à discriminação nas pessoas que se autodefinem como igualitárias e não preconceituosas, assim como em contextos em que a discriminação é antinormativa.

Em síntese, a literatura aqui analisada converge em direção à hipótese da discriminação contra grupos minoritários em contextos antipreconceito ocorrer porque justificações consideradas “não preconceituosas” estão disponíveis (e.g., Dovidio & Gaertner, 2004). As justificações ajudam as pessoas a resolver o conflito social e psicológico que é produzido quando ocorre discriminação em contextos em que a expressão de atitudes preconceituosas é incoerente com os valores que sustentam a norma do antipreconceito (e.g., Crandall & Eshleman, 2003). Seguindo os pressupostos da teoria da justificação do sistema (Jost, Banaji & Nosek, 2004), o processo de legitimação da discriminação pode ser impulsionado por uma motivação geral para a justificação das desigualdades sociais. Os elementos que as pessoas estrategicamente usam como justificações são os mitos legitimadores, como descrito por Sidanius e Pratto (1999) na teoria da dominância social.

Mesmo que essa literatura tenha contribuído para o estudo sistemático dos processos através dos quais as desigualdades sociais são legitimadas, a investigação neste domínio ainda não tem apresentado respostas satisfatórias para um conjunto de questões que pensamos serem fundamentais para compreendermos o papel da legitimação na persistência de discriminação nas sociedades democráticas. Se a discriminação está assente em justificações aparentemente “não preconceituosas”

que a legitima, quais são os fatores que contribuem para o desenvolvimento das justificações? Qual será o papel do preconceito no uso que as pessoas fazem dessas justificações no processo de legitimação da discriminação? Especificamente, em que medida está no preconceito a base do desenvolvimento das justificações? Pensamos que as respostas para estas questões estão no papel que a legitimação desempenha na relação entre o preconceito e a discriminação, em diferentes contextos sociais.

A Hipótese da Discriminação Justificada

O problema da relação entre o preconceito e a discriminação foi, desde cedo, analisado no quadro mais geral dos primeiros estudos sobre a influência da atitude no comportamento (e.g., Lord, Lepper & Mackie, 1984; Weitz, 1972). Ainda que os problemas de baixa relação ou mesmo de inconsistência entre medidas de preconceito e de discriminação também tenham sido verificados, a relação entre essas medidas tem sido menos problemática do que se poderia esperar da relação entre uma atitude e um comportamento (ver Crosby, Bromley & Saxe, 1980; Glasman & Albarracín, 2006). De fato, Dovidio, Brigham, Johnson e Gaertner (1996) verificaram, numa meta-análise, que a relação preconceito-discriminação tinha magnitude moderada. Do mesmo modo, Schutz e Six (1996) constataram, também numa meta-análise, que além dessa relação ser substancial, varia em função de alguns moderadores (e.g., o tipo de comportamento, os grupos alvos, o tipo de medida e o intervalo de tempo entre as medidas). Enquanto a literatura sobre a relação atitude-comportamento tem especificado as condições nas quais as atitudes predizem o comportamento (ver Zanna & Rampel, 1988) e apresentado algumas hipóteses sobre como a predição ocorre (e.g., Fazio, 1990), a literatura

sobre a relação preconceito-discriminação ainda não havia apresentado nenhuma teoria especificando quando e como o preconceito leva à discriminação (para uma revisão, ver Fiske, 2000). Para preencher esta lacuna propusemos um conjunto articulado de hipóteses que designamos *Modelo da Discriminação Justificada* (MDJ), ver Pereira, Vala & Costa-Lopes, 2010; Pereira, Vala & Leyens, 2009). O modelo insere-se no âmbito do problema da legitimação das desigualdades sociais levantado pelas teorias da dominância social, da justificação do sistema, do racismo aversivo e da justificação-supressão do preconceito. O modelo apresenta um conjunto de previsões sobre como fatores justificadores representam o mecanismo através do qual o preconceito leva à discriminação, e sobre as condições normativas nas quais este processo ocorre (ver a Figura 1).

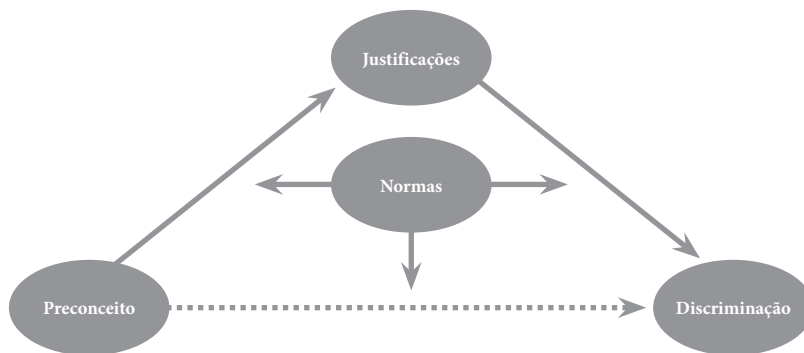


Figura 1. Modelo da discriminação justificada

Resumidamente, este modelo propõe duas hipóteses. A hipótese 1 prevê que o efeito do preconceito na discriminação é mediado por fatores justificadores, como são exemplos os mitos legitimadores propostos por Sidanius e Pratto (1999) na teoria da dominância social. A segunda

hipótese prevê que o efeito mediado pelas justificações é moderado pela saliência da norma do antipreconceito, como é exemplo o valor da igualdade (Dovidio & Gaertner, 2004). A seguir, analisamos com maior detalhe cada uma destas hipóteses.

Hipótese 1: O Papel Mediador de Fatores Justificadores

O MDJ propõe que nas sociedades democráticas, onde supostamente o valor da igualdade é um dos pilares da organização social, a discriminação necessita ser justificada com argumentos percebidos como não preconceituosos (ver Pereira e cols., 2010). O princípio psicossocial no qual esta proposta está assente pode ser encontrado no modelo da justificação-supressão do preconceito (ver Crandall & Eshleman, 2003) segundo o qual as justificações permitem que o preconceito genuíno (i.e., implícito, não consciente e aferido através de medidas não obstrutivas) possa ser expresso em atitudes preconceituosas explícitas. No entanto, o MDJ estende este princípio ao problema mais geral da relação entre preconceito e discriminação, e propõe que as justificações ajudam as pessoas a dissimular os fundamentos preconceituosos do seu comportamento discriminatório, resolvendo possíveis conflitos sociais e psicológicos derivados da tensão entre a necessidade de serem coerentes com os valores igualitários e, simultaneamente, serem congruentes com as suas crenças e atitudes preconceituosas. Com base neste princípio, o modelo propõe a hipótese de que a relação entre o preconceito e a discriminação é mediada por fatores justificadores da discriminação. Especificamente, o modelo prevê que quanto mais forte é o preconceito, maior será a motivação das pessoas para encontrar mitos legitimadores que possam servir como justificação para discriminar. Consequentemente, quanto mais as pessoas recorrem a esses mitos, mais facilmente estão dispostas a discriminar membros de grupos

minoritários. É neste sentido que as justificações atuam como mediadoras da relação entre o preconceito e a discriminação.

Testamos esta hipótese em dois estudos sobre o papel da percepção de ameaça realista e simbólica na legitimação do suporte a políticas discriminatórias contra imigrantes na Europa (Pereira e cols., 2010). Definimos a ameaça realista como um mito legitimador assente na percepção de que os imigrantes representam uma ameaça ao poder econômico e ao bem-estar físico e material da sociedade de acolhimento (ver LeVine & Campbell, 1972; Stephan e cols., 2002). Entendemos a ameaça simbólica como um mito legitimador caracterizado pela percepção de que a presença de imigrantes e o contato com a sua cultura enfraquece os valores que definem a matriz cultural da sociedade de acolhimento (ver Sears & Henry, 2003). No primeiro estudo analisamos em que medida o efeito do preconceito na discriminação é mediado pelo recurso às justificações. Usamos dados do *European Social Survey* (ESS-Round 1, ver Jowell & Central Co-ordinating Team, 2003) que são baseados em amostras representativas das populações de 21 países europeus (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Portugal, República Checa, Eslovênia, Suécia e Suíça). Medimos o preconceito com dois indicadores de avaliação negativa de pessoas percebidas como diferentes (i.e., “Em que medida se incomodaria que uma pessoa de uma ‘raça’ ou ‘grupo étnico’ diferente do seu fosse nomeado seu chefe”; “Em que medida se incomodaria se essa pessoa se casasse com um familiar próximo”). Medimos as justificações com indicadores de percepção de ameaça realista (e.g., “As pessoas que vêm viver e trabalhar para cá fazem com que os salários baixem”; “Acha que com a vinda dessas pessoas a criminalidade aumentou ou diminuiu?”) e com um indicador de ameaça simbólica (“E acha que essas pessoas

empobrecem ou enriquecem os nossos costumes, tradições e vida cultural?”). A discriminação foi medida através de dois indicadores de oposição à imigração (i.e., “Em que medida o seu país “deve deixar que pessoas de ‘raça’ ou grupo ‘étnico’ diferente da maioria dos cidadãos nacionais venham e fiquem a viver cá”; “... deve deixar que pessoas dos países mais pobres fora da Europa venham e fiquem a viver cá”).

De acordo com o MDJ, as pessoas usam estrategicamente diferentes tipos de ameaça consoante o tipo de política discriminatória que apoiam. Neste sentido, esperávamos que o papel justificador da ameaça realista fosse mais forte do que o da ameaça simbólica na relação entre o preconceito e a oposição à imigração. Realmente, o tema da imigração tem sido descrito na mídia e no discurso de senso comum como um problema mais frequentemente associado aos aspectos económicos e de segurança pública do que com os aspectos ligados à ameaça cultural (e.g., Stephan e cols., 2002), i.e., a oposição à imigração deve estar a ser legitimada pelo uso estratégico do sentimento de ameaça realista. Os resultados de um conjunto de modelos de equações estruturais mostraram que o efeito do preconceito em oposição à imigração foi mais fortemente mediado pela ameaça realista do que pela ameaça simbólica. Em outras palavras, o impacto do preconceito foi mais fortemente transferido para a oposição à imigração, através da ideia de que a imigração representa uma ameaça económica e à segurança, que são os principais componentes da ameaça realista. Ao utilizar análise multigrupos obtivemos este mesmo padrão de resultados em todos os 21 países analisados, sugerindo assim um processo similar de legitimação do apoio a políticas discriminatórias contra imigrantes em países culturalmente diversos e com políticas diferentes para o relacionamento com imigrantes.

No segundo estudo analisamos de forma mais direta a hipótese de que diferentes tipos de ameaça são estrategicamente usadas para legitimar

formas distintas de apoio às políticas discriminatórias contra imigrantes. Além da oposição à imigração, analisamos a oposição à naturalização de imigrantes. Cada país tem a sua própria legislação sobre o processo de naturalização, mas há aspectos comuns subjacentes à proposição de leis mais restritivas. Primeiro, a naturalização amplia objetivamente os direitos civis, trabalhistas e políticos de quem a adquire, de maneira que a oposição à naturalização pode envolver preocupações com os aspectos mais realistas da ameaça. No entanto, a naturalização está mais diretamente ligada a dimensões identitárias, envolvendo preocupações com os aspectos mais simbólicos da ameaça. A restrição à naturalização significa proteger a matriz cultural da sociedade de acolhimento, especialmente o que se acredita ser os valores, os costumes, o modo de vida e as tradições que conferem a esta sociedade uma identidade distinta das demais. Neste sentido, esperávamos que esta ameaça fosse o fator justificador de maior importância para a legitimação da oposição à naturalização de imigrantes.

Usamos a base de dados de 2003 do *International Social Survey Programme*, na qual analisamos uma amostra representativa da população da Suíça, um país com longa tradição no acolhimento de imigrantes, e uma amostra representativa da população de Portugal, que só recentemente passou a receber grande quantidade de imigrantes. Utilizamos um indicador clássico de preconceito (i.e., “em que medida teria dificuldade em aceitar que um dos seus filhos tenha filhos de uma pessoa de cor diferente, quer dizer, imagine que tinha um neto de cor diferente da sua”). As justificações foram a percepção de ameaça realista (i.e., “Os imigrantes contribuem para o aumento da criminalidade”; “Os imigrantes tiram trabalho aos nacionais”) e a percepção de ameaça simbólica (e.g., “Os imigrantes melhoram a sociedade de acolhimento ao trazerem novas ideias e culturas”; “A nossa sociedade seria mais rica se partilhássemos costumes e tradições com os imigrantes”). Medimos o apoio a

políticas discriminatórias através de um indicador de oposição à imigração (i.e., “Em que medida acha que atualmente o número de imigrantes deveria aumentar ou diminuir muito”) e dois indicadores de oposição à naturalização de imigrantes (“As crianças de pais estrangeiros devem ter o direito de adquirir a nacionalidade do país de acolhimento”; “As crianças nascidas fora do país de acolhimento devem ter o direito de adquirir a nacionalidade das pessoas do país de acolhimento se pelo menos um dos pais for desta nacionalidade”).

Os resultados mostraram que o efeito do preconceito na oposição à imigração foi mais fortemente mediado pela percepção de ameaça realista do que pela ameaça simbólica. Isto significa que quanto maior foi o preconceito, maior foi a percepção de ameaça realista e, em consequência, maior foi a oposição à imigração. A relação entre o preconceito e a oposição à naturalização foi medida exclusivamente pela percepção de ameaça simbólica (o efeito mediado pela ameaça realista não foi significativo). De fato, o maior preconceito implicou uma maior percepção de que os imigrantes representam uma ameaça à matriz cultural do país de acolhimento e quanto maior foi esta percepção, mais intensa foi a oposição à naturalização de imigrantes. Este padrão de resultados foi obtido tanto na amostra portuguesa como na amostra suíça, demonstrando que o processo de legitimação da discriminação contra imigrantes nestes países ocorre de forma similar.

Em síntese, os estudos mostraram as primeiras evidências empíricas para a hipótese de que a relação entre o preconceito e a discriminação é mediada por fatores justificadores da discriminação, como as percepções de ameaça realista e simbólica. De acordo com o MDJ, a ameaça funciona como justificação porque não evoca diretamente a ideia de hierarquia racial (i.e., um argumento percebido como ilegítimo para discriminar), mas pode ser percebida uma reação natural em defesa

dos interesses e da sobrevivência do endogrupo (i.e., um argumento percebido como legítimo para discriminar).

Hipótese 2: O Papel Moderador das Normas Sociais

O MDJ também se insere no quadro da longa tradição de pesquisa em Psicologia Social sobre o papel de normas sociais na gênese do preconceito e da discriminação (e.g., Pettigrew, 1958; Sherif & Sherif, 1953). O MDJ propõe que nos contextos em que a norma do antipreconceito está saliente, a discriminação é o resultado de um processo psicossocial no qual o preconceito ativa ou facilita o uso de justificações que fazem com que a discriminação seja percebida como legítima e justa. Neste sentido, se a discriminação contra grupos minoritários ainda persiste, mesmo sob a pressão de um padrão normativo que condena o preconceito, discriminar com base no preconceito deve ser incoerente quando a norma do antipreconceito está presente. Nestas condições, a relação entre o preconceito e a discriminação necessita ser justificada. Por outro lado, se existem normas que estão associadas à discriminação, discriminar a partir de critérios preconceituosos não deve ser incoerente quando estas normas estiverem presentes, i.e., nestas condições a relação entre o preconceito e a discriminação não necessita ser justificada. Portanto, o MDJ propõe a hipótese de que o papel mediador que as justificações desempenham na relação entre o preconceito e a discriminação é moderado pela saliência da norma do antipreconceito.

Este raciocínio recebe apoio empírico nos estudos conduzidos por Smith e Terry (2003) sobre a relação entre a atitude e o comportamento. Estes autores mostraram que é mais provável uma atitude prever o comportamento, em um contexto em que as normas estabelecem a congruência entre a atitude e o comportamento. Também podemos

encontrar apoio teórico no modelo MODE (*Motivation and Opportunity as Determinants*) das atitudes, segundo o qual em contextos em que as orientações normativas não são suficientemente claras, a congruência entre a atitude e o comportamento será estabelecida através de fatores perceptivos (Fazio, 1990). Esta ideia é particularmente importante para as nossas hipóteses, pois indica a possibilidade de processos perceptivos atuarem na relação atitude-comportamento quando o contexto normativo não favorecer esta relação. Nesse sentido, o MDJ propõe que quando as normas contextuais prescreverem que uma atitude (e.g., o preconceito) não pode ser expressa em comportamento (e.g., a discriminação), os fatores perceptivos (e.g., a percepção de ameaça) serão preditores mais próximos do comportamento do que a atitude.

Desenvolvendo este raciocínio no âmbito do problema mais específico da relação preconceito-discriminação, o MDJ propõe que o recurso à percepção de ameaça para justificar a discriminação será necessário apenas num contexto em que a discriminação com base no preconceito seja antinormativa. De fato, a teoria do racismo aversivo também prevê que os comportamentos discriminatórios de indivíduos que se autorrepresentam como não preconceituosos necessitam ser justificados nos contextos em que o antipreconceito é a norma (ver Dovidio & Gaertner, 2004). Comportamentos discriminatórios ocorrem quando o contexto normativo não condena claramente estes comportamentos. Mas quais são os valores que caracterizam a norma do antipreconceito e quais aqueles que fundamentam as normas que facilitam o preconceito?

Segundo Katz e Hass (1988), os valores do igualitarismo (e.g., igualdade e justiça social) estruturam a norma do antipreconceito. Estes autores constataram que o igualitarismo estava associado à atitude pró-negro (Estudo 1) e mostraram experimentalmente (Estudo 2) que a ativação da norma da igualdade inibiu a atitude anti-negro e aumentou a atitude

pró-negro. Estudos mais recentes mostram o efeito do igualitarismo na redução do favoritismo “endogrupal” (e.g., Hertel & Kerr, 2001; Monteiro, França & Rodrigues, 2009) e na formação de impressões menos preconceituosas (e.g., Goodwin, Gubin, Fiske & Yzerbyt, 2000; Lima, 2002). Enquanto os valores igualitários estruturam a norma do antipreconceito, os valores da ética protestante, como a meritocracia (e.g., esforço, competitividade, mérito e hierarquia), estão associados ao preconceito e à discriminação. Katz e Hass (1988) constataram esta associação (Estudo 1) e mostraram experimentalmente que a simples ativação dos valores da ética protestante é suficiente para aumentar a atitude antinegro e para reduzir a atitude pró-negro. Posteriormente, Biernat, Vescio e Theno (1996) também mostraram que a ativação experimental de valores meritocráticos levou os participantes a avaliarem um empregado de cor negra de forma mais negativa (i.e., menor percepção de competência e maior orientação para distância social) do que um empregado branco. No âmbito do paradigma do racismo simbólico, Sears e Henry (2003) verificaram que a percepção de que os negros violam os valores do individualismo meritocrático prediz a oposição de norte-americanos brancos a políticas raciais pró-negro. O papel da norma meritocrática no preconceito também foi verificado num estudo realizado por Vala, Pereira e Costa-Lopes. (2009) com base em dados de amostras representativas das populações dos 15 países que formavam a União Europeia antes de seu alargamento. Recentemente, McCoy e Major (2007) mostraram o efeito da meritocracia no processo de legitimação dos estereótipos negativos aplicados a grupos minoritários.

Em síntese, essas investigações mostram que o valor da igualdade está na base da norma do antipreconceito, e o valor da meritocracia dá sustentação à norma que facilita a expressão do preconceito. Embora o papel destas normas no preconceito e na discriminação esteja bem documentado na literatura (ver especialmente Crandall, Eshleman & O'Brien,

2002), a investigação ainda não havia analisado de forma sistemática o papel moderador das normas na relação entre o preconceito e a discriminação. De fato, a literatura não havia especificado as condições normativas nas quais esta relação necessita ser justificada. Para preencher esta lacuna, o MDJ especifica que quando a norma do antipreconceito está saliente a relação entre o preconceito e a discriminação é mediada por uma justificação (e.g., o sentimento de ameaça) percebida como não preconceituosa. O MDJ também prevê que quando a norma que facilita o preconceito está saliente (e.g., meritocracia) a relação entre o preconceito e a discriminação ocorre de forma direta, não havendo necessidade de justificação.

Mostramos evidência experimental para esta hipótese em dois estudos realizados no âmbito da literatura sobre o efeito da infra-humanização na discriminação contra grupos minoritários (Pereira, Vala & Leyens, 2009). A infra-humanização é a tendência das pessoas para reservar ao endogrupo as características tipicamente humanas, tais como os sentimentos (Leyens e cols., 2000). Especificamente, analisamos o papel da ameaça simbólica como um fator justificador da oposição de estudantes universitários portugueses à entrada da Turquia na União Européia (UE). No primeiro estudo, os participantes foram convidados a colaborar num estudo sobre a qualidade da divulgação dos resultados de investigações em Ciências Sociais publicados em jornais de grande circulação. Para o efeito, foi-lhes pedida a leitura de um artigo fictício sobre as diferenças entre as pessoas turcas e os povos dos países membros da UE relativamente ao modo como exprimem emoções e sentimentos. O artigo foi elaborado de maneira a ativar uma representação infra-humanizada (condição de infra-humanização) ou uma representação humanizada (condição de humanização) das pessoas turcas ou para não ativar qualquer representação sobre essas pessoas (condição de controle). Os resultados mostraram que os participantes da condição de infra-humanização apresentaram maior

oposição à adesão da Turquia à UE do que os participantes das outras duas condições. De maior importância, este efeito foi completamente mediado pela ameaça simbólica, definida como a percepção de que a cultura do povo turco pode pôr em causa a matriz cultural europeia. No segundo estudo, analisamos se esta mediação estava a ser moderada pelo contexto normativo. Para o efeito, ativamos previamente o valor da igualdade no contexto de saliência da norma do antipreconceito, e o valor do mérito, no contexto de saliência da norma que facilita a expressão do preconceito. De acordo com as previsões do MDJ, o efeito da infra-humanização na oposição à adesão da Turquia à UE foi mediado pela percepção de ameaça simbólica apenas no contexto igualitário. O uso da ameaça como justificação para essa oposição não foi necessário no contexto meritocrático.

Estes dois estudos mostraram as primeiras evidências de que o contexto normativo influencia o uso de fatores justificadores, como a percepção de ameaça simbólica na relação entre a infra-humanização e as atitudes discriminatórias contra um grupo percebido como minoritário. A questão que agora colocamos é a de saber em que medida as previsões do MDJ são adequadas para explicar o processo de legitimação da discriminação objetiva contra um grupo-alvo fortemente protegido pela norma do antipreconceito. Para responder a esta questão, apresentamos a seguir um estudo no qual testamos as hipóteses do MDJ no contexto da discriminação contra pessoas de cor negra quanto ao acesso ao emprego.

A Dinâmica das Justificações na Discriminação contra Pessoas de Cor Negra

A discriminação contra pessoas de cor negra tem sido analisada a partir de pontos de vista antagônicos. Por exemplo, a perspectiva conhecida

como “conservadorismo por princípio” propõe que a discriminação é menos motivada pelo preconceito do que pela adesão sincera das pessoas a princípios que podem ser interpretados como “racialmente neutros” (e.g., Sniderman, Crosby & Howell, 2000). Os estudos realizados por Sniderman e os seus colaboradores (e.g., Sniderman, Piazza, Tetlock & Kendrick, 1991) têm mostrado que o preconceito é um preditor menos importante da oposição de norte-americanos brancos em relação às ações afirmativas pró-negros (i.e., um indicador de resistência à diminuição da desigualdade objetiva entre brancos e negros) do que a percepção de que estas ações violam o princípio constitucional da equidade. Este efeito foi verificado, sobretudo, em pessoas com maior nível de escolaridade, uma vez que, supostamente, estas seriam mais sensíveis à norma do antipreconceito (ver também Reyna, Henry, Korfmacher & Tucker, 2005). Noutra perspectiva, um conjunto de autores propuseram que o preconceito ainda é, mesmo de forma indireta, a principal fonte da discriminação (ver Pereira e cols., 2010; Sears & Henry, 2003; Sidanius & Pratto, 1999). Por exemplo, Sidanius e Pratto (1999) sugeriram que os argumentos considerados “racialmente neutros”, usados para justificar a discriminação de pessoas negras, contribuem para a manutenção de hierarquias sociais e, assim, o “conservadorismo por princípio” seria mais uma retórica usada para legitimar o *status quo* econômico e “racial” (ver também Jost, Glaser, Kruglanski & Sulloway, 2003). De fato, Bobocel, Son Hing, Davey, Stanley & Zanna. (1998, Estudo 3) verificaram, nos EUA, que a relação entre o preconceito e a oposição às ações afirmativas era mediada pela percepção de que estas ações ameaçam o valor do mérito. Em outras palavras, atitudes mais preconceituosas implicaram maior percepção de que as políticas afirmativas violavam a meritocracia. Em consequência, a maior percepção de violação da meritocracia implicava maior oposição dos norte-americanos às políticas de ações afirmativas pró-negros. No entanto, nenhuma destas perspectivas integraram

a análise da adesão aos princípios considerados “racialmente neutros” ao problema mais geral da relação entre o preconceito e a discriminação. Também não especificaram os contextos sociais nos quais o recurso a estes princípios são necessários para legitimar a discriminação.

Pensamos que o MDJ permite-nos analisar de forma integrada as relações entre o preconceito, o recurso às justificações e a discriminação em diferentes condições normativas. Realizamos esta análise num estudo em que testamos as duas hipóteses do MDJ no contexto da discriminação contra pessoas de cor negra no acesso ao emprego. Esta forma de discriminação tem sido muito estudada na Psicologia Social (e.g., Lima, 2007; Vala, Pereira & Costa-Lopes, 2009). De especial relevância para o nosso modelo são os estudos realizados por Dovidio e Gaertner (2000) e por Pereira, Torres e Almeida (2003).

Dovidio e Gaertner (2000) manipularam a percepção de qualificações de pessoas brancas e negras e verificaram em que medida estas pessoas eram recomendadas por participantes brancos para acederem a um emprego. As qualificações dos candidatos podiam ser suficientes, ambíguas ou insuficientes para o emprego. Os resultados mostraram que não houve discriminação quando as qualificações dos candidatos eram suficientes, nem quando eram insuficientes. A discriminação dos candidatos negros ocorreu apenas quando as suas qualificações eram ambíguas. Segundo Dovidio e Gaertner (2000), esses resultados indicam que as qualificações ambíguas quando apresentadas por candidatos negros são interpretadas como não ambíguas e insuficientes, mas quando essas mesmas qualificações são apresentadas por candidatos brancos são interpretadas como objetivamente suficientes para a contratação. Assim, Dovidio e Gaertner (2000) concluíram que a discriminação ocorre quando as pessoas podem justificar a discriminação a partir de critérios não preconceituosos, neste caso, as qualificações insuficientes dos candidatos negros.

Contudo, a ideia de que as justificações facilitam a discriminação é apenas teoricamente inferida e não experimentalmente testada.

Para analisar de forma mais direta o efeito de justificção na discriminação, Pereira e cols. (2003) desenvolveram um paradigma experimental no qual apresentaram a participantes brancos um cenário em que a gerente de uma loja discriminava uma pessoa de cor negra num processo de seleção para um emprego. Metade dos participantes não recebeu qualquer indicação sobre os motivos da discriminação (condição de controle). A outra metade recebeu uma justificção (condição de justificção). A justificção não evocava argumentos preconceituosos para explicar a discriminação e estava baseada na percepção de ameaça econômica. Especificamente, os participantes receberam a informação de que a gerente não era uma pessoa preconceituosa, mas contratou a candidata branca “porque a sociedade é preconceituosa e prefere ser atendida por pessoas brancas e que a contratação de uma pessoa negra poderia representar uma ameaça para os negócios da loja”. Assim, agindo como uma pessoa do “mundo dos negócios”, seguiu “as leis do mercado” na sua decisão. Os resultados desse estudo mostraram que os participantes da condição de justificção avaliaram a discriminação como justa e legítima, além de exprimirem maior discriminação do que os participantes da condição de controle. Estes resultados são importantes para o desenvolvimento do MDJ porque confirmam (1) que a discriminação depende de justificções, (2) que estas legitimam a discriminação e, principalmente, (c) que a percepção de ameaça é, de fato, um fator justificador da discriminação. No entanto, esta investigação não testou o recurso às justificções, enquanto uma função do preconceito, e nem o papel moderador da norma do anti-preconceito em todo o processo, como prevemos no MDJ.

Para testar de forma integrada as hipóteses que propomos no MDJ, introduzimos algumas modificações nos procedimentos do paradigma

experimental desenvolvido por Pereira e cols. (2003) de maneira que ficassem reunidas as condições necessárias para verificarmos se o contexto normativo modera o papel das justificações na relação entre o preconceito e a discriminação, definida como a indicação da contratação de um candidato branco para um emprego, ao invés de um candidato negro com as mesmas habilitações e competências profissionais que o candidato branco. Como no estudo de Pereira e cols., usamos a percepção de ameaça econômica como justificativa para a discriminação. O estudo foi realizado em contextos sociais nos quais ativamos o valor da igualdade ou o valor da meritocracia.

Com base no MDJ, testamos duas hipóteses. A primeira prevê que a relação entre o preconceito e a discriminação é mediada pela percepção de ameaça econômica (H1). Especificamente, o maior nível de preconceito implicará maior discriminação do candidato negro (H1a). Do mesmo modo, o maior nível de preconceito implicará maior percepção de ameaça econômica (H1b). A maior percepção dessa ameaça estará associada à maior discriminação (H1c). A segunda hipótese prevê que o efeito mediado pela percepção de ameaça deve ser moderado pelo contexto normativo (H2). De uma forma mais específica, quando a norma igualitária estiver saliente, o efeito do preconceito na discriminação deverá ser mediado pela percepção da ameaça (H2a). Quando a norma meritocrática estiver ativada, o efeito do preconceito não será mediado pela ameaça (H2b).

Os participantes foram 40 estudantes universitários portugueses brancos (50% do sexo masculino) com idade variando entre 18 e 26 anos ($M = 20,20$; $DP = 1,59$) que voluntariamente se dispuseram a participar do estudo. Colocamos os participantes aleatoriamente em dois contextos normativos: contexto igualitário ($n = 20$); contexto meritocrático ($n = 20$). No contexto igualitário os participantes leram um texto sobre a importância do valor da igualdade, enquanto que os participantes no

contexto meritocrático leram um texto sobre a importância do valor do mérito. Em seguida, os participantes responderam a um questionário que, dependendo do contexto normativo, apresentava apenas itens da escala de igualitarismo ou apenas itens da escala de individualismo meritocrático, ambas elaboradas por Katz e Hass (1988). Aos participantes era dito que se tratava de uma tarefa de compreensão de texto e o propósito desta tarefa era reforçar a ativação das normas sociais (ver Pereira e cols., 2009, para uma descrição detalhada destes procedimentos). Após a ativação do valor da igualdade ou da meritocracia nos diferentes contextos, os participantes leram um texto que descrevia uma situação fictícia na qual um gestor de recursos humanos de uma loja precisava contratar um funcionário. Dizia-se que o gestor poderia contratar apenas uma pessoa e que estava em dúvida entre dois candidatos. Dizia-se, também, que a única diferença entre os candidatos era a cor da pele: um era branco e o outro era negro. Após lerem o texto, os participantes foram informados de que a sua tarefa era ajudar o gestor a tomar a decisão sobre a contratação, respondendo a um questionário contendo as seguintes medidas:

Preconceito. Usamos as escalas de atitude pró-negro e de atitude antinegro desenvolvidas por Katz e Hass (1988). Essa escala é composta por 18 itens: 10 itens descrevem atitudes favoráveis aos negros (atitude pró-negro, e.g., “Os negros não possuem as mesmas oportunidades de emprego que os brancos possuem”; “É surpreendente quando os negros são bem-sucedidos, pois enfrentam numerosos obstáculos”) e oito itens descrevem atitudes desfavoráveis aos negros (atitude antinegro, e.g., “A maior parte dos negros não se respeita a si mesmo e nem respeita os outros”; “O maior problema dos negros em Portugal é que eles próprios não gostam de ser negros”). As escalas de atitudes pró-negro e antinegro apresentam consistência interna elevada (alfas = .81 e .83, respectivamente) e correlacionam-se negativamente ($r = -.37, p < .05$). Esta

correlação indica que o preconceito explícito é não ambivalente: participantes com escores elevados numa escala tendem a apresentar escores baixos na outra escala. Assim, calculamos o preconceito por meio da subtração entre os escores de atitude antinegro e atitude pró-negro (i.e., atitude antinegro – atitude pró-negro), de modo que os valores mais elevados indicam maior preconceito contra pessoas negras.

Ameaça econômica. Elaboramos uma escala contendo seis itens para a medida de justificações econômicas a fim de discriminar o candidato negro. Especificamente, os participantes foram instruídos a indicar em que medida cada uma das seguintes situações teria maior probabilidade de ocorrer com os negócios da loja, se o gestor contratasse o candidato negro ou se contratasse o candidato branco: “sucesso nas vendas”; “maior competência empresarial”; “adequação às leis do mercado”; “diminuição na competitividade”; “perda de clientes”; “aumento no risco de falência”. As respostas foram dadas numa escala de sete pontos variando de 1 (certamente ocorreria se o branco fosse contratado) a 7 (certamente ocorreria se o negro fosse contratado). Após a devida recodificação dos itens com direção invertida, a medida de justificações econômicas apresenta consistência interna substancial (alfa de Cronbach = .67). Os escores mais elevados indicam maior uso de justificações econômicas para discriminar o candidato negro.

Medida da discriminação. Definimos a discriminação do candidato negro como a orientação dos participantes para contratar o candidato branco. As respostas foram dadas numa escala de sete pontos variando de 1 (deveria contratar o negro) a 7 (deveria contratar o branco). Escores mais elevados indicam maior orientação para discriminar o candidato negro.

Usamos modelos de regressão para testarmos as hipóteses, tal como recomendado por Muller, Judd e Yzerbyt (2005) para a análise de efeitos mediados e moderados. Para a realização das análises, atribuímos código de contrato de modo que representassem os contextos normativos

(i.e., contexto igualitário = -0.5; contexto meritocrático = 0.5). Os escores do preconceito e da percepção de ameaça foram centrados (ver Judd & McClelland, 2001). Em seguida, calculamos os termos de interação, multiplicando a medida do preconceito pelos contextos normativos (i.e., preconceito \times normas), e a ameaça econômica pelos contextos normativos (i.e., ameaça \times contextos normativos). No primeiro passo, a discriminação foi regredida sobre o preconceito, os contextos normativos e o termo de interação (preconceito \times contextos normativos). No segundo passo, a percepção de ameaça econômica foi regredida sobre o preconceito, os contextos normativos e o termo de interação (preconceito \times contextos normativos). No terceiro passo, a discriminação foi regredida sobre os contextos normativos, o preconceito, o termo de interação (preconceito \times contextos normativos), a ameaça econômica e a interação entre contextos normativos e ameaça econômica (i.e., ameaça \times contextos normativos). Os coeficientes padronizados (i.e., betas) representando os parâmetros estimados nos três passos podem ser visualizados na Tabela 1.

Tabela 1. Coeficientes padronizados estimados nos modelos de regressão usados na análise do papel da ameaça econômica e das normas sociais na relação entre o preconceito e a discriminação

Preditores:	Variáveis-Critério		
	Passo 1: Discriminação	Passo 2: Ameaça Econômica	Passo 3: Discriminação
Preconceito (P)	.50**	.27 [†]	.40*
Contextos Normativos (N)	.06	.07	.03
N \times P	-.04	-.36*	.11
Ameaça Econômica (A)			.45**
N \times A			.04
R ² _{Ajustado}	.19*	.15*	.31**

[†] $p < .10$, * $p < .05$, ** $p < .01$.

Os resultados do primeiro passo mostram que o efeito dos contextos normativos na discriminação é não significativo. Contudo, como previmos na hipótese H1a, o efeito do preconceito é significativo, de modo que quanto maior é o preconceito maior também é a discriminação do candidato negro. Este efeito não foi moderado pelos contextos normativos uma vez que a interação ($N \times P$) é não significativa. Os resultados do segundo passo indicam que o efeito dos contextos normativos na percepção de ameaça econômica também é não significativo. No entanto, o efeito do preconceito nesta ameaça é marginalmente significativo, mostrando que maior preconceito implica maior percepção de ameaça econômica, como tínhamos previsto na hipótese H1b. Este efeito é qualificado pela interação significativa entre os contextos normativos e o preconceito, o que nos indica que a relação entre preconceito e ameaça é moderada pelas normas ativadas nesses contextos. Para interpretar esta interação, analisamos as linhas de regressão representando a relação entre o preconceito e a ameaça em cada contexto. Como podemos verificar na Figura 2, no contexto igualitário o efeito do preconceito é positivo, indicando que quanto maior o preconceito maior é a percepção de ameaça econômica (Beta = .63, $t = 3.12$, $p < .01$). Por outro lado, no contexto meritocrático, a relação entre preconceito e percepção de ameaça é não significativa (Beta = -.09, $t = -.41$, *ns.*). A interação aqui obtida é uma condição suficiente para, uma vez confirmada a hipótese de mediação, podermos falar na existência de uma mediação moderada (ver Muller, Judd & Yzerbyt, 2005).

Os resultados do terceiro passo mostram que o efeito dos contextos normativos na discriminação continua a ser não significativo. O efeito do preconceito continua a ser significativo, de maneira que maior preconceito implica maior discriminação do candidato negro, mesmo depois de termos controlado o efeito da ameaça. Este efeito não é qualificado pela interação entre os contextos normativos e o preconceito.

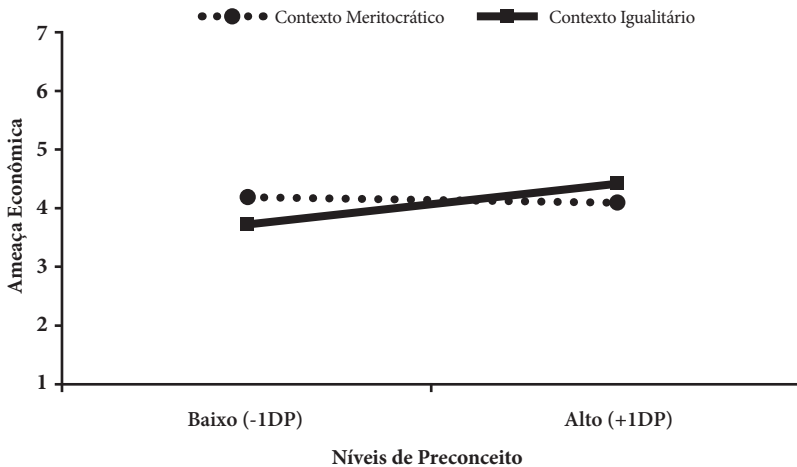


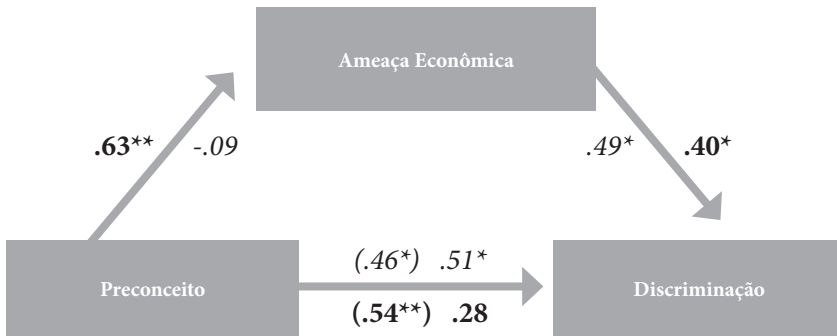
Figura 2. Linhas de regressão representando a relação entre o preconceito e a percepção de ameaça econômica nos contextos meritocrático e igualitário

Contudo, como predito na hipótese H1c, o efeito da percepção de ameaça é significativo, indicando que quanto maior a percepção de ameaça, maior a discriminação. Este efeito não foi qualificado pela interação entre os contextos normativos e a percepção de ameaça.

O conjunto destes resultados indica que, no geral, a percepção de ameaça medeia parcialmente a relação entre o preconceito e a discriminação. De maior importância teórica, esta mediação foi moderada pelos contextos normativos. De fato, a relação entre o preconceito e a ameaça variou em função desses contextos, como verificamos na interação significativa entre as normas e o preconceito obtida no segundo passo das análises, o que nos permite confirmar a predição feita na hipótese H2.

Para melhor interpretação destes resultados, realizamos, em cada uma das condições normativas, a decomposição dos parâmetros estimados, conforme as hipóteses que elaboramos sobre os efeitos de mediação

(ver Figura 3). Confirmando a hipótese H2a, no contexto igualitário, a relação entre o preconceito e a discriminação foi mediada pela percepção de ameaça econômica. Isto significa que o preconceito prediz significativamente a discriminação quando o efeito da ameaça não é considerado no modelo (Beta = .54, $p < .01$). Significa, também, que o preconceito prediz a percepção de ameaça econômica (Beta = .63, $p < .01$). Por fim, significa que a percepção de ameaça se relaciona positivamente com a discriminação (Beta = .40, $p < .05$). Além disso, o efeito do preconceito na discriminação deixa de ser significativo (Beta = .28, *ns.*) quando controlamos o efeito da ameaça econômica. O efeito mediado foi marginalmente significativo (Teste de Sobel: $z = 1.69$, $p = .09$, bilateral).



Nota: Os valores apresentados são coeficientes “beta”. Os valores em negrito foram obtidos no contexto igualitário. Os valores em itálico foram obtidos no contexto meritocrático. * $p < .05$; ** $p < .01$.

Figura 3. Relação entre o preconceito e a discriminação mediada pela percepção de ameaça econômica nos diferentes contextos normativos

Processo diferente ocorreu no contexto meritocrático. Neste contexto, e confirmando a hipótese H2b, a relação entre o preconceito e a

discriminação não foi mediada pela percepção de ameaça (ver novamente a Figura 3). No primeiro passo, o preconceito teve um impacto significativo na discriminação quando o efeito da ameaça não era considerado no modelo ($Beta = .46, p < .05$). Contudo, o efeito do preconceito na ameaça foi não significativo ($Beta = -.09, ns.$). No terceiro passo, obtivemos uma relação significativa entre a percepção de ameaça e a discriminação ($Beta = .49, p < .05$), mas o efeito do preconceito na discriminação continuou a ser significativo ($Beta = .51, p < .05$). O efeito mediado é, portanto, não significativo ($z_{Sobel} = -0.36, ns.$).

Em síntese, e de acordo com o MDJ, os resultados deste estudo mostram que o recurso às justificações econômicas como uma forma de legitimação da discriminação se fez necessária apenas no contexto em que o antipreconceito é a norma, aqui definida como o valor da igualdade. Também importante é o fato de, no contexto onde o valor da meritocracia estava saliente, a relação entre o preconceito e a discriminação não necessitar ser legitimada pelo recurso à ameaça. Neste contexto, o preconceito exerceu na discriminação um efeito direto e não mediado.

Considerações Finais

Apresentamos neste capítulo uma revisão da literatura sobre a persistência de discriminação objetiva contra grupos minoritários nas sociedades formalmente democráticas. Analisamos a contribuição de diferentes hipóteses analíticas, com o objetivo de compreender os mecanismos que permitem o comportamento discriminatório ocorrer mesmo em sociedades com leis e procedimentos jurídicos que especificam punições para esses comportamentos. A literatura que analisamos indica que fatores contextuais e normativos estão na base de atitudes e

comportamentos discriminatórios (e.g., Crandall, Eshleman & O'Brien, 2002; Pettigrew & Meertens, 1995). Indica, também, que a discriminação é facilitada por justificações ou argumentos aparentemente não preconceituosos, que podem ser estrategicamente usados como legitimação de ações discriminatórias (e.g., Crandall & Eshleman, 2003; Gaertner & Dovidio, 1986; Jost & Banaji, 1994; Sidanius & Pratto, 1999).

No contexto dessa literatura, apresentamos os primeiros estudos que constituem o desenvolvimento do MDJ (Pereira e cols., 2010; Pereira e cols., 2009). Sugerimos a possibilidade de as pessoas dissimularem a natureza preconceituosa da discriminação fazendo uso de argumentos percebidos como razões justas e legítimas para discriminar (e.g., Pereira e cols., 2003). Neste sentido, não existe paradoxo na persistência ou mesmo no aumento da discriminação nas sociedades democráticas, uma vez que a ação discriminatória continua a ser motivada pelo preconceito, mesmo que o mecanismo através do qual isto ocorre seja indireto. Em outras palavras, o MDJ propõe que a discriminação justificada é apenas aparentemente livre de preconceito na medida em que o uso de justificações é uma função do preconceito.

Testamos de forma integrada as duas hipóteses do MDJ em um estudo sobre a discriminação contra pessoas de cor negra. A hipótese 1 previa que a relação entre o preconceito e a discriminação de um candidato negro no acesso ao emprego era mediada pelo recurso à ameaça econômica. A hipótese 2 previa que esta mediação era moderada pelo contextos normativos (i.e., igualitário vs. meritocrático). De modo geral, os resultados confirmaram as duas hipóteses, ainda que em alguns casos os efeitos obtidos tenham sido apenas marginalmente significativos. De fato, e corroborando o conjunto de estudos que temos realizado (Pereira e cols., 2010; Pereira e cols., 2009), a relação entre o preconceito e a discriminação do candidato negro foi mediada pela percepção de que a

contratação deste candidato representaria uma ameaça para os negócios da loja. Isto significa que quanto maior foi o preconceito, maior foi a percepção dessa ameaça, e quanto maior foi essa percepção, maior foi a tendência para discriminar o candidato negro. De maior importância para o teste do MDJ, verificamos a necessidade de justificações apenas no contexto em que o valor da igualdade estava explicitamente saliente. No contexto meritocrático, e devido à ausência da pressão da norma do antipreconceito, maiores níveis de preconceito implicaram maior discriminação do candidato negro sem que fosse necessário o recurso à percepção de ameaça econômica para legitimar a discriminação.

De acordo com as propostas que fizemos no MDJ, as pessoas necessitam usar justificações quando se sentem pressionadas pela norma do antipreconceito, tais como a percepção de ameaça, antes de agirem de forma discriminatória para que essa ação não seja percebida como discriminatória. Esta interpretação implica aceitar como verossímeis quatro pressupostos: a) as pessoas que legitimam os comportamentos antinormativos não são avaliadas negativamente; b) as pessoas integraram crenças não preconceituosas no seu autoconceito e, portanto, precisam justificar a discriminação para que esse autoconceito não seja ameaçado; c) as percepções de ameaça são usadas como justificações para discriminar membros do exogrupo e d) as percepções de ameaça são fatores justificadores na medida em que são percebidas como normativas. Embora estes pressupostos tenham guiado a interpretação dos resultados da investigação sobre os mecanismos legitimadores da discriminação (ver Crandall & Eshleman, 2003; Dovidio & Gaertner, 2004; Jost e cols., 2004; Sidanius & Pratto, 1999), ainda não foram analisados empiricamente. Pensamos que novos estudos sobre estes pressupostos contribuem para o desenvolvimento do MDJ e para uma compreensão mais ampla da discriminação nas sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Bargh, J. A. (1994). The four horsemen of automaticity: Awareness, intention, efficiency, and control in social cognition. Em R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.), *Handbook of social cognition*. (Vol. 2, pp. 1-40). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Bargh, J. A. (1999). The cognitive monster: The case against the controllability of automatic stereotype effects. Em S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual-processes theories in social psychology* (pp. 361-382). New York: The Guilford Press.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1967). *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. New York: Doubleday Anchor.
- Biernat, M., Vescio, T. K. & Theno, S. A. (1996). Violating american values: A “value congruence” approach to understanding out-group attitudes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32(4), 387-410
- Blair, I. V. (2002). The malleability of automatic stereotypes and prejudice. *Personality and Social Psychology Review*, 6(3), 242-261.
- Bobocel, D. R., Son Hing, L. S., Davey, L. M., Stanley, D. J. & Zanna, M. P. (1998). Justice-based opposition to social policies: Is it genuine? *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(3), 653-669.
- Crandall, C. S. & Eshleman, A. (2003). A justification-suppression model of the expression and experience of prejudice. *Psychological Bulletin*, 129(3), 414-446.

- Crandall, C. S., Eshleman, A. & O'Brien, L. T. (2002). Social norms and the expression and suppression of prejudice: The struggle for internalization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(3), 359-378.
- Crosby, F., Bromley, S. & Saxe, L. (1980). Recent unobtrusive studies of Black and White discrimination and prejudice: A literature review. *Psychological Bulletin*, 87(3), 546-563.
- Dasgupta, N. & Greenwald, A. G. (2001). On the malleability of automatic attitudes: Combating automatic prejudice with images of admired and disliked individuals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81(5), 800-814.
- Dovidio, J. F. & Gaertner, S. L. (1996). Affirmative action, unintentional racism biases, and intergroup relations. *Journal of Social Issues*, 52(4), 51-75.
- Dovidio, J. F. & Gaertner, S. L. (2000). Aversive racism and selection decisions: 1989 and 1999. *Psychological Science*, 11(4), 315-319.
- Dovidio, J. F. & Gaertner, S. L. (2004). Aversive racism. Em M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 36, pp. 1-51). San Diego, CA: Academic Press.
- Dovidio, J. F., Brigham, J. C., Johnson, B. T. & Gaertner, S. L. (1996). Stereotyping, prejudice, and discrimination: Another look. Em C. N. Macrae, C. Stangor & M. Hewstone (Eds.), *Stereotypes and stereotyping* (pp. 276-319). New York: Guilford Press.
- Dovidio, J. F., Kawakami, K. & Gaertner, S. L. (2002). Implicit and explicit prejudice and interracial interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(1), 62-68.
- Dovidio, J. F., Kawakami, K., Johnson, C., Johnson, B. & Howard, A. (1997). On the nature of prejudice: Automatic and controlled process. *Journal of Experimental Social Psychology*, 33(5), 510-540.

- Fazio, R. H. (1990). Multiple processes by which attitudes guide behavior: The mode model as an integrative framework. Em L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 23, pp. 75-109). San Diego: Academic Press, Inc.
- Fazio, R. H. & Olson, M. A. (2003). Implicit measures in social cognition research: Their meaning and use. *Annual Review of Psychology*, 54(1), 297-327.
- Fiske, S. T. (2000). Stereotyping, prejudice, and discrimination at the seam between the centuries: Evolution, culture, mind, and brain. *European Journal of Social Psychology*, 30(3), 299-322.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). San Diego: Academic Press.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (2005). Understanding and addressing contemporary racism: From aversive racism to the common ingroup identity model. *Journal of Social Issues*, 61(3), 615-239.
- Glasman, L. R. & Albarracín, D. (2006). Forming attitudes that predict future behavior: A meta-analysis of the attitude-behavior relation. *Psychological Bulletin*, 132(5), 778-822.
- Goodwin, S. A., Gubin, A., Fiske, S. T. & Yzerbyt V. (2000). Power can bias impression processes: Stereotyping subordinates by default and by design. *Group Processes & Intergroup Relations*, 3(3), 227-256.
- Harrison, M. S. & Thomas, K. M. (2009). The hidden prejudice in selection: A research investigation on skin color bias. *Journal of Applied Social Psychology*, 39(1), 134-168.
- Hertel, G. & Kerr, N. L. (2001). Priming in-group favoritism: The impact of normative scripts in the minimal group paradigm. *Journal of Experimental Social Psychology*, 37(4), 316-324.

- Johnson, C. J., Dowd, T. J. & Ridgeway, C. L. (2006). Legitimacy as a social process. *Annual Review of Sociology*, 32, 53-78.
- Jost, J. T. & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33(1), 1-27.
- Jost, J. T., Banaji, M. R. & Nosek, B. A. (2004). A decade of system justification theory: Accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Political Psychology*, 25(6), 881-919.
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W. & Sulloway, F. J. (2003). Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological Bulletin*, 129(3), 339-375.
- Jowell, R. & Central Co-ordinating Team (2003). *European Social Survey 2003/2003: Technical report*. London National Centre for Social Research.
- Judd, C. M. & McClelland, G. H. (2001). *Data analysis: A model-comparison approach*. Belmont: Wadsworth\Thomson Learning.
- Katz, I. & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(6), 893-905.
- LeVine, R. A. & Campbell, D. T. (1972). *Ethnocentrism: Theories of conflict, ethnic attitudes, and group behavior*. New York: John Wiley & Sons.
- Leyens, J.-P., Paladino, P. M., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Perez, A., et al. (2000). The emotional side of prejudice: The attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality and Social Psychology Review*, 4(2), 186-197.
- Lima, M. E. (2002). *Normas sociais e racismo: Efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*.

Tese de Doutorado, não publicada, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

- Lima, M. E. (2007). Racial relations and racism in Brazil. *Culture & Psychology, 13*(4), 461-473.
- Lima, M. E. & Vala, J. (2002). Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo. *Análise Social, 37*(162), 181-207.
- Lima, M. E. & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia, 9*(3), 401-411.
- Lima, M. E., Machado, C., Ávila, J., Lima, C. & Vala, J. (2006). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 19*.
- Lord, C. G., Lepper, M. R. & Mackie, D. (1984). Attitude prototypes as determinants of attitude-behavior consistency. *Journal of Personality and Social Psychology, 46*(6), 1254-1266.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-125). San Diego: Academic Press.
- McConahay, J. B., Hardee, B. B. & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution, 25*(4), 563-579.
- McCoy, S. K. & Major, B. (2007). Priming meritocracy and the psychological justification of inequality. *Journal of Experimental Social Psychology, 43*, 341-351.
- Monteiro, M. B., França, D. X. & Rodrigues, R. (2009). The development of intergroup bias in childhood: How social norms can shape children's racial behaviours. *International Journal of Psychology, 44*, 29-39.
- Moors, A. & De Houwer, J. (2006). Automaticity: A theoretical and conceptual analysis. *Psychological Bulletin, 132*(2), 297-326.

- Muller, D., Judd, C. M. & Yzerbyt, V. (2005). When moderation is mediated and mediation is moderated. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89(6), 852-863.
- Pereira, C., Torres, A. R. R. & Almeida, S. T. (2003). O preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107.
- Pereira, C., Vala, J. & Costa-Lopes, R. (2010). From prejudice to discrimination: The legitimizing role of perceived threat in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 40, 1231-1250.
- Pereira, C., Vala, J. & Leyens, J.-P. (2009). From infra-humanization to discrimination: The mediation of symbolic threat needs egalitarian norms. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 336-344.
- Pettigrew, T. F. (1958). Personality and social-cultural factors in intergroup attitudes: A cross-national comparison *The Journal of Conflict Resolution*, 2(1), 29-42.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25(1), 57-75.
- Pettigrew, T. F., Jackson, J. S., Brika, J. B., Lemaine, G., Meertens, R. W., Wagner, U. & Zick, A. (1998). Outgroup prejudice in Western Europe. Em W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd.
- Reyna, C., Henry, P. J., Korfmacher, W. & Tucker, A. (2005). Examining the principles in principled conservatism: The role of responsibility stereotypes as cues for deservingness in racial policy decisions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90(1), 109-128.

- Saucier, D. A., Miller, C. T. & Doucet, N. (2005). Differences in helping whites and blacks: A meta-analysis. *Personality and Social Psychology Review*, 9(1), 2-16.
- Schutz, H. & Six, B. (1996). How strong is the relationship between prejudice and discrimination? A meta-analytic answer. *International Journal of Intercultural Relations*, 20(3-4), 441-462.
- Sears, D. O. & Henry, P. J. (2003). The origins of symbolic racism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 259-275.
- Sherif, M. & Sherif, C. W. (1953). *Groups in harmony and tension*. New York: Harper.
- Sidanius, J. & Pratto, F. (1999). *Social dominance*. New York: Cambridge University Press.
- Sidanius, J., Pratto, F., van Laar, C. & Levin, S. (2004). Social dominance theory: Its agenda and method. *Political Psychology*, 25(6), 845-880.
- Smith, J. R. & Terry, D. J. (2003). Attitude-behaviour consistency: The role of group norms, attitude accessibility, and mode of behavioural decision-making. *European Journal of Social Psychology*, 33(5), 591-608.
- Sniderman, P. M., Crosby, G. C. & Howell, W. G. (2000). The politics of race. Em D. O. Sears, J. Sidanius & L. D. Bobo (Eds.), *Racialized politics: The debate about racism in America* (pp. 236-279). Chicago: University of Chicago Press.
- Sniderman, P. M., Piazza, T., Tetlock, P. E. & Kendrick, A. (1991). The new racism. *American Journal of Political Science*, 35(2), 423-447.
- Stephan, W. G., Boniecki, K. A., Ybarra, O., Bettencourt, A., Ervin, K. S., Jackson, L. A., et al. (2002). The role of threats in the racial attitudes of blacks and whites. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(9), 1242-1254.

- Tajfel, H. (1984). Intergroup relations, social myths and social justice in social psychology Em H. Tajfel (Ed.), *The social dimension* (Vol. 2, pp. 695-715). Cambridge: Cambridge University Press.
- Thorisdottir, H., Jost, J. T. & Kay, A. C. (2009). On the social and psychological bases of ideology and system justification. Em J. T. Jost, A. C. Kay & H. Thorisdottir (Eds.), *Social and psychological bases of ideology and system justification* (pp. 3-23). New York: Oxford University Press. .
- Tyler, T. R. (2006). Psychological perspectives on legitimacy and legitimation. *Annual Review of Psychology*, 57(1), 375–400.
- Tyler, T. R. (2010). Legitimacy and rule adherence: A psychological perspective on the antecedents and consequences of legitimacy. Em D. R. Bobocel, A. C. Kay, M. P. Zanna & J. M. Olson (Eds.), *The psychology of justice and legitimacy: The Ontario Symposium* (Vol. 11, pp. 251-271). New York: Psychology Press.
- Vala, J., Pereira, C. & Costa-Lopes, R. (2009). Is the attribution of cultural differences to minorities an expression of racial prejudice? *International Journal of Psychology*, 44(1), 20-28.
- Weitz, S. (1972). Attitude, voice, and behavior: A repressed affect model of interracial interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 24(1), 14-21.
- Wilson, T. D., Lindsey, S. & Schooler, T. Y. (2000). A model of dual attitudes. *Psychological Review*, 107(1), 101-126.
- Wittenbrink, B., Judd, C. M. & Park, B. (2001). Spontaneous prejudice in context: Variability in automatically activated attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81(5), 815-827.
- Zanna, M. P. & Rampel, J. K. (1988). Attitudes: A new look at an old concept. Em D. Bar-Tal & A. W. Kruglanski (Eds.), *The social psychology of knowledge* (pp. 315-334). New York: Cambridge University Press.

Zelditch, M. (2001). Theories of legitimacy. Em J. T. Jost & B. Major (Eds.), *The psychology of legitimacy: Emerging perspective on ideology, justice, and intergroup relations* (pp. 33-53). Cambridge: Cambridge University Press.

Ana Raquel Rosas Torres – Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, doutora em Psicologia pela University of Kent at Canterbury (Reino Unido), professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Processos Grupais e de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: preconceito, discriminação, identidade social e psicologia do trabalho.

Carlos Miguel Moya Morales – Doutor em Psicologia pela Universidade de Granada (Espanha), catedrático de Psicologia Social na Universidade de Granada. Investiga temas relacionados a relações intergrupais, com enfoque nos estereótipos, preconceito, discriminação e sexismo.

Cícero Roberto Pereira – Psicólogo pela Universidade Federal da Paraíba e doutor em Psicologia Social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-Portugal). Atualmente é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde estuda o papel da legitimação da discriminação no âmbito das relações sociais decorrentes de processos migratórios em diferentes contextos normativos. Estuda também a aplicação de procedimentos estatísticos à teoria da medida e ao teste de modelos teóricos em Ciências Sociais.

Dalila Xavier de França - Graduada e Mestre em psicologia pela Universidade Federal da Paraíba, Doutora em Psicologia Social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-Portugal), atualmente é professora do departamento e mestrado de psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Desenvolve pesquisas sobre socialização de atitudes étnicas, preconceito e identidade social na infância.

Elder Cerqueira-Santos – Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul / University of Nebraska - USA, e mestrado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Consultor da Childhood Foundation (WCF). Tem experiência na área de Psicologia Positiva, com ênfase em Desenvolvimento Social e da Personalidade. Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da UFS e líder do grupo de pesquisa CNPq Psicologia do desenvolvimento e da personalidade: investigações em contextos culturais e coordenador do Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFS.

Elza Maria Techio – Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, doutora em Psicologia Social pela Universidad del País Vasco (Espanha), atualmente é professora convidada do programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe, bolsista PRODOC-Capes. Estuda temas relacionados a relações intergrupais, estereótipos, preconceito, discriminação, Psicologia positiva e memória coletiva.

Eros DeSouza. Pós-Doutor em Psicologia pela Stanford University. Doutor em Psicologia Comunitária pela University of Missouri at Kansas

City. Atualmente professor da Illinois State University. Tem como principais temas de pesquisa, preconceito e discriminação contra minorias sexuais e étnicas nos Estados Unidos e Brasil.

Gilcimar Santos Dantas – Estudante de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, bolsista de Iniciação Científica do Cnpq e integrante do Laboratório de Estudos de Processos Psicológicos e Sociais (Lepps-UFBA), membro do Núcleo de Estudantes Negros da UFBA (NENU) e da Associação Cultural Quilombo Beiru.

Guillermo Byrd Willis – Licenciado em Psicologia pela Universidade de Monterrey (México), doutor em Psicologia pela Universidade de Granada (Espanha). Atualmente é professor assistente da Universidade de Granada. Estuda temas relacionados ao efeito do poder social e status sobre os processos cognitivos (estereótipos, atitudes, metas, etc.)

Jorge Vala – Doutor em Psicologia Social pela Universidade de Lovaina, pesquisador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Os seus interesses de investigação centram-se no estudo dos processos psicossociais subjacentes à ação individual e coletiva, nomeadamente os que estruturam as representações sociais, as crenças coletivas, as identidades sociais, os conflitos entre grupos e as percepções de justiça. Neste momento, estuda a epistemologia do senso comum e atitudes coletivas numa perspectiva comparativa, bem como o preconceito, o racismo e as atitudes intergrupais no contexto das migrações.

José Luis González Castro – Doutor e professor titular de Psicologia Social na Universidade de Burgos (Espanha). Atualmente tem interesse

em temas relacionados aos problemas de saúde mental em imigrantes, processos de aculturação, estereótipos e seu impacto no bem estar dos imigrantes e os processos de construção da identidade nestes coletivos.

Magdalena Bobowik – Doutoranda e bolsista FPU do Ministério de Educação e Investigação espanhol, membro do grupo consolidado de investigação em Psicologia Transcultural da Universidade do País Vasco. Estuda temas relacionados à aculturação, identidade e saúde, estigma da imigração, processos coletivos e bem estar subjetivo.

Marcos Emanuel Pereira – Psicólogo, mestre em Psicologia Social pela Universidade Gama Filho, doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado no Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, tem experiência na área de Psicologia Social, com ênfase em Relações Interpessoais e Processos Grupais, atuando principalmente no estudo de temas como os estereótipos, as crenças, a percepção social e os preconceitos.

Marcus Eugênio Oliveira Lima- Graduado e Mestre em psicologia pela Universidade Federal da Paraíba, Doutor em Psicologia Social pelo ISCTE de Lisboa (Portugal), atualmente é professor do departamento e mestrado de psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e colabora com os programas de Mestrado e Doutorado de sociologia da UFS e de psicologia da UFBA. Desenvolve pesquisas sobre preconceito e racismo, com ênfase no papel das normas sociais na produção e manifestação desses fenômenos.

Marcus Vinicius Alves – Graduando em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb. Integrante do Laboratório de Estudos dos Processos Psicológicos e Sociais (Lepps-UFBA) e do Grupo de Pesquisa em Neuropsicologia Clínica e Cognitiva (NeuroCliC - UFBA).

Nekane Basabe Barañano – Socióloga e professora titular da Universidade do País Vasco UPV/EHU (Espanha), membro do grupo consolidado de investigação em Psicologia Transcultural da Universidade do País Vasco. Atualmente, se dedica aos estudos da imigração, aculturação, identidade e saúde, fatores psicossociais e saúde, processos coletivos e bem estar subjetivo.

Rosa Rodríguez-Bailón – Doutora em Psicologia pela Universidade de Granada (Espanha), professora titular de Psicologia Social da Universidade de Granada. Tem interesse nos temas relacionados a relações intergrupais, com enfoque no efeito do poder sobre os diferentes processos cognitivos, afetivos e comportamentais, estereótipos, preconceito contra ciganos e imigrantes na Espanha.

Silvia Ubillos Landa – Doutora pela Universidade del País Vasco (Espanha), professora de Psicologia Social da Universidade de Burgos (Espanha). Atualmente estuda temas relacionados ao estigma, preconceito, discriminação e exclusão social de imigrantes e pessoas portadoras do vírus do HIV/AIDS.

Thalita Vargas Leite Martignoni – Psicóloga, mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás, professora da Universidade Católica

de Goiás, do IPECON (UCG) no curso de Pós-Graduação de Gestão de Pessoas e Marketing e no curso de Análise e Diagnóstico Organizacional. Investiga temas na interface entre Psicologia Social e Direitos Humanos.

Thiago Morais Oliveira – Psicólogo, mestre em psicologia pela Universidade Católica de Goiás, doutorando em psicologia social na Universidade Federal da Paraíba. Trabalha com ênfase em Processos Grupais, com os seguintes temas: Preconceito, Racismo, Identidade Social e Relações intergrupais.